



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



LUCIA DA SILVA VILARINHO

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO
NO CERRADO DO PIAUÍ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES
NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ**

Teresina – Piauí
2017

LUCIA DA SILVA VILARINHO

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO
NO CERRADO DO PIAUÍ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES
NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ**

Teresina – Piauí
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

V697c Vilarinho, Lucia da Silva
Capital social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado do Piauí: desafios e potencialidades no município de Uruçuí / Lucia da Silva Vilarinho. – 2017.
237 f.: il. color.

Tese (Doutorado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste / Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.
Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.
Orientação: Professora Doutora Wilza Gomes Reis Lopes.

1. Capital social. 2. Desenvolvimento no agronegócio. 3. Agronegócio. 4. Cerrado piauiense.
5. Piauí – cerrado. 6. Agentes sociais. I Lopes, Wilza Gomes Reis, Orientadora. II. Título.

CDD: 338.188 122
CDU: 330.1:338.43(812.2)

LUCIA DA SILVA VILARINHO

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO CERRADO
DO PIAUÍ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ**

Tese apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste / Universidade Federal do Piauí (PRODEMA / TROPEN / UFPI), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.

Orientadora: Professora Doutora Wilza Gomes Reis Lopes.

Coorientadora: Professora Doutora Maria do Socorro Lira Monteiro.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 25 / 08 / 2017.

Professora Doutora Wilza Gomes Reis Lopes (Orientadora)
PRODEMA / Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Professor Doutor Salvador Dal Pozzo Trevizan (Examinador Externo à
Instituição/PRODEMA) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Professora Doutora Sádía Gonçalves de Castro (Examinador Externo à Instituição)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Professora Doutora Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira (Examinador Interno à
Instituição) Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Professora Doutora Jaíra Maria Alcobaça Gomes (Examinador Interno à Instituição)
PRODEMA / Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – PI
2017

DEDICO

Ao meu capital mais valioso,
GAREMberto, Garemberto Filho, Eros e Adjra.

Aos **agentes sociais de Uruçuí**, participantes da pesquisa,
pelo brilho dado ao estudo, com sua participação e seus depoimentos.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, presença divina em todas as minhas batalhas! Esteve comigo do princípio ao fim nesta missão no cerrado do Piauí. Levantou-me, quando tropecei; reanimou-me, quando tive dúvidas se seria possível seguir e, por fim, me permitiu concluir. A ELE, toda a Glória!

À **Universidade Federal do Piauí (UFPI)**, onde trilho minha vida acadêmica desde a graduação. Depois, já como docente, me favoreceu constantes oportunidades de aperfeiçoamento!

Ao **Departamento de Serviço Social / UFPI**, meu setor de origem que acolheu as minhas demandas, inclusive viabilizando a conclusão deste Doutorado. Às colegas de trabalho e, também, ao Sr. Cícero, agradeço as felicitações de êxito e a demonstração de respeito e companheirismo. Vocês também estiveram representados na hombridade das Professoras Doutoras Guiomar de Oliveira Passos e Lúcia Cristina dos Santos Rosa, que foram muito além, com sua escuta, sua colaboração e seu incentivo. Minha **gratidão** a todos!

Ao **Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (PRODEMA / TROPEN / UFPI)**, por oferta de tão rica experiência de pós-graduação.

À Professora Doutora **Wilza Gomes Reis Lopes**, orientadora e parceira, com quem dividi as etapas deste estudo e que me ensinou, com competência e carinho, ser possível lutar e enfrentar dificuldades com leveza!

À Professora Doutora **Maria do Socorro Lira Monteiro**, coorientadora e professora à “moda antiga”, que me fez lembrar o real significado de “ensinar” / “aprender” com disciplina, compromisso e competência, à “moda atual” e exitosa.

Aos **agentes sociais do agronegócio em Uruçuí**, participantes da pesquisa, sem os quais este estudo não teria vida, energia e luz, combustíveis que dinamizam e humanizam as atividades do agronegócio no município. Com vocês, constatei a presença viva das virtudes formadoras de capital social na realidade local: confiança, cooperação e solidariedade!

Aos meus pais, **Maria (Nêga)** e **Espedito (in memoriam)**, de quem herdei a coragem necessária para o enfrentamento de tamanho desafio. A **Beta** e a **Benone**, presenças constantes mesmo depois da partida.

Às minhas irmãs **Anita, Fátima, Nely e Zelita** e aos meus irmãos **Fábio, José Carlos, Francisco, Geraldo e Sinval**, os quais, em meio ao meu “sumiço” do convívio familiar durante o estudo, dedicaram-se a uma “torcida organizada” e a muitas preces.

Ao meu marido **Garemberto**, aos filhos **Eros, Garemberto Filho e Adjra**, pelo amor e guarida constantes e incondicionais. Também a **Luana**, pelo imenso carinho. Com vocês ao meu lado, suportei o cansaço e venci as incertezas desta jornada! A **Francisca**, por sua preciosa retaguarda nas tarefas de casa, muito obrigada! Aqui, expressei meu imenso e intenso sentimento de gratidão por vocês.

A **Gleicy e Reginaldo**, meus verdadeiros “anjos da guarda” que me “adotaram” em Uruçuí e me encaminharam, pouco a pouco, rumo à “**GRANDE FAMÍLIA**” – Ariene, Titico, Amanda, Iana, Cleide, Jardel, Erikson, Rodrigo, Fran, Marcelo, Dorin, Chico, Edmar (Dimas), Zé Humberto, Altair, Tânia, Samuel e Girles. **TODOS** me ajudaram ao longo da caminhada durante a pesquisa, inclusive a remover eventuais “pedras do meio do caminho!”

Aos meus **companheiros de turma** do PRODEMA / TROPEN / UFPI, Adriana (Dri), Carla, Fabrício, Joaquim, Pacheco e Sílvia: “amigos são para sempre.” Permitam-me revelar que, em meio a tantas pérolas, Joaquim foi a minha “pérola maiorca.”

Às professoras Doutoras **Roseli Farias Melo de Barros e Romina Julieta Sanchez Paradizo** de Oliveira e aos professores Doutores **João Batista Lopes e Paulo Roberto Ramalho Silva**, obrigada pela imensa disponibilidade em ajudar!

À **Dona Mari e Zezinho**, graças a vocês, sempre encontrei a porta do TROPEN aberta! Sou muito grata!

Às Professoras Doutoras **Jáira Maria Alcobaça Gomes, Sádía Gonçalves de Castro, Maristela Oliveira de Andrade e Maria Dione Carvalho de Moraes**; e ao Professor Doutor Antônio Cardoso **Façanha**, por suas preciosas contribuições durante os seminários de tese e qualificação, importantes para a arquitetura deste produto final!

À Professora Doutora **Maria das Graças Targino**, que ao revisar meu texto, me acolheu com ternura e trabalhou como a melhor das artesãs: “as pedras preciosas precisam de lapidação de um bom ourives, você poliu a minha em filigrana.” Obrigada!

Às amigas **Ana Eulálio, Adriana Barros, Cristiane Moura Fé, Elisete Ribeiro e Izabel Hérika**, e às “**Zamigas**”, o capital social de vocês muito enriqueceu este estudo!

À querida **Mônica Presley**, ex-aluna e, agora, colega de profissão, pela primorosa, pontual e disponível ajuda. Foi muito bom contar com você!

MEU MUITO OBRIGADA A TODOS!

[...] como aqui costuma ventar muito em novembro, minhas folhas podem ir parar no jardim dos outros, a regra de manter limpos os gramados é rigorosa em minha comunidade e constrange a minha decisão de passar a tarde de sábado vendo televisão [...] não chega a ser ensinada nas escolas locais, mas as pessoas a mencionam quando alguém se muda pra cá e a reiteram não apenas nas frequentes conversas outonais, como também varrendo obsessivamente seus jardins. Os transgressores correm o risco de serem excluídos dos eventos comunitários, e raramente alguém deixa de varrer as folhas. Embora a norma não tenha força legal, e embora eu prefira ver televisão a recolher folhas, costumo acatar a regra.

Robert Putnam (1996)

RESUMO

A maioria dos estudos sobre o desenvolvimento reporta-se ao crescimento econômico como fator de medida de prosperidade e acúmulo de riquezas, pouco ou nada considerando fatores de outra natureza, embora ele mantenha relação direta com a dinâmica social, cultural e política das sociedades que, no conjunto, influencia a qualidade de vida da população que demarca o desenvolvimento. Desta forma, ganham importância aspectos da estrutura social relacionados com a capacidade coletiva de interagir, confiar, cooperar, associar-se via redes de relacionamentos formais e informais, que proporcionem a seus membros um capital coletivo – capital social. Este representa um conjunto de recursos não monetários capazes de promover melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas instituições em determinada localidade, visando estimular a articulação sociedade-Governo-mercado de forma a valorizar potencialidades locais e possibilitar o protagonismo dos agentes sociais na construção do desenvolvimento com equilíbrio integral. No caso específico, o agronegócio vem acarretando mudanças significativas em diversos locais do Brasil. A região do cerrado do Piauí, sobretudo para os 18 municípios produtores de soja do sudoeste e parte do extremo sul do Estado, com destaque para Uruçuí, nos últimos 30 anos, tem vivenciado significativo dinamismo econômico, resultante da modernização da agricultura e do agronegócio da soja mediante a instalação de grandes empresas, organizações e de um diversificado comércio alimentador da atividade agroindustrial. Sob esta perspectiva, o objetivo geral deste estudo é analisar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí e seu potencial para influenciar o desenvolvimento sustentável, em especial, no cenário do agronegócio. São objetivos específicos: (1) aferir o índice de capital social (ICS) dos trabalhadores, considerando as dimensões participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade; e ação social; (2) avaliar as dimensões de capital social pesquisadas e seu potencial para influenciar o desenvolvimento no município; (3) discutir questões da realidade local relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na visão dos agentes sociais locais; (4) Conferir desafios e potencialidades do capital social dos agentes sociais locais para impulsionar o desenvolvimento sustentável no município no contexto do agronegócio. Trata-se de pesquisa descritiva analítica, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizada entre 2016 e 2017, com a utilização de uma conjunção de instrumentos de pesquisa, ênfase para as técnicas de entrevista e de questionário (QIM-CS), além da observação e de exaustiva pesquisa bibliográfica e documental. O ICS do segmento dos 170 participantes do estudo está aferido e classificado como baixo 0,378 ($\pm 0,1$), com maior média para a dimensão confiança, coletividade e solidariedade 0,453 ($\pm 0,2$), seguida pela ação social 0,421 ($\pm 0,1$) e participação em organizações, grupos e redes 0,260 ($\pm 0,1$). Dentre os resultados centrais, está a urgência de os agentes sociais transmutarem meras possibilidades em reais políticas públicas e em outros mecanismos que assegurem o desenvolvimento social em Uruçuí, mediante a valorização, na dinâmica local, de elementos essenciais ao desenvolvimento sustentável: participação, cooperação, espírito coletivo, solidariedade e, principalmente, compromisso e engajamento em questões e bens públicos, a exemplo das questões fundiária e ambiental, com permanente busca de maior inclusão social.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento no agronegócio. Agronegócio. Cerrado piauiense. Piauí – cerrado. Agentes sociais.

ABSTRACT

Most studies on the development refer to economic growth as a measure of prosperity and accumulation of wealth, little or nothing considering factors of another nature, although the development maintains itself a direct relationship with the social, cultural and political dynamics of societies that, on their completeness, influence the quality of life of the population and demarcate development. In this way, aspects of the social structure related to the collective capacity to interact, trust, cooperate and associate through formal and informal networks of relationships gain importance. After all, these aspects provide the citizens with collective capital – social capital (SC). The social capital represents a set of non-monetary resources capable of promoting better use of economic assets by individuals and institutions in a specified locality, aiming to stimulate the articulation among society-Government-market in order to valorize local potentialities and enable the social agents to play an important role in the construction of development with integral equilibrium. In the specific case, soybean agribusiness has brought significant changes in several regions / States in Brazil. The cerrado region located in Piauí State (Northeast Brazil), mainly for the 18 municipalities in the southwest and in the South of Piauí, which produce soybean, with emphasis for Uruçuí municipality, in the last 30 years, has experienced significant economic dynamism. It results from the modernization of agriculture and agribusiness soybean through the installation of important companies, organizations and a diversified feeder trade of agroindustrial activity. From this perspective, the general objective of this study is to analyze the social capital of agribusiness workers in Uruçuí and their potential to influence sustainable development, especially in the agribusiness scenario. So, the specific objectives are: (1) to assess workers' social capital index (SCI), considering the dimensions of participation in organizations, groups and networks; trust, community and solidarity; and social action; (2) to evaluate the dimensions of SC surveyed and their potential to influence development in Uruçuí, Piauí; (3) to discuss issues of local reality related to the sustainable development, in the point of view of social agents; (4) to check challenges and potential of social capital of local social agents to promote sustainable development in the municipality in the context of agribusiness. This is a descriptive analytical research, with a quantitative and qualitative approach, conducted between 2016 and 2017, by using a combination of research instruments, emphasis on interview and questionnaire techniques (QIM-CS), as well as observation and an exhaustive bibliographical and documentary research. The SCI of the 170 participants of the study is measured and classified as low 0.378 (± 0.1), with a higher average for the trust, community and solidarity dimension 0.453 (± 0.2), followed by social action 0.421 (± 0.1) and participation in organizations, groups and networks 0.260 (± 0.1). Among the central results is the need for of social agents to change ordinary possibilities into real public policies and other mechanisms that ensure social development in Uruçuí, through the valorization, in the local dynamics, of elements essential to sustainable development. These elements are participation, cooperation, collective spirit, solidarity and, above all, commitment and engagement in the public reality, such as land and environmental issues, with a permanent search for greater social inclusion.

Keywords: Social capital. Development in agribusiness. Agribusiness. Cerrado region. Piauí – cerrado region. Social agents.

RESUMEN

La mayoría de los estudios sobre el desarrollo se refieren al crecimiento económico como factor de medida de prosperidad y acumulación de riquezas, pero poco o nada consideran factores de otra naturaleza, a pesar de mantener una relación directa con la dinámica social, cultural y política de las sociedades que, en su conjunto, influye en la calidad de vida de la población y demarca el desarrollo. De esta manera, adquieren importancia elementos de la estructura social relacionados con la capacidad colectiva de interactuar, confiar, cooperar, asociarse a través de redes de relaciones formales e informales, que proporcionen a sus miembros un capital colectivo, o sea, el capital social. Este representa un conjunto de recursos no monetarios capaces de promover mejor la utilización de activos económicos por los individuos y las instituciones en determinada localidad, con el principal objetivo de estimular la articulación sociedad-Gobierno-mercado con el fin de valorar potencialidades locales y posibilitar el protagonismo de los agentes sociales en la construcción del desarrollo con equilibrio integral. En el caso específico del agronegocio de la soja, este viene produciendo cambios significativos en diversos lugares de Brasil. La región del cerrado del Piauí, sobre todo en los 18 municipios productores de soja del suroeste y parte del extremo sur del Estado, se destaca Uruçuí que, en los últimos 30 años, ha experimentado un significativo dinamismo económico, resultante de la modernización de la agricultura y del agronegocio de soja mediante la instalación de grandes empresas y organizaciones, y de un diversificado comercio alimentador de la actividad agroindustrial. Bajo esta perspectiva, el objetivo general del presente estudio es analizar el capital social de los trabajadores del agronegocio en Uruçuí y su potencial para influir en el desarrollo sostenible; en especial, en el escenario del agronegocio. Por lo tanto, los objetivos específicos son así enunciados: (1) estimar el índice de capital social (ICS) de los trabajadores, teniendo en cuenta las dimensiones de la participación en organizaciones, grupos y redes; confianza, colectividad y solidaridad; y actividad social; (2) evaluar las dimensiones de capital social investigadas y su potencial para influir en el desarrollo del municipio; (3) discutir cuestiones de la realidad local relacionadas con lo desarrollo sostenible, en la visión de los agentes sociales locales; (4) Conferir desafíos y potencialidades del capital social de los agentes sociales locales para impulsar el desarrollo sostenible en el municipio en el contexto del agronegocio. Se trata de una investigación descriptiva analítica, con abordaje cuantitativo y cualitativo, realizado entre 2016 y 2017, con la utilización de una conjunción de instrumentos de investigación, enfatizando en las técnicas de entrevista y de cuestionario (QIM-CS), además de la observación y de una exhaustiva investigación bibliográfica y documental. El ICS del segmento de los 170 sujetos de la investigación está evaluado y clasificado como bajo, o sea, 0,378 ($\pm 0,1$), con mayor promedio para la dimensión confianza, colectividad y solidaridad 0,453 ($\pm 0,2$), seguida por la actividad social 0,421 ($\pm 0,1$) y participación en organizaciones, grupos y redes 0,260 ($\pm 0,1$). Entre los resultados fundamentales está la urgencia de que los agentes sociales cambien las meras posibilidades en políticas públicas efectivas y en otros mecanismos que aseguren el desarrollo social en Uruçuí mediante la valorización, en la dinámica local, de elementos esenciales para el desarrollo sostenible: participación, cooperación, espíritu colectivo, solidaridad y, principalmente, compromiso y responsabilidad ante las demandas y bienes públicos; por ejemplo, las cuestiones agraria y ambiental, con la permanente búsqueda de mayor inclusión social.

Palabras clave: Capital social. Desarrollo en el agronegocio. Agronegocio. Cerrado piauiense. Piauí – cerrado. Agentes sociales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
FIGURA 1 Mapa do Cerrado do Brasil.....	48
FIGURA 2 Mapa dos Territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí.....	56
FIGURA 3 Mapa Município de Uruçuí – Piauí: assentamentos, Agrovila Nova Santa Rosa e fazendas de soja.....	60
FIGURA 4 Mapa de localização de Uruçuí e Microrregiões.....	63
FOTOS 1 Registro de visitas ao município de Uruçuí.....	74-5
FOTOS 2 Registro da aplicação das entrevistas.....	75-6
FOTOS 3 Registro da aplicação dos questionários.....	76
GRÁFICO 1 Índices de capital social conforme dimensões investigadas nos dois segmentos de trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	93
GRÁFICO 2 Distribuição dos trabalhadores das fazendas conforme avaliação dos Índices de capital social em cada dimensão investigada e medida global Uruçuí – Piauí, 2017.....	94
GRÁFICO 3 Distribuição dos empregados do comércio conforme avaliação dos Índices de capital social em cada dimensão investigada e medida global Uruçuí – Piauí, 2017.....	95
GRÁFICO 4 Índices de capital social conforme dimensões investigadas, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	95
FIGURA 5 Cartaz de divulgação do festejo de São Sebastião, Uruçuí – Piauí, 2017.....	123
QUADRO 1 Fatores de desenvolvimento no município segundo os agentes sociais do agronegócio, Uruçuí–Piauí, 2017.....	151

QUADRO 2	Estimativa de produção agrícola, Estado do Piauí, 2017.....	158
FOTOS 4	Registro de instalações físicas em fazendas visitadas.....	163-4
QUADRO 3	Resumo da série histórica da população rural e urbana em Uruçuí – Piauí, 1991-2010.....	177
FOTOS 5	Registro de comércios no bairro Portal do Cerrado.....	178-9
FOTOS 6	Registro dos bairros Portal do Cerrado e São Francisco.....	183

LISTA DE TABELAS

		p.
TABELA 1	Características dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	81
TABELA 2	Escolaridade dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	83
TABELA 3	Renda familiar dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	85
TABELA 4	Ocupação dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	86
TABELA 5	Vínculo empregatício dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	87
TABELA 6	Atividades desempenhadas pelos trabalhadores até a chegada da sojicultura, Uruçuí – Piauí, 2017.....	89
TABELA 7	Introdução da soja na cultura alimentar dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	90
TABELA 8	Índices de capital social conforme dimensões investigadas, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	92
TABELA 9	Índices de capital social conforme dimensões investigadas nos dois segmentos de trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017	92
TABELA 10	Participação em organizações, grupos e redes (Grupo 1 de Variáveis) pelos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	100
TABELA 11	Participação em organizações, grupos e redes (Grupo 2 de Variáveis) pelos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	104
TABELA 12	Benefícios da participação em organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	109
TABELA 13	Características mais semelhantes ou diferentes em relação aos membros de organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	111
TABELA 14	Índices de capital social: dimensão – participação em organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	112
TABELA 15	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – confiança e respeito à cultura local, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017.....	117
TABELA 16	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – confiança dos trabalhadores do agronegócio em relação a instituições / grupos, Uruçuí – Piauí, 2017.....	119
TABELA 17	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e	121

	solidariedade – ações coletivas na realidade local, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	
TABELA 18	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – ações coletivas e cooperadas na realidade local, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	123
TABELA 19	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – solução para problemas coletivos, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	124
TABELA 20	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – frequência de solução para problemas coletivos, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	126
TABELA 21	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – reação da comunidade frente a decisões de autoridades locais, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	126
TABELA 22	Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – confiança, cooperação e solidariedade, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	127
TABELA 23	Índice de capital social: ação social – participação eleitoral nas últimas eleições (2014 e 2016), trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	131
TABELA 24	Índice de capital social: ação social – participação política, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	133
TABELA 25	Índice de capital social: ação social – oportunidades de melhoria das condições de vida, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017.....	136
TABELA 26	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Brasil, Uruçuí e outros municípios do Estado do Piauí.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABAG	Associação Brasileira de <i>Agribusiness</i>
ACDAF	Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Flores
ACDAST	Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Santa Teresa
ACJC	Associação Copagil de Jovens Cooperativista
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
APL	Arranjo Produtivo Local
APROSOJA – PI	Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Piauí
AS-E	Agente Social Empresário do Agronegócio
AS – EC	Agente Social Empregado do Comércio do agronegócio local
AS – G	Agente Social Representante Governamental
AS – I	Agente Social Representante Institucional
AS – LL	Agente Social Lideranças Local
AS – TF	Agente Social Trabalhador das Fazendas de soja
BASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAMPO	Companhia de Promoção Agrícola
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEREST	Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente
CS	Capital Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CO	Centro-Oeste
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRESOL	Crédito Rural Solidário
DIT	Divisão Internacional do Trabalho

ECC	Encontro de Casais com Cristo
<i>e-mail</i>	<i>electronic mail</i>
EMATER / PI	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FISSET	Fundo de Investimento Setorial
FINOR-Agropecuário	Fundo de Investimentos do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICS	índice de capital social
ICSd	Índice de Capital Social por Dimensão
ICSg	Índice de Capital Social por Segmento
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	instituições de ensino superior
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IGP	Índice Geral de Preços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
JADECO	<i>Japan-Brazil Agricultural Development Corporation</i>
JICA	<i>Japan International Corporation Agency</i>
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MA	Maranhão
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
NE	Nordeste
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUMA	Programa da ONU para o Meio Ambiente
POLOCENTRO	Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PRODECER	Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PRODEMA	Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROSPEQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSF	Programa Saúde da Família
QI-MCS	Questionário Integrado para Medir Capital Social
REDE DET	Rede de Desenvolvimento Econômico Territorial
RJ	Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAR	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí
SM	Salário mínimo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STRU	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruçuí
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de informação e de comunicação
TROPEN	Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

	p.
1	INTRODUÇÃO..... 18
2	DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DE PRODUÇÃO DE RIQUEZA..... 25
2.1	Crescimento e desenvolvimento econômico: duas faces da mesma moeda?.. 25
2.2	Desenvolvimento em perspectiva mais abrangente do que a econômica..... 28
3	CAPITAL SOCIAL E ACUMULAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO..... 32
3.1	Capital social: compreendendo o termo..... 32
3.2	Capital social e desenvolvimento de localidades..... 37
3.2.1	Matizes do capital social no desenvolvimento: participação, confiança e ação social..... 40
3.3	Como medir capital social e suas dimensões..... 43
4	CERRADO DO BRASIL E DO PIAUÍ: CELEIRO DO AGRONEGÓCIO. 47
4.1	Agronegócio no Brasil: políticas públicas de apoio e ocupação do cerrado piauiense..... 47
4.2	Cerrado do Piauí: expansão do agronegócio da soja 54
4.3	Uruçuí – Piauí: dinâmica da agricultura da <i>commodity</i> soja 58
5	METODOLOGIA DA PESQUISA..... 62
5.1	Área de estudo: breve caracterização de Uruçuí - Piauí..... 62
5.2	Delineamento do estudo..... 65
5.2.1	Métodos, instrumentos e técnicas da pesquisa..... 66
5.2.2	População e amostra da pesquisa..... 68
5.2.3	Procedimentos para análise dos dados da pesquisa..... 70
5.2.4	Operacionalização da pesquisa..... 73
5.2.5	Critérios éticos da pesquisa..... 77
6	CAPITAL SOCIAL DOS TRABALHADORES E AGRONEGÓCIO EM URUÇUÍ – PIAUÍ..... 78
6.1	Agentes sociais do agronegócio em Uruçuí – Piauí..... 78

6.2	Trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: caracterização.....	80
6.2.1	Caracterização dos participantes da pesquisa.....	80
6.3	Trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: questões relacionadas à soja.....	88
6.4	Índice geral do capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: análise quantitativa.....	91
6.5	Índice geral de capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: análise qualitativa.....	96
6.5.1	Dimensão: participação em organizações, grupos e redes.....	96
6.5.2	Dimensão: confiança, coletividade e solidariedade.....	113
6.5.3	Dimensão: ação social.....	128
7	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM URUÇUÍ – PIAUÍ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES.....	139
7.1	Dinâmica da organização produtiva e social em Uruçuí – Piauí: contexto das mudanças provocadas pelo agronegócio.....	139
7.2	Perspectivas de desenvolvimento em Uruçuí – Piauí: entendimento dos agentes sociais.....	146
7.2.1	Crescimento e desenvolvimento econômico em Uruçuí – Piauí: algumas evidências.....	146
7.2.2	Agronegócio e desenvolvimento em Uruçuí – Piauí: nuances das múltiplas dimensões de sustentabilidade.....	150
7.2.3	Possibilidades e limites do capital social no agronegócio em Uruçuí – Piauí	191
8	CONCLUSÃO.....	198
	REFERÊNCIAS.....	206
	APÊNDICES	223
	APÊNDICE A	224
	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	224
	APÊNDICE B	227
	FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	227
	APÊNDICE C	229
	QUESTIONÁRIO PARA MEDIDA DO CAPITAL SOCIAL.....	229
	APÊNDICE D	236
	ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	236

1 INTRODUÇÃO

O tema do desenvolvimento das sociedades é recorrente na academia e nas pesquisas de mercado, face ao interesse de estudiosos, técnicos e governantes em compreenderem o processo por meio do qual nações, Estados e cidades crescem, prosperam, acumulam e distribuem o capital. No epicentro das análises, é questão fundamental assimilar se as sociedades historicamente e, de forma particular, reproduzem-se apenas materialmente ou, também, socialmente e culturalmente.

A maioria dos estudos sobre o desenvolvimento reporta-se ao crescimento econômico como fator de medida de prosperidade, acúmulo de riquezas e progresso, pouco ou nada considerando fatores de outra natureza, quando, no entanto, ele mantém relação direta com a dinâmica social, cultural e política das sociedades que, no conjunto, influencia na qualidade de vida das populações e demarca o real desenvolvimento (ERBER, 2011; FURTADO, 1999, 2007; LEFF, 2001).

No paradigma do desenvolvimento econômico, os princípios de sua racionalidade legitimam a falsa ideia de progresso da civilização moderna. Desta forma, segundo afirmação de Leff (2001), banem-se o social e o meio natural da esfera da produção, peculiarizando os processos de destruição ecológica, degradação humana e ambiental. Ao longo do tempo, porém, avançam as produções sobre o desenvolvimento humano e social que pressupõem o equilíbrio integrado entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, nos moldes do paradigma do desenvolvimento sustentável, cunhado inicialmente pelo Relatório da *Brundtland Comission* (BRUNDTLAND, 1987). Para Sachs (1986, 1995, 1998, 2003), tal concepção ancora-se no tripé atividade econômica, bem-estar da sociedade e meio ambiente, e deve cumprir os princípios de satisfação das necessidades básicas da população: solidariedade com as gerações futuras; participação das coletividades envolvidas; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; sistema social com garantia de trabalho; segurança social; respeito à diversidade cultural, educação e cidadania

No bojo das discussões sobre o desenvolvimento, apesar da tendência da globalização, de interconectar os espaços e as economias como um todo uno e interdependente, sobressaem-se as análises reafirmando a diversidade socioeconômica e cultural das identidades regionais e territoriais, sob um contexto de transição para outro padrão de desenvolvimento mundial, estruturado numa nova ordem de relacionamento entre local e global. Trata-se de outra noção de desenvolvimento, que reage às tradicionais, cujos pressupostos impõem significativa

importância ora ao mercado ora à infraestrutura, em consonância com autores, a exemplo de Borba e Gomes (2003); Buarque (2008); e Flores (2006).

Nessa perspectiva, os aspectos materiais e tangíveis da vida econômica não parecem suficientes para assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento de localidades, porque envolvem, também, fatores sociais, culturais e políticos não regulados tão somente pelo sistema econômico e / ou pelo mercado. Ganham importância singular, enfoques da estrutura social relacionados diretamente à capacidade coletiva de interagir, confiar, cooperar e associar-se como as redes de relacionamentos formais e informais, que proporcionam aos membros um capital coletivo – capital social (CS), criado e sustentado por meio de trocas compartilhadas pelo conjunto da sociedade.

Como consensual para muitos teóricos, a exemplo de James Samuel Coleman (1988); Carlos Milani (2003); Alejandro Portes (2000); e Robert David Putnam (1996), o capital social existe e reside nas relações e não no indivíduo sozinho. Isto porque, é ele construído em coletividades institucionalizadas, agregando características negligenciadas da vida social e política de um território, desafiando a exploração da infraestrutura da própria sociedade civil como pré-condição à compreensão social de sustentabilidade do desenvolvimento. Ademais, o capital social representa um conjunto de recursos não monetários capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas instituições num território, no sentido de estimular sinergia entre Estado e sociedade; dinamizar e valorizar as potencialidades locais; e possibilitar o protagonismo dos sujeitos na construção do desenvolvimento local. Tanto o desenvolvimento quanto o capital social exigem a intervenção deliberada dos vários agentes do território: organizações da sociedade civil e organizações públicas estatais e não estatais.

Por esse conjunto de propriedades, Lévesque (2010) assevera que a variável CS vem sendo requisitada da sociologia para as análises econômicas acerca do crescimento e do desenvolvimento, a fim de explicar os níveis desiguais de avanço alcançados por realidades que, apesar de compartilharem oportunidades econômicas semelhantes, alcançam padrões distintos de infraestrutura e de comportamentos sociais.

Neste contexto, o agronegócio da soja tem acarretado mudanças significativas em diversos locais do país. A região do cerrado do Piauí (PI), por exemplo, tem vivenciado, nos últimos 30 anos, significativo dinamismo econômico, resultante da modernização da agricultura, do agronegócio da soja e da instalação de grandes empresas, cooperativas e de um diversificado comércio alimentador da atividade agroindustrial, incluindo venda e manutenção de máquinas, autopeças, pneus, fertilizantes, prestação de serviços, etc. Tudo isto

vem gerando crescimento econômico, sobretudo para os 18 municípios produtores de soja do sudoeste e parte do extremo sul do Estado, destacando-se Uruçuí, por apresentar maior produção total e média de soja até 2012, conforme afirmação de Oliveira (2015).

Por conseguinte, o fator explicativo do desenvolvimento reveste-se de singular relevância para os estudos sobre o desenvolvimento de regiões e localidades que, embora alcancem prosperidade econômica, pouco avançam no estoque de riquezas sociais (capital social). Em função de tal constatação, elege-se o capital social como objeto de pesquisa para esta tese, cujo campo empírico limita-se ao município piauiense de Uruçuí. Este exemplifica bem a questão em discussão: a dinâmica econômica instalada pelo agronegócio na localidade vem provocando crescimento econômico e mudanças sociais, culturais, ambientais e em outras dimensões, sem contudo, apresentar soluções sustentáveis para expressões da questão social local relacionadas às oportunidades de melhoria das condições de vida da população e à redução da desigualdade social.

O dinamismo econômico registrado em Uruçuí resulta não apenas das características ambientais do bioma cerrado, favorável à agricultura de grãos, mas, igualmente, da implantação pelo Governo Estadual de um pacote de pesquisas, projetos de infraestrutura e de programas em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal, além da participação representativa do setor privado. Ainda para Aguiar (2005), o citado dinamismo econômico decorre, também, de incentivos fiscais destinados à produção agrícola de grãos e à agroindústria, e de outras concessões, com vistas a atrair investidores das demais regiões brasileiras para que se instalem no município com empreendimentos favorecidos pelo baixo custo de terras e de mão de obra, e, ainda, pelo domínio cultural do trabalho com a agricultura moderna assalariada.

No entanto, ainda perduram no município assimetrias que justificam a pesquisa ora apresentada e ratificam a necessidade de construção de condições indutoras ao efetivo desenvolvimento sustentável. A este respeito, chamam atenção estudos elaborados anteriormente e que destacam externalidades da dinâmica econômica local. Exemplificando: Aguiar (2005) discute a priorização de crescimento econômico com parca contribuição ao desenvolvimento com inclusão social, à sustentabilidade ambiental e à formação de capital social, enquanto a modernização da agricultura com baixo aproveitamento da mão de obra local é tema explorado por Araújo (2005) e Rodrigues (2015). As condições precárias de trabalho são estudadas por Alves (2006); as práticas inadequadas de uso e manejo do solo, responsáveis pela degradação ambiental, por Masulo e Moraes (2012); a insuficiente sustentabilidade econômica, social e ambiental, por Oliveira (2015); as condições

socioeconômicas insatisfatórias das comunidades e a diminuta participação do Estado na garantia dos bens coletivos e o pouco alcance das políticas públicas são exploradas por Silva (2016), entre outras, que imprimiram e imprimem profundas modificações nos espaços rurais e urbanos, provocando alterações do tecido social da sociedade uruçuiense e impondo limites ao desenvolvimento social e humano.

Em termos gerais, tais estudos apontam, por um lado, para discussão sobre a ótica do crescimento / desenvolvimento econômico, com destaque para a tensão que se estabelece entre os principais atores do processo, como produtores e trabalhadores, mobilizados por interesses distintos e sob as condicionalidades da lógica produtivista de reprodução do capital financeiro em que se organiza a agricultura moderna capitalista. Por outro lado, destacam os impactos negativos à sustentabilidade econômica, social e ambiental, conquanto reconheçam a relevância da exploração e da produção de grãos e do agronegócio para o crescimento econômico em escala municipal e estadual

Em que pese a relevância das pesquisas citadas e de tantas outras revisitadas, reconhece-se que pouco se produziu sobre o desenvolvimento nos municípios do cerrado do Piauí referente ao crescimento da riqueza social, que flui das diversas formas de sociabilidade humana, da participação e da organização social e do conseqüente empoderamento dos agentes sociais locais. Assim sendo, o estudo “Capital social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado do Piauí: desafios e potencialidades no município de Uruçuí” foca desafios e potencialidades do capital social em influenciar o desenvolvimento sustentável no referido município no contexto da dinâmica econômica do agronegócio, indagando-se para tanto:

1. Quais perspectivas de desenvolvimento a dinâmica do agronegócio provoca no município?
2. Que tipo de capital (riqueza), o agronegócio traz para a sociedade uruçuiense?
3. Quem são os agentes do desenvolvimento local?
4. Qual é o nível de capital social acumulado pelos agentes sociais locais?
5. Qual o potencial do capital social para empreender e influenciar o desenvolvimento, socialmente construído no município?

Diante do exposto, reafirma-se que este estudo fundamenta-se em dois pilares. O primeiro deles apoia-se na compreensão de desenvolvimento como processo socialmente construído na esfera do desenvolvimento sustentável, com foco na ação coletiva e

participativa, nas relações de confiança e solidariedade e no empoderamento dos sujeitos para ação consciente e autônoma na sociedade. O segundo evidencia quem são os agentes responsáveis por tecer a densa rede de articulação entre os segmentos diversos da população, entre as forças sociais locais (organizações, grupos e redes), a fim de executar ações coletivas cooperadas, visando à conquista de bens públicos, capazes de enriquecer o tecido social e alavancar o processo de desenvolvimento no município em bases sustentáveis, levando-se em consideração o contexto vivenciado.

Partindo-se da problemática ora esboçada e considerando as estratégias exógenas de desenvolvimento econômico adotadas para o município, a hipótese central da tese pressupõe que o crescimento econômico propiciado pelo agronegócio no município, desencadeou mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na realidade local, sem contudo favorecer o acúmulo de capital social na sociedade e, também, as práticas coletivas dos agentes sociais locais, componentes impulsionadores de desenvolvimento sustentável. A partir de então, enuncia-se como objetivo geral: analisar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí e seu potencial para influenciar o desenvolvimento sustentável no município, em especial, no cenário da dinâmica do agronegócio. Daí, inferem-se como objetivos específicos:

1. Aferir o índice de capital social (ICS) dos trabalhadores, considerando as dimensões participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade; e ação social.
2. Avaliar as dimensões de capital social pesquisadas e seu potencial para influenciar o desenvolvimento no município numa perspectiva mais ampla do que a econômica.
3. Discutir questões da realidade local relacionadas ao desenvolvimento sustentável no município, no entendimento dos agentes sociais locais.
4. Conferir desafios e potencialidades do capital social dos agentes sociais locais para impulsionar o desenvolvimento sustentável no município no contexto do agronegócio.

Quanto à metodologia, adota-se pesquisa descritiva analítica e abordagem quanti-qualitativa a fim de verificar o nível de capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, e relacioná-lo aos desafios e potencialidades de desenvolvimento economicamente viável e socialmente sustentável. Para tal, não basta confirmar se há ou não capital social. É preciso ir além, e identificar e analisar sua intensidade para gerar desenvolvimento.

Em termos estruturais, a tese consta de oito capítulos. Após a introdução, que prima pela apresentação do tema e justificativas para sua seleção, além de trazer o pressuposto

central e os objetivos, o segundo capítulo privilegia o desenvolvimento com suas concepções econômicas e sociais de produção de riqueza. A princípio, pontua-se a diferença entre as noções de crescimento e desenvolvimento econômico, para finalizar com o desenvolvimento em perspectiva mais abrangente do que a econômica.

O terceiro capítulo explora, em detalhes, o capital social e o processo de acumulação de ativos intangíveis para o desenvolvimento, a partir da própria concepção da expressão – capital social – em sua polissemia. Para tanto, recorre-se a estudos precursores de Alexis-Charles-Henri Clérel, visconde de Tocqueville (ou Alexis de Tocqueville), pensador político e historiador francês; as norte-americanas Lyda Judson Hanifan e Jane Butzner Jacobs, chegando até a nomes contemporâneos, como o sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu; os cientistas políticos estadunidenses James Samuel Coleman e Robert David Putnam. Sobressai a contribuição deste último para a disseminação dos estudos, uma vez que enfoca a importância do CS para as análises do desenvolvimento regional / local, discutindo elementos, como: participação social, confiança e engajamento cívico, variáveis fundante de uma comunidade cívica, categoria central do seu estudo.

No quarto capítulo, discute-se a condição do cerrado brasileiro e do Piauí como celeiro do agronegócio, o que requer discutir as políticas públicas de apoio ao *agrobusiness* (ou *agribusiness*) e de ocupação do cerrado piauiense, em especial, de Uruçuí, diante da dinâmica da agricultura da *commodity* soja. A metodologia incorpora o quinto capítulo, mediante detalhamento dos itens: área e delineamento do estudo, com dados acerca do município de Uruçuí, campo empírico da investigação; métodos, técnicas e instrumentos; população e amostra; procedimentos para análise dos dados; operacionalização do estudo; e critérios éticos. O sexto capítulo tem como foco o ICS dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, pesquisado nas dimensões previstas no objetivo um, quais sejam: participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade; e ação social. De forma similar, o capítulo também contempla o objetivo dois referente à premência de avaliar as dimensões de capital social e seu potencial para intervir no processo de desenvolvimento no município em perspectiva mais ampla do que a meramente econômica.

O sétimo capítulo detalha o entendimento dos agentes sociais do agronegócio acerca do desenvolvimento propiciado em Uruçuí pelo agronegócio, sob a ótica das mudanças ocorridas no município, discutindo desafios e potencialidades do capital social, o que leva a contemplar os dois últimos objetivos específicos mencionados nesta etapa introdutória. O último capítulo destina-se a sintetizar as conclusões da pesquisa, tomando como referência tanto a hipótese enunciada quanto as questões norteadoras da pesquisa, e, decerto, os

objetivos demarcados. Ao final, está a listagem das fontes citadas para a elaboração da tese, seguindo-se os apêndices alusivos aos instrumentos imprescindíveis à coleta de dados.

2 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DE PRODUÇÃO DE RIQUEZA

As ideias subjacentes aos enfoques de desenvolvimento na perspectiva econômica tratam-no no sentido de crescimento, progresso, avanço, riqueza, poder e até mito, entre outros significados atribuídos ao resultado dos processos nele ensejados. Em contraposição, na acepção do desenvolvimento social e humano, outras dimensões ganham sentido, a exemplo do bem-estar, da qualidade de vida e da sustentabilidade. Num ou noutro enfoque, o desenvolvimento consiste, sempre, em possibilidade desejada por indivíduos e coletividades.

Assim, o capítulo expõe concepções de desenvolvimento sob a ótica de diferentes abordagens, desde a noção de modernização que o iguala ao crescimento econômico até o entendimento de desenvolvimento sustentável, que congrega matizes teóricas e político-ideológicas distintas e, às vezes, controversas, com a ressalva de que esta última perspectiva consiste em referência para a discussão central ao longo da pesquisa em foco.

2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico: duas faces da mesma moeda?

De acordo com Leff (2001), durante o século XX, vários estudos questionam as lógicas de produção econômica e de apropriação ou expropriação pela população do produto gerado. Como decorrência, tais trabalhos conferem ao termo desenvolvimento diferentes significados e conexões, relacionadas às concepções economicistas, sociais, ambientais, culturais e políticas no que concerne aos aspectos quantitativos e qualitativos.

No âmbito da formulação das abordagens de desenvolvimento, registra-se visível predominância da concepção clássica até os anos 80 (século XX), que o concebe como sinônimo de crescimento, o que restringe o fenômeno à esfera de produção, embasado no acúmulo material de riquezas, cujos indicadores buscam medir o aumento da capacidade produtiva da economia, por meio do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), pela renda *per capita*, pela força de trabalho e da receita nacional, além do Produto Interno Bruto (PIB), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Índice Geral de Preços (IGP), entre outros índices e indicadores econômicos. Aqui, vale a pena acrescer a distinção entre as designações – índice e indicador. Para Siche *et al.* (2007), índice diz respeito a um valor numérico, que representa o valor agregado final do cálculo das variáveis ou indicadores que o compõem. O indicador, por sua vez, refere-se a uma medida quantitativa adotada para representar um dado individual ou um agregado de informações sobre um conceito, uma tendência ou um contexto de determinada realidade.

Prosseguindo, no paradigma do desenvolvimento econômico, a visão mecanicista de razão cartesiana converte-se em princípio constitutivo de uma teoria econômica difundida na tradição econômica clássica e neoclássica. Esta prevalece sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida. E termina por legitimar a falsa noção de desenvolvimento da civilização moderna amparado em valores materialistas, no incremento da indústria e no crescimento dos padrões de consumo, cuja doutrina estruturante é a produção ilimitada de capital, bens e serviços, e de outras variáveis relacionadas à produtividade e à renda, sob forte protagonismo do Estado e comando das normas de mercado. É evidente, pois, que neste entendimento, relega-se a ideia de que o processo de desenvolvimento mantém como condição essencial mudanças nas instituições e na cultura de uma sociedade (LEFF, 2001).

O desenvolvimento amparado na compreensão de progresso ganha fôlego a partir da segunda metade do século XX graças ao avanço das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) com reflexos diretos em todas as esferas sociais, e, por conseguinte, no modo de produção capitalista. Ocorre ampliação da produtividade em larga escala sustentada pelo ascendente processo de industrialização que, por certo tempo, confundiu-se com o desenvolvimento econômico. A este respeito, Sunkel e Paz (1988) acreditam ter sido este o caminho trilhado para o alcance do desenvolvimento pelos países subdesenvolvidos com vistas à superação da relação da dependência centro-periferia.

Portanto, a concepção de desenvolvimento alicerçada na ideia de progresso tecnológico defendida por teóricos adeptos do crescimento econômico é duramente criticada por exaltar a acumulação de capital nos sistemas de produção fora do contexto social e cultural e, assim sendo, manter-se desconectada de uma política de defesa dos recursos não reprodutíveis e naturais. No plano teórico, a contestação sustenta a tese de que o avanço tecnológico altera o modo de produção sem, contudo, modificar o sistema produtivo, o que não conduz, necessariamente, ao desenvolvimento. No plano das consequências dessa modalidade de desenvolvimento sobre o meio físico, estudos como *The limits to growth*, elaborado pelo renomado Clube de Roma, em 1972, sob a liderança de Dornella H. Meadows *et al.* (1973), apontam para os efeitos deletérios da pressão exercida pelo processo de acumulação e o incremento do consumismo da população sobre os recursos não reprodutíveis.

No âmbito das ciências econômicas e sociais, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento geram controvérsias. Sob o prisma da economia, na visão de Furtado (2007), o desenvolvimento assenta-se no aumento do fluxo de renda real de forma contínua devido à capacidade produtiva do sistema de produção, mesmo que o incremento da

produtividade ocorra face à incorporação do excedente advindo do processo produtivo, o que configura o processo acumulativo e, sob sua égide, a concentração do capital e das riquezas.

Clássicos da economia, como o filósofo, sociólogo, e, sobretudo, revolucionário socialista, Karl Marx; Adam Smith, filósofo e economista escocês ainda do século XVIII; e Joseph Alois Schumpeter, economista e cientista político austríaco da primeira metade do século XX, um dos primeiros a perceber as TIC como elemento do desenvolvimento capitalista; concordam que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social configura-se como a mais poderosa alavanca de acumulação. Esta vem se transformando em espinha dorsal do desenvolvimento econômico sustentado na divisão social e técnica do trabalho e na eficiência / especialização dos processos de trabalho, possibilitada, por sua vez, pela divisão do trabalho e pelas inovações tecnológicas que marcam a sociedade contemporânea.

A corrente estruturalista, originada no âmbito da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 1990), diferencia crescimento de desenvolvimento, na medida em que visualiza o primeiro como indispensável ao segundo e pré-requisito para superação da pobreza, porém não suficiente em ambos os casos. Enquanto o crescimento identifica-se com simples variação quantitativa do produto, o desenvolvimento é caracterizado como fenômeno complexo de mutações de natureza econômica, política e, principalmente, social e humana, com satisfação das necessidades básicas das pessoas, como alimentação, educação, saúde, habitação, transporte e lazer (FURTADO, 1999, 2007; MILONE, 1998; PREBISCH, 1982).

No escopo desses estudos e contrariando os que se caracterizam por tradição econômica clássica e neoclássica, Furtado (1999), em análise acerca do nível de desenvolvimento nos países periféricos, assevera que o desenvolvimento econômico é um mito, uma vez que não pode ser universalizado, porquanto as benfeitorias do crescimento econômico industrial não beneficiam a todos. Assim, a taxa acentuada e crescente de exploração dos países centrais sobre os periféricos amplia o fosso entre as nações, limitando-se a modernizar a economia. Quer dizer, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) gera o excedente da produção derivado da realocação de recursos no plano internacional e permite maior nível de consumo somente à classe dirigente nas nações industrializadas. Todavia, ao longo do tempo, a onda de consumo invade os países periféricos que passam a importar bens e costumes do centro. Tal cenário revela que a essência capitalista persiste inalterada, mantendo viva e dinâmica a relação de dependência centro-periferia e a exploração pouco controlada dos recursos naturais não renováveis no contexto da expansão capitalista.

2.2 Desenvolvimento em perspectiva mais abrangente do que a econômica

Os estudos de Leff (2001); Foladori (2002); e Seiffert (2014) questionam as finalidades do desenvolvimento, os custos sociais, econômicos e ambientais e a consequente degradação ambiental, exclusão e produção de iniquidades sociais, além de reivindicarem a humanização do desenvolvimento, de modo que o homem seja, ao mesmo tempo, promotor e beneficiário. As novas formulações, tanto no meio acadêmico quanto na esfera das formulações teóricas, esforçam-se por diferenciar os vários processos: crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, este último cunhado, de início, no citado Relatório da *Brundtland Comission*.

Na percepção de Sen (1999), o efervescente debate internacional sobre as distintas concepções de desenvolvimento suscita a necessidade de repensar a forma como a sociedade foi e está sendo favorecida pelo desenvolvimento praticado em cada realidade e, também, refletir sobre a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Ou seja, é preciso verificar se as conquistas alcançadas são igualmente apropriadas por todos os segmentos populacionais num mesmo território, assegurando saúde e longevidade aos cidadãos, além de oportunidade equânime para seu bem-estar e sua liberdade.

Depreende-se, então, que a crise ambiental contemporânea constitui reflexo do modelo de exploração dos recursos naturais sem preocupação com a preservação, o que se agrava com a ampliação da população e a acumulação de riquezas e, mais recentemente, com a globalização econômica, a expansão do neoliberalismo e a revolução tecnológica em vigor. Os sinais de tal processo são visíveis em escala planetária e expressos sob a forma da degradação progressiva dos ecossistemas, contaminação crescente da atmosfera, solo e água e aquecimento global, com a ressalva de que, de uma forma ou de outra, impõe-se, ainda, como decorrência de processos produtivos e modelos de desenvolvimento passados e presentes.

Frente a este cenário, movimentos ambientalistas surgem nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, nas décadas de 60 e 70, século XX, fazendo eclodir, em todo o mundo, bandeiras de enfrentamento da degradação ambiental e de proteção do meio natural. Eis alguns exemplos representativos, dentre vários outros: Clube de Roma (1968); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972); Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), 1983 a 1986; Relatório da *Brundtland Comission* (1987); ECO 92, Rio de Janeiro, Brasil (1992); e a Rio+20, RJ, Brasil, 2012.

Esclarece-se, brevemente, que o Clube de Roma, hoje, organização não governamental (ONG), tem início em abril de 1968, século XX, quando um grupo restrito de profissionais de

diferentes formações, incluindo altos funcionários do Governo de 10 países reúnem-se para discutir o uso indiscriminado dos recursos naturais do meio ambiente em termos mundiais, na *Accademia Nazionale dei Lincei* (Roma, Itália), o que justifica a designação do grupo. Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ou, simplesmente, Conferência de Estocolmo, uma vez que acontece em Estocolmo, Suécia, objetiva conscientizar a sociedade em torno da importância da preservação ambiental e se notabiliza por ser a primeira medida de abrangência mundial com tal intuito.

A CMMAD, por sua vez, figura como iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), para avaliação dos 10 anos de vigência do proposto na Conferência de Estocolmo. Nos anos iniciais, a Comissão promove encontros entre líderes de Governo e membros da sociedade civil, dando origem ao relatório “Nosso futuro comum”, conhecido como Relatório da *Brundtland Commission*, como antes citado, em homenagem à presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland, à época, primeira ministra da Noruega. Em se tratando da Rio-92 ou Eco-92, ocorre após 20 anos da Conferência de Estocolmo, quando o Brasil sedia nova reunião da Assembleia Geral da ONU com o intuito de avaliar a evolução das políticas de proteção ambiental ao longo do mundo. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, 20 anos depois da Eco-92, e também no RJ, dentre outras medidas, sugere o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) e a instituição de um órgão para coordenar e liderar ações internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável, contando com a presença de 188 países.

Em síntese, é evidente que todos esses movimentos ambientalistas representam estratégias de defesa da eficiência econômica, dos serviços ecossistêmicos, da governança – crescimento econômico, equidade social e direitos humanos – e da justiça ambiental, em nome do progresso com bem-estar. A respeito dessas iniciativas, Sen (1999, p. 23) posiciona-se em defesa da expansão das liberdades humanas como meio e fim do desenvolvimento, entendido como “[...] processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas.” Ou seja, há, na sociedade, disposições institucionais / estatais que proporcionam às pessoas oportunidades econômicas, sociais e políticas de desfrutarem de mais ou menos liberdade, e, portanto, de atuarem como atores no processo de desenvolvimento. Para tanto, é mister a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como: pobreza, tirania, carências econômicas, negligência dos serviços públicos, intolerância política e outros tipos de restrições à liberdade no envolvimento efetivo da vida social, política e econômica da comunidade. Isto significa que a privação de liberdade econômica pode gerar a perda de

liberdade social e liberdade política, impedindo que os cidadãos participem do próprio desenvolvimento de sua coletividade.

Na mesma direção, a concepção de desenvolvimento sustentável defendida por Sachs (2003) pressupõe o equilíbrio integrado do crescimento econômico com a equidade social e a preservação ambiental. Neste caso, a sociedade organiza-se sobre fundamentos de não exclusividade econômica, mediante a valorização do tripé: atividade econômica, bem-estar e meio ambiente. Tal preceito embasa-se nos princípios da satisfação das necessidades básicas, da solidariedade com as gerações futuras, da participação da população, da preservação dos recursos naturais, do sistema com garantias sociais (emprego, segurança social), do direito à educação e do respeito à diversidade em qualquer instância cultural. Ainda sobre a sustentabilidade, o mesmo autor reconhece cinco dimensões:

1. **Social** – relacionada à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida com equidade e justiça social em busca da “boa sociedade.”
2. **Econômica** – efetivada mediante alocação e gestão efetiva de recursos e investimentos públicos e privados, e uso consciente dos recursos naturais.
3. **Ecológica** – alusiva ao equilíbrio e à subsistência dos ecossistemas, da conservação e da manutenção genética, incluindo a sustentação dos recursos abióticos e a integridade climática, visando a benefícios para as gerações presentes e futuras.
4. **Espacial** – referente à organização do espaço de modo a assegurar qualidade de vida, biodiversidade e escala humana em cada fração espacial do sistema, o que assegura equilíbrio entre o urbano e o rural.
5. **Cultural** – direcionada à preservação de tradições e valores culturais e suas transformações, privilegiando mudanças quanto a cada ecossistema, cultural e local.

À dimensão cultural, estão associados a educação para o consumo consciente e o conhecimento para a construção de novos projetos civilizatórios (sociedade sustentável), além do elemento psicológico, que contempla o aspecto das emoções, relacionadas à sensação de felicidade, enquanto atributo inconsciente de cada pessoa, mas que pode ser partilhada com outras num mesmo ambiente e também com outras dimensões de sustentabilidade. Há, ainda, a dimensão política, nacional e internacional, e que está vinculada à participação democrática nas tomadas de decisão, mediante compreensão acurada dos problemas e das oportunidades. Enfim, a dimensão cultural, por sua amplitude, envolve a sociedade como um todo por meio

da superação de práticas de exclusão e de práticas insustentáveis, abrangendo, pois, a sustentabilidade institucional.

Dizendo de outra forma, as dimensões aqui descritas, em conjunto, confluem para uma concepção de desenvolvimento que não se limita à ampliação do produto material gerado. Ao contrário: inclui outras variáveis de impacto na qualidade de vida da sociedade, como saúde, educação, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e liberdade.

Na mesma linha de pensamento de Ignacy Sachs, Seiffert (2014) assevera que sua base conceitual incorpora não somente elementos físicos relacionados ao avanço econômico, como terra, máquinas, propriedade, mas, também, o componente humano, como indivíduos, famílias e comunidades. Isto possibilita superar os limites do desenvolvimento econômico e afiançar sustentabilidade aos processos produtivos, ao vencer os efeitos maléficos do crescimento meramente econômico. Milani (2003) também partilha do mesmo entendimento. Registra que variáveis sociais, políticas e institucionais são determinantes dos processos de desenvolvimento e não apenas as econômicas, como o capital físico e tecnológico, ou seja, as variáveis econômicas de forma isolada são insuficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Compreende-se que as abordagens sobre o tema evoluem para uma concepção sistêmica, em que o desenvolvimento figura como uma categoria transdisciplinar. Como tal, contempla as estruturas econômica, social e ambiental, devidamente articuladas mediante crescimento econômico, equidade e sustentabilidade, interagindo e se comunicando com os componentes sistêmicos na formação de determinada unidade e integridade.

Por conseguinte, infere-se que, a despeito da predominância da análise do desenvolvimento sob o prisma econômico, mensurada a partir de índices e indicadores pertinentes à produção e à reprodução do capital financeiro, as análises das dimensões sociais do desenvolvimento vêm se tornando recorrentes. Portanto, é fundamental considerar o bem-estar da sociedade e avaliar o desenvolvimento a partir de complexo encadeamento de fatores e condições de natureza econômica, política, sociocultural e ambiental, reiterando-se, como antes dito, que é esta a concepção norteadora desta investigação.

3 CAPITAL SOCIAL E ACUMULAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO

Capital social diz respeito a aspectos da estrutura social relacionados diretamente à capacidade individual ou coletiva de interagir, confiar, cooperar e associar-se, como as redes de relações formais e informais que proporcionam a seus membros um capital coletivo, criado e sustentado por meio de trocas compartilhadas pelo conjunto da sociedade. Logo, o capital social conforma-se como um conjunto de recursos não monetários capazes de promover melhor utilização dos ativos econômicos por indivíduos e instituições numa sociedade e, também, de permitir o protagonismo dos agentes sociais na construção do desenvolvimento (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1996), como antes enunciado.

Assim, neste capítulo, apresenta-se a discussão do capital social, revisitando-se formulações teóricas de diferentes autores, com destaque para a concepção do cientista político norte-americano Robert David Putnam, tomada como referência para o estudo. De início, discorre-se sobre a base conceitual do termo; os elementos constantes em sua composição; as metodologias de mensuração e de análise; e as matizes pesquisadas: participação; confiança, coletividade e solidariedade; e ação social.

3.1 Capital social: compreendendo o termo

A origem do conceito de capital social tem inspiração sociológica no francês Émile Durkheim, “um dos pais” da sociologia moderna, haja vista que graças à sua atuação garante o *status* de disciplina acadêmica à sociologia, por meio de sólida construção teórica acerca da relevância da vida em grupo para superar a anomia e a autodestruição. Como decorrência, nas ciências sociais, observa-se crescente número de estudos articulando o capital social ao tema do desenvolvimento, por entender que os aspectos materiais ou tangíveis da vida econômica são insuficientes para assegurar as condições para o desenvolvimento das coletividades, o qual envolve, também, fatores sociais, culturais e políticos não regulados tão somente pelo sistema econômico e pelo mercado.

Cronologicamente, os primeiros registros sobre a incorporação do termo reportam-se ao século XIX, com Alexis de Tocqueville, no longínquo 1830, na obra “*Democracy in America*”, 1969. Ao abordar um sério contraste entre França e EUA, cunha a expressão “Governo Civil”, referindo-se à capacidade de a sociedade humana gerar ordem espontânea a partir da cooperação. No século XX, o tema ganha força com Lyda Judson Hanifan (1916), quando descreve centros comunitários escolares rurais e o trabalho coletivo, no território

norte-americano da Virgínia (*Commonwealth of Virginia*). Jane Butzner Jacobs (1961), por seu turno, enfatiza a importância das redes informais de sociabilidade em grandes metrópoles estadunidenses, enquanto Glenn Loury (1977) discute as relações de confiança para melhor utilização de recursos individuais.

Porém, somente na segunda metade do século XX, anos 80, o termo conquista maturidade com autores consagrados, como Pierre Bourdieu (1986); James Coleman (1988); e Robert Putnam (1996). Estes atribuem ao capital social novos dimensionamentos alicerçados na ideia de coesão social (MARTINS, 1987; PATTUSSI *et al.*, 2006; PORTES, 2000; SOUZA; ANDRADE; CÂNDIDO, 2010). A partir de então, a disseminação do conceito de capital social conduz a uma densa produção literária, cuja base conceitual tem sido marcada por polêmicas e conflitos teóricos quanto ao sentido original e ao valor heurístico. Ao tempo em que alguns estudiosos atribuem ao termo um conjunto polissêmico de significados, outros revelam crescente consenso em relação à sua utilização para nomear a capacidade da vida em grupo como fonte de benefícios para o indivíduo e para a coletividade, em virtude da pertença a redes sociais ou a outras formas de sociabilidade (NAVAES; ABREU; SOARES, 2010).

Quanto às características marcantes, ressaltam que, enquanto o capital físico é totalmente tangível, observável e facilmente mensurável, o capital social, por se alojar na relação entre indivíduos e grupos de indivíduos, constitui recurso complexo, menos tangível e revestido de forte subjetividade, guardando, contudo, algumas características do capital material. Por exemplo, requer recursos, especialmente tempo, para ser produzido; está sujeito à acumulação e à depreciação; e seu estoque garante um fluxo de benefícios, como educação, créditos e serviços. Além disto, como consensual para alguns autores, à semelhança de Baquero (2003); Baquero e Morais (2006); Foladori (2002); e Grootaert e Van Bastelaer (2002), a cumulatividade tende a aumentar com o uso e por meio de ações de cooperação, mas diminui significativamente frente a atitudes, comportamentos e situações de intolerância, discriminação, desrespeito e restrições à liberdade de expressão e à organização política.

Nos EUA, onde a maioria dos estudos pioneiros a respeito da relação entre a riqueza da sociedade civil e a construção da democracia surge, como o de Lyda Judson Hanifan e o de Jane Butzner Jacobs, intitulado *“The life and death of great American cities”*, o capital social emerge da combinação entre compromisso cívico, comunidade e liberdades individuais, alicerce da democracia liberal norte-americana. Em contraposição, no Velho Continente, onde há menos estudos em função do contexto político, o capital social está mais relacionado com benefícios individuais e de classe vindos de relações pessoais e valores sociais compartilhados (MILANI, 2003; PATTUSSI *et al.*, 2006; SOUZA; ANDRADE; CÂNDIDO, 2010).

Como antes mencionado, dentre as análises contemporâneas de capital social, destacam-se as de Bourdieu (1980), Coleman (1988; 1990) e Putnam (1996). Elas conferem à expressão – capital social – sentido ampliado, na medida em que o entendimento de propriedade individual e de família, atribuído ao conceito no âmbito da sociologia clássica, é estendido para comunidade, sociedade, território e até nação. Ou seja, o fundamento da concepção é a sociabilidade e suas consequências positivas em que as formas não produtivas ou não monetárias tornam-se fontes importantes de poder e influência para indivíduos e grupos de uma comunidade, região ou território, cujos relacionamentos estruturam-se sob o formato de organizações, grupos e redes.

Na França, Bourdieu (1998) sobressai como pioneiro na introdução do capital social na literatura sociológica ao criticar a teoria econômica e o reducionismo às trocas mercantis, propondo o aporte de outros tipos de capital (social, cultural, institucional) às análises das relações entre redes sociais e poder. Confere ao termo tratamento de natureza instrumental, com foco nos benefícios advindos das relações de grupo, nos aspectos quantitativo e qualitativo. E mais, postula que o capital social, ao mesmo tempo em que se conforma na propriedade de indivíduo e de um grupo, configura-se no estoque e na base de um processo de acumulação que permite êxito em competição social, haja vista as variáveis consistirem em durabilidade e dimensão da rede de relações; conexões (confiança e cooperação) que a rede pode efetivamente mobilizar para fomentar benefícios individuais; e a classe social a que os beneficiados pertencem.

Na concepção de Coleman (1990), o capital social é visto sob a perspectiva de funções básicas aplicáveis a diversos contextos. A primeira age como fonte de controle social gerado por redes comunitárias (solidariedade, confiança, afetividade), que ajudam a manter a disciplina em conformidade com as regras estabelecidas. A segunda, como fonte de benefícios através de redes extrafamiliares que orientem as oportunidades de mobilidade social para os sujeitos que se encontrem na estrutura social da rede. Todavia, as duas funções não devem colidir ou sobrepor-se às normas existentes para benfeitorias privadas, uma vez que as variáveis da concepção em discussão são os sistemas de apoio familiar e escolar, e as organizações horizontais e verticais, enquanto os benefícios resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.

Sob a ótica de Portes (2000), o capital social pode facilitar as ações dos sujeitos no interior da estrutura social, a partir das expectativas de reciprocidade, normas e regras dos grupos e da própria organização social, igualando o capital social aos recursos por eles adquiridos, sentido que confere ao conceito certa visibilidade na sociologia norte-americana.

No entanto, é Robert David Putnam (1996) quem mais teoriza sobre o capital social, durante quase 20 anos (1970-1989), na Itália, ao estudar os fundamentos da democracia italiana, incluindo descentralização, desenvolvimento econômico e desempenho dos Governos regionais no sul e no norte daquele país. Apesar de não ter criado a teoria do capital social, divulgou-a e destacou-a em estudos da relação desenvolvimento e organização da sociedade civil, ao publicar a obra “*Making democracy work: civic traditions in modern Italy*”, em 1993, traduzido no Brasil, em 1996, sob o título “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.” Nesse momento, o autor elenca os elementos constitutivos do capital social, como a organização social (redes, normas e confiança), que facilita a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (indivíduos e coletividades), e enfatiza a dimensão política, sobrepondo-a à dimensão econômica, além de considerar como variáveis analíticas mais importantes a intensidade da vida associativa, a confiança nas instituições públicas e o voluntariado.

Vê-se que as abordagens de Bourdieu, Coleman, Putnam, e, ainda, de Portes não são conflitantes, uma vez que mantêm em comum o enfoque das interações sociais entre os agentes. Porém, enquanto as percepções de Coleman e de Portes são de cunho mais individualista, baseando-se em relações interpessoais engendradas no meio em que as pessoas vivem e nos benefícios advindos em função da pertença ao referido meio, os enfoques de Bourdieu (MARTINS, 1987) e de Putnam têm como cerne a comunidade e se referem à participação em organizações de caráter mais político, diferente das relações interindividuais. Para Putnam, mesmo quando não se tem certeza da qualidade da participação dos indivíduos em organizações, grupos e redes, participar é sempre melhor do que não fazê-lo, pois, de uma forma ou de outra, mobiliza os cidadãos para engajamento em alguma luta comunitária.

Ademais, Putnam revela o lado negativo do capital social, quando menciona que as conexões comunitárias podem assumir caráter opressivo, gerando efeitos colaterais não favoráveis ao conjunto da sociedade. Em tal contexto de ambiguidade, descreve o bom capital social como *bridging social capital* (capital social de ponte), que fortalece pessoas de diferentes setores sociais e gera reciprocidade entre grupos sociais diversos. O capital social negativo (*bonding social capital* = capital social de conexão), porém, tende a fortalecer o próprio grupo e a reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos, não contribuindo para a tolerância, a melhor compreensão diante do outro e eventuais diferenças. Infere-se, pois, que o autor reconhece a variável comunidade cívica como a principal categoria conceitual do capital social, a qual corresponde à confiança, às normas e aos sistemas de participação, cujo estoque, ao converter-se em capital social, expressa-se sob a

forma de cooperação, confiabilidade, civismo e bem-estar coletivo. Em suma, a mobilização e as redes de compromisso são fundamentais ao desenvolvimento da comunidade cívica.

Apesar de os estudos de Robert Putnam expressarem análise mais refinada dos elementos que verdadeiramente contam para o desenvolvimento – capital econômico, capital social e instituições – são alvo de críticas, em função da generalização, ao tratar do desempenho das sociedades democráticas atrelado à realidade contextual da Itália, à época, no sentido de que normas e sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica. Em sua crítica, Nascimento (2000) considera a concepção de Putnam (1996) como determinista por encerrar uma visão estática do capital social, como se as relações sociais estivessem atadas ao tempo.

Como contraponto, discute uma versão dinâmica do desempenho institucional que deve adotar recursos coletivos para incrementar a eficiência sistêmica. Para tanto, apresenta o capital social como fenômeno de empoderamento em que a coletividade adquire poder ao fortalecer laços de coesão, capacitação e habilidades para autodesenvolvimento. Em se tratando do termo empoderamento, Baquero (2003), esclarece que possui raiz norte-americana e está vinculado à Reforma Protestante de Lutero, na década de 60, século XX. O termo herda o significado de emancipação social e é utilizado por diferentes disciplinas e práticas profissionais em discussões sobre as chances de emancipação do ser humano em contextos de dominação, nas duas dimensões essenciais – política e educativa.

Enfim, diante da densa produção acadêmica e científica sobre capital social, Portes (2000) atenta para os limites das análises sobre o desenvolvimento baseadas no capital social que desconsiderem o contexto social como particularidade, o que não significa, em hipótese alguma, generalizar o entendimento do termo. Outrossim, coloca como limite a essas análises o risco de compreender o capital social como solução para todos os problemas, sem considerar as consequências negativas quanto à exclusão dos não membros dos grupos e redes; às exigências excessivas dos membros que devem se portar como exemplos a serem seguidos; e à restrição à liberdade individual em detrimento da coletiva / grupal e das normas de nivelção descendente.

A despeito dos limites da concepção de Putnam, seus estudos acerca do desenvolvimento nas regiões norte e sul da Itália constata efeitos positivos do capital social em relação à economia com conseqüente crescimento e desenvolvimento no norte, validando o fundamento da potencialidade do capital social para influenciar o avanço de regiões, territórios e localidades. No caso da tese ora apresentada, faz-se um parêntese para acrescentar que é, em sentido similar, o fundamento desta pesquisa sobre o capital social dos

trabalhadores do agronegócio de Uruçuí na interface com o desenvolvimento no município, investigando-se elementos do capital social relacionados à vida associativa dos agentes sociais, como confiança, coletividade, solidariedade, comprometimento social e político com a “coisa pública.”

3.2 Capital social e desenvolvimento de localidades

Na década de 90 (século XX), em meio aos debates sobre o desenvolvimento, emergem análises, reafirmando a diversidade socioeconômica e cultural das identidades regionais e territoriais, em direção contrária à tendência de formação de sistemas econômicos mundiais, sob orientação do modelo desenvolvimentista dos anos 60 e 70. Demarca-se a transição para outro paradigma de desenvolvimento mundial, como forma intermediária entre a concepção tradicional centrada no Estado e no mercado, que se caracteriza como nova ordem de relacionamento entre global e local (BORBA; GOMES; 2003; FLORES, 2006; BUARQUE, 2008; MARTINS, 2002; MULS, 2004; e OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Nessa perspectiva, os argumentos têm privilegiado a participação, a cooperação e as redes sociais de relações entre pessoas e instituições como fatores desencadeantes de processos sociais mais democráticos e sustentáveis. Em consonância com Baquero (2003), a teoria do capital social faz parte da busca por novos paradigmas de enfrentamento dos problemas sociais contemporâneos, mantendo, no âmago da análise, o desempenho das instituições democráticas visando à redução da pobreza e à promoção da democracia social, reunindo numa mesma abordagem o pensamento econômico e o sociológico.

No caso de Muls (2004), a discussão do desenvolvimento local sob o prisma do capital social está no centro do debate, envolvendo o papel dos atores locais (sujeitos e instituições), das redes formadas entre organismos e instituições locais, e de outras formas de sociabilidade formais e informais egressas do próprio território para o desenvolvimento endógeno, no qual a dinâmica econômica e as formas de produção colaboram para a evolução das organizações sociais, da cultura e dos valores da população local. Outrossim, reconhece tal processo como um modelo diferente de regulação do desenvolvimento que se opõe ao paradigma globalizado representado pela ideia da dialética do heterônimo e do autônomo: global *versus* local.

O autor supracitado ressalta, ainda, que a divisão internacional do trabalho institui padrões e normas para o desenvolvimento em escala global que se impõem às dinâmicas territoriais locais, conformando a transnacionalização do capital, o que termina por provocar a perda da autonomia dos sistemas produtivos nacionais. O cenário revela o processo de

transformação da relação entre poder público central e os poderes locais, no qual se verifica o exercício progressivo de reação de autonomia produzida pelos territórios (reação autônoma) frente à pressão exercida pela esfera supranacional, ou seja, pressão heterônoma. Assim sendo, sugere a articulação dos dois movimentos para atingir o desenvolvimento local. Isto porque, devido à economia não ser suficiente para explicar o desenvolvimento desigual ou o atraso econômico de países, regiões e territórios, busca-se a interseção da economia institucional, da história e de outros conhecimentos, considerando-se o desenvolvimento como fruto de interações sociais que influenciam instituições locais. Eis, pois, uma concepção sistêmica e institucionalista de desenvolvimento local.

Ainda no bojo da discussão acerca do desenvolvimento em escala local, o território mostra-se receptor ativo de ações públicas e privadas. Tudo isto para influenciar a dinâmica econômica local, os processos autônomos de desenvolvimento das economias internas das sociedades baseados em valores locais e comunitários, visando potencializar os recursos de cada região ou território por meio de ações dos próprios indivíduos, grupos e organizações locais públicas e privadas (AMARAL FILHO, 1996; BAQUERO, 2001; BECKER, 1999, 2001; FUNK; ALVES, 2010).

Reafirma-se que, neste estudo, território é compreendido como espaço que relaciona recursos naturais, sociedade e poder, na linha de pensamento de Flores (2006). Quer dizer, o território não é concebido somente em sua dimensão física, mas, também, na social e na cultural, em que processos sociais e culturais alteram os indivíduos e o ambiente é projetado numa complexidade sistêmica (conjunto múltiplo de elementos – posse da terra, ocupação do espaço, cultura, políticas, etc.), e, como inevitável, em suas inter-relações. E é como espaço vivo e portador de identidade espacial e cultural que a expressão – território – é adotada para designar o cerrado piauiense e Uruçuí, em particular, incluindo o contexto rural e o urbano.

Diante do exposto até então, é evidente que o estado da arte sobre capital social revela uma base conceitual alicerçada em diferentes vieses, a partir do enfoque de autores, como Fukuyama (1995), que reconhece o capital social como elemento impulsionador da participação social, com o fim de alcançar o desenvolvimento local e a consequente consolidação da democracia. Para Baquero (2003), o CS relaciona-se com a valorização do cidadão, mediante seu envolvimento em atividades coletivas geradoras de benefícios, o que lhe concede *empowerment* (empoderamento), expressão antes analisada, e que assinala maior participação dos trabalhadores em “suas” empresas, graças a uma maior autonomia de decisão e de responsabilidades. Abramovay (2000); Narayan (1999); e Narayan e Cassidy (2001), por sua vez, entendem o CS como a chance de solução de problemas comuns da coletividade por

meio de ações cooperativas. Afora estas, há outras vertentes que garantem o caráter democrático da sociedade e determinam a atuação dos Governos locais e de suas instituições.

Em geral, como se vê, no centro de toda a discussão, está o fenômeno da proximidade social. Para Abramovay (2000); Coleman (1990); e Putnam (1996), trata-se da coordenação entre os diferentes atores para valorizar o conjunto do ambiente onde atuam e convertê-lo em base para empreendimentos inovadores, para a ação coletiva e cooperada, para a conquista de bens públicos e para o enriquecimento do tecido social por meio da organização social, da confiança, das normas e dos sistemas, que contribuam para incrementar a eficiência das coletividades. Na mesma direção, Foladori (2002) assevera que, com a participação da comunidade, ações mais democráticas de desenvolvimento e de mudança estrutural são alcançadas com conhecimento da própria população sobre o potencial de desenvolvimento. Isto pode se dar / deve se dar de forma planejada e integrada ao poder público, definindo, como prioridades no âmbito da sustentabilidade, demandas por justiça socioambiental, cidadania e boa governança, resultando em melhoria de vida da população.

Ainda sobre capital social e desenvolvimento de localidades, Funk e Alves (2010), e, ainda, Pattussi *et al.* (2006) atribuem à organização social e ao associativismo comunitário o caráter de ferramenta identificadora do capital social da população. São eles elementos impulsionares de maior influência participativa na sociedade por intermédio de conselhos, fóruns, associações e outros espaços de organização social, favorecedores da formação de redes solidárias e capacitações para o agir coletivo, em busca de objetivos e metas comuns.

Em outras palavras, Foladori (2002); Funk e Alves (2010); Pattussi *et al.* (2006); e Putnam (1996) são unânimes quando acentuam a relevância da capacidade humana de participar da vida em comunidade, possibilitando a organização de família, grupos, associações, partidos e Estado em torno de interesses comuns. Isto significa que a participação consiste em importante indicador de liberdades democráticas, elemento de empoderamento da população, estimulador da liberdade de ação, autorresponsabilidade e colaboração, todos estes, fatores decisivos na potencialização de esforços produtivos e forças coletivas. Portanto, a exposição dos estudiosos comprova a relevância de os elementos de capital social interagirem de forma combinada numa localidade visando à sedimentação de estratégias endógenas de desenvolvimento em articulação com agentes e forças sociais locais, explorando as interações sociais cotidianas e as capacidades de ação social das coletividades, haja vista que testar a teoria do capital social em realidade cuja orientação determinante para o desenvolvimento é de cunho global soa como desafio ou utopia.

Em síntese, levando em conta que o desenvolvimento econômico brasileiro, no presente, tende a privilegiar o cerrado, na conjuntura capitalista, como fronteira agrícola fundamental para a expansão do agronegócio em escala mundial, como alternativa mais viável no atual contexto de redução das funções do Estado no provimento das demandas de reprodução da força de trabalho e da crise econômico-política e social, traz-se para esta reflexão o desafio de também se considerar a potencialidade de outro tipo de capital não monetário – o capital social. É ele capaz de influenciar as mudanças sociais imprescindíveis ao desenvolvimento mais humano do território, que abrange fatores sociais, culturais e políticos, além dos econômicos.

3.2.1 Matizes do capital social no desenvolvimento: participação, confiança e ação social

Nos últimos anos, no Brasil, a preocupação com o desenvolvimento em escala regional / territorial tem levando os órgãos de planejamento à revisão das estratégias tradicionalmente adotadas, também motivados por tendências adotadas pelas agências internacionais de fomento como o Banco Mundial (BM). Para Bandeira (1999), as abordagens de desenvolvimento focadas na ação do Governo e tendo o setor público como motor do processo ampliam-se nos anos 90 do século XX com o intuito de incorporarem a atuação da sociedade civil e da iniciativa privada, solidificando estratégias mais participativas e democráticas. Sendo assim, reconhece-se que é papel do Governo e da sociedade criarem mecanismos de articulação permanente dos agentes sociais do desenvolvimento local (públicos, privados e da sociedade civil), que possibilitem a participação direta nas ações de promoção do desenvolvimento e de aproveitamento das oportunidades de cooperação entre os atores em defesa de interesses públicos.

A criação institucional de organizações formais e informais dedicadas à conscientização das comunidades de determinado território sobre problemas locais e respectivas soluções, fortalece a identidade loco-regional, a qual beneficia a inter-relação política dos agentes sociais, além de concorrer para a aproximação entre eles, realçar os laços existentes e os tornar culturalmente mais preparados para o enfrentamento dos problemas, agora, partilhados.

Essa compreensão possibilita a coesão das comunidades e promove a cooperação dos atores sociais em defesa de questões de interesse público, ao tempo em que estabelece conexão do capital social com o desenvolvimento, o que por conseguinte consiste em tática do desenvolvimento sustentável.

Aqui, reitera-se o território como agente promotor do desenvolvimento, em virtude de revelar o papel de organismos e de instituições na dinâmica das economias locais, em confronto com as normas da economia global imperativa da competição internacional. É colocar a força do local sobre o global na busca da construção de um movimento autônomo, endógeno de crescimento e de autorregulação. Isto porque, para um território desenvolver-se, além do crescimento econômico, são ainda importantes as forças organizativas existentes, sejam elas ativas ou latentes. Estas podem manter diferentes facetas e formas de atuação: organizações governamentais e não governamentais, órgãos de natureza diversificada, como associações, sindicatos, grêmios esportivos, grupos culturais e religiosos, partidos políticos, conselhos, cooperativas, fóruns, movimentos organizados e outros. Também marcam presença as redes de relações formais e informais – laços de confiança e solidariedade, redes de ajuda e de interações sociais cotidianas. De forma similar, também são importantes os sistemas (regras e normas) e a capacidade de articulação dos indivíduos e dos organismos para agirem de forma articulada pelo bem público.

Conforme Nascimento (2000), a dimensão participativa possibilita ao indivíduo passar da posição de beneficiário passivo do desenvolvimento para o de sujeito protagonista, participe e cidadão integrante da construção de sua própria história. É indiscutível que o envolvimento ativo em associações, grupos e redes sociais contribui para o protagonismo do sujeito no território onde vive, trabalha e evolui, e, ainda, para a organização da sociedade, permitindo aproximar demandas sociais e políticas públicas, colaborando para a promoção do desenvolvimento local. Complementando, Gohn (2008) é categórica, ao afirmar que participação e articulação dos sujeitos no território como processos de vivência coletiva imprimem significado e direcionamento aos grupos e redes, além de desenvolverem a consciência crítica desalienadora a partir de crenças e valores da própria cultura política, o que conduz às transformações sociais.

Prosseguindo, Bandeira (1999) acredita que os sujeitos do território aperfeiçoam os recursos disponíveis, asseguram a transparência de ações públicas, fortalecem a competitividade sistêmica, favorecem a acumulação de capital social, consolidam as identidades regionais e aceleram a eficácia das ações governamentais, impulsionando a boa governança e o desenvolvimento participativo. Decerto, como Baquero (2001); Kleba e Wendausen (2009); e Vasconcelos (2003) acrescentam, tal protagonismo advém do empoderamento. Como visto, este alude à formação da consciência coletiva por parte dos agentes sociais e das organizações, capaz de superar a dependência e a dominação política, graças ao incremento de potencialidades, fluxo informacional mais intenso, percepção

acurada, capacidade política argumentativa e comunicativa, e articulação. Corresponde ao processo de ampliação de poder e de autonomia de grupos e comunidades nas relações interpessoais e institucionais, com abrangência de aspectos cognitivos, afetivos e atitudinais e com a conseqüente promoção de equidade e qualidade de vida via cooperação e participação.

A respeito, ainda, do empoderamento, de acordo com Foucault (2005, 2007), este associa-se à compreensão de poder fortemente vinculado à apropriação do saber e à transformação da realidade pela ação dos sujeitos. Poder é algo que se exerce e se efetiva nas relações interpessoais, entre organismos e instituições, explicitado sob a forma de micropoderes desempenhados em todos os lugares e em todas as relações, sob a concepção de poder positivo (elemento transformador) ou poder negativo (coercitivo, repressor). Em contextos de desenvolvimento local, as ações de empoderamento dos sujeitos no território promovem a participação política, fomentam a formação de lideranças e consensos capazes de ampliar o diálogo, o debate das ideias, o combate à corrupção, contribuindo, por conseguinte, para o fortalecimento de sentimentos de identidade e de pertencimento das pessoas a determinado território (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Infere-se que participação, confiança e cooperação constituem componentes básicos do capital social, importantes para o incremento de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento dos territórios. Outrossim, os níveis na sociedade denotam o estoque de capital social e desencadeiam outras competências para participação da vida em sociedade, como solidariedade, honestidade, observância às leis e tolerância, na condição de elementos ampliados aos segmentos excluídos. Na percepção de Bandeira (1999); Gohn (2008); e Nascimento (2000), esses mecanismos, de forma articulada e integrada, geram condições para a ação dos agentes sociais e para sua participação no protagonismo do desenvolvimento, transformados em novos sujeitos. Isto é, sujeitos de poder ao se metamorfosearem em sujeitos políticos, partícipes da construção de um projeto de sociedade para o território, de uma cultura política e da criação de redes de articulação, atuando para influenciar a adoção de investimentos e de políticas públicas, programas e projetos para o desenvolvimento local.

É assentado nesses instrumentos construídos nas relações sociais existentes num dado território que o capital social contribui para o desenvolvimento regional e local socialmente sustentado. O processo se dá da base para o topo, com valorização dos valores socioculturais, da informação, do conhecimento e do capital humano e social. Logo, ocorre alicerçado numa lógica diferente da fundamentada, sobretudo, em incentivos do capital financeiro, por evidenciar as distintas formas de interação social, o protagonismo da sociedade civil, e o

trabalho conjunto com o Estado e com as demais forças políticas existentes em prol do desenvolvimento socioeconômico local.

Consoante Baquero (2001), o capital social que existe, naturalmente, no território, de forma latente ou ativa, consiste em agente desencadeador de tal processo em nível local e se manifesta por meio de um conjunto de expressões que conferem identidade ao território. Assim, cada localidade mantém identidade própria e uma forma específica de conduzir seu desenvolvimento em dimensões econômica, social e política. Para que este movimento endógeno não torne o local isolado ou desconectado do global, autocentrado ou autossuficiente, cada território, segundo Funk e Alves (2010), articula-se com o sistema econômico internacional segundo sua própria história, o que lhe confere possibilidades específicas na reestruturação produtiva. Por conseguinte, autores formuladores do capital social na corrente neoinstitucionalista, como Durston (1998); e Evans (1996) asseveram que, em realidades onde se constate baixo nível de capital social, este pode ser incentivado e dinamizado por lideranças locais e instituições e pela própria sociedade (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002).

Depreende-se das abordagens discorridas que, nos estudos sobre a influência do capital social no desenvolvimento econômico e social, as relações sociais facilitam as transações entre os agentes, trazendo à tona alternativa para se pensar os condicionantes do desenvolvimento para além dos econômicos.

3.3 Como medir capital social e suas dimensões

Para a compreensão do capital social, são importantes duas questões: (1) os elementos de sua composição e a identificação do contexto estudado; (2) a metodologia adotada para sua mensuração e análise. Daí, constitui questão desafiadora para os pesquisadores desenvolver instrumentos empíricos para representá-lo e medi-lo, procedimento qualificado por Baquero (2001, p. 1) como provocação de “transformar bens intangíveis em bens tangíveis.”

Sobre a temática, Nahapiet e Ghoshal (1998) propõem três dimensões, características ou classificações de capital social: estrutural, relacional e cognitiva. A primeira diz respeito ao sistema social e à rede de relações. Analisa o padrão de densidade, conectividade e hierarquia de laços entre os atores, bem como a intencionalidade da rede, com o adendo de que ela influencia o desenvolvimento das demais e nem todas são reforçadas mutuamente. A segunda dimensão (relacional) focaliza aspectos que influenciam componentes comportamentais, quais sejam, atitudes pessoais e emocionais em relação à confiança, às normas, obrigações e

expectativas e à identificação social. A terceira (cognitiva), ainda pouco explorada, refere-se aos recursos emanados de visões compartilhadas, como códigos e narrativas / linguagens compartilhadas que influenciem as condições de combinação e de troca do capital social.

Nas ciências sociais, as análises, além de articularem o capital social ao tema do desenvolvimento, registram que os elementos componentes do capital social partem do princípio de que ele precisa ser aportado em práticas participativas. Estas mobilizam os diferentes atores sociais para que empreendam ações e práticas coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável nas vertentes social, regional, local e outras. De fato, para verificar o citado índice de capital social em contextos de desenvolvimento, existem metodologias desenvolvidas e validadas como ferramentas que permitem medir a intensidade do capital social a partir de um conjunto de dimensões e de indicadores, explorados de forma associada e / ou independente, como também podem ser formulados de acordo com os fins da pesquisa (BARRETO, 2004; GROOTAERT *et al.*, 2004; KHAN; SILVA, 2002; e MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

Dentre essas metodologias, a mais conhecida e adotada ao longo da tese é a proposta pelo Banco Mundial, denominada Questionário Integrado para Medir Capital Social ou QI-MCS, desenvolvido por Grootaert *et al.* (2004), através de sólido conhecimento de métodos de pesquisa social e de ferramentas de pesquisa do tipo *survey* (levantamento), no âmbito dos esforços do BM de intervir no combate à pobreza em países periféricos e em desenvolvimento. O QI-MCS também é utilizado para elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento por pesquisadores, formuladores de políticas públicas, programas e projetos interessados em medir a intensidade do CS em determinado cenário.

Grootaert e Van Bastelaer (2002); e Narayan (1999) ressaltam, contudo, que uma ferramenta do tipo *survey* é desenvolvida para gerar dados quantitativos, o que serve de alerta aos investigadores para utilizá-la cuidadosamente e associada a outras abordagens, dada à tradição de pesquisas sobre capital social aderirem a métodos qualitativos. Para Grootaert *et al.* (2004), o QI-MCS aborda o capital social em seis dimensões: 1. apoio comunitário; 2. capital social estrutural; 3. redes e organizações de apoio mútuo; 4. ação coletiva prévia; 5. capital social cognitivo; 6. perfil organizacional. Ademais, mantém 31 categorias analíticas dentro dessas dimensões, algumas das quais são mais objetivas, referentes aos diferentes tipos de organizações e de redes existentes / acessadas. Outras, de cunho mais subjetivo, relacionam-se com a percepção dos informantes sobre confiança, reciprocidade normativa e ação coletiva, e, neste caso, sua adoção demanda adaptações aos objetivos e às realidades pesquisadas.

Na análise dos dados levantados pelo QI-MCS, o resultado indica os níveis de capital social mensurados a partir de indicadores definidos para cada contexto. A tabulação pode, então, ocorrer por meio do cálculo de frequência simples, em estudos que pretendem mapear as diferentes dimensões de capital social sem quaisquer cruzamentos; ou por meio de análise multivariada, em investigações de correlação entre variáveis.

Para esta tese, a escolha das aproximações (*prouxies*) tomadas para mensurar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí fundamenta-se nas disposições teóricas de Robert David Putnam e, como natural, de outros trabalhos que adotem variáveis representativas do capital social em nível de municipalidade compatíveis com as sugeridas pelo autor. Considerando-se informações pessoais dos agentes sociais locais e partícipes da pesquisa para a interpretação do capital social, utilizam-se as aproximações como dimensões investigadas: participação em organizações, grupos e redes (CS – estrutural); confiança, coletividade e solidariedade (CS – cognitivo / relacional); e ação social (CS – estrutural).

A dimensão participação em organizações, grupos e redes (CS – estrutural) representa o capital social estrutural e remete à organização da sociedade, que se expressa sob a forma de associativismo ou de participação em associações, sindicatos, cooperativas, grupos culturais, religiosos e / ou sob a forma de outros mecanismos formais e informais favorecedores do desenvolvimento comunitário. Participação e organização social dizem respeito à disposição associativa em defesa do bem público. Valoriza-se a interação entre comunidade e instituições locais em busca de melhor desempenho dos Governos e de maior eficiência da sociedade.

Confiança, coletividade e solidariedade (CS – cognitivo / relacional), por sua vez, têm a ver com valores, normas, crenças e atitudes inerentes ao indivíduo e que inspiram comportamentos de cooperação, espírito colaborativo e coesão social. A dimensão relaciona-se com o capital social cognitivo, escopo essencial do constructo, e, também, com o capital social relacional, ao incluir a confiança, por excelência, elemento dinamizador de cooperação e solidariedade. Segundo Andrade e Cândido (2008), o nível de coletivismo existente numa localidade demonstra a consciência dos cidadãos em torno da convicção de que a atuação em grupo rende melhores resultados do que isoladamente. A ação social (CS – estrutural) confere a capacidade de comprometimento dos agentes sociais com as questões públicas locais e seu poder de empoderamento para influenciar as decisões políticas que afetam a coletividade na realidade local, relacionado ao protagonismo consciente dos agentes sociais, e capaz de influenciar decisões que afetem a coletividade. A interação dos elementos das duas primeiras dimensões reforçam a ação social dos agentes sociais na sociedade.

Além do mais, as dimensões definidas para o estudo contêm elementos do capital social com potencial de conferir sustentabilidade às ações coletivas dos agentes sociais locais para empreenderem estratégias de desenvolvimento para o município de Uruçuí. Por outro lado, as variáveis que configuram as três dimensões citadas e investigadas no questionário correspondem aos indicadores de capital social, cujo valor agregado final compõem o índice geral de capital social pesquisado.

4 CERRADO DO BRASIL E DO PIAUÍ: CELEIRO DO AGRONEGÓCIO

Este capítulo caracteriza o bioma cerrado e analisa a instalação do agronegócio no Brasil e sua disseminação em território nacional, em especial, no Estado do PI. Para tanto, pontuam-se as políticas públicas que viabilizem sua difusão no país e o processo de ocupação do cerrado piauiense, destacando-se, por conseguinte, os impactos socioespaciais.

Acresce-se que, apesar de o tema aqui discutido não corresponder literalmente a um dos objetivos específicos / operacionais apresentados na etapa introdutória, seu conteúdo, de forma indireta, resulta também de dados extraídos da observação direta da pesquisadora quando da incursão na realidade pesquisada; dos contatos com os agentes sociais durante as reuniões; visitas aos locais de estudo, incluindo a Agrovila Nova Santa Rosa, fazendas, estabelecimentos comerciais, Prefeitura Municipal e entidades públicas; e da participação em audiência na Câmara Municipal e em festividades locais. É evidente, pois, que a observação, como técnica por excelência de coleta de dados permite a identificação de aspectos da realidade em foco de forma abrangente, o que leva à captação de elementos não previstos, o que é usual em investigações qualitativas.

4.1 Agronegócio no Brasil: políticas públicas de apoio e ocupação do cerrado piauiense

Neste estudo, o cerrado brasileiro e o piauiense estão concebidos como território, a partir da dialética socioespacial, cuja organização é produto de transformações e experiências sociais. Portanto, é ele instituído pela sociedade e suas dinâmicas, conforme assertiva de Sousa (2000), acompanhando as tendências da globalização, que confere novos significados aos espaços habitáveis construídos na interação entre os sistemas físicos e os sociais e que divide o mundo em áreas de mercado. Para Barbosa (2009, p. 35), tem-se, agora, espaços territorialmente demarcados segundo as demandas de cada grupo social, haja vista que tal configuração evidencia “[...] a substituição dos territórios ao longo do tempo, em função das identidades culturais serem suplantadas pelas novas técnicas e pelas redes globalizantes dos poderosos grupos econômicos que lideram o mercado mundial.”

O bioma cerrado (**Figura 1**), típico de regiões tropicais, com solo de savana, rico em ferro e alumínio, porém deficiente em nutrientes, é a segunda maior região biogeográfica brasileira. Ocupa 25% do território nacional, com cerca de 200 milhões de hectares que se estendem por 11 Estados da Federação (Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí, Minas Gerais, Maranhão, Rondônia, Paraná, São Paulo), além do Distrito

Federal. De clima tropical sazonal, com temperatura média anual em torno de 22-23°C, embora registre 40°C não raramente, o bioma tem inverno caracterizado por longo período de seca (cinco a seis meses), e possui grandes mananciais de água que alimentam rios e 5% da fauna e da flora mundial ali abrigada, segundo Mueller e Martha Júnior (2008).

Figura 1 – Cerrado do Brasil



Adaptado de IBGE (2010).

Embora, durante muito tempo, os cerrados tenham sido considerados área perdida para a economia do país, correspondem ao bioma mais sujeito à pressão antrópica, nas últimas décadas. Por conseguinte, registra, hoje, severa alteração de sua paisagem, significativas transformações socioespaciais e desequilíbrio ambiental, causado, entre outros motivos, pelo

desmatamento de grandes áreas. Isto porque, na visão de Rodrigues (2015), sua posição geográfica e suas características físico-ambientais propiciam a expansão da produção agropecuária dentro dos padrões da nova agricultura moderna, prospectada pela Revolução Verde, conduzida, sobretudo, pelos EUA e pela ONU.

A crença do bioma de pouco potencial para a agricultura se desfaz nos anos 70 (século XX), face à expansão da agricultura modernizada e à instalação do agronegócio no território, que ocorre graças a medidas governamentais de incentivo para atrair investidores capitalizados para a ocupação das terras (AB’SÁBER, 2003). Também consta da agenda brasileira de abertura desta última fronteira agrícola, a instalação no território de grandes empresas para intensificação de capital e para alicerçar o mercado de *commodities* que vem se estendendo, a partir das décadas de 80 e 90 do citado século, de forma consolidada nas áreas do centro-norte do país, capitaneado pelo cultivo granífero, mormente, da soja.

A lógica de organização espacial do cerrado brasileiro como produtor de mercadorias para o mercado externo se dá face à acepção agrária exportadora experimentada no Brasil colônia do passado, conferindo-lhe identidade de moderno território do capital e em sintonia com a lógica de expansão capitalista, espelhada na internalização da indústria de insumos modernos e da produção mecanizada de mercadorias para exportação. Registra-se, segundo Vicente E. L. Alves (2006), forte apelo da urbanização dos campos rurais, pressionando a decomposição do complexo rural, que se caracteriza, então, pelo uso de tecnologia agrícola rudimentar / familiar, cuja resultante perfaz a modernização da agricultura para a produção em larga escala de grãos, como milho, soja, arroz e feijão.

Conforme o autor supracitado, é assim que a soja se torna a principal mercadoria da agricultura moderna brasileira, responsável por introduzir nos espaços rurais e urbanos dos cerrados transformações econômicas, sociais e ambientais, com o apoio do Estado. Este engendra uma política de isenção fiscal e de facilidade de crédito, além da provisão de infraestrutura para atender às demandas emergentes da produção, como estrada, energia, comunicação, entre outros itens infraestruturais e imprescindíveis:

O Estado, por sua vez, é o elo que complementa as condições para a reprodução do capital, seja regulamentando juridicamente as formas de relações demandadas pelo mercado, seja executando agregados de infraestrutura para atender às novas necessidades, seja ainda, arcando com os novos custos sociais e ambientais que aparecem (ALVES, 2006, p. 6).

No Brasil, as transformações ocorridas no espaço rural, para Silva (2016), além de definir-se como espaço funcional para a produção econômica, valida-se como espaço de

singularidades, convivialidade e enraizamento, derivados da modernização da agropecuária e de atividades afins. Assim, desde os meados do século XX, inscreve-se o agronegócio como elemento responsável por tais mutações, as quais envolvem o uso e a propriedade da terra, as relações do trabalho, os modos de vida e o ecossistema.

Vê-se, pois, que tal conformação revela que o agronegócio engloba planejamento, gestão e controle dos negócios de cadeias produtivas, reunindo capitais agrários, agroindustriais e financeiros. Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, BRASIL, 2002), o agronegócio corresponde a um modelo no qual as operações e a distribuição de suprimentos agropecuários, as atividades nos empreendimentos rurais, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e bens produzidos por meio deles integram-se verticalmente com vistas à conquista de novos mercados. A este respeito, Silva e Monteiro e Barbosa (2016a) compreendem o agronegócio como projeto político e ideológico arquitetado pelo Estado para reprodução do capital no setor primário da economia. Acreditam que o agronegócio desencadeia novos padrões de produção e consumo, novas temporalidades e novas racionalidades que repercutem na vida das localidades e, portanto, das populações.

Ainda sobre a concepção ampla de agronegócio, consoante Silva (2016), este advém do *agribusiness*, expressão surgida nos EUA, na década de 50 do século XX, para designar as inter-relações existentes entre os três setores econômicos vinculadas ao ciclo de vida de um produto agropecuário. O ciclo envolve processamento e distribuição de insumos e equipamentos; práticas de cultivo e colheita nas unidades de produção; armazenamento, beneficiamento e distribuição, quando emerge o consumidor final. Na mesma linha, para Mathias (2014), o agronegócio tem na teoria e na prática da agricultura e da pecuária em suas relações mútuas o núcleo principal de difusão do sistema agroindustrial articulado com setores a montante e encarregado pelo fornecimento de insumos, máquinas e implementos para o campo, e com setores a jusante, responsáveis por processamento, transformação da produção na agroindústria e comercialização, armazenagem e transporte das mercadorias, inclusive por outros serviços relacionados ao agronegócio.

Registra-se que, no Brasil, a conjuntura de instalação e desenvolvimento do agronegócio figura como fenômeno recente da história agrária ou agrícola. Sob a ótica de Sauer (2008), o termo agronegócio assume importância econômica, política e ideológica com a criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), nos anos 90, século XX, que assume os interesses e os pleitos das empresas de agronegócios. Para Silva (2016), a introdução do agronegócio, aqui, na segunda metade do século XX, deu-se quando a

agricultura adota padrão produtivo assentado em inovações tecnológicas, o que resulta nos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), marcados pela emergência do mercado interno para os produtos rurais (resultante da expansão urbana e industrial) e caracterizados pela evolução da indústria de insumos básicos, de bens de capital, de energia e alimentos e, ainda, pela intensificação dos serviços financeiros. Tudo isto viabiliza a oferta de matérias-primas estratégicas, como máquinas, ferramentas, vacinas, defensivos e sementes.

Corroborando com Silva (2016), Alves e Novaes (1996, p. 307) sublinham que os CAIs constituem “[...] distintas atividades integradas verticalmente, da produção de insumos até a distribuição de diferentes produtos no mercado final, passando pelo processamento e armazenagem.” Entendem que CAIs e *agribusiness* são sinônimos, na medida em que as “atividades agrícolas se integram a montante e a jusante às atividades industriais como consumidoras de insumos industriais e como produtoras de matérias-primas para a transformação industrial.”

Consequentemente, a internalização do agronegócio exige a participação condicional do Estado, materializada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que institucionaliza políticas específicas, a exemplo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, com vistas a conceder financiamentos bancários, sobretudo, para médios e grandes produtores rurais. Destaca-se, também, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que alude à intervenção governamental ao controle de preços no mercado a fim de assegurar a rentabilidade de empreendimentos agrícolas em épocas de crise. Matos e Pessôa (2011) creem que as ações do Estado marcam presença, também, por meio de abertura comercial, incentivos fiscais, infraestruturas (portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, usinas hidrelétricas, redes de eletrificação, mineradoras de calcário, etc.) e pesquisas empreendidas, sobretudo, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

Tais mecanismos contribuem bastante para o crescimento da produção agropecuária e para sua diversificação, atestando que ao longo da década de 70, e, posteriormente, de 80 (século XX), manifestam novo padrão de desenvolvimento, alicerçado na elevação da produtividade da terra, cujo valor das mercadorias passa a ser era mais elevado do que o da terra (SILVA, 2016). Ainda sobre essa fase da economia brasileira, Sousa (1987, p. 192) resume assim a participação estatal no desenvolvimento do setor agropecuário:

Viabilizado pelo Estado, forma-se, assim, durante a década de 70 [século XX], novo bloco de interesses rurais (na verdade agroindustriais), em que a linguagem comum é o aumento da produção agropecuária via aumento da produtividade. Nessa coligação agropecuária, formada pelo grande capital industrial, pelo Estado, e pelos grandes e médios proprietários rurais, a

geração, difusão e adoção de tecnologias são peças essenciais para o objetivo que se perseguia: o aumento da produtividade agropecuária.

No entanto, Fernandes (1997) sublinha que as referidas políticas e a atuação do Governo Federal, apesar de estimularem a industrialização da agricultura, a produção, a produtividade e as exportações como forma de resolver o problema da dívida externa, mantêm, na época, o intuito de valorizar as terras por meio de vultosos incentivos financeiros. A medida culmina com a modernização de terras antigas, a incorporação de terras novas para o agronegócio e o incremento de conflitos sociais advindos de fatores diversos, como concentração de terra e de renda, especulação imobiliária, exploração do trabalho assalariado e subordinação de pequenas unidades familiares ao capital.

Nesse horizonte, inicia-se a abertura dos cerrados à expansão da fronteira agrícola, a partir dos anos 70 do século XX, sustentada na sojicultura, atividade até então predominante nas regiões Sul (S) e Sudeste (SE), mas que passa a ocupar os cerrados do Centro-Oeste (CO) e, nas décadas seguintes, avança para o Nordeste (NE) e Norte (N). Há, pois, o reordenamento do território e a redefinição de nova geografia econômica, na medida em que face à territorialização do capital nos cerrados, estes adquirem *status* de celeiro e vocação agrícola (ELIAS, 2006; MONTEIRO, 2002; PEIXINHO; SCOPEL, 2009).

Para Araújo e Araújo (2007), a inserção dos cerrados nas agendas e nos planos públicos e privados de desenvolvimento descredencia o paradigma historicamente imposto que define o bioma cerrado como região periférica, imperando, por sua vez, a ideia de espaços potenciais para a consolidação da agroindústria, da agricultura moderna e de empresas de agronegócios. Ao mesmo tempo, pontuam as grandes extensões de terras e relevo (com topografia plana e suavemente ondulada) conjugadas aos discursos do vazio demográfico, cultural e econômico, como fatores excepcionais à economia em escala e à integração dos cerrados aos circuitos nacional e internacional de produção. Porém, Silva e Monteiro e Barbosa (2015) refutam a concepção dos cerrados como espaços vazios. Reconhecem, de imediato, a presença de populações tradicionais, à semelhança de camponeses, ribeirinhos, indígenas e agroextrativistas. Estes convivem em direção diametralmente oposta à racionalidade do agronegócio ao reproduzirem modos de vida, práticas, saberes e conhecimentos alinhados aos limites e às possibilidades da ocupação do espaço físico.

Ao longo da história das políticas públicas de apoio ao agronegócio brasileiro, como a convivência da pesquisadora com os agentes sociais em diferentes instâncias permite inferir (via observação participante ao longo do estudo do cerrado piauiense), que o Estado desempenha função de intermediação para a incorporação dos cerrados na expansão da

fronteira agrícola. Isto decorre de políticas de crédito agrícola subsidiado e de programas específicos, como o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), ano 1975, e o Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), ano 1979 (SILVA, 2016).

Araújo e Araújo (2007, p. 42) explicitam que o crédito rural subsidiado é elemento fundamental na política agrícola nacional, uma vez que beneficia agricultores mais influentes em termos políticos. Por conta disso, “[...] os bancos, então, passaram a determinar maiores exigências para aqueles que pleiteassem os empréstimos”, sendo a terra uma das exigências, o que repercute na elevação da demanda e do preço da terra nos cerrados.

O POLOCENTRO pretende disponibilizar infraestrutura por meio da concessão de linhas de financiamento fundiário, de investimentos e de custeio a taxas de juros fixadas relativamente a níveis reduzidos e sem correção monetária, o que favorece os médios e grandes proprietários rurais. O PRODECER, por seu turno, é administrado por uma organização de direito privado, coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), composta por duas *holdings*, a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BASAGRO), de capital nacional, e a *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO), de capital internacional, tributada pela *Japan Internacional Corporation Agency* (JICA), que concede empréstimos para colonizar, ocupar e explorar terras do cerrado (ALHO; MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 2005).

De forma geral, esses programas são responsáveis pela ocupação empresarial e modernização dos cerrados do Centro-Oeste, transformando a cultura extensiva em intensiva, uma vez que o problema de acidez dos solos encontra solução via técnica de calagem caracterizada pela aplicação de calcário para a correção dos terrenos. Além disso, de acordo com estudos de Alves (2014); e Silva e Monteiro e Barbosa (2015), eles também concorrem para alterar as relações de trabalho, a paisagem e a produtividade da terra, pondo a soja como carro-chefe dos plantios

Em especial na região NE, o agronegócio instala-se segundo critérios fixados nas áreas da ocupação antiga. Historia-se que a introdução dos cerrados nordestinos à lógica capitalista de expansão da fronteira agrícola também sucede devido à liderança de políticas do Estado. Destaque para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), 1973, que promove a estruturação de médias e grandes empresas rurais, e para o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), 1974, com o intuito de “[...] transferir o modelo industrial para o campo e modernizar o **latifúndio produtivo**” (MORAES, 2000, p.171, grifo da autora).

Na mesma década, anos 70 do século XX, também são relevantes para a ocupação dos cerrados nordestinos o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR-Agropecuário) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET). O primeiro, sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constitui “[...] mecanismo facilitador para a aquisição de terras, por parte de empresários do Centro-Sul e do Nordeste.” O segundo concede “[...] incentivos fiscais com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento setorial, no caso do Piauí, para o reflorestamento”, segundo Araújo e Araújo (2007, p. 47).

Sob este prisma, Peixinho e Scopel (2009) ressaltam que, não obstante a abertura da fronteira agrícola no cerrado piauiense ter iniciado no decênio 70 (século XX), por meio de subsídios agrícolas do FINOR-Agropecuário e do FISSET, apenas nos anos 90, efetiva-se a presença de grandes empresas de agronegócios, sobretudo, fazendas voltadas à lavoura de soja. Naquele momento, o financiamento se dá pelo capital privado do mercado, enquanto que, para apoiar o pequeno e médio produtor rural, estrutura-se o Sistema de Crédito Rural Solidário (Sistema CRESOL), referente a uma cooperativa administrada por agricultores familiares e organizações populares, conveniado com o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com a concessão de crédito das grandes empresas e corporações responsáveis por comercializar e industrializar a produção, os produtores ficam sujeitos a compromissos de pagamentos compatíveis com os desígnios de cada operação de crédito contratada: juros, hipoteca, penhor, “venda casada”, entre outros itens, como Alves (2006) e Marouelli (2003) afirmam

Monteiro e Aguiar (2006) esclarecem que tais políticas públicas não solucionam antigas questões territoriais, como a concentração da propriedade das terras, posto que são elas negociadas através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), a preços “simbólicos”, o que viabiliza a configuração e o aprofundamento do mercado de terras. As autoras indicam o baixo preço da terra, a redução de solos agricultáveis em regiões de ocupação antiga, a proximidade dos mercados consumidores, os recursos facilitados pelos Governos Federal e Estadual e as características físicas do cerrado (clima, solo, relevo e hidrografia) como condições *sine qua non* para a consolidação capitalista no cerrado piauiense, notadamente, na porção sudoeste do Estado.

4.2 Cerrado do Piauí: expansão do agronegócio da soja

Retoma-se que, no Estado do Piauí, o cerrado caracteriza-se por topografia plana e grandes extensões de terra. Consubstancia-se, então, em espaço potencial para produção em

larga escala, embora, como mencionado, durante longo tempo, tenha sido considerado desfavorável à agricultura devido às limitações naturais do bioma. Em consonância com a Fundação Cepro (2014), a área do cerrado no Piauí é de 11,2 milhões de hectares, o que corresponde a 46% do solo do Estado, sendo que 70% localizam-se na região sudoeste, parte no extremo sul e apenas 30% no norte, como espaço de transição. Nessas áreas, nascem os rios Parnaíba, Uruçuí Preto e Gurgueia, que alimentam a bacia do Parnaíba, a maior do NE.

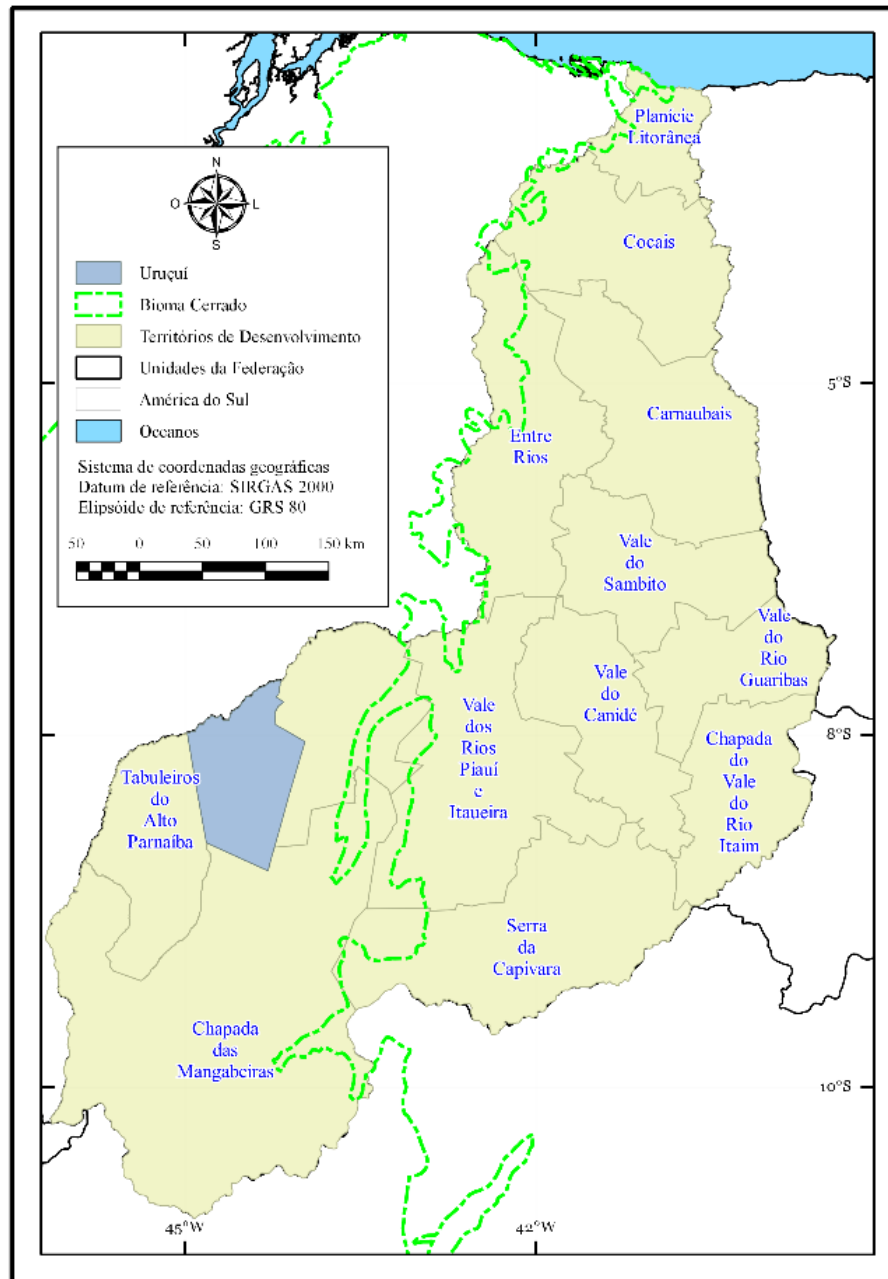
Em conformidade com a fonte supra em parceria com o IBGE (2010), a área do cerrado apresenta baixa densidade demográfica: em torno de 3,67 habitantes/km², correspondendo a 29% da média estadual, que é de 12,66 habitantes/km². A ocupação do território, na zona urbana, sucede de forma irregular em função do processo migratório descontínuo e sazonal. Isto representa sério desafio para ações de planejamento, com o agravante de que as coletividades rurais estão dispersas em assentamentos e empreendimentos agrícolas responsáveis pela produção de grãos.

Reitera-se que, na cadeia produtiva, a região destaca-se pela produção de soja, milho, feijão, arroz, milheto (milho de grão muito miúdo), sorgo e algodão e pelas reservas de minério de ferro, níquel, gás e petróleo. A pecuária também incrementa a economia do cerrado do Estado com a comercialização do gado da raça nelore destinada à produção de leite, carne e gado mestiço, com ênfase para os municípios de Bertolínia, Corrente, Curimatá, Sebastião Barros e Parnaguá (IBGE, 2012). Na verdade, diante das ações econômicas da região, Araújo e Moraes (2006) reconhecem a “última fronteira agrícola” como lócus de expressiva produtividade do complexo carne-grãos, carro-chefe da produção primária para exportação, integrando, portanto, o cerrado piauiense ao circuito nacional e internacional.

Sem embargo, o sudoeste do Estado confirma-se como área mais dinâmica para a produção de grãos, sobretudo, a soja. De acordo com Silva e Monteiro e Barbosa (2016b), entre 1990 e 2014, a área plantada vai de 1.560 para 620.895 hectares, o que equivale a um aumento incrível de 398 vezes. E mais, a sojicultura também evolui na região citada: em 2015, o sudoeste piauiense registra 1.752.659 toneladas de soja, o que corresponde a 98,86% da produção estadual fixada no total de 1.772.722 toneladas, segundo o IBGE (2017).

Acresce-se, ainda, que a área do cerrado abrange três dos 12 territórios de desenvolvimento no Estado: Território Vale dos Rios Piauí e Itaueira, com 19 municípios; Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, com 12; e Território Chapada das Mangabeiras, com 24 (**Figura 2**). Apesar de pertencerem ao mesmo bioma, para Barbosa (2009), territórios e municípios do cerrado do Piauí identificam-se a partir de especificidades e assimetrias próprias, que integram todos os elementos e processos naturais e humanos.

Figura 2 – Territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí



Adaptado de IBGE (2010).

Além dos citados programas oficiais e fatores econômicos e naturais que estimulem o agronegócio no cerrado piauiense, a Política de Desenvolvimento Territorial, definida pelo Governo do Piauí, ano 2005, e tributada ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) destina-se a:

[...] apoiar as potencialidades dos territórios através da identificação de aglomerações produtivas para induzir o processo de desenvolvimento sustentável. Esta iniciativa figura como proposta de difusão de estratégias e inclusão dos pequenos produtores ao processo de desenvolvimento,

constituindo-se em uma alternativa ao Polo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí / Gurgueia (ARAÚJO; ARAÚJO, 2007, p. 47-48).

Com base no exposto, entende-se que o agronegócio no Brasil denota um processo de mudança da base técnica e de ações conjunturais. São elas derivadas de políticas macroeconômicas que modernizaram e modernizam o campo, intensificam a produtividade e ampliam a competitividade das mercadorias agropecuárias no mercado internacional, mas que, no entanto, conservam problemas históricos, como a questão da posse da terra.

Especificamente no Piauí, a introdução do agronegócio segue os mesmos trâmites da incorporação de áreas antigas, tendo as políticas dos Governos Federal e Estadual papel fundamental. Daí, o cerrado piauiense passa a figurar no discurso dominante de desenvolvimento econômico, simbolizando entre os segmentos público e privado a última fronteira agrícola do país. Como a observação participante permite à pesquisadora comprovar e aprofundar a questão, o cerrado do Estado atrai, crescentemente, agricultores originários de outras regiões brasileiras, sobretudo, do Sul e do Sudeste, popularmente chamados de “sulistas” ou “pioneiros” ou “gaúchos.” Decerto, as designações que diferenciam os não uruçuienses, sobretudo, o termo sulista, não são aleatórias. Para o teórico Haesbaert (2005), sulista nomeia uma relação de identidade (ou não) com o lugar e desperta entre os nativos dos cerrados um sentimento de apropriação do território. De qualquer forma, os não uruçuienses estimulam a disseminação da nova engenharia agrícola, repercutindo na produção em larga escala, o que suscita padrões inovadores para o uso da terra e para novas relações de trabalho.

Consoante Alves (2006), os imigrantes sulistas (paranaenses e “gaúchos”) encontram vantagens na região porquanto apresentam certos atributos, como: descendência europeia; espírito de pioneirismo; conhecimento do cultivo granífero; e sintonia com as novas técnicas agrícolas. O perfil lhes favorece crescer como empresários do agronegócio, e se tornam, com significativa incidência, em novos latifundiários, ao adquirirem, a baixos preços, terras devolutas, antes consideradas reservas naturais. Além do mais, os imigrantes tendem a instituir novos padrões culturais, além de trazerem aos cerrados uma mescla de indivíduos de diferentes origens e de distintas condições sociais.

Da mesma forma, transformado em território do capital sob o controle da agricultura capitalista, Uruçuí estrutura-se sob tensões próprias do complexo encadeamento de fatores motivadores da modernização da agricultura que avança, com a expansão da sojicultura. Há a introdução de novas forças produtivas (agricultores modernos, empresas e trabalhadores qualificados para operar as TIC), que passam a conviver com a população local e a construir

novos padrões de reprodução do capital financeiro e social, responsáveis pelas mudanças socioespaciais vislumbradas nos últimos anos no município.

A agricultura familiar, principal atividade dos colonos, cede lugar à agricultura industrial sob a dominação de corporações multinacionais. No bojo dessa visível mudança de reestruturação da produção, sobressai a concentração de terras em grandes propriedades para o cultivo de grãos e o conseqüente acúmulo de riquezas para pequena parcela da população. As conseqüências são nefastas: exclusão do pequeno agricultor do acesso à terra e ao crédito, agravando o êxodo rural e conduzindo a novos contornos espaciais, econômicos e demográficos em áreas rurais e urbanas, com a desconstrução de antigos meios de vida da população local. Solidifica-se, então, a construção de novas relações e de forças produtivas associadas ao agronegócio e aos novos grupos de outros residentes. Aliás, no decorrer da tese, a expressão – outros residentes – é adotada para identificar os agentes sociais provenientes de outras regiões / Estados do país e que se estabeleceram em Uruçuí a partir de atividades econômicas associadas ao agronegócio, seja agrícola ou não.

4.3 Uruçuí – Piauí: dinâmica da agricultura da *commodity* soja

Reafirma-se, mais uma vez, como constatado *in loco* graças à técnica de observação, que Uruçuí mantém um posto de potência econômica do cerrado piauiense, por sua condição de maior produtor de soja. O município, antigo povoado Nova Vila, é instituído em 1902 graças à promulgação da Lei Estadual n. 290, como resultado do desmembramento de Aparecida, atual município de Bertolândia. Localiza-se a 453km de Teresina, capital do Piauí, com maior área territorial do Estado correspondente a 8.452.025 km², e densidade demográfica de 1,2 habitantes/km². A população do município, dados de 2016, soma 21.105 pessoas, com 77% de população urbana e 23% rural, com a peculiaridade que uma pequena maioria (50,8%) é de mulheres em oposição ao índice de 49,2% para os homens (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014; IBGE, 2016).

O clima do município é tropical subúmido quente, com duração do período seco de cinco meses, o que justifica a vegetação de campo cerrado. Reitera-se que informações complementares concernentes à caracterização do município integram o **item 4.1**. Porém, é sempre válido lembrar que Uruçuí exerce participação relevante na economia estadual desde os anos 90, século XX, quando da execução dos primeiros projetos de grãos (arroz e soja). Desde então, vem incrementando a tecnologia moderna, o que lhe permite produzir de forma competitiva e influenciar positivamente, mais e mais, o PIB do Estado, haja vista que o PIB

do município, R\$ 602 milhões em 2011, é classificado como o maior e sua renda *per capita* atinge R\$ 29.552,15, no mesmo ano, para uma população de 20.152 habitantes, o que representa um salto de 0,6 pontos contra 0,2 de 1990, ano em que a atividade da soja começa a despontar no município, com flagrante elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que integra três dimensões do desenvolvimento humano, a saber: longevidade, educação e renda indo de zero a um.

Logo, mais uma vez, a Fundação Cepro (2015) retoma a confirmação de que Uruçuí acompanha a citada modernização da agricultura no cerrado do Piauí graças à expansão do agronegócio da soja, em escalas regional, nacional e internacional, a partir de meados da década de 80 (século XX). A incorporação de megaprojetos produtores de grãos na área favorece a instalação de poderosas empresas, a exemplo da Bunge Alimentos S.A., que incrementa a oferta de emprego, até porque as grandes corporações na expansão de suas atividades, em geral, utilizam mão de obra contratada em vários níveis de especialidade. Quer dizer, apesar da expressiva produção de grãos gerar empregos diretos e indiretos para a população uruçuiense, o aproveitamento da mão de obra local constitui uma das expressões da questão social atinente aos novos rumos da agricultura do século XXI. Alves (2006), no entanto, alerta para o fato de que, com certa frequência, os empregos no agronegócio na municipalidade estudada são temporários e mal remunerados, sob condições precárias e com baixo aproveitamento, com sérias restrições quanto à geração de postos de trabalho, longe, portanto, do idealizado como solução para o problema do emprego no setor.

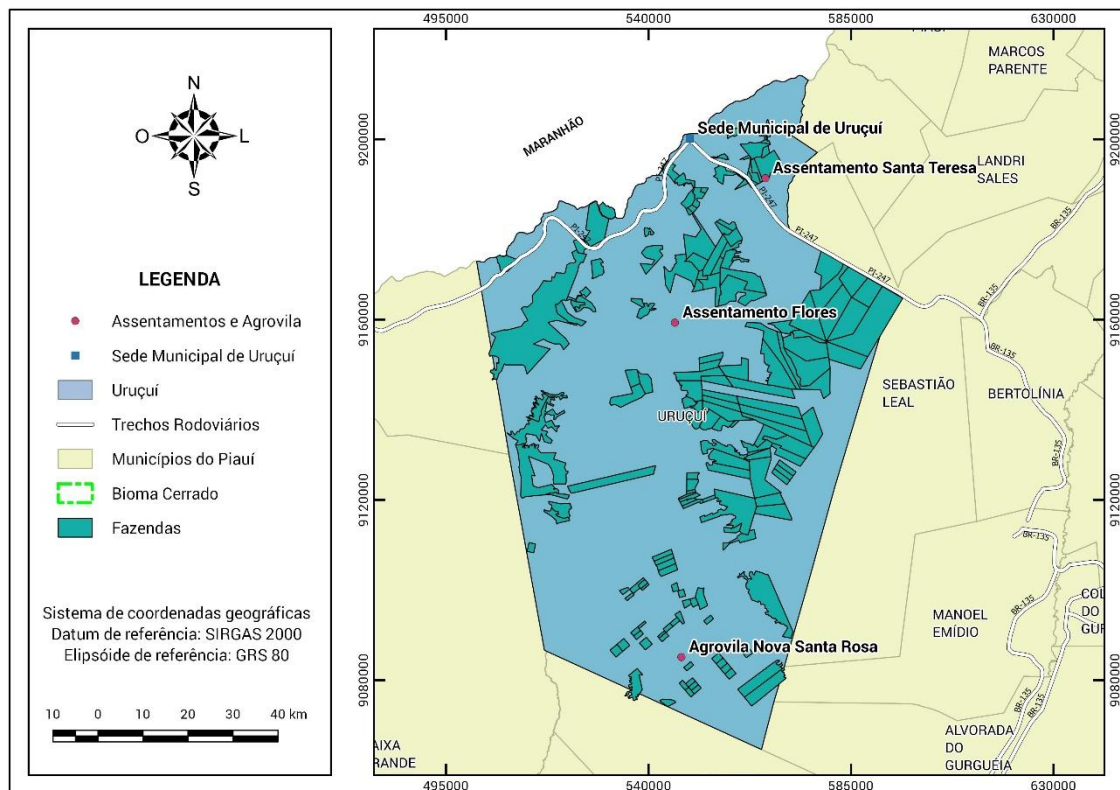
Ainda em relação à situação fundiária, a Fundação Cepro (2014) insiste que Uruçuí está entre os municípios do cerrado piauiense que se destacam pela significativa extensão de suas áreas agricultáveis (mais de 500 hectares), dentre as quais mais de 80% são ocupadas por parques de unidades produtivas. Tal estrutura de uso e de posse da terra favorece o elevado nível de concentração, e, por conseguinte, paradoxalmente, impede a população nativa de competir no mercado, obrigando-a a migrar para o assalariamento rural em empreendimentos instalados no município (OLIVEIRA, 2015). A este respeito, Aguiar e Monteiro (2005) também chamam atenção para a forte permanência no cerrado de estrutura fundiária concentracionista dos tempos de sua ocupação, ainda no século XVII, e, ainda, para a falta de um plano gestor de ocupação, o que conduz à grilagem de terras e à concentração de renda e de latifúndios, como antes mencionado.

Os assentamentos Flores e Santa Teresa, situados na zona rural, resultam de iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia federal, cuja missão é executar a reforma agrária em território nacional e efetivar o ordenamento fundiário

nacional. O INCRA institui os assentamentos como medida de enfrentamento da situação relatada no parágrafo anterior. Todavia, como Oliveira (2015) afirma, devido à assistência técnica insuficiente dos Governos ao pequeno produtor rural, grande parte deles migra para o assalariamento nas fazendas produtoras de soja espalhadas por todo o município, desde os arredores do núcleo urbano. A já mencionada Agrovila Nova Santa Rosa, a 196 km do polo urbano, concentra prósperas fazendas de soja de propriedade de “gaúchos” e paranaenses, e nelas trabalham e residem boa parte dos agricultores assalariados. A **Figura 3** ilustra o local dos assentamentos, da Agrovila e das fazendas de soja no entorno de Uruçuí.

Quanto à organização espacial, o município apresenta-se sob expansão do núcleo urbano, o que exerce forte pressão por infraestrutura e serviços não apenas para o atendimento da população local que migra do campo para a cidade atraída pelo progresso e pelas oportunidades do agronegócio, como também pelo contingente de imigrantes que chegam.

Figura 3 – Município de Uruçuí – Piauí: assentamentos, Agrovila Nova Santa Rosa e fazendas de soja



Adaptado de IBGE (2010).

Com relação à infraestrutura, a população sofre com a insuficiência do conjunto das instalações necessárias às atividades humanas, como rede de esgotos e de abastecimento

de água, energia elétrica, coleta de águas pluviais, coleta de lixo, rede telefônica, gás canalizado, estradas, calçamento e asfaltamento, telecomunicação móvel e fixa e de acesso ágil à internet. No campo da educação, Uruçuí abriga um *campus* da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), outro do IFPI, a Universidade Aberta vinculada à UFPI e também uma coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além de instituições educacionais privadas. Oliveira (2015) apõe, que conta com a Embrapa, cooperativas, associações, sindicatos, empresas prestadoras de serviços e consultorias, e órgãos de fomento ao crédito.

Como mencionado outras vezes, a moderna agricultura introduzida no município traz impactos negativos, sobretudo, em se tratando da degradação ambiental resultante do contínuo desmatamento de extensas áreas para a sojicultura, o que induz ao uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, conforme alerta de estudiosos, como Dantas (2009); Marouelli (2003); Marques *et al.* (2006); e Rodrigues (2015). Essas práticas nocivas de não conservação dos recursos naturais, além de causarem desequilíbrio na esfera do bioma cerrado, põem em risco a saúde dos trabalhadores das lavouras e da população em geral, presente e futura, pelo forte efeito poluente dos solos e dos mananciais.

À vista do exposto, infere-se, diante do binômio cerrado do Piauí e expansão do agronegócio da soja, que a despeito do acúmulo de capital econômico estocado, as políticas governamentais fomentadoras de desenvolvimento no território persistem priorizando o crescimento econômico, o que torna necessário revisitar a discussão teórica acerca do crescimento *versus* desenvolvimento. Deste modo, os horizontes de desenvolvimento nem se ampliam para uma visão integradora de espaços, agentes sociais, mercados e políticas, como visto, alicerce do desenvolvimento humano e social, nem recorrem aos conceitos subjacentes às expressões – desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial – para prescreverem uma modalidade de desenvolvimento que melhor se enquadre ao contexto em análise.

Além do mais, ao final, vê-se que análise acerca do cerrado do Brasil, com ênfase para o cerrado piauiense como celeiro do agronegócio, não permite respostas únicas e unívocas. Isto porque, ao lado dos benefícios e das vantagens da nova ordem de produção, responsável pela riqueza econômica advinda da sojicultura em Uruçuí, convive-se no município com a exclusão do agricultor familiar ao acesso à terra e aos créditos concedidos pelo Governo, além de malefícios causados ao meio ambiente.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Minayo (2007), os procedimentos metodológicos correspondem ao “caminho do pensamento” que o objeto pesquisado exige, o que pressupõe, em termos empíricos, a identificação do quê, do quem, do quando, do onde e do como. Conseqüentemente, este capítulo traz a área de estudo e seu delineamento, o que corresponde à caracterização de Uruçuí, campo empírico da investigação, além dos métodos e das técnicas utilizadas para a coleta de dados em meio à amostra. Também descreve os procedimentos para análise dos dados coletados, a operacionalização do estudo e os critérios éticos cumpridos.

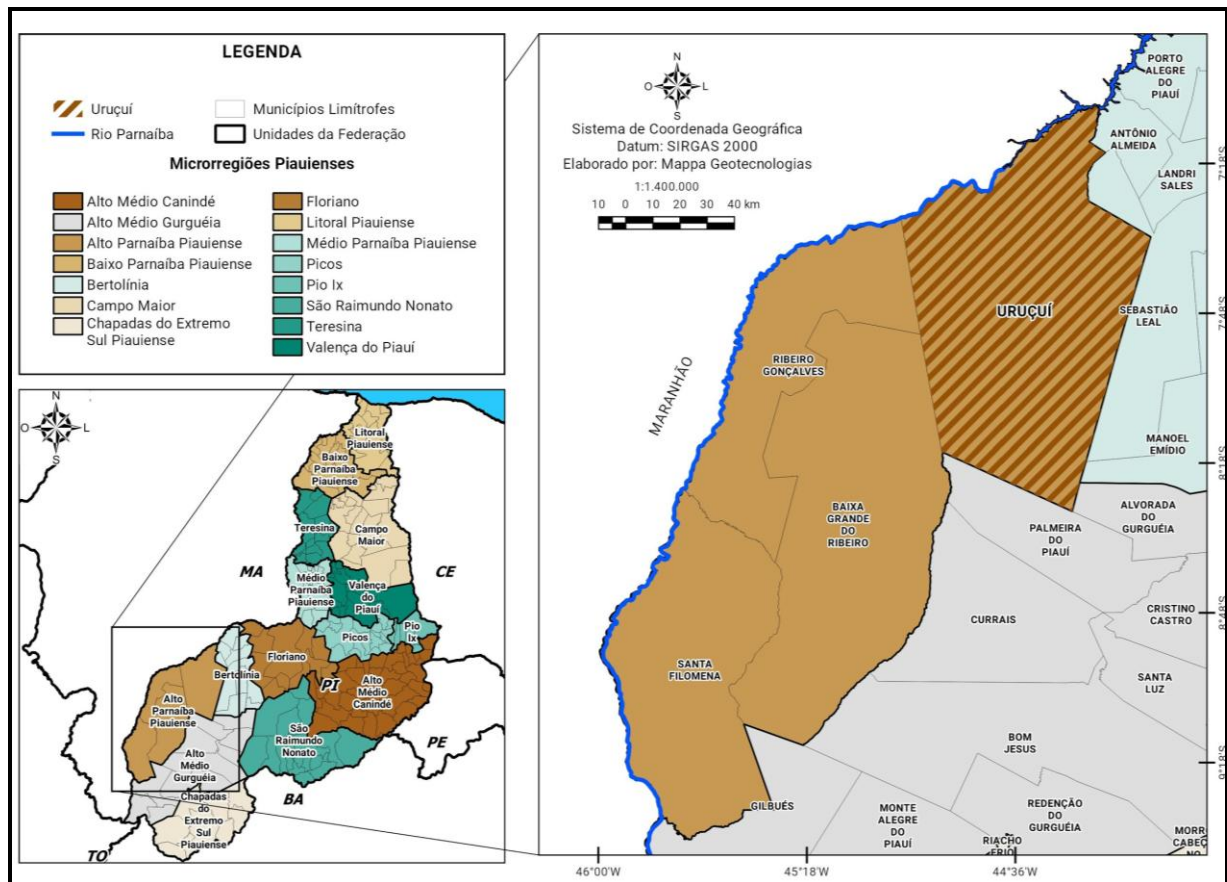
5.1 Área de estudo: breve caracterização de Uruçuí – Piauí

Como visto desde a etapa introdutória, a pesquisa tem como campo empírico o município de Uruçuí, situado no sudoeste do Piauí (URUÇUÍ, 2010). É um dos 20 municípios integrantes da área nuclear de domínio do cerrado piauiense. Destaca-se na produção agrícola de soja, com faturamento de sua economia representando 2,45% do total das riquezas do Estado, graças a um vantajoso comércio que comanda em torno de 40,0% da economia local. Além disto, segundo dados da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014), registra o maior PIB *per capita*, na área do domínio.

Ainda segundo a Fundação Cepro (2014), Uruçuí integra o território denominado de Tabuleiros do Alto Parnaíba, região que se sobressai por significativa extração de minérios. Pertence à microrregião do Alto Parnaíba do Piauí e faz limite geográfico ao norte com o estado do Maranhão (MA) e com o município de Antônio Almeida (PI); ao sul, com Palmeira do Piauí e Alvorada do Gurgueia; ao leste, com Sebastião Leal, Landri Sales e Manoel Emídio e a oeste, com Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro e, ainda, com o município maranhense de Benedito Leite (**Figura 4**).

Graças à técnica de observação participante, subjacente a estudos desta natureza, mediante a participação real do pesquisador na realidade pesquisada, constata-se através das recorrentes incursões da pesquisadora no município durante o trabalho de campo, que a dinâmica do agronegócio protagonizado pela soja em Uruçuí vem desencadeando inovações, rupturas e continuidades na sociedade.

Figura 4 – Mapa de localização de Uruçuí – Piauí e Microrregiões



Adaptado de IBGE (2010).

Tem-se um cenário com duas faces bem distintas, percebido e vivenciado pela população a partir de mudanças ou permanência das condições de educação, trabalho, proteção ambiental e das diversas formas de sociabilidade – sistemas e redes de relações. Fatores que alteram a rotina da coletividade em Uruçuí, também modificada pelo processo de urbanização galopante. Criam-se, então, novos protocolos, sobretudo, no mundo do trabalho, uma vez que a matriz de produção agrícola passa da tradicional para a moderna empresarial, favorecendo diferentes padrões de governança via Governo local, face à prevalência do diálogo e de subsídios à economia do agronegócio em detrimento do apoio à agricultura familiar e à interlocução com a sociedade civil, o que conduz, como inevitável, à interferência na cultura local.

Nesse panorama, de um lado, chama atenção a modernização da agricultura granífera que se torna industrial / empresarial com inovações ambientais empreendidas no Arranjo Produtivo Local (APL) da soja (OLIVEIRA, 2015); aliada às rupturas na reprodução da pequena produção agrícola ou agricultura familiar, como Silva (2016) nomeia. Registra-se, ainda, o surgimento de diversificado comércio alimentador do agronegócio, conduzindo ao assalariamento do agricultor trabalhador das fazendas de soja e de parcela significativa de

empregados do comércio, como Araújo (2016) complementa. Por outro lado, algumas assimetrias demarcam as continuidades no cenário local, porquanto para parcela significativa da população persistem o desemprego, o aproveitamento incipiente da mão de obra nativa, a precariedade dos serviços de saúde e de saneamento e a dificuldade de crédito para o pequeno produtor, entre outras situações desafiantes (AGUIAR, 2005; ALVES, 2006; RODRIGUES, 2015).

Assim sendo, autores, como Masulo e Moraes (2012); e Reydon e Monteiro (2006), afirmam que as modificações empreendidas não são suficientes para superar o desmatamento e a degradação ambiental, nem tampouco a concentração de terras e de renda (o latifúndio) com seus efeitos perversos que aprofundam a desigualdade social. Por conseguinte, também não suprem a premência de melhoria da sustentabilidade econômica, social e ambiental em Uruçuí, exigindo incrementar as relações sociais, a comunicação e o aprendizado interativo entre produtores, trabalhadores e comunidade, além de estimular a confiança mútua e melhorar a infraestrutura relacionada às estradas, à telefonia, à internet, à energia elétrica, entre outros fatores que conferem sustentabilidade ao desenvolvimento, conforme Oliveira (2015) relata em seu estudo.

Aqui, é preciso acrescentar as expressões adotadas neste estudo para pontuar a coexistência na realidade local de dois fragmentos distintos de uma mesma territorialidade, de acordo com o pensamento de Raffestin (1993), os quais estão demarcados pela desigualdade de acesso às vantagens geradas pela ordem produtiva determinante. Isto é, os termos *com-viver* e *com-vivência* referem-se exatamente aos dois cenários visivelmente originados da dinâmica do agronegócio no município em pauta e referidos popularmente pelos locais, como “terra rica de gente rica” e “terra rica de gente pobre.” As expressões designam, respectivamente, a face contemplada pela acumulação / concentração (favorecida pelo agronegócio) e a face da exclusão (não inserida no agronegócio), embora algumas externalidades negativas e positivas consequentes da territorialidade sejam inevitavelmente alcançados por todos.

Consoante tal contexto, os dois cenários passam a *com-viver* no município: um que representa o território do agronegócio, composto por uma população que mescla nativos e agricultores advindos de outros Estados e de outras regiões do país com conhecimento e técnicas compatíveis com a produção de grãos em bases modernas. Chegam ao cerrado piauiense atraídos pelo baixo preço das terras e pela chance de prosperidade econômica. Com certa frequência, transformam-se em produtores, patrões e empresários, proprietários da maioria das fazendas de soja e de comércios, com facilidade de captação de crédito junto às

financiadoras nacionais e estrangeiras, com boa interação com o Estado e seus organismos, a tal ponto que alguns deles se tornam gestores públicos, lideranças e políticos locais.

No outro cenário, predomina uma população nativa majoritariamente urbana e composta por agricultores rurais, pequenos comerciantes, assalariados do comércio, funcionários públicos e significativo contingente de beneficiários dos programas sociais do Governo, com baixa renda anual, e, portanto, com dificuldades de acesso a créditos de custeio, o que os obriga a migrar sazonalmente para o assalariamento rural no agronegócio. Trata-se de mão de obra com insuficiente qualificação para aproveitar as oportunidades de emprego geradas pelo *agrobusiness*.

Vê-se que os contrastes e as assimetrias referem-se, também, à dinâmica produtiva, social e cultural que se processa diferentemente nos bairros urbanos, nas comunidades rurais e nos assentamentos, firmando novos arranjos sociais e institucionais para o desenvolvimento e a organização local. Os dois cenários com-vivem no município, interagindo, efetivando trocas culturais e experimentando aspectos positivos e negativos dessa com-vivência e dos impactos daí advindos.

5.2 Delineamento do estudo

Como antevisto, o estudo trata, em sua essência, da relação capital social e desenvolvimento em Uruçuí no contexto da dinâmica do agronegócio da soja em expansão no município desde os anos 80 (século XX). Quer dizer, objetiva-se compreender fenômenos sociais em determinada realidade com vistas a descrever e analisar, e, portanto, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica. *A priori*, como pressuposto teórico, entende-se que a noção de desenvolvimento salientando os fatores culturais e as abordagens de estímulo às práticas participativas e de suporte ao fortalecimento da sociedade civil, refere-se ao capital social, sendo considerada como a lógica em que se assenta a cooperação do capital social com o desenvolvimento loco-regional socialmente sustentável. Por isso, acredita-se que o desenvolvimento sustentável de uma localidade está relacionado com complexo encadeamento de fatores e condições de natureza econômica, político-institucional, sociocultural e ambiental. Sob esta ótica, o real desenvolvimento ocorre quando o crescimento local significa expansão de potencialidades do lugar, da sociedade e de seus cidadãos, no momento em que estes conquistam um estado de vida melhor. Logo, o desenvolvimento também se dá pelos investimentos direcionados aos indivíduos ou pelo conjunto de

conhecimentos e saberes a eles agregados historicamente e culturalmente, sob influência do contexto vivenciado.

Face aos objetivos formulados na introdução do estudo, sua relevância concretiza-se na medida em que, ao se analisar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, investiga-se em que medida há investimentos da ordem local na geração de riqueza social e não somente econômica. Incluem-se investimentos para a criação de condições que permitam o empoderamento dos agentes sociais, de modo que atuem como parceiros, promotores e, sobretudo, como protagonistas das mudanças necessárias ao desenvolvimento do lugar onde vivem.

Portanto, a análise dos resultados alcançados em torno do nível e do potencial de capital social acumulado pelos trabalhadores na dinâmica do agronegócio no município, independentemente de confirmar (integralmente ou parcialmente) ou, ainda, refutar a hipótese construída, pode contribuir com o debate sobre capital social e sua relação com o desenvolvimento de localidades. É o momento de trazer para o centro da discussão a contribuição da sustentabilidade social como perspectiva orientadora de processos emancipatórios, da expansão das capacidades humanas para o procedimento dialético de mudança dos lugares, dos processos e das pessoas, fomentador do desenvolvimento sustentável.

5.2.1 Métodos, instrumentos e técnicas da pesquisa

Pela natureza complexa das abordagens sobre a articulação de capital social e desenvolvimento, e também considerando o dinâmico contexto econômico, social e político alicerçador da moderna agricultura do *agrobusiness* em Uruçuí, pano de fundo da pesquisa, recorre-se a procedimentos reflexivos do método dialético de investigação, o qual, segundo Minayo (2007), aborda os fenômenos sob a lógica do pensamento crítico e científico, sem admitir verdades fixas ou universalmente válidas. Isto é, a dialética, como base metodológica, fundamento analítico e interpretativo do conhecimento científico, empenha-se para perceber o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. O seu uso em pesquisa qualitativa considera os fatos, o contexto social e as contradições transcendentais.

No que diz respeito à coleta de dados, após a formalização da participação dos agentes sociais do agronegócio integrantes na pesquisa via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, **Apêndice A**), aplica-se, como primeiro instrumento, formulário semiestruturado (perguntas abertas, fechadas e mistas) para a caracterização dos participantes

da pesquisa (**Apêndice B**). Este integra duas seções. Na primeira, identificam-se traços do perfil dos respondentes, tais como idade; sexo; estado civil; cidade (e Estado) natal; tempo de moradia em Uruçuí; local de moradia; ocupação; natureza do vínculo empregatício no agronegócio; entre outros itens. A segunda seção trata de questões relacionadas com a soja, como o hábito de consumo do produto pelo indivíduo e sua família e os benefícios trazidos pela cultura da soja ao município.

Para medir o nível do capital social dos agentes sociais, utiliza-se, de início, a metodologia do grupo temático sobre capital social do BM, proposta por Grootaert et al. (2004), fundamentada em *survey* – mediante o referendado QI-MCS, caracterizada uma das mais eficazes, entre as propostas. Para respaldar a análise quantitativa da variável qualitativa capital social, incorpora-se à metodologia do QI-MCS o procedimento metodológico desenvolvido por Barreto (2004), que sugere encontrar um índice para cada dimensão de capital social pesquisada em determinada localidade, ao qual foram feitas modificações das variáveis explicitadoras de CS, com vistas à melhor adaptação ao contexto pesquisado. Os índices verificados são enquadrados em classificação proposta por Khan e Silva (2002), que variam de baixo nível de acumulação de capital social ($0 < ICS \leq 0,5$) a médio ($0,5 < ICS \leq 0,8$) e a alto ($0,8 < ICS \leq 1,0$).

O QI-MCS (**Apêndice C**), corresponde a um questionário semiestruturado devidamente adaptado aos objetivos antes enunciados da pesquisa e, como natural, à realidade empírica, com a intenção de avaliar o capital social dos agentes sociais locais de Uruçuí relacionados diretamente com o agronegócio da soja, nas dimensões: 1. participação em organizações, grupos e redes; 2. confiança, coletividade e solidariedade; 3. ação social. Essas dimensões reúnem elementos do capital social estrutural, cognitivo e relacional, conforme abordagem de Nahapiet e Goshal (1998) e apesar de serem tratadas em separado no estudo, interagem de forma inter-relacionada. As categorias ou variáveis que configuram as três dimensões constituem indicadores de análise dos fatores que relacionam CS e desenvolvimento, definidas com base na revisão de literatura e nas inferências sobre a realidade empírica pesquisada fruto da observação direta. Constam como indicadores de referência para medir o ICS no questionário: participação ativa em organizações, grupos e redes locais; atributos das organizações e dos associados; nível de confiança entre agentes sociais e instituições locais; ações coletivas e práticas solidárias mais comuns; disposição em ajudar; respeito à cultura local e à diversidade; articulação política e parceria; nível de pertencimento ao município; entre outros itens.

Ainda para operacionalizar os objetivos propostos associa-se ao QI-MCS outras fontes de informação de dados, procedimento denominado por Minayo (2007) como triangulação. São adotados a entrevista, o estudo bibliográfico e documental, além do contato direto com a realidade. Assim, recorre-se a distintas técnicas de construção de dados, na busca por ampliar o entendimento das questões pesquisadas. Destaca-se, nesse processo, a observação direta em diversos momentos, com a participação da pesquisadora em alguns eventos locais e permanência constante no município durante o período da pesquisa, oportunizando, inclusive, o registro fotográfico.

A entrevista semiestruturada corresponde a outro instrumento complementar à coleta de dados (**Apêndice D**), seu roteiro incorpora duas grandes partes. Uma primeira com questões sobre o desenvolvimento capitaneado pelo agronegócio no município e as mudanças registradas nas várias dimensões, e outra que interpela acerca do capital social e o desenvolvimento sustentável. As questões são fundamentadas na revisão de literatura, apontam indicadores de CS abordados no QI-MCS, e indagam sobre as evidências de desenvolvimento na realidade pesquisada a partir das mudanças identificadas pelos agentes sociais, além de averiguar possibilidades do capital social em tal contexto.

A pesquisa com base em dados secundários corresponde a levantamento bibliográfico e documental, com acesso a diferentes fontes institucionais e visitas *in loco* ao município de Uruçuí e às suas instituições, como recursos indispensáveis à técnica de observação não participante. De forma complementar às fontes de dados impressos, também, recorre-se à internet para o levantamento de artigos e estudos publicados em *sites* sobre a matéria estudada.

5.2.2 População e amostra da pesquisa

Consoante Bussab e Morettin (2010), população corresponde à totalidade dos elementos pesquisados, enquanto a amostra é um subconjunto dessa população. Sendo assim, o universo do estudo abrange os 21.011 habitantes do município de Uruçuí, quantitativo estimado em 2015 pelo IBGE (2016). Diante da amplitude do universo, segundo os preceitos estatísticos vigentes, opta-se pela amostragem não probabilística. Dentro desta categoria, seleciona-se amostra por fácil acesso ou acesso mais fácil ou amostra por conveniência, quando participam da pesquisa de campo elementos representativos e cujo acesso é mais fácil e / ou possível, além da disponibilidade, da disposição e do interesse dos agentes sociais em compartilharem (CRESWELL, 2010; LOBIONDO-WOOD; HABER 2001).

Neste caso, a amostra integra informantes-chave selecionados em função de sua representatividade; tempo de convivência no município; e envolvimento com o objeto da pesquisa, ou seja, com os elementos subjacentes ao fluxo econômico da soja em Uruçuí. Em relação à obtenção de uma amostra quantitativamente significativa do ponto de vista estatístico, o cálculo do tamanho de uma amostra mínima enfrentou a falta de acesso a dados fidedignos ou, no mínimo, aproximados, quanto ao total de trabalhadores. De qualquer forma, constam como critérios de inclusão: possuir idade igual ou superior a 18 anos; residir em Uruçuí; e manter vínculo ativo com o agronegócio da soja no município quando da pesquisa. Dentre os parâmetros de exclusão, cita-se o déficit cognitivo interveniente para a compreensão dos instrumentos de coleta de dados. Por fim, a amostra está assim constituída:

1. 170 trabalhadores do agronegócio: 104 trabalhadores das fazendas de soja (AS – TF) e 66 empregados do comércio (AS – EC).
2. Sete representantes governamentais (AS – G) – um de cada instituição de influência sobre o agronegócio no município: Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente; Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - Emater / PI; Agência de Defesa Agropecuária do Piauí - ADAPI.
3. Dois representantes institucionais (AS – I) - um de cada instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI.
4. Quatro lideranças locais (AS – LL): presidente de associação de moradores (um); candidato à gestão municipal - ano 2017 (um); liderança política (um); presidente de cooperativa (um).
5. Quatro empresários do agronegócio (AS-E): proprietários de fazendas de soja (três); proprietário de ponto comercial (um).

Tem-se, assim, o total de 187 representantes dos quatro segmentos de agentes sociais do agronegócio local. Esclarece-se que tão somente os trabalhadores de dois estratos participam da investigação do ICS (trabalhadores das fazendas e do comércio). Nove desses, também constam como entrevistados: cinco das fazendas de soja visitadas e quatro do comércio – loja de venda de máquinas (um), semente e insumos (um); consultoria agropecuária (um); e empresa de prestação de serviços (um). Os demais segmentos participam

somente da entrevista (**Apêndice D**), somando 26 depoentes. Todos os depoimentos estão gravados, com autorização dos pesquisados, com transcrição posterior para facilitar a análise.

5.2.3 Procedimentos para análise dos dados da pesquisa

A análise dos dados pesquisados deu-se por abordagem quanti-qualitativa. Na percepção de Creswell (2010), a pesquisa quantitativa testa teorias objetivas, examinando as relações entre variáveis. A coleta é gerada por meio de dados mensuráveis, reunidos por instrumento capaz de quantificá-los e transformá-los em dados estatísticos, de modo que os resultados são relacionados a todas as unidades amostrais. O estudo qualitativo, por seu turno, explora o entendimento dos indivíduos sobre o objeto estudado, na perspectiva de interpretação individual. As informações são, então, coletadas onde os sujeitos da pesquisa vivenciam a questão e os resultados são interpretados a partir das interações entre pesquisados e pesquisadores.

No entanto, é preciso reforçar a ideia de que a chamada pesquisa mista ou multimétodo considera que nenhuma abordagem possui *per se* a verdade absoluta, de tal forma que a conjunção das abordagens quantitativa e qualitativa tende a garantir resultados mais consistentes.

A medida do Índice de Capital Social (ICS) concretiza-se por meio de indicadores de referência presentes no questionário adaptado a partir do mencionado QI-MCS, em cada dimensão analisada, seguindo as recomendações de Gootaert et al. (2003). Para a construção e a composição do ICS, cada indicador é convertido em escores, utilizando-se, como já dito, adaptação do método de Barreto (2004), que orienta a formulação de um índice para cada dimensão do capital social da localidade. Receberam valor 0 (zero) as questões respondidas de forma negativa; valor um, as respostas de nível intermediário; e valor dois, as respostas positivas.

No questionário, existem itens com nível de resposta qualitativa (nominal e ordinal) e itens em escala do tipo Likert. Para as respostas dicotômicas (nominais): o sim recebe pontuação dois; o não, na questão principal, porém, com respostas positivas nas questões subordinadas recebe um; o não, na questão principal com respostas também negativas nas questões subordinadas recebe pontuação 0 (zero). Os itens avaliados de forma qualitativa ordinal estão organizados de modo que os menores valores indiquem melhores respostas positivas e os maiores valores, piores respostas negativas. Consideram-se os tercis de distribuição dos valores associados ao aspecto qualitativo para dividir as respostas positivas

(pontuação dois); as intermediárias (pontuação um) e as negativas (pontuação zero). Quanto às perguntas respondidas em escala Likert, estas atingem três ou quatro pontos, em ordem crescente de positividade. Para as de três pontos, a resposta um assume valor 0 (zero); resposta dois; valor um; resposta três, valor dois. Para as de quatro pontos, respostas de nível um ou dois recebem valor 0 (zero); de nível três, valor um; e de nível quatro, valor dois.

O ICS é calculado por dimensão, por segmento e, por fim, tem-se o índice total para Uruçuí. Levam-se em conta para o cálculo do Índice de Capital Social por Dimensão (ICSd) os seguintes elementos: quantidade de indicadores de determinada dimensão ($i = \{1, \dots, m\}$); quantidade de participantes avaliados ($j = \{1, \dots, n\}$); somatório dos escores alcançados nos indicadores por cada participante em determinada dimensão (E_{ij}); e somatório dos escores máximos possíveis para os indicadores desta dimensão ($E_{máx i}$). O cálculo é representado pela fórmula:

$$ICSd = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{n \cdot \sum_{i=1}^m E_{máx i}}$$

Para o cálculo do Índice de Capital Social por Segmento (ICSg), são avaliados: quantidade total de indicadores das três dimensões do questionário adaptado ($p = \{1, \dots, m\}$); quantidade de participantes avaliados no segmento ($q = \{1, \dots, n\}$); somatório dos escores alcançados nos indicadores por cada participante do segmento (E_{pq}); e somatório dos escores máximos possíveis para os indicadores das três dimensões ($E_{máx p}$). No caso, o cálculo é representado pela fórmula:

$$ICSg = \frac{\sum_{q=1}^n E_{pq}}{n \cdot \sum_{p=1}^m E_{máx p}}$$

O índice de capital social total, considerando-se as três dimensões do questionário (**Apêndice C**), é calculado por meio da média aritmética das medidas dos índices dos segmentos (ICSg). O resultado do cálculo pode variar de 0 (zero) a um, também expresso por 0% a 100%. A classificação do índice atende à categorização proposta por Khan e Silva (2002), que determinam três níveis de capital social, e que se mostra adequada ao contexto pesquisado:

Baixo nível de acumulação de capital social ($0 < ICS \leq 0,5$ ou $0\% < ICS \leq 50\%$).

Médio nível de acumulação de capital social ($0,5 < ICS \leq 0,8$ ou $50\% < ICS \leq 80\%$).

Alto nível de acumulação de capital social ($0,8 < ICS \leq 1,0$ ou $80\% < ICS \leq 100\%$).

Os dados da aplicação dos instrumentos são inseridos em bancos de dados, com dupla entrada em planilha do *Microsoft Excel*®, a fim de identificar possíveis erros de digitação. Transportados e processados no *software IBM*® *SPSS*®, versão 21.0, são calculadas estatísticas descritivas, como médias, desvio padrão, mínimos e máximos, para as variáveis quantitativas; e frequências, para as qualitativas. Para a análise inferencial, realiza-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificação da normalidade dos dados. O teste t de *Student* é usado para comparação das médias dos índices de capital social na avaliação dos trabalhadores das fazendas de soja e do comércio, com a ressalva de que, como usual do ponto de vista estatístico, as análises adotam o nível de significância de 5%.

Para a análise e interpretação das informações sobre as perspectivas de desenvolvimento no município sob a ótica dos agentes sociais e sobre os desafios e possibilidades do capital social no contexto pesquisado, coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas (**Apêndice D**), aplica-se a técnica de análise de conteúdo, instituída por Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite tanto a descrição quantitativa dos conteúdos recolhidos quanto sua interpretação mediante a classificação em categorias analíticas, que são balizas para o conhecimento e análise do objeto pesquisado nos seus aspectos gerais.

Após a gravação e transcrição das entrevistas, segue a organização do material para análise. Do ponto de vista operacional, primeiramente se extrai do texto das entrevistas as unidades de registro que se referem ao conteúdo das mensagens e seu contexto (uma ou várias palavras, frase ou oração). Essas podem ser agrupadas por tema, que corresponde a uma unidade maior em torno da qual se formula uma conclusão. Por fim, para se trabalhar os conteúdos elabora-se as categorias para a análise das mensagens. Essas podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo (conceitos mais gerais e mais abstratos) ou a partir dos dados coletados (mais específicas e concretas), contudo devem ser analisadas em profundidade de forma articulada, conforme assevera Minayo (2007).

Na pesquisa em tela, com o adendo que somente as informações coletadas por meio das entrevistas semiestruturadas foram tratadas pela técnica de análise de conteúdo, e para ilustrar o processo operado de tratamento dos dados pesquisados, com base no caminho descrito por Minayo (2007), que prevê as fases de: **pré-análise** (leitura exhaustiva dos dados para identificar o *corpus* da pesquisa), **Exploração do material** (codificação dos sentidos revelados, classificação e agregação - construção de categorias e agrupamentos por tema / unidade de registro), e **tratamento dos resultados e interpretação** (nível das inferências

estatísticas e não), revelam-se como categorias extraídas dos depoimentos dos entrevistados ao destacarem as evidências do desenvolvimento impulsionado pelo agronegócio no município: crescimento do comércio, oportunidade de emprego e renda, condições de trabalho no agronegócio, degradação ambiental e uso de agrotóxico, infraestrutura física e social local, dinâmica urbana, benefícios e melhorias, valorização da cultura local, concentração da terra, titularidade da terra, valor da terra, e articulação política (**Quadro 1**).

As categorias foram agrupadas / associadas ao desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, ambiental, social, cultural, e político-institucional (tema – unidade de registro), pois configuram aspectos mais amplos do que o mero desenvolvimento econômico. A discussão, interpretação e análise, que segundo Minayo (2007) configuram uma única etapa no processo de tratamento dos dados, se fundamenta nos estudos teóricos abordados anteriormente (**Seções 2; 3 e 4**) e demais aportes suscitados da própria realidade empírica e dos sujeitos concretos. Os resultados finais expressam o entendimento dos agentes sociais sobre as perspectivas de desenvolvimento no município a partir do agronegócio, configurado por meio de mudanças ocorridas nas referidas dimensões e congregam as inferências sobre o *corpus* da pesquisa, considerando o quantitativo e o qualitativo como linhas de força complementares e não opostas (**Seção 7**).

Ilustrando as categorias, as falas dos entrevistados aparecem sob a forma de citações diretas para facilitar a compreensão do objeto investigado, resguardando-se o total anonimato dos agentes sociais envolvidos no estudo em pauta, identificados, ao longo do texto, pela simbologia anteriormente descrita (**item 5.2.2**): AS – E; AS – EC; AS – G; AS – I; AS – LL; e AS – TF.

5.2.4 Operacionalização da pesquisa

Após a primeira visita da pesquisadora ao município, ainda em 2015, para reconhecimento e diagnóstico da realidade, a pesquisa de campo propriamente dita vai de 2016 até 2017. Durante o transcurso da investigação, registram-se deslocamentos mensais da pesquisadora a Uruçuí, em períodos variados de uma semana até 15 dias. Os encontros com os participantes se dão face a face, antecedidos por contato telefônico para o devido agendamento e posterior aplicação dos instrumentos, com datas e horários programados. O bloco de **Fotos 1** mostra alguns momentos registrados pela pesquisadora.

Fotos 1 – Registro de visitas ao município de Uruçuí



Plantação de soja em fazenda visitada



Fazenda visitada



Em visita ao assentamento Flores



Experimentando bebida típica dos gaúchos



Fazenda visitada



Assentamento Flores



Participação em “mutirão da dengue”



Maquinário de fazenda visitada

Em se tratando das entrevistas, são sempre individuais e, também, de acordo com a disponibilidade de cada agente social. A aplicação dos questionários, por sua vez, ocorre individualmente ou em pequenos grupos, de acordo com a conveniência dos pesquisados, em residências, fazendas, comércios, assentamentos, escritórios, organizações, lanchonetes, bares e restaurantes do município, como mostra o registro da pesquisadora (bloco de **Fotos 2 e 3**).

Fotos 2 – Registro da aplicação das entrevistas



Com trabalhadores no campo



Com empregado do comer



Com empresário na fazenda



Com liderança comunitária

Durante a pesquisa, há apontamento de duas reuniões nos assentamentos Flores e Santa Teresa, agregando agricultores e assalariados do agronegócio com vistas à aplicação dos questionários e / ou entrevistas. Ademais, registram-se: Visita a oito fazendas; duas idas à Agrovila Nova Santa Rosa (vila fundada pelos outros residentes, onde há grandes fazendas, que mantêm os costumes dos fundadores); vários contatos com agentes sociais, em caráter presencial, por telefone e *electronic mails* (*e-mails*); visitas a estabelecimentos comerciais, à Prefeitura Municipal e a órgãos públicos; participação em audiência pública na Câmara Municipal, em mutirão de saúde e em festividades de inauguração de novos serviços no município; entre muitos outros contatos.

Fotos 3 – Registro da aplicação dos questionários



A interação com os agentes sociais locais ocorre de forma amistosa, haja vista que a realização do estudo teve, em geral, bom acolhimento sem resistência por parte dos trabalhadores, das lideranças e dos representantes institucionais e governamentais. Entre os empresários, alguns foram mais receptivos que outros diante da pesquisa. Os que acataram as solicitações para visitas às fazendas e aos estabelecimentos comerciais, foram corteses e colaboradores. Aliás, essas visitas constam como elementos vitais para se conhecer a estrutura física e funcional dos empreendimentos agrícolas. O convívio mais informal em almoços, lanches e ceias, tanto com trabalhadores quanto com empresários representa fator favorável à pesquisa de campo.

Registra-se o fato de, apesar do agendamento antecipado das visitas, algumas vezes, os trabalhadores somente tomam conhecimento da necessidade de sua intervenção com a chegada da pesquisadora aos locais de trabalho, quando é, então, anunciada e apresentada pelo patrão ou pelo administrador / gerente. Os respondentes nunca são indicados *a priori*. Somente participam os voluntários ou quem podia parar suas atividades por alguns momentos ou, ainda, quem se dispôs a destinar seu tempo após o almoço ou antes do jantar.

5.2.5 Critérios éticos da pesquisa

Submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI, a pesquisa teve sua aprovação conforme Parecer n. 1777960 / 2016, levando em conta os critérios éticos das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, pautados na Resolução n. 466, 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares: n. 240 / 97, n. 251 / 97, n. 292 / 99, n. 340 / 2004 e n. 510 / 16). Como dito quando da alusão do **Apêndice A**, todos os pesquisados assinaram o TCLE.

O preenchimento dos questionários e a participação em entrevistas poderiam causar algum desconforto físico por envolver atividades relativamente demoradas. No entanto, por não se tratar de experimentação (química, biológica) com seres humanos, tampouco com animais e plantas, na realidade, a coleta de dados não representou qualquer risco de ordem física ou psicológica para os sujeitos. Em sentido contrário, acredita-se que o envolvimento no estudo pôde ter trazido benefícios aos pesquisados no sentido de favorecer conhecimento interdisciplinar sobre o capital social e sobre o desenvolvimento local do município.

6 CAPITAL SOCIAL DOS TRABALHADORES E AGRONEGÓCIO EM URUCUI - PIAUÍ

Após a revisão de literatura, as considerações gerais pertinentes à realidade do cerrado, em especial, nas fronteiras do Piauí, como celeiro do agronegócio, e síntese dos procedimentos metodológicos, eis o momento de retomar os objetivos específicos formulados para o estudo, com ênfase para o primeiro deles, que pretende aferir o índice de capital social (ICS) dos trabalhadores, considerando as três dimensões: (1) participação em organizações, grupos e redes; (2) confiança, coletividade e solidariedade; (3) e ação social. Também o capítulo contempla o segundo objetivo bem próximo do inicial, uma vez que avalia as dimensões de capital social pesquisadas e seu potencial para influenciar o desenvolvimento no município, além da dimensão econômica.

Como inevitável, precedendo a apresentação da discussão em torno dos objetivos emitidos, identificam-se, a princípio, os agentes sociais locais mobilizadores de capital social no município. Segue sucinta caracterização dos trabalhadores e dados sobre sua relação com a soja, lembrando que esse segmento foi prioritário para a amostra da tese.

6.1 Agentes sociais do agronegócio em Uruçuí – Piauí

Se o desenvolvimento de uma localidade corresponde ao crescimento econômico e à melhoria dos aspectos sociais, destaca-se que, no centro deste debate, é vital identificar quem são os agentes responsáveis por tecerem a densa rede de articulação entre os diferentes segmentos populacionais e entre as forças sociais locais visando à execução de ações coletivas cooperadas com o intuito de conquistar bens públicos, capazes de enriquecerem o tecido social e alavancarem o desenvolvimento no município em bases sustentáveis, sempre considerando o contexto vivenciado.

Na discussão sobre os setores da sociedade uruçuiense diretamente envolvidos com ações de melhoria para o município, revisitam-se alguns sentidos atribuídos aos sujeitos dos processos sociais na literatura. Em primeiro lugar, tem-se o entendimento dos protagonistas locais do desenvolvimento, designação atribuída aos segmentos empoderados via participação ativa em organizações, grupos e redes e que, por conseguinte, conseguem atuar com autonomia no território, formando redes de poder, como Dallabrida e Becker (2003) descrevem com detalhes. A ideia de sujeitos sociais está construída para nomear os atores atuantes e proativos, compromissados, cooperativos e solidários. Os atores sociais, assim

denominados por Bandeira (1999), por seu turno, estão incorporados aos segmentos interessados ou afetados diretamente ou indiretamente por projetos participativos de ações de promoção de desenvolvimento. Para Bourdieu (1980), os agentes sociais identificam-se como aqueles que agem e lutam no campo de interesses.

Sob esta ótica, no decorrer do texto, adota-se a expressão do último autor referendado – agente social – para intitular os trabalhadores do agronegócio de Uruçuí ou seja, os segmentos da população diretamente relacionados com o agronegócio de soja no município, operando na produção e/ou no comércio. Incluem-se nesta categoria, ainda, representantes de órgãos estratégicos da gestão pública, responsáveis pelas políticas de fomento e/ou pela infraestrutura essencial à expansão da produção e à comercialização granífera; e de instituições não governamentais, além de empresários do *agrobusiness* e de lideranças locais.

No segmento dos trabalhadores, há os que estão nas fazendas de soja em desempenho de funções agrícolas e não agrícolas, boa parte migrante da agricultura familiar, operando a produção e a comercialização dos produtos. Os empregados / colaboradores das empresas instaladas em Uruçuí, exercem diversas funções, indo das mais simples, como é o caso dos que recebem o salário mínimo, operadores de serviços gerais, às mais complexas e mais bem remuneradas, como técnicos especializados, a exemplo de agrônomos, gerentes de recursos humanos, administradores e consultores.

Os agentes sociais – representantes governamentais – são os gestores de secretarias ou órgãos governamentais estratégicos à expansão das atividades do agronegócio em setores, como agricultura, meio ambiente, infraestrutura, planejamento, administração, cultura e educação. Enquanto isto, os representantes institucionais são agentes sociais de instituições formadoras, tais como as citadas UESPI e UFPI e o IFPI e o PRONATEC, além de outras entidades de relevância similar para o agronegócio, tal como as agências de crédito e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

No segmento empresarial, estão os produtores / proprietários de fazendas de soja, quase todos não piauienses, e os proprietários de estabelecimentos comerciais. Representam as lideranças locais, presidentes de organizações, cooperativas, associações, sindicatos, conselhos, coordenadores de grupos e redes diversas, além de vereadores, articuladores políticos, religiosos e mobilizadores sociais em geral.

Vê-se, portanto, que, em termos globais, os agentes sociais conformam os agentes sociais do desenvolvimento no município. Ademais, boa parte das relações estabelecidas entre os agentes sociais decorre de alterações socioespaciais conduzidas pela nova reestruturação produtiva da moderna agricultura e de suas demandas emergentes. No bojo da discussão,

atesta-se que as identidades desses segmentos não podem ser percebidas unicamente pelo viés econômico-político que os relacionam com os meios de produção ou com o “jogo do poder”, identificando-se, de um lado, os empresários capitalizados e as autoridades competentes e influentes; e de outro lado, os trabalhadores / empregados descapitalizados, detentores apenas de sua força de trabalho. Por conseguinte, importa reconhecê-los, também, por seus projetos e interesses que nem sempre marcham numa mesma direção. Ao contrário, firmam-se como concorrentes, o que dificulta a ação com-junta em Uruçuí.

Os agentes sociais correspondem à força ativa no município e com capacidade para movimentarem os diversos estratos sociais por meio de seu protagonismo, muito embora, algumas vezes, prevaleçam as representações funcionais, quais sejam, cargos, funções e *status*. Isto é, a ação social dos agentes traduz-se em diferentes expressões de força política para o agir coletivo na sociedade, fortalecida pelos laços de confiança, espírito de coletividade e de solidariedade cultivados, sendo este capital social capaz de agir de modo a influenciar as decisões que afetem a coletividade. Como decorrência, é neste sentido que caminha a discussão do protagonismo dos agentes sociais do agronegócio de Uruçuí e de seu potencial para intervir no campo das possibilidades, dos limites e dos desafios ao desenvolvimento no município sob uma perspectiva mais abrangente do que a econômica.

6.2 Trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: caracterização

Em termos amplos, os trabalhadores de Uruçuí estão categorizados em dois grupos: 1. os que trabalham nas fazendas de soja em atividades agrícolas e não agrícolas (TF), boa parte deles migrantes da agricultura familiar e que sobrevivem como assalariados do agronegócio; 2. os que trabalham no comércio (EC), setor que subsidia a cadeia produtora de bens e serviços instalada no município a partir do *agrobusiness*.

6.2.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Seguindo os dados coletados no formulário de caracterização dos participantes da pesquisa (**Apêndice B**), a **Tabela 1** sintetiza alguns traços do perfil dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí: idade; sexo; estado civil; cidade e Estado natal; tempo de moradia em Uruçuí; local de moradia (zona urbana ou rural); expectativa quanto ao local onde hoje reside; perspectiva quanto ao local onde residirá daqui a cinco anos; filhos (ou não).

Tabela 1 – Características dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica	Segmento dos trabalhadores							
	Fazendas de soja				Comércio			
Traços gerais	M	DP	N	%	M	DP	N	%
Idade.	32,4	7,6			32,1	10,7		
Sexo.								
Masculino.			87	83,7			41	62,1
Feminino.			17	16,3			25	37,9
Estado civil.								
Casado(a) / União estável.			69	66,3			27	40,9
Solteiro(a).			32	30,8			37	56,1
Separado(a), divorciado(a).			3	2,9			2	3,0
Tempo de moradia em Uruçuí.								
Menos de cinco anos.			11	12,4			10	15,4
Entre cinco e 10 anos.			9	10,1			9	13,8
Mais de 10 anos.			69	77,5			46	70,8
Local de moradia.								
Zona urbana.			49	49,0			62	96,9
Zona rural.			51	51,0			2	3,1
Considerando o lugar onde mora.								
Ele(a) e sua família sempre viveram neste lugar.			50	49,5			33	50,8
Pais / avós / companheiro(a) vieram para este lugar e ficaram.			15	14,9			8	12,3
Ele(a) veio em busca de melhoria de vida e ficou.			35	34,6			24	36,9
Ele(a) e familiares vieram para este lugar e ficaram.			1	1,0			-	-
Espera estar morando neste local daqui a cinco anos.								
Sim.			89	89,0			55	85,9
Não.			11	11,0			9	14,1
Possui filhos.								
Sim.			78	76,5			35	53,0
Não.			24	23,5			31	47,0
Número de filhos.	2,3	1,5			1,9	1,5		
TOTAL			104	100,0			66	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: M: média; DP: desvio padrão.

Observa-se, na **Tabela 1** que, do total de **170** trabalhadores, 104 correspondem a trabalhadores das fazendas de soja e 66 a empregados do comércio, ou seja, respectivamente, a 61,2% e 38,8% da amostra. Os trabalhadores das fazendas de soja mantêm média de idade de 32,4 ($\pm 7,6$) anos, com mínima de 19 e máxima de 56 anos, com destaque para a idade de 37 anos respondido por 70 (67,3%) dos entrevistados. No caso dos empregados do comércio, a média etária é de 32,1 ($\pm 10,7$) anos, com mínima de 19 e máxima de 69 anos. Quer dizer, dentre a faixa etária dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, prevalece a média idade para ambos os segmentos.

Dos dados coletados, dos contatos com os ambientes de trabalho e do processo vivenciado no município durante a pesquisa, observa-se maior inserção masculina no mercado de trabalho do agronegócio no município, da mesma que forma Romaniello (2009) encontrou nas regiões cafeeiras do sul de Minas Gerais. Essa tendência, contudo, não é apenas do *agrobusiness*, pois Silva (2016) também a identificou entre os agricultores familiares de Uruçuí. Sem embargo, segue a tendência nacional de menor inserção da mulher no mercado de trabalho.

Em se tratando do estado civil, 66,3% dos que trabalham nas fazendas são casados ou vivenciam união estável em contraposição a 30,8% solteiros e 2,9% separados ou divorciados. No caso dos que trabalham no comércio, há certa inversão: predominam os solteiros, com 56,1%, vindo a seguir, os casados ou em união estável (40,9%), e, por fim, separados ou divorciados, que atingem percentual próximo do estrato anterior, qual seja, 3,0%. Além do mais, em meio aos trabalhadores das fazendas de soja, o número de filhos varia de, mínimo um e no máximo, nove em oposição aos empregados do comércio, cujo total de filhos não ultrapassa sete (**Tabela 1**).

Quanto às questões do **Apêndice B / Tabela 1** – tempo de moradia em Uruçuí e local de moradia – é surpreendente o fato de que, em ambos os estratos de trabalhadores, significativa maioria (77,5% e 70,8%), respectivamente para os TF e para os EC, reside no município há mais de 10 anos. Decerto, um decênio, salvo raras exceções, é tempo suficiente para o indivíduo sentir-se integrado à comunidade, mesmo para aqueles de outra naturalidade. É tempo suficiente para sensibilizar-se com os problemas inseridos na dinâmica local, como Moranta e Urrútia (2005) corroboram, ao expressarem que o período de residência ajuda a consolidar a identidade frente ao local de moradia.

E mais, enquanto os que trabalham no comércio repetem o esperado – 96,9% moram na zona urbana em contraposição a 3,1%, que residem na zona rural; para o estrato dos que trabalham em fazendas de soja, a distinção entre quem vive na zona rural (51,0%) e na zona urbana (49,0%) é mínima. Mesmo assim, este dado sugere que a urbanização dos municípios de agronegócio repete-se em Uruçuí com forte êxodo do trabalhador do campo para a cidade em busca de oportunidade de trabalho, reforçando o estudo de Diniz (2006), quando mostra que a maior parcela da força de trabalho da agricultura modernizada do campo reside na cidade, onde estão bens, insumos e serviços.

Ainda em consonância com uma das perguntas do formulário (**Apêndice B**) – considerando o lugar onde mora e as opções: 1. ele(a) e sua família sempre viveram neste lugar; 2. pais / avós / companheiro(a) vieram para este lugar e ficaram; 3. ele(a) veio em busca

de melhoria de vida e ficou; 4. ele(a) e familiares vieram para este lugar e ficaram – os dados (**Tabela 1**) apontam que 35 (34,6%) TF provêm de outros lugares do Brasil e permanecem em Uruçuí em busca de melhoria de vida. No caso dos EC, o índice é um pouco mais elevado, mas sem muita significância quanto ao confronto entre os estratos: 24 ou 36,9%.

Da totalidade dos que não nasceram em Uruçuí, 35 (46%) vieram de outros Estados da Federação: (1) Nordeste: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia; (2) Sul: Paraná e Rio Grande do Sul; (3) Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo; (4) Centro-Oeste: Goiás. Alguns (28 ou 36,8%) chegam de outros municípios piauienses, incluindo, além da capital Teresina, Paes Landim, Bertolínia, Ribeiro Gonçalves, Benedito Leite, Barreira, Floriano, Valença e Oeiras. Em nível internacional, há um egípcio, proveniente de Alexandria.

Ao que tudo indica, os não nativos parecem satisfeitos e prósperos. Afinal, diante de outra questão do questionário – gostariam de continuar morando no município nos próximos cinco anos – a maioria dos dois estratos opina que sim: TF (89,0%) e EC (85,9%).

Outras características, como nível de escolaridade; renda familiar (em salário mínimo, SM); ocupação e natureza do vínculo empregatício estão ilustradas em tabelas subsequentes, tomando-se como referência o **Apêndice B**. Inicia-se com o **nível de escolaridade** dos pesquisados. Como a **Tabela 2** sintetiza, predomina o ensino médio completo: 25 (24,0%) entre os trabalhadores das fazendas e 22 (33,3%), entre os empregados do comércio, apesar de a maioria dos TF possuir ensino fundamental incompleto (28 = 26,9%).

Tabela 2 – Escolaridade dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica	Segmento dos trabalhadores				
	Fazendas de soja		Comércio		
	N	%	N	%	
Ensino fundamental completo.	11	10,6	2	3,0	
Ensino fundamental incompleto.	28	26,9	5	7,6	
Ensino médio completo.	25	24,0	22	33,3	
Ensino médio incompleto.	13	12,5	4	6,1	
Universitário completo.	10	9,6	13	19,7	
Universitário incompleto.	4	3,8	6	9,1	
Pós-graduado(a).	2	2,0	6	9,1	
Semialfabetizado(a).	1	1,0	-	-	
Técnico profissionalizante completo.	4	3,8	8	12,1	
Não alfabetizado(a).	6	5,8	-	-	
TOTAL	(N=170)	104	100,0	66	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

O índice de não escolaridade é relativamente baixo em meio aos TF, com seis (5,8%) não alfabetizado e um (1,0%) semialfabetizado. Em oposição, observa-se que os EC revelam

escolaridade mais elevada. É também interessante atestar que há, nos dois grupos, indivíduos com curso técnico profissionalizante, curso universitário e até pós-graduados. Estes últimos (dois = 2,0%) estão locados nas fazendas de soja, o que expressa os altos e baixos do agronegócio em Uruçuí, e, sempre, a impossibilidade de se obter um panorama menos diferenciado.

Os dados relativamente promissores refletem as mudanças ocorridas no município carreadas pelos esforços governamentais de assegurar condições à expansão do agronegócio. Além da observação direta, segundo relato de agentes sociais durante as entrevistas, o setor educação vem melhorando bastante graças à manutenção dos *campi* de instituições de ensino superior (IES): UFPI, UESPI, do IFPI e de programas, como o PRONATEC, o que Araújo (2016, p. 148) confirma em estudo sobre Uruçuí:

A implantação de instituições, como a Universidade Estadual do Piauí *campus* Uruçuí (UESPI) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) *campus* Uruçuí [...], dinamizaram (*sic*) esse processo para pessoas que buscam a qualificação profissional em nível médio e superior [...]

O incremento da infraestrutura educacional faz parte de acordo firmado entre o Estado com os grandes produtores e empresas do *agrobusiness* para expansão da produção e da comercialização de *commodities* em Uruçuí, com a intenção de fomentar a formação e o aperfeiçoamento profissional da mão de obra local e assegurar a empregabilidade e a melhoria do processo produtivo. Todavia, é preciso cuidado ante os números sintéticos remissivos à escolaridade dos trabalhadores, uma vez que *per se*, não são eles suficientes para confirmarem se a proposição foi alcançada, em termos integrais, na realidade em foco.

Quanto à **renda familiar**, está prioritariamente no patamar de um até dois salários mínimos que correspondem ao valor-base, ano 2016, de R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais) a R\$1.600,00 (mil seiscentos reais): grupo dos AS –TF, 42 ou 40,8%; AS – EC, 24 ou 36,4% (**Tabela 3**). A menor renda familiar declarada está entre mais da metade até um salário mínimo, mencionada por 27 (26,2%) TF e seis (9,1%) EC, enquanto a maior é de mais de cinco salários mínimos, mencionada apenas por dois (1,9%) dos trabalhadores das fazendas e 12 (18,2%) empregados do comércio. Dizendo de outra forma, a **Tabela 3** evidencia que a renda familiar dos EC está um pouco acima do que a dos TF, como se dá com a escolaridade, descrita na **Tabela 2**.

Tabela 3 – Renda familiar dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica	Segmento dos trabalhadores			
	Fazendas de soja		Comércio	
	N	%	N	%
Mais ½ até 1 SM (de 440,01 a R\$ 880,00).	27	26,0	6	9,1
Mais de 1 e até 2 SM (de 880,01 a R\$ 1.760,00).	42	40,3	24	36,3
Mais de 2 e até 3 SM (de 1.760,01 a 2.640,00).	19	18,2	14	21,2
Mais de 3 SM e até 4 SM (2.640,01 a 3.520,00).	8	7,7	6	9,1
Mais de 4 SM e até 5 SM (de 3.520,01 a 4.400,00).	6	5,8	4	6,1
Mais de 5 SM (mais de R\$ 5.280,00).	2	2,0	12	18,2
TOTAL (N=170)	104	100,0	66	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

As numerosas **ocupações** – exatamente 30 – desempenhadas, seja nas fazendas de soja ou no comércio por aqueles que estão inseridos no cenário do agronegócio uruçuiense, conforme declaração dos pesquisados via questionário (**Apêndice B**), integram a **Tabela 4**. Grande parte das funções profissionais mais inovadoras resulta da instalação dos empreendimentos graníferos e do desencadear do agronegócio, que também faz emergir o fenômeno de pluriatividades entre os agricultores locais, com o surgimento de várias especialidades para o trabalho, o que demanda qualificação dos indivíduos.

Porém, não obstante o nível de diversificação, o índice mais elevado corresponde à função de trabalhador(a) rural assalariado(a) entre os TF (68 ou 65,2% ao todo), inclui o agricultor(a) familiar que sazonalmente migra para a lavoura assalariada e se intitula agricultor(a) familiar assalariado(a) e o trabalhador rural das fazendas (49 ou 47%), ou seja, pessoas que exercem atividades diretamente relacionadas à produção agrícola nas fazendas, seja plantio, seja colheita ou ambos. A diferença, agora, é que tudo se dá de forma mais moderna, pois o agronegócio vem inserindo novos hábitos na produção.

Dentre eles, apenas 19 (18,2%) trabalhadores são oriundos da agricultura familiar, existindo a possibilidade de esse número ser maior entre os trabalhadores rurais assalariados e os outros ofícios laborais. Isto porque, estudo de Silva (2016, p. 260), com enfoque na agricultura familiar de Uruçuí, assegura que, dentre “[...] os 254 chefes de família investigados, 61,8% apresentaram interatividade com o agronegócio, posto terem algum membro da parentela com experiência de trabalho nas fazendas [...]”. Logo, dos novos hábitos de produção agrícola advindos do *agrobusiness*, um dos efeitos positivos refere-se à flagrante modernização da agricultura, com absorção de mão de obra local não especializada, ainda que restritamente. Por conseguinte, o aproveitamento do trabalho não qualificado do agricultor

local pelo agronegócio fora abordado em estudos anteriores, como o de Alves (2006); Rodrigues (2015); e Silva (2016), que classificam tal processo como marginal, quer pela parca oferta de emprego, quer pelas funções de baixa ou média qualificação para as quais os locais são contratados, quer pelas condições precárias dos empregos disponibilizados.

Tabela 4 – Ocupação dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica Ocupação	Segmento dos trabalhadores				
	Fazendas de soja		Comércio		
	N	%	N	%	
Agricultor(a) familiar assalariado(a).	19	18,2	1	1,5	
Comerciante.	-	-	6	9,1	
Trabalhador(a) rural assalariado(a)	49	47,0	2	3,0	
Auxiliar administrativo fazenda de soja.	14	13,5	13	20,1	
Embarcador.	3	2,9	-	-	
Autônomo.	1	1,0	2	3,0	
Auxiliar administrativo.	1	1,0	5	7,6	
Frentista.	1	1,0	-	-	
Coordenador administrativo em empresa de máquinas.	-	-	1	1,5	
Estoquista.	-	-	6	9,1	
Técnico em segurança do trabalho.	2	1,9	1	1,5	
Serviços gerais.	-	-	2	3,0	
Recepcionista.	-	-	5	7,6	
Agrônomo.	1	1,0	3	4,5	
Operador de máquina.	7	6,7	2	3,0	
Cozinheiro (a).	2	1,9	-	-	
Mecânico.	2	1,9	-	-	
Analista de redes.	1	1,0	-	-	
Caixa.	-	-	3	4,5	
Secretária.	-	-	2	3,0	
Vigilante.	-	-	1	1,5	
Gerente de produção.	-	-	1	1,5	
Vendedor.	-	-	1	1,5	
Administrador.	-	-	1	1,5	
Consultor de vendas.	-	-	1	1,5	
Gerente.	-	-	2	3,0	
Consultor.	-	-	1	1,5	
Taxista.	-	-	1	1,5	
Contador.	-	-	1	1,5	
Agente de viagem.	1	1,0	-	-	
Total	(N=170)	104	100,0	66	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

A este respeito, Silva (2016) é veemente quando afirma que os sistemas técnicos da agricultura empresarial reduzem as demandas de trabalho em termos quantitativos, difundem a prática de contratos com vínculos temporários ou sazonais, além de exigirem qualificação.

Para o autor, tudo isto transforma o sistema de emprego no agronegócio parcial e seletivo, e, o mais grave, identifica-o como elemento de diferenciação social, na medida em que os pequenos agricultores passam a ter, cada vez mais, chances ínfimas de inserção. Paradoxalmente, as unidades amostrais da pesquisa em discussão, no quesito – ocupação desempenhada no emprego no agronegócio – fazem alusão a um leque de opções exercidas nas fazendas e no comércio, como a **Tabela 4** antevê. Há espaço para mecânico, operador de máquinas, vigilante, embarcador de grãos, engenheiro agrônomo, técnico auxiliar, cozinheiro, operador de serviços gerais, gerente de recursos humanos, administrador, classificador de grãos, técnico em segurança do trabalho, assistente de controle, analista de rede, auxiliar administrativo, gerente, frentista, vendedor, representante comercial, agente de viagem, recepcionista, secretária, embarcador de grãos, caixa e estoquista.

Quanto aos dados referentes à natureza do **vínculo empregatício**, **Tabela 5**, a maioria, tanto dos TF (82 = 80,4%) quanto dos EC (59 = 96,0%) confirma trabalhar mediante carteira de trabalho assinada e com vínculo permanente (70 = 71,4%) e 56 (94,9%), respectivamente. Os que citam contrato temporário são muito poucos: menos de 30,0% dos AS – TF e 5,1% dos AS – EC. Trata-se de informação obtida e que contraria os achados de Silva (2016, p. 261). No caso, a alocação dos trabalhadores no agronegócio em Uruçuí estava condicionada a serviços temporários e não especializados: “[...] os agricultores se inseriram temporariamente no agronegócio, uma vez que 59,8% manifestaram a tendência de assalariamento da força de trabalho por um período inferior a 12 meses [...]”

Tabela 5 – Vínculo empregatício dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica	Segmento dos trabalhadores					
	Fazendas de soja		Comércios paralelos			
	N	%	M	DP	N	%
Vínculo empregatício						
Formal.	82	80,4			59	96,7
Informal.	20	19,6			2	3,3
Período vínculo empregatício.						
Permanente.	70	71,4			56	94,9
Temporário.	28	28,6			3	5,1
Total	(N=170)		104	100,0	66	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Nesses termos, a pesquisa em voga constata alteração das características das condições de trabalho dos empregados no agronegócio em Uruçuí, questão debatida no capítulo seguinte junto à discussão sobre mudanças ocorridas no município sob a égide da dinâmica do *agrobusiness*. Certamente, as constatações demandam novos estudos que possam confirmar se

isto é uma situação pontual ou mais uma situação plural necessária para reafirmar o domínio da racionalidade dominante comandada pela economia agroindustrial nos territórios, e da mesma forma, no município.

Destaca-se que a intensificação da agricultura empresarial comandada pelo agronegócio em Uruçuí figura como responsável pela difusão da cultura da soja entre sua gente. Com ela, chegam novas relações sociais e de trabalho e intensa troca cultural. Até meados da década de 80, século XX, grande parte da população desconhecia a soja na forma de grão e farelo, como é majoritariamente comercializada no Brasil e no Piauí. Formas inovadoras de vida e de trabalho são, então, colocadas em prática na realidade local, contrastando com os modos de vida remanescentes da agricultura tradicional, base da produção agrícola no município desde os primórdios da sociedade camponesa sob a forma da agricultura familiar.

Para compreender como os trabalhadores do agronegócio e familiares relacionam-se com as inovações introduzidas no dia a dia local, indaga-se, também, sobre o impacto das mudanças em suas condições de vida e no hábito alimentar correlacionado à soja.

6.3 Trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: questões relacionadas à soja

E é com o intuito de compreender como os trabalhadores do agronegócio e seus familiares relacionam-se com as inovações até então discutidas, que se indaga sobre seu **relacionamento com o agronegócio da soja**. Retomando-se o **Apêndice B**, ou seja, o instrumento de coleta de dados, em sua segunda parte, este privilegia exatamente questões relacionadas à soja: 1. efeitos positivos (ou não) em relação à chegada da cultura da soja em Uruçuí; 2. atividade desempenhada em Uruçuí até a chegada da sojicultura; 3. consumo da soja pelos indivíduos e suas famílias.

De imediato, desperta atenção o fato de significativa maioria – 158 (92,9%) dos 170 respondentes – afirmar que a chegada da cultura da soja em Uruçuí representa fator de melhoria para sua vida em oposição a tão somente 12 (7,1%), que dizem não. É ainda mais interessante o registro de que, quando solicitados para justificar seu posicionamento, 118 (81,9%) pesquisados atribuem à melhoria à chance maior de emprego, renda, educação local e desenvolvimento, seguidos de 26 (18,1%) que citam o item aumento de oportunidades.

Sobre a questão, infere-se que, talvez, esta seja a ideia de desenvolvimento conhecida pelos locais ou o modelo de maior expressão no município piauiense, considerando o fato inequívoco de que para a agricultura tradicional prosperar ou manter-se como paradigma

hegemônico, conforme Silva (2016), faltou incentivo do Estado, mediante políticas sistemáticas de financiamento, segurança no trabalho e reforço à matriz produtora agrícola de pequenas produções ou roças apoiadas na agricultura familiar.

A **Tabela 6** especifica as atividades desempenhadas pelos pesquisados em Uruçuí até a chegada da sojicultura, somando 26 ocupações bem variadas. Na amostra, detectam-se que, entre outros destaques: dos 170 trabalhadores, apenas 26 (14,1% de estudantes e 3,4%, primeiro emprego) não possuíam ocupação anterior, conquistando seu posto pioneiro como oportunidade vinda do agronegócio; no leque de ocupações informadas pelos trabalhadores contumazes, 16 (9,4%) declaram exercer funções que demandam conhecimentos específicos, como: contador, agrônomo, professor, mecânico, instrutor e técnico agrícola; 48 (32,2%) agricultores tradicionais (somando-se agricultores familiares e trabalhadores da roça, **Tabela 6**) foram absorvidos pelos empregos gerados no agronegócio.

Ainda sobre as ocupações exercidas pelos trabalhadores anteriormente ao emprego no agronegócio, constata-se semelhança com as identificadas por Araújo (2016), ao pesquisar as atividades exercidas também anteriormente pelos atuais empresários do agronegócio em Uruçuí: professores, comerciantes de material para construção civil ou pedreiros e serventes de pedreiros nessa mesma área, vendedores, motoristas, funcionários públicos, mecânicos, bancários, escrivães, secretários, marceneiros, dentre outras.

Os dados ainda demonstram que faziam parte do comércio local os setores de móveis, o comércio farmacêutico, de combustível e de acessórios, sendo que, na atualidade, segundo Araújo (2016, p. 165), tem-se um comércio ampliado com indústrias, empresas prestadoras de serviços diversos, em sua maioria, ligados ao setor agrícola: “neles se realizam a produção, circulação e serviços destinados ao desempenho da agricultura mundializada [...], com o fito de maximizar e dinamizar a dinâmica econômica em curso na região.”

Tabela 6 – Atividades desempenhadas pelos trabalhadores até a chegada da sojicultura, Uruçuí – Piauí, 2017

Característica Atividades anteriores†	Trabalhadores	
	N	%
Comerciante.	15	10,1
Estudante.	21	14,1
Não trabalhava (1º emprego).	5	3,4
Agricultor familiar.	27	18,2
Vendedor em fábrica de calçados.	2	1,3
Fotógrafo.	2	1,3
Vendedor em comércio de móveis.	3	2,0
Atendente de farmácia.	2	1,3
Contador.	2	1,3
Agente de transportadora.	1	0,7

Operador de armazenagem.	2	1,3
Professor.	2	1,3
Trabalhador da roça.	21	14,2
Auxiliar de pedreiro na construção civil.	8	5,4
Serviços gerais.	2	1,3
Mecânico.	4	2,7
Doméstica(o).	4	2,7
Instrutor.	3	2,0
Motorista.	2	1,3
Técnico de almoxarifado.	2	1,3
Técnico agrícola.	3	2,0
Vendedor do comércio lojista.	7	4,7
Frentista.	2	1,3
Funcionário público.	4	2,7
Agrônomo.	1	0,7
Cabeleireiro.	1	0,7
Técnico administrativo de empresa privada.	1	0,7
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: †: N=149 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Sobre os trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, Piauí e questões relacionadas à **introdução da soja na cultura alimentar local**, 158 (92,9%) dos pesquisados confirmam consumir soja e / ou sua família contra meros 12 indivíduos, ou seja, 7,1%. Ademais, como a **Tabela 7** traz, 122 (72,0%) consumiam antes de a sojicultura tomar maior proporção no município mediante produtos derivados, como óleo, margarina, grão, farinha, leite, biscoito, maionese e carne de soja, sobretudo, o óleo, consumido por 142 (97,9%) famílias contra a carne de soja, confirmada por apenas dois (1,4%) trabalhadores.

Tabela 7 – Introdução da soja na cultura alimentar dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica Consumo de soja / alimentos†	Trabalhadores	
	N	%
Óleo‡	142	97,9
Margarina‡	111	76,6
Grão‡	17	11,7
Farinha‡	20	13,8
Leite‡	25	17,2
Biscoito‡	17	11,7
Maionese‡	5	3,4
Carne de soja‡	2	1,4
Característica Consumo anterior de soja†	Trabalhadores	
	N	%

Já consumia antes da chegada da soja em Uruçuí?§		
Sim	122	72,0
Não	12	7,0
O consumo teve início com a chegada da soja em Uruçuí? 		
Sim	11	6,5
Não	107	63,0
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: N=149; ‡: N=158; §: N=132; ||: N=118 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Apesar dos dados expressos pelos depoentes, a observação participativa mostra que o consumo dos derivados de soja pela população local não atesta afeição genuína ao paladar da soja. Parece muito mais um hábito de consumo naturalizado no município por conta da oferta dos produtos a preço mais acessível e em maior quantidade nos mercados e supermercados, o que leva a crer que não se trata de consumo consciente ou associado ao reconhecimento da identidade da soja com a cultura e / ou culinária local. É mais uma inferência que ratifica quão relevante é conhecer os agentes sociais mobilizadores do capital social na realidade estudada, haja vista que além da identificação de seu perfil, fornece dados complementares à compreensão das motivações que relacionam os agentes sociais ao agronegócio e à soja.

6.4 Índice geral de capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: análise quantitativa

Itera-se que o capital social investigado pelo citado Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), instrumento adaptado do QI-MCS de Grootaert et al. (2004) é analisado, de início, em seu índice geral (ICS), item 3.3 que diz respeito a como medir o capital social e suas dimensões. Em seguida, por cada dimensão, cumprindo-se o desafio metodológico de quantificar o CS qualitativamente, porquanto o índice identificado vai revelar a potencialidade do CS para influenciar o desenvolvimento no município de Uruçuí.

Como arrolado em momentos anteriores, o índice de capital social (ICS) é calculado tomando como referendo os 170 (100%) trabalhadores: 104 (61,1%) AS – TF e 66 (38,8%) AS – EC. Os níveis de resposta são mensurados em consonância com as dimensões constantes do objetivo um, a saber: (1) participação em organizações, grupos e redes; (2) confiança, coletividade e solidariedade; (3) e ação social, **Tabela 8**. Para este item, é indispensável consulta ao **Apêndice C** intitulado “Questionário para medida do capital social”, que pretende avaliar o capital social dos agentes sociais locais de Uruçuí que mantêm relação com o agronegócio da soja, nas dimensões em pauta. Para tanto, com quase 40 questões abertas,

fechadas e mistas busca apreender a visão dos 170 pesquisados, não importa o segmento ao qual está vinculado. Seu nível de exaustão busca, sobretudo, a completude das respostas, face à complexidade da temática abordada.

Tabela 8 - Índices de capital social conforme dimensões investigadas, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Dimensão	Valor mínimo	Valor máximo	M	DP
Participação em organizações, grupos e redes.	0,000	1,000	0,260	0,356
Confiança, coletividade e solidariedade.	0,126	0,763	0,453	0,104
Ação social.	0,048	0,890	0,421	0,173
TOTAL	0,131	0,853	0,378	0,174

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: M: média; DP: desvio padrão.

Neste contexto, a medida do ICS obtém maior média para a dimensão confiança, coletividade e solidariedade 0,453 ($\pm 0,2$), seguida da dimensão ação social 0,421 ($\pm 0,2$) e, por fim, da dimensão participação em organizações, grupos e redes 0,260 ($\pm 0,1$), **Tabela 8**. Consta-se que a participação em organizações, grupos e redes é a dimensão que detém maior valor máximo para o índice (1,000) e também menor valor mínimo (0,000). O índice de capital social global, correspondente aos três domínios avaliados alcança média de 0,378 ($\pm 0,1$), com mínimo de 0,131 e máximo de 0,853. Os índices de capital social para todas as dimensões, bem como o índice global estão classificados como baixo nível de acumulação, conforme categorização de Khan e Silva (2002), adotada para esta análise: $0 < \text{ICS} \leq 0,5$ ou $0\% < \text{ICS} \leq 50\%$.

Analisando-se o ICS e as dimensões pesquisadas por segmentos, vê-se que a dimensão participação em organizações, grupos e redes é a mais bem avaliada pelos AS – TF, com média de 0,263, muito embora superando a média dos AS – EC (0,255), com diferença muito pequena (0,008), sendo também a dimensão com avaliação mais próxima entre os dois segmentos. As outras duas dimensões confiança, coletividade e solidariedade e ação social recebem melhor pontuação por parte dos empregados do comércio com as médias 0,465 e 0,437, respectivamente, também com vantagem muito pequena 0,02 e 0,027, **Tabela 9 e Gráfico 1**.

Tabela 9 – Índices de capital social conforme dimensões investigadas nos dois segmentos de trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Dimensão	Segmento dos trabalhadores		P
	Fazendas de soja	Comércio	

	M	DP	Valor mínimo	Valor máximo	M	DP	Valor mínimo	Valor Máximo
Participação em organizações, grupos e redes.	0,263	0,341	0,000	1,000	0,255	0,382	0,000	0,929
Confiança, coletividade e solidariedade.	0,445	0,101	0,126	0,629	0,465	0,111	0,221	0,764
Ação social.	0,410	0,182	0,048	0,891	0,437	0,159	0,182	0,867
TOTAL	0,373	0,175	0,132	0,767	0,386	0,174	0,166	0,853

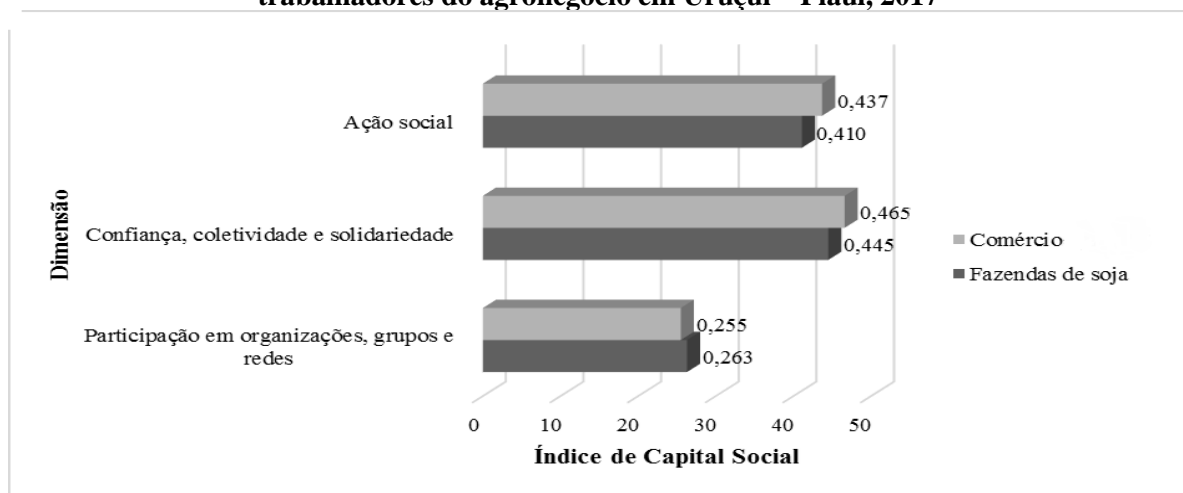
Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: M: média; DP: desvio padrão.

P = Significância do Teste t de Student (5%)

Quanto à interpretação do valor de p (os quais foram superiores a 0,05, que corresponde ao nível de significância de 5%), não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos ICS entre os segmentos dos trabalhadores para as dimensões participação em organizações, grupos e redes ($p=0,892$); confiança, coletividade e solidariedade ($p=0,217$) e poder e ação social ($p=0,327$). Contudo, descritivamente, na primeira dimensão, a média foi maior para os trabalhadores das fazendas de soja, com diferença de 0,8%; enquanto a média do ICS para os trabalhadores do comércio foi superior na segunda e na terceira dimensão, com diferenças de 2,1% e 2,6%, respectivamente.

Gráfico 1 – Índices de capital social conforme dimensões investigadas e os dois segmentos de trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

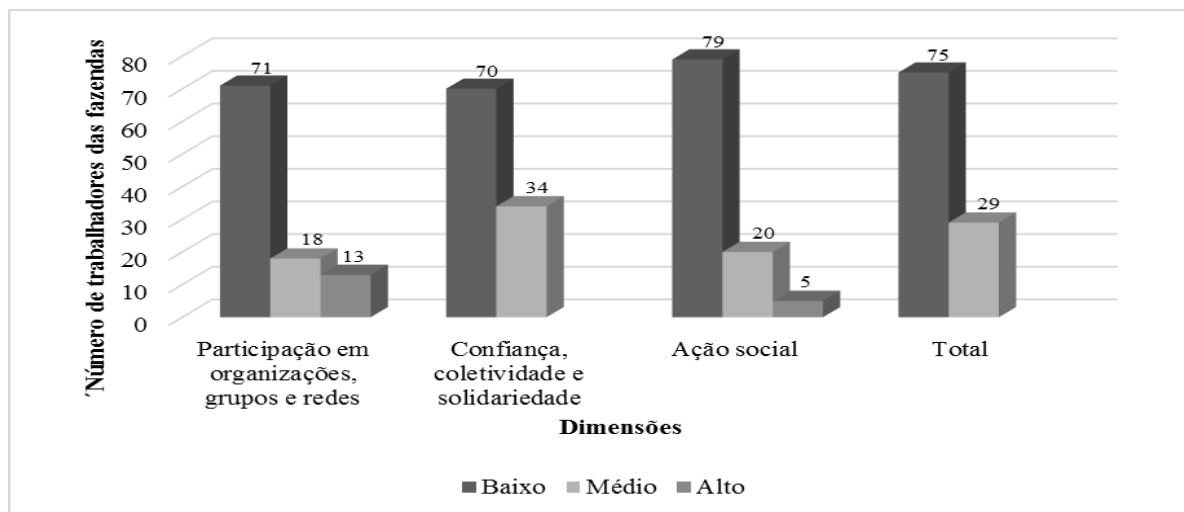


Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Seguindo a análise das dimensões no segmento dos trabalhadores das fazendas, com relação à participação em organizações, grupos e redes, a maioria (71) atinge ICS baixo, seguido de médio (18). Somente 13 conseguem lograr nível alto, o que justifica o fato de ser

esta a dimensão de pior avaliação no segmento. Para confiança, coletividade e solidariedade, grande parte bem próxima da destacada na dimensão anterior (70) também afere ICS baixo, enquanto 34 contabilizam nível médio. Apesar de não constar trabalhador com nível alto na dimensão ora discutida, esta é a mais bem avaliada. A dimensão ação social, por seu turno, consegue significativa maioria (79 = 76,0%) com baixo nível de CS; 20 ou 19,2%, com nível médio; e cinco (4,8%) com nível alto, o que corresponde a afirmar que é a segunda dimensão mais bem mensurada. Por fim, para a medida global, constam tão somente os níveis baixo (75) e médio (29), conforme ilustrado no **Gráfico 2**.

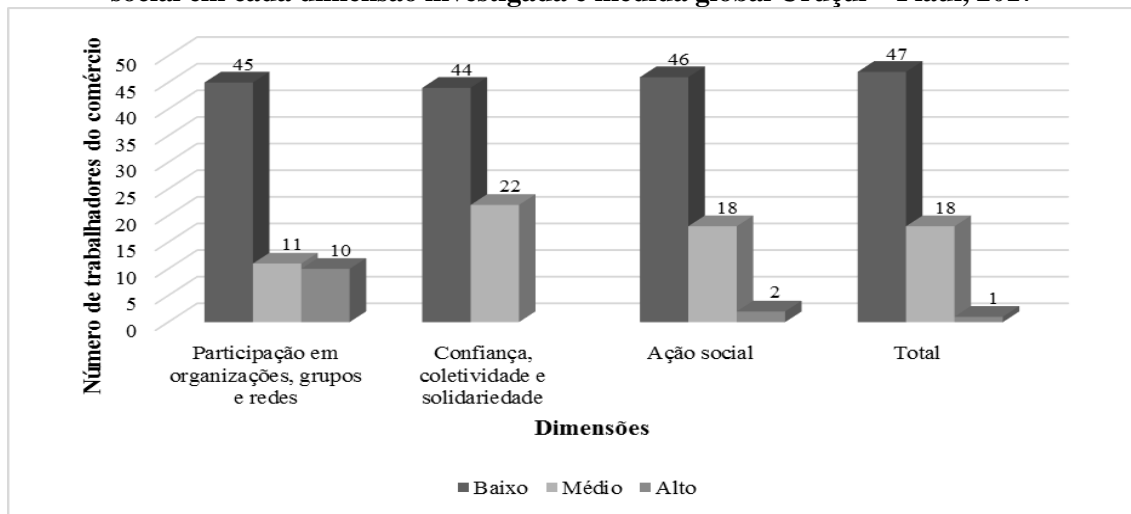
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores das fazendas conforme avaliação dos Índices de capital social em cada dimensão investigada e medida global Uruçuí – Piauí, 2017



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Indo além, quando da avaliação das dimensões no segmento dos empregados do comércio, registra-se a mesma ordem sequencial. Isto é, a avaliação mais elevada no segmento vai para a dimensão confiança, coletividade e solidariedade, que mantém a primeira classificação proporcionalmente avaliada em torno de 70% dos empregados, apesar de que, tal como se dá com os trabalhadores das fazendas, também não apresenta representante com nível alto de CS, obtendo, mesmo assim, performance um pouco além. A segunda classificada é ação social, seguida de participação em organizações, grupos e redes, também, a dimensão com avaliação mais baixa de CS. Apesar de manter um cenário do ICS um pouco melhor, o segmento conserva certo nível baixo de capital social, colaborando com a medida global na mesma proporcionalidade do segmento anterior: 71,2% (47) baixo e 27,3% (18) médio, acrescentando, todavia, um ponto (1,1%) alto, conforme o **Gráfico 3** dispõe.

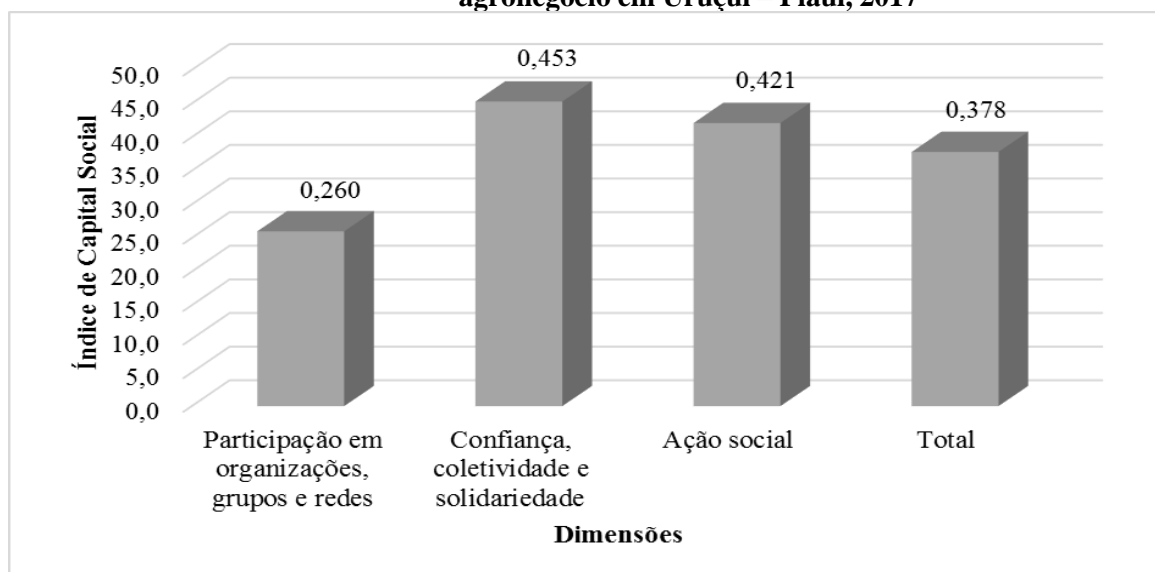
Gráfico 3 - Distribuição dos empregados do comércio conforme avaliação dos Índices de capital social em cada dimensão investigada e medida global Uruçuí – Piauí, 2017



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Ainda com base nos dados da análise do ICS, evidencia-se que a medida global segue a classificação demarcada nas dimensões: nível mais baixo para participação em organizações, grupos e redes; um pouco melhor para ação social (apesar de incremento na média de meros 0,161); e confiança, coletividade e solidariedade como a dimensão mais bem avaliada. Tomando como base este resultado, explicitado no **Gráfico 4**, reitera-se que, nas três dimensões estudadas, os fatores ou as variáveis indicativas de capital social corroboram baixa manifestação por parte dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí.

Gráfico 4 – Índices de capital social conforme dimensões investigadas, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

6.5 Índice geral de capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí: análise qualitativa

Revedo os procedimentos metodológicos, mais especificamente, a natureza da pesquisa – descritiva analítica – com abordagem quanti-qualitativa, de modo a não restringir a análise às variáveis mensuráveis, mas, também, associar o índice de capital social (ICS) dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí às potencialidades do território, seguem considerações acerca da análise de cunho qualitativo. Revisita-se o conteúdo disponível no extenso instrumento de coleta – “Questionário para medida do capital social” (**Apêndice C**). Há questionamentos acerca das três dimensões. No caso da participação em organizações, grupos e redes – tempo de participação; motivação para seu envolvimento; tipo de participação, etc. No que concerne à dimensão confiança, coletividade e solidariedade, as perguntas visam aprofundar o nível de solidariedade da coletividade uruçuiense e as ações cooperadas e solidárias, além de uma série de muitos outros tópicos. A ação social privilegia o engajamento e o empoderamento dos agentes sociais, por exemplo.

A escolha de aproximações (*prouxies*) para o estudo com a intenção de mensurar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí fundamenta-se nas disposições teóricas do estudo de Putnam (1996) e, como mencionado antes, em trabalhos revisados que adotem variáveis representativas de capital social compatíveis com as do teórico referenciado. Considerando-se informações dos agentes sociais locais participantes da pesquisa para a interpretação do capital social pesquisado, a tese recorre às dimensões investigadas – participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade; e ação social – como *prouxies*.

6.5.1 Dimensão: participação em organizações, grupos e redes

A participação dos indivíduos em organizações, grupos e redes consiste em expressão de capital social. Organizar-se e integrar associações e outras estruturas sociais de cooperação, como sindicatos, cooperativas, partidos políticos, grupos de dança, grupos religiosos, clubes esportivos, corais, clubes de futebol, instituições filantrópicas, ONGs, entidades sociais e outras agremiações que lutam pelo bem-estar da coletividade, potencializa o estoque de capital social. Por meio da participação e da organização social, os cidadãos tornam-se mais engajados na vida cívica e, em conjunto, lutam para ampliar os benefícios sociais e materiais para a sociedade:

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do Governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade [...] As associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público (PUTNAM, 1996, p. 103).

Em suas ideias em torno da comunidade cívica, o autor vale-se das lições de Alexis de Tocqueville no longínquo 1830, especificamente, em 1839, na obra citada “*Democracy in America*”, para discorrer acerca do papel importante das estruturas organizacionais civis e políticas, e práticas sociais para a formação da consciência e o engajamento cívico dos cidadãos. Trata-se de sociabilidade cívica, mensurada em estudos na América e na Itália, por meio da vida associativa das populações, representada por indicadores, com destaque para o número de organizações existentes. Quer dizer, a participação em organismos sociais proporciona o compromisso em ações potencializadoras do capital social.

A dimensão participação é a mais comumente associada ao capital social e, no caso de Uruçuí, é pesquisada por meio de 15 variáveis predefinidas, as quais compõem o entendimento dessa dimensão básica à promoção do capital social e do desenvolvimento. A dimensão também consta de estudo de Romaniello (2009, p. 50) sobre a participação de cafeicultores em cooperativas e associações e a relação com os níveis de desenvolvimento no sul de Minas Gerais, no qual o autor diz que o “[...] grau de participação das pessoas em uma cidade guarda relação com o estoque de capital nela disponível.” De forma similar, Pavarina (2003) examina a relação crescimento econômico, desenvolvimento e capital social em municípios do Estado de São Paulo.

Para Baquero (2008a, 2008b), a participação indica a direção do agir coletivo da sociedade, que pode ser mais ou menos participativa. No sentido político, participar significa engajar-se, comprometer-se, representar, exercer o poder de influência sobre as decisões que afetam determinada coletividade. Ao longo da construção democrática brasileira, apesar de terem emergido novos padrões de participação política formal e informal, nenhum deles conforma-se como participação social efetiva. Isto dificulta o alcance da democracia com qualidade, ou seja, alicerçada numa cultura política participativa, com valorização do papel que a história, a cultura política e o próprio ser humano exercem nas representações políticas dos cidadãos.

Para a pesquisa ora relatada, como visto, o nível de participação dos trabalhadores do agronegócio em organizações, grupos e redes em Uruçuí é avaliado, esclarecendo-se a relação desta dimensão e a dinâmica local. Isto corresponde ao questionamento direto aos

trabalhadores sobre o registro de mudanças quanto ao comportamento participativo dos agentes sociais em função da dinâmica do agronegócio em sua realidade local, **Apêndice C**.

Ainda de forma complementar, visando ao enriquecimento dos dados, a participação é investigada, também, através do “Roteiro de entrevista semiestruturada” (**Apêndice D**). Na entrevista, descrita detalhadamente no **item 5.2.1** junto com os demais instrumentos adotados na tese, associam-se a capacidade de organização social e a de articulação da população. Questionam-se os entrevistados acerca da participação em grupos locais, em geral, mediante referência a itens, como: participar de associações, cooperativas, sindicatos, conselhos e outras entidades de cunho social; integrar Governo e partidos políticos; e aderir ao associativismo.

Apreende-se dos depoimentos dos participantes da pesquisa por meio da entrevista (**Apêndice D**), que segundo a visão da maior parte dos agentes sociais entrevistados, a participação social dos uruçuenses alcança melhoria nos últimos 10 anos. Enquanto isto, o trabalhador do agronegócio, também em grande maioria, avalia, por meio do questionário (**Apêndice C**), que seu engajamento em organizações, grupos e redes locais é ainda muito baixo.

Apesar de não se ter refinado a pesquisa para compreensão mais acurada deste achado face à premência de manter o foco do estudo nos objetivos propostos, exploram-se as análises feitas numa e noutra perspectiva para a reunião de mais informações capazes de favorecer inferências elucidativas a respeito. Por conseguinte, na trilha do entendimento da aludida avaliação sobre a dimensão, os resultados demonstram que para a totalidade dos 26 entrevistados (representantes dos quatro segmentos de agentes sociais – sete AS – G (27,0%); três AS – I (11,5%); quatro AS – LL (15,4%); três AS – E (11,5%); e nove AS – T (34,6%)), a participação é vista como ação melhorada na realidade local, enquanto que para a maioria dos agentes sociais respondentes do QI-MCS, esta ainda é fraca.

Nesse sentido, os resultados sugerem que indicadores distintos orientaram a análise da participação dos agentes sociais na realidade pesquisada num e noutro instrumento (Entrevista e QI-MCS); que o parâmetro utilizado – “minha opinião sobre a participação da população” (na Entrevista) - e - “minha opinião sobre a própria participação” – (no Questionário), determinam alguma diferença de análise.

Talvez seja possível interpretar a questão em perspectiva mais imediata, explanando que a participação social apresenta-se melhorada na realidade local (pressuposto dos agentes sociais entrevistados), porém, ainda é baixa (pressuposto dos trabalhadores), o que conduz à necessidade de seu aperfeiçoamento.

Avançando-se no exame dos dados recolhidos, incluindo os quatro segmentos arrolados, verifica-se que, para 92,3% dos 26 agentes sociais entrevistados, a participação social parece aprimorada, com a ressalva de que um único trabalhador a avalia como igual ao período anterior; e para outro, ainda é menos efetiva do que antes. De qualquer forma, ao que tudo indica, os depoimentos justificam o incremento da participação em várias funcionalidades. Alguns realçam que as mudanças podem não estar associadas somente ao agronegócio; outros pontuam que a nova ordem econômica local lhes desperta para novas buscas no campo dos direitos sociais, novos serviços e novas conquistas, tal como atestam as falas ora transcritas:

A participação avançou. As pessoas estão com um poder aquisitivo maior e com isso a participação junto ao Governo e às associações estiveram mais presentes na sociedade. Os sindicatos conseguiram avançar mais nas áreas rurais. Então após o agronegócio da soja cresceu bastante [...] O agronegócio não é suficiente para mudar tudo por aqui, mas sua chegada ajudou bastante na participação do povo [...] (AS – LL).

A participação melhorou porque antes ninguém participava de nada aqui. Mas com a chegada deles aqui, melhorou muito [...] Com o agronegócio, as pessoas se reúnem mais, você conhece pessoas de fora e até da própria localidade que você não conhecia. As pessoas estão correndo mais atrás de seus objetivos [...] (AS – TF).

Eu digo que melhorou e melhorou bem. Aqui, hoje, tem conselhos, associações, sindicatos, cooperativas [...] A capacidade organizativa e a articulação da população melhorou na medida em que as empresas, as ações do Governo com o agronegócio da soja vão vindo, a capacidade de organização da população aumenta. A capacidade organizativa da população hoje tem um modelo, que é de seguir essas grandes empresas. Por exemplo, porque a Bunge é organizada e a gente não é? Porque na Bunge os trabalhadores conseguem uma estrada e a gente não consegue? Eu acho que a capacidade organizativa dos trabalhadores em geral tem melhorado por conta do agronegócio. É um modelo diferente do que se tinha. Antes não era nem organizado, era político (AS – G).

Reverendo a posição teórica de Putnam, é importante a afirmativa de que a simples existência de estruturas sociais de interesse coletivo em determinada realidade indica um canal aberto para a constatação dos padrões de participação, quais sejam, confiança, coletividade e solidariedade. Ao interagir no âmbito das entidades, os indivíduos reúnem-se, travam conhecimento e trocam informações. Tudo isto impulsiona o desenvolvimento, além de incrementar o engajamento dos cidadãos em organizações voluntárias, um dos pilares de sustentação da comunidade cívica, representada sob a forma de compromisso na vida cívica ou de compromisso político dos sujeitos: “[...] a participação em organizações cívicas

desenvolvem o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (PUTNAM, 1996, p. 104).

Em sua formulação, esse autor não quis dizer que os objetivos ou os interesses das organizações devam ser necessariamente políticos. Isto abre horizonte de análise para se considerar a participação em organizações, grupos e redes civis, políticas e outras, formais e informais, na realidade investigada, como mecanismo apto a infundir em seus membros espírito de coletividade, senso crítico e comprometimento com as questões e os bens públicos, capazes de enriquecer socialmente uma localidade, a partir do capital social gerado.

A este respeito, a **Tabela 10** sumariza variáveis relativas à participação em organizações, grupos e redes, a saber: 1. número de organizações / grupos existentes em Uruçuí; 2. participação ativa junto a alguma organização / algum grupo local; 3. o porquê de não engajamento; 4. vontade de participar, se ainda não o faz; 5. menção às organizações / aos grupos / às redes; 6. tempo de participação.

Tabela 10 – Participação em organizações, grupos e redes (Grupo 1 de Variáveis) pelos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Participação em organizações, grupos e redes: Grupo 1 de variáveis	N	%
Em relação ao número de organizações / grupos existentes em Uruçuí. *		
Atualmente há mais organizações em comparação há 10 anos.	102	61,4
No passado, havia mais.	4	2,4
Igual a 10 anos antes.	6	3,6
Não sei informar.	54	32,5
Participa ativamente de alguma organização / algum grupo local?		
Sim.	62	37,3
Não.	104	62,6
Se não, por que não participa? †		
Desinteresse.	22	25,6
Falta de informação.	39	45,3
Falta de tempo.	25	29,1
Se não, gostaria de participar? †		
Sim.	57	66,3
Não.	29	33,7
Organização / grupo / rede local da qual participa		
Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Flores.	9	5,3
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruçuí.	13	7,6
Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Santa Teresa.	14	8,2
Rede de Desenvolvimento Econômico Territorial.	4	2,4
Associação Copagil de Jovens Cooperativista (ACJC).	1	0,6
Grupo de Jovens da Igreja Católica.	4	2,4
Partido Político Partido dos Trabalhadores.	2	1,2
Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).	1	0,6
Encontro de Casais com Cristo (ECC).	2	1,2
Congregação de Cristo no Brasil.	1	0,6
Cooperativa de Taxi.	1	0,6
Pastoral da Criança.	1	0,6

Câmara dos Diretores Lojista.	2	1,2
Grupo Divino Espírito Santo.	1	0,6
Maçonaria.	2	1,2
Grupo Católico do Terço do Homem.	4	2,4
Não participa.	104	62,5
Há quanto tempo? †		
Mais de cinco anos.	43	50,0
Um pouco mais de um ano (entre um e cinco anos).	9	10,4
Menos de um ano (ou até um ano).	7	8,1
Outros.	27	31,5
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=166; †: N=86 (que informaram – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Quando indagados sobre o número de organizações, grupos e redes existentes em Uruçuí, dentre os 166 respondentes à questão, 102 (61,4%) acreditam que, atualmente, há bem mais do que há 10 anos. Citam, entre outras: Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Santa Teresa (ACDAST), apontada por 14 (8,4%) pesquisados; Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Flores (ACDAF), por nove (5,4%); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruçuí (STRU), por 13 (7,8%); Rede de Desenvolvimento Econômico Territorial (REDE DET), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Grupo de Jovens da Igreja Católica; Grupo Católico do Terço do Homem, estas três últimas entidades lembradas, cada uma, por quatro (2,4%) sujeitos (**Tabela 10**).

Considerando o total da população de Uruçuí, constata-se que se trata de um total ínfimo citado de organizações, grupos e redes aliado a um baixo nível de participação associativa dos trabalhadores do agronegócio, confirmado pelos instrumentos de coleta, incluindo a técnica de observação. Trata-se de situação comum a outras realidades, como Caminati et al., atestam em estudo sobre desenvolvimento sustentável e CS em Cascavel, Paraná. Os níveis de participação e de organização social da sociedade denotam, sempre, seus estoques de capital social.

Os autores atribuem à prática não participativa à ausência de comportamentos cooperativos: “[...] sabe-se que a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias [...]” (2004, p. 2). Estudo, também no Paraná, imputa o pouco engajamento dos agricultores à carência de segurança e de bom conceito de algumas instituições, até porque, “[...] níveis de confiança elevados remetem à ampliação da participação das pessoas nos processos de decisão coletiva” (MIYAZAKI et al., 2005, p. 6).

Segundo Almeida (2010), exercitar o poder de influência sobre as decisões de caráter público, além de favorecer comportamentos cooperativos, articula as pessoas em torno de compromissos, consensos, acordos e mudanças sociais e políticas no âmbito das coletividades. Além do mais, estimula o diálogo e o intercâmbio de informações entre os sujeitos sociais coletivos e aumenta a qualidade das relações e das institucionalidades das formas de organização social que surjam advindas da participação. E, de fato, a literatura consultada aponta diversificados fatores que explicam tanto o pouco comprometimento quanto a existência de organizações, grupos e redes em número reduzido na sociedade. Entre eles: comportamentos individualistas; falta de confiança social; práticas políticas clientelísticas e antidemocráticas; educação alienante; qualidade deficitária da gestão pública; corrupção e atraso; entre outros mecanismos de obstrução das capacidades sociais e políticas dos agentes sociais.

Em Uruçuí, a chamada não participação ativa referida pela maioria dos trabalhadores (62,6%) justifica-se, como mostra a **Tabela 10**, face à carência de informações (45,3%); falta de tempo disponível (29,1%); e reconhecido desinteresse (25,6%). Outras situações identificadas na realidade local e relatadas como preocupantes por uma minoria dos pesquisados, como ver-se-á adiante, noutro escopo investigado, também podem compor o rol de justificativas: insegurança e criminalidade (18,7%); desorganização e atraso (14,0%); e corrupção e exploração (15,9%); o que conforma um cenário nada estimulador para práticas participativas e associativas e que também conduz à consciência social coletiva deficitária.

O cenário de incipiente participação e de organização social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí também parece atrelado a um frágil nível de consciência crítica dos agentes sociais, embora, reconhecidamente, a conscientização desaliena e conduza a significativas mutações sociais. Sem o aguçamento desse instrumento para propiciar a articulação de interesses comuns entre os trabalhadores e uma atuação mais efetiva na esfera das organizações, a atitude comportamental associativa mantém-se mais fragilizada, como o depoimento de um líder de uma das associações confirma: “[...] o envolvimento dos associados com as questões sociais vem diminuindo” (AS – LL).

Lembrando que a pesquisa quanti-qualitativa mantém a chance de análises correlatas e complementares, percebe-se que cada questão direcionada a estudar a responsabilidade dos trabalhadores na estrutura social global do município piauiense em foco é respondida, como inevitável, por quantidades diferentes de pesquisados. Este fato dificulta o diagnóstico quantitativo dos dados. Mesmo assim, é possível inferir que, entre os 62 participantes das entidades citadas, 50,0% declaram participar há mais de cinco anos de organizações, grupos e

redes. Enquanto isto, em meio aos 86 que admitem sua não participação, 57 (66,3%) afirmam que gostariam de fazê-lo, o que denota um embrião em potencial a ser explorado e dinamizado, **Tabela 10**.

Quanto às 16 entidades arroladas pelos pesquisados, dentre elas, há uma rede de desenvolvimento; duas organizações relacionadas ao comércio; uma de assistência social; uma de filantropia; um sindicato; um partido político; duas associações de moradores e sete grupos de natureza religiosa, incluindo pastorais e grupos de oração. No conjunto, há entidades diretamente e indiretamente relacionadas com a atividade econômica, social e política, com predomínio dos grupos religiosos, como a **Tabela 10** descreve. Tal prevalência em oposição a uma única entidade sindical, revela um cenário caracterizado por fortes relações comunitárias e frágil organização social dos trabalhadores, sugerindo um sistema social de tessitura mais fortalecida por laços que se estabelecem via relações subjetivas e culturais do que por relacionamentos de natureza econômica ou política.

De qualquer forma, para Putnam (1996), as associações com pouca relação direta com o ramo econômico, como religiosas, esportistas e culturais, também compõem capital social, pois reforçam o espírito de solidariedade entre os atores sociais. Por conseguinte, apesar do baixo nível participativo dos trabalhadores, corroboram-se os pressupostos de Pavarina (2003, p. 84), quando assegura: “[...] a existência de qualquer manifestação associativa ou cívica num município é considerada melhor do que a sua não existência.”

Inexiste registro de clubes esportivos ou de grupos culturais locais ou conglomerados constituídos a partir de temas atuais e polêmicos, como a questão de gênero e de raça. De forma similar, tampouco citam-se órgãos representativos de trabalhadores do agronegócio, como associações e cooperativas. Em relação aos sindicatos, a pesquisadora, ao longo do estudo ratifica que o Sindicato dos Agricultores Assalariados de Uruçuí está em processo de legalização, contando com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Uruçuí ou STRU. Tampouco existe o sindicato dos empregados no comércio. Quando eles necessitam de alguma intervenção sindical, como defesa de direitos trabalhistas, rescisão de contrato de trabalho, queixas, denúncias e outros itens, buscam o STRU, o qual prontamente os atende, como presenciado durante a pesquisa.

A este respeito, Grootaert (1998) acrescenta que, para analisar a vida associativa numa localidade não basta mensurar a soma de entidades existentes. Interessa, sim, qualificar os procedimentos participativos dos membros e identificar as características internas das estruturas sociais. Deste modo, a pesquisa questiona os agentes sociais sobre o tipo de participação; procedimentos de adesão dos elementos das organizações, dos grupos e das

redes em Uruçuí; seleção dos líderes; benefícios advindos da participação; fontes de financiamento; entre outros elementos.

No que diz respeito à participação em organizações, grupos e redes de Uruçuí – Piauí, seu detalhamento prossegue na **Tabela 11**, que leva em conta as variáveis vinculadas à participação em organizações, grupos e redes: 1. classificação da participação; 2. como uma pessoa passa a ser membro da organização / do grupo; 3. forma de seleção dos líderes; 3. fonte de financiamento, **Apêndice C**.

Em Bordenave (1992), participação significa integrar algum grupo ou alguma associação. Sob esta ótica, a participação pode ser passiva, quando o indivíduo age como cidadão inerte; ou pode ser ativa, quando o sujeito engaja-se e assume real compromisso. Tal participação ativa é referida por 77,8% dos 62 trabalhadores vinculados às entidades. Dentre eles, 16,7% classificam sua participação como liderança; 24,1%, como muito ativa e a maioria, como relativamente ativa (37,0%), **Tabela 11**.

Tabela 11 – Participação em organizações, grupos e redes (Grupo 2 de Variáveis) pelos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Participação em organizações, grupos e redes: Grupo 2 de Variáveis	N	%
Classificação da participação¶		
Líder	9	16,7
Muito ativa.	13	24,1
Relativamente ativa.	20	37,0
Não participa das decisões.	3	5,6
Mais efetiva que há 10 anos.	7	13,0
Menos efetiva que há 10 anos.	2	3,7
Como uma pessoa passa a ser membro dessa organização / desse grupo? ††		
Escolha voluntária	29	47,5
É indicada	27	44,3
Ambos	5	8,2
Como são escolhidos os líderes nessa organização / nesse grupo? ††		
Por decisão dos membros / eleição.	21	34,4
Decisão de membros ou pequeno grupo.	9	14,5
Cada líder escolhe seu sucessor.	3	4,8
Por pessoa ou entidade de fora.	28	45,2
Qual é a fonte de financiamento mais importante dessa organização/grupo? ††		
Os próprios membros financiam.	27	44,3
Os recursos provêm de fora da comunidade.	4	6,6
Governmental.	8	13,1
Privada.	2	3,3
Governmental e dos membros.	17	27,9
Privada e membros.	1	1,6
Governmental e externo.	1	1,6
Governmental e privada.	1	1,6
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: ¶: N=54; ††: N=61 (que informaram – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

O engajamento em temas de interesse coletivo, em questões públicas e de defesa da cidadania representa verdadeiro aprendizado de vivência coletiva, revertendo-se em participação ativa e socialmente responsável. Integrar as estruturas sociais vigentes por meio de filiação às entidades deve fluir como decisão voluntária, originada de compromisso dos agentes sociais com problemas de relevância para a coletividade e, não, apenas por motivação individual, corporativa ou obrigatória, como Baquero (2003) certifica. A participação formal e forçosa não resulta em capital social público. Afinal, a formação de capital social exige ações voluntárias e coordenadas dos agentes sociais, uma vez que seu pressuposto prevê “[...] o estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos sociais cujos interesses comuns não são imediatamente evidentes [...]” (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 10).

Sobre o assunto, Putnam (1996) acrescenta que as interações decorrentes das relações interpessoais voluntárias facilitam a coordenação e a cooperação entre os agentes, objetivando o beneficiamento dos partícipes de organizações, grupos e redes. No entanto, o autor restringe-se a considerar a confiança interpessoal e não dos indivíduos perante o Governo, organizações governamentais e ONGs. No caso específico de Uruçuí, dos trabalhadores que afirmam fazer parte de organizações, grupos e redes, 47,5% dizem que se trata de escolha voluntária, índice bastante próximo dos que admitem que, em geral, os membros dessas instituições são indicados, com 44,3% (**Tabela 11**). Eis uma situação semelhante à escolha dos líderes. A maior parcela dos entrevistados acredita que os líderes são selecionados por decisão dos membros ou de pequeno grupo via eleição (48,9%) em contraposição a 45,2% de depoentes, para quem as lideranças são indicadas por pessoas ou entidades externas, o que, decerto, fragiliza o protagonismo independente e autônomo desses órgãos na sociedade.

Na conformação verificada com a pesquisa, portanto, não se pode afirmar que a participação dos trabalhadores de Uruçuí nas estruturas sociais corresponde ao sentido de valorização do senso de responsabilidade comum expresso na conduta associativa dos trabalhadores, nem se pode dizer que inexistem propensões desses agentes para a organização social. Sobre o financiamento para a sustentabilidade econômica das entidades, a maioria dos trabalhadores revela duas principais fontes: a contribuição dos próprios membros (44,3%) e a de recursos provenientes do Governo (13,1%). Todavia, também a iniciativa privada participa do financiamento, como referido pelos trabalhadores (3,3%). Há, ainda, outras fontes vindas de fora da comunidade (6,6%), além de fontes conjugadas entre as já citadas.

O complexo encadeamento de fatores parece configurar, em Uruçuí, situação de frágil vínculo dos associados com as entidades, decorrente da baixa mobilização dos participantes

em torno de objetivos definidos, conforme Putnam (1996) constata em regiões da Itália, onde há baixo nível de participação social dos atores e um consequente estoque de capital social incipiente. Tal situação pode ainda estar associada à fragilidade das organizações locais para motivar o envolvimento de seus filiados no conjunto de propósitos e atividades programadas, o que pode ser revertido por meio de agenda pactuada de ações sistemáticas e contínuas, com reuniões, debates, encontros e outras medidas.

A fragilidade participativa na sociedade uruçuiense, no entanto, já fora identificada anteriormente, conforme registra o Plano de Desenvolvimento da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Flores, elaborado em 2001, para o período 2002-2012. À época, comprova-se que, apesar do grande número de associados da ADCAF, na hora de tomar as decisões, poucos comparecem e deliberam. Por esta razão, as disposições, em geral, são tomadas por minorias, o que causa dificuldades para que os acertos sejam levados em conta pela maioria. O mesmo documento também registra o mau funcionamento da ADCAF. Apesar de bem organizada, a maioria das famílias não entende o papel da Associação, o que concorre para o fato de presidente e tesoureiro permanecerem sós e sobrecarregados. Além da falta de informações para a comunidade, as reuniões não seguem calendário preestabelecido, segundo a principal fonte consultada (COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS & ASSOCIADOS DO PIAUÍ, 2002).

A situação um tanto precária da ADCAF, conforme relato de um líder de uma das associações locais, ainda persiste. Apesar de destacar a participação social dentre os setores de influência para o desenvolvimento no município e de confirmar que a Associação tem avançado nos últimos 10 anos, o depoente assinala que a capacidade organizativa e de articulação da população e dos trabalhadores precisa melhorar:

A participação social melhorou com as mudanças trazidas pelo agronegócio da soja no município. Melhorou um pouco, aqui nós temos o sindicato bastante forte. As associações é que ainda têm que evoluir [...] Nós temos várias associações. O povo tem vontade de se organizar, mas por outro lado, tem uns que só pensam em desmanchar e acontece deles se dispersarem e não fazerem com que as coisas floresçam (AS – LL).

Decerto, a participação social incute nos cidadãos o interesse pelo bem público e o sentimento de pertencimento ao território que elucida o vínculo de corresponsabilidade ante os empreendimentos coletivos, além de investir na autodisciplina e no espírito de colaboração, no estilo do interesse próprio corretamente entendido, como postulado por Tocqueville

(1969). Esse autor refere-se ao interesse definido no contexto das necessidades públicas gerais, em detrimento dos interesses pessoais.

Ressalta-se que a participação em organizações, grupos e redes promove a articulação de interesses, a colaboração e a confiança social estimuladas pelas redes relacionais que se formam entre membros e organizações e entre estas e outras estruturas da sociedade. No entanto, isto não basta para consolidar mecanismos sólidos de engajamento à realidade. Para tanto, compete às organizações sociais, às instâncias governamentais e não governamentais delinear mecanismos permanentes de conscientização da comunidade para o agir coletivo e em função de objetivos públicos. Na realidade investigada, esses mecanismos deveriam figurar como fator de maior inclusão da população em busca de melhor qualidade de vida gerada pelo agronegócio; redução da desigualdade social; melhor investimento dos impostos e dos lucros da agricultura granífera em políticas e serviços públicos eficazes; e, por fim, num Governo local, forte e democrático.

Em suma, não basta fazer parte de associações. O compromisso social, que produz a mudança dos territórios face à transformação de seus agentes, requer compreensão ampliada dos membros e não membros das organizações. A estes últimos, deve ser informado pelos primeiros sobre questões sociais e políticas em sua totalidade, visando à mobilização de todos para uma ação integrada de construção de alternativas e soluções para os problemas sociais complexos, sejam eles no plano social, na esfera econômica e política. Com base nesse entendimento aliado ao depoimento do líder comunitário antes transcrito, acresce-se que, na verdade, ao longo da pesquisa, não obstante a conjunção de variadas técnicas de coleta, não se identifica o protagonismo dinâmico e perdurável das referidas organizações em Uruçuí, sobretudo, em se tratando de associações e sindicato. Tais entidades muito pouco atuam além da reiteração das prerrogativas legais de cunho burocrático e bem menos social e político.

Aduz-se, no entanto, que, no plano macro, a articulação dos trabalhadores em organizações, grupos e redes fortalece a participação da comunidade em ações de promoção e expansão do capital social. A partir daí, é possível influenciar o desenvolvimento no município, favorecer a governança e solidificar a identidade regional, territorial e local. No plano micro, de forma similar, é possível organizar, reforçar e dinamizar as lutas comunitárias em torno da conquista de bens coletivos ainda não conquistados.

Para investigar de forma mais consistente em que medida isso ocorre em Uruçuí, pesquisam-se aspectos do protagonismo de tais estruturas. Analisa-se se elas incorporam apenas interesses de seus membros ou se reconhecem o domínio público como campo de batalhas e conquistas coletivas, galgadas mais pelo espírito público e menos pela atitude de

vantagens compartilhadas, isto é, por interesses pessoais. Isto beneficia a eficácia e a estabilidade da comunidade local, quer por seus efeitos sobre os indivíduos quer sobre a sociedade em suas instâncias civil e política.

Assim, quando questionados (**Apêndice C**) se a participação em organizações, grupos e redes locais resulta em benefícios e para quem estes destinam-se, número expressivo de trabalhadores admite que as entidades tendem a defender interesses de seus membros em sintonia com os da coletividade. Isto é, 93,2% (**Tabela 12**) dos pesquisados atestam a conquista de benefícios em contraposição a quem acredita que os benefícios vão para os próprios associados / indivíduos (48,1%); ou para suas famílias (38,5%); ou para a comunidade em geral (73,1%).

Dentre as principais conquistas referidas, segundo os pesquisados (**Tabela 12**), estão elas associadas ao desenvolvimento no município: maquinário, energia, água, sistema agrícola, escola, posto de saúde, busca de recursos para a comunidade, Bolsa Família, infraestrutura, PSF, iluminação pública e outros tópicos. Ainda ao estudar a participação dos trabalhadores do agronegócio na realidade uruçuiense sob a ótica do interesse de organizações, grupos e redes locais, em torno das conquistas listadas, infere-se que tais estruturas colaboram para a formação do CS instrumental na realidade local. As entidades identificadas relacionam-se com uma ação interessada na aquisição de melhorias para a comunidade, do que se depreende que a pesquisa empreendida em Uruçuí identifica formas de capital social instrumental no município, embora, como citado há pouco (**Tabela 11**), os líderes das entidades tendam, majoritariamente, a ser escolhidos por indivíduos ou entidades alheios aos coletivos, o que termina por vulnerabilizá-los.

As informações pesquisadas apontam que organizações, grupos e redes registradas não reúnem todas as condições necessárias a existirem com autonomia em Uruçuí. Como consequência, não estão imunes a se pautarem por normas e valores impostos por outros grupos sociais e políticos ou forças externas existentes.

Afinal, defendem sistematicamente não somente os interesses de membros e familiares, como também da coletividade em geral, apesar de a filiação dos partícipes ocorrer por interesse deles mesmos e a maior parte do financiamento necessário advir de mensalidades pagas por eles. A perspectiva em relação à autonomia dos organismos sociais apoia-se na perspectiva de Inojosa (1999), para quem são autônomas as redes de compromisso social constituídas por membros que se articulam em função de uma ideia abraçada coletivamente, com objetivos específicos a serem perseguidos via articulação dos parceiros, com preservação da identidade original de cada participante.

Tais condicionalidades são importantes porque corroboram a identidade e a independência das organizações locais. No momento, em que se rendem ao controle e / ou ao domínio de forças externas ou de um pequeno grupo, ao invés de agirem sob um sistema de normas e valores internos, estão elas sujeitas ao risco de fracassarem ou perderem força para produzirem o bom capital social (*bridging social capital*) ou capital social de ponte. Podem, inclusive, privilegiar um pequeno grupo e fomentar o oportunismo, agindo a favor do clientelismo personalista. Neste caso, temas e interesses pessoais ou de um pequeno grupo sobrepõem-se a questões públicas de interesse geral, sob a forma de capital social negativo ou *bonding social capital* (capital social de conexão), encontrada por Robert David Putnam, ano 1996, ao sul da Itália, região menos cívica do que a norte, como mencionado.

Tabela 12 – Benefícios da participação em organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Benefícios da participação em organizações, grupos e redes	N	%
Esta participação resulta em algum benefício? 		
Sim.	55	93,2
Não.	4	6,8
Para quem? ¶		
Pessoal.	26	48,1
Família.	20	38,5
Comunidade.	38	73,1
Tipos de benefício**		
Maquinário.	3	6,1
Energia.	10	20,4
Água.	2	4,1
Sistema agrícola.	1	2,0
Escola.	2	4,1
Posto de saúde.	2	4,1
Busca de recursos para a comunidade.	1	2,0
Bolsa Família.	1	2,0
Cultural, econômico e político.	2	4,1
A organização me representa, fala por mim, quando preciso.	1	2,0
Desenvolvimento.	3	6,1
Infraestrutura.	2	4,1
Programa Saúde da Família (PSF).	1	2,0
Associação.	1	2,0
Leis.	1	2,0
Trabalho e renda.	1	2,0
Iluminação pública.	3	6,1
Parcerias.	1	2,0
Ajuda um ao outro.	2	4,1
Quando chega um benefício, este é para todos da comunidade.	1	2,0
Ajuda nas decisões coletivas e do grupo.	6	12,2
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: ||: N=59; ¶: N=54; **: N=49 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Logo, independência e autonomia são imprescindíveis para o agir coletivo das entidades, mesmo quando são resultado de ingerência alheia ou subproduto da política ou de outras competências locais. Contudo, isto não significa isolamento ou imposição institucional. Não corresponde a caminhar sozinho ou a confrontar outras estruturas locais. Ao contrário. É preciso alinhar a coordenação interna organizacional com as forças externas da sociedade e com as diversas formas de poder do território para favorecer o diálogo, fomentar parcerias, captar capacidades e potencialidades existentes e estimular a cultura do fazer com-junto em prol de soluções colaborativas para problemas coletivos comuns. Aliás, isto pode ocorrer tanto por meio de políticas governamentais quanto por iniciativas sociais mobilizadas pela própria sociedade, pelo setor privado, por ONGs e por outras estruturas ativas de Uruçuí.

Colocar tal arranjo em prática no município pode propiciar a gestão pública compartilhada, mais participativa e democrática, requerendo do Estado significativa capacidade política para incluir a sociedade na gestão local e dirimir os conflitos da relação. Por sua vez, da sociedade civil, dos trabalhadores e respectivas organizações, demanda-se efetiva participação com possibilidades de alcançar uma atuação em rede de compromisso social, capaz de exercer, entre outras medidas coletivas, o controle de transparência do Governo local e de outras instâncias políticas de ações no município.

Quando indagados se organizações, grupos e redes a que estão associados costumam cobrar transparência do poder público local e das próprias entidades, 29,6% dos sujeitos da pesquisa afirmam – às vezes – em oposição a 25,4% que respondem – sempre. Indo além, para 18,3%, organizações, grupos e redes cobram, mas não são transparentes em suas ações, e, coincidentemente, o mesmo índice corresponde à alternativa – cobram, mas não têm poder de influência sobre o poder público e suas instituições. Por fim, somente 8,5% dizem não. E mais, para inferir sobre outras possibilidades da participação dos trabalhadores de Uruçuí em organismos sociais existentes no sentido de configurar-se como condição de fomento do capital social e do desenvolvimento, também é preciso conferir as características internas das entidades, as demandas dos associados e as respostas formuladas, entre outras questões.

Acredita-se que integrar organizações com um corpo diversificado de associados, composto por grupos heterogêneos quanto ao gênero, à faixa etária, etnia, escolaridade, ocupação, renda, religião, filiação partidária e a outros itens, reforça a tolerância às diferenças, em decorrência da interação grupal e das pressões invariavelmente suscitadas. Até mesmo o conflito de ideias pode resultar em consenso, quando se agregam os interesses daqueles que, mesmo defendendo correntes de pensamento divergentes, lutam com entusiasmo por objetivos comuns. É óbvio que isto melhora as relações, diminui a intolerância

e torna a sociedade mais inclusiva e plural, entre outras formas de desconstrução da desigualdade.

Quanto à diversidade que caracteriza organizações, grupos e redes locais, a consulta à **Tabela 13**, descreve que as maiores diferenças entre os membros, são: renda, filiação político-partidária e ideias, enquanto as maiores semelhanças correspondem a interesses, gêneros e etnias.

Tabela 13 – Características mais semelhantes ou diferentes em relação aos membros de organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Característica	Mais semelhante		Mais diferente	
	N	%	N	%
Idade. *	13	22,0	46	78,0
Gênero. *	20	33,9	39	66,1
Etnia. *	18	30,5	41	69,5
Escolaridade. †	14	24,1	44	75,9
Ocupação. *	15	25,4	44	74,6
Renda. *	5	8,5	54	91,5
Religião. *	15	25,4	44	74,6
Filiação política partidária. †	7	12,1	51	87,9
Ideias. †	12	20,7	46	79,3
Interesses. †	20	34,5	38	65,5
TOTAL (N = 170)		---		---

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=59; †: N=58 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Deste modo, avalia-se que as estruturas coletivas em Uruçuí não se movem por disposição completamente harmoniosa ou isenta de tensões, mas, sim, como as configuradas por Tocqueville (1969). Isto é, congregam as energias de espíritos divergentes, porém, firmemente orientadas rumo a objetivos definidos. Indo além, vale lembrar que, quanto à contribuição da dimensão ora em discussão – participação em organizações, grupos e redes – para o capital social investigado, e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável do município, onde predominam instituições frágeis, o CS tende a se esfacelar, impedindo desempenho positivo, como Abul-El-Haj (1999) afirma.

Sob esta ótica, analisa-se a contribuição da referida dimensão na composição do ICS dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, a partir do pressuposto de que a participação é um matiz que conduz a ação coletiva a níveis mais e menos ativos de engajamento em prol de bens públicos, ao tempo em que define sua relação com o capital social e com o desenvolvimento de localidades. No caso em estudo, constata-se que a dimensão em pauta consta com a de menor média para a medida do ICS geral dos trabalhadores 0,260 ($\pm 0,1$),

apresentando, contudo, maior valor máximo para o índice (1,000) e também menor valor mínimo (0,000), o que pode ser revisto na **Tabela 8**.

Indo além em torno da dimensão – participação em organizações, grupos e redes – atesta-se com a tese que, dentre as três dimensões estudadas, ela é a mais bem avaliada (**Tabela 9**) pelos trabalhadores das fazendas, o que significa que a atitude participativa está mais presente entre o primeiro segmento. A justificativa talvez decorra do fato de grande parcela deles ser oriunda da agricultura familiar, e, portanto, trazer consigo o hábito da prática associativa dos assentamentos, **Tabela 14**.

Tabela 14 – Índice de capital social: dimensão – participação em organizações, grupos e redes, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Dimensão	Índice de capital social – segmento dos trabalhadores								P
	Fazendas de soja				Comércio				
	M	DP	Mínimo	Máximo	M	DP	Mínimo	Máximo	
Participação em organizações, grupos e redes.	0,263	0,341	0,000	1,000	0,255	0,382	0,000	0,929	0,892
TOTAL	0,263	0,341	0,000	1,000	0,255	0,382	0,000	0,929	0,892

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: M: média; DP: desvio padrão.

Seguindo a análise da dimensão participação em organizações, grupos e redes por segmento, registra-se que, nos dois grupos de trabalhadores, há baixo nível de capital social. Em síntese, reiterando que a dimensão estudada é um dos pilares de desenvolvimento, registra-se a configuração de uma rede frágil de participação social em Uruçuí. Isto se dá tanto quanto ao número incipiente de organizações existentes quanto da fraca densidade referida, que se traduz em nível incipiente de organização social dos trabalhadores do agronegócio local e baixo poder de mobilização para cobrar da sociedade em geral e, sobretudo, do Estado, maior eficiência.

Quer dizer, a análise dos resultados demonstra que os elementos avaliados ratificam a posição da maioria dos trabalhadores do agronegócio no município piauiense, denunciando pouca participação em organizações, grupos e redes. Logo, mesmo que o compromisso social da população tenha melhorado na última década, precisa ser aperfeiçoada, o que não significa que os agentes sociais entrevistados tenham, necessariamente, que retificar sua avaliação sobre a dimensão. Tal performance denota frágil capacidade de fortalecimento do capital social e, por conseguinte, do protagonismo dos trabalhadores para que possam influenciar ação coletiva eficaz em direção ao desenvolvimento sustentável no município.

6.5.2 Dimensão: confiança, coletividade e solidariedade

A confiança é uma variável fundamental ao desenvolvimento de uma localidade ou de um território. Existe nas relações estabelecidas entre indivíduos e também nas que perduram entre eles e as instituições. Ocorre de forma recíproca entre os entes relacionados, que se unem para partilhar, trocar valores e sentimentos. Age como uma liga nas relações, conferindo consistência, de modo que quanto mais se confia em outrem, mais a troca e a cooperação consolidam-se. Confiança não é uma atitude estática. Para Fukuyama (1995); Putnam (1996); e Tonini e Macke (2007), pode ser desenvolvida a qualquer tempo e lugar

A confiança gera cooperação entre as pessoas, de tal forma que uma alimenta a outra, enquanto a cooperação estimula ações coletivas e solidárias na sociedade regidas por regras de reciprocidade, reiterando as palavras de Gambetta (1988, *apud* PUTNAM, 1996, p. 174): “para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros.”

Ao longo da pesquisa ora apresentada, o entendimento de coletivo não é o de antônimo de individual e sinônimo de social nem tampouco o que se define a partir das dicotomias historicamente constituídas na esfera da sociologia clássica de Durkheim e Weber. O sentido adotado é constituído a partir da lógica das relações entre os seres, levando-se em conta os processos que os engendram. Trata-se de conceito ressignificado, entendido como plano de coengendramento e de criação, plano coletivo e relacional que também é plano de produção de subjetividades, como Escóssia e Kastrup (2005) discutem, com base em autores, cujas abordagens superam a dicotomia indivíduo e sociedade (ARENDDT, 1989; GUATTARI, 1992; TOURAINE, 1995). Eis uma abordagem sociológica que confere ao termo o significado de um conjunto social impessoal (diferente do mero somatório de pessoas), orientado por certo nível de organização interna e que se move em determinado espaço mediante ações e objetivos similares. Na interface com o capital social, este corresponde à resposta aos dilemas da ação coletiva, na acepção de Coleman (1990); e Putnam (1996).

Assim, apesar das várias concepções elaboradas por teóricos para as variáveis confiança, coletividade e solidariedade, neste estudo, são elas compreendidas conforme as descrições ora citadas. Ademais, serão analisadas a partir dos indicadores abordadas no questionário QI-MCS aplicados aos agentes do desenvolvimento local, participantes da pesquisa, observando-se, ainda, a contribuição da técnica de observação participante e de

análise de conteúdo para melhor assimilar as respostas dos sujeitos da pesquisa. Eis, pois, os conceitos-chave:

1. **Confiança** – nível de confiança que se tem nas pessoas nascidas em Uruçuí; nas pessoas de outras regiões do país estabelecidas no município em função da exploração da soja; nos Governos; em organizações, instituições e em outros segmentos e instâncias locais.
2. **Coletividade** – espírito coletivo para reivindicar questões básicas ao desenvolvimento no município; ações coletivas e cooperadas mais frequentes e reivindicadas; valorização da cultura local; e parcerias realizadas.
3. **Solidariedade** – existência de pessoas próximas (fora do núcleo familiar) com quem é possível compartilhar problemas e receber ajuda; frequência com que ajudam uns aos outros de forma voluntária; e outros elementos.

Confiança, espírito de coletividade e solidariedade, na teoria do capital social, são virtudes sociais que se fundem por meio de laços entre os indivíduos, diretamente influenciados pelo contexto vivenciado, de modo que a análise das questões deste estudo, como antes referido, leva em conta a dinâmica local de Uruçuí. Então, no cerne da questão contextual local, talvez, o pano de fundo seja a decisão do Governo Estadual de transformar os cerrados piauienses em área de abertura de fronteira para a produção granífera, a partir dos anos 70 / 80 do século passado, e em função disto o investimento no agronegócio de grãos e de toda sua cadeia produtiva no município, revolucionando a matriz do sistema produtivo local até então apoiada na agricultura tradicional. É o momento em que desponta uma agricultura moderna, sob a ordem da produção industrial empresarial de *commodities*, capitaneada pela sojicultura, atividade econômica dominante, mais atraente e rentável do que a tradicional agricultura familiar, na medida em que incrementa a soma das riquezas econômicas produzidas no município e no Estado.

As mudanças provocadas pelo agronegócio na realidade investigada atingem setores diversos da sociedade, configurando algumas dinâmicas em parâmetros econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais e ambientais percebidos pelos agentes sociais como evidências de crescimento econômico e de desenvolvimento no município, conforme discussão posterior.

Porém, ainda que tal processo provoque condições favoráveis ao crescimento econômico no município, o sistema social local encontra-se marcado por esgarçamento do tecido social, em função da ordem produtiva instalada com o *agrobusiness* priorizar o capital financeiro em detrimento do capital social. Isto porque, é no sistema social que se localizam, prioritariamente, os fatores de produção de CS, muito embora sua reprodução possa ser estimulada por outros sistemas da sociedade, inclusive pelo econômico, ao tempo em que este é influenciado por outras formas de sociabilidade humana e não somente por relações econômicas.

Diante do exposto e para investigar sistemas e redes de relacionamento na sociedade uruçuiense e as ações coordenadas a partir deles, é vital pesquisar em que medida os citados elementos de capital social – confiança, coletividade e solidariedade – existem em Uruçuí. Surgem, então, novos questionamentos:

1. Em que medida confiança, coletividade e solidariedade dinamizam-se sob a forma de capital social?
2. Qual o alcance dessas matizes de CS no desenvolvimento social e humano, no município de Uruçuí, apesar do forte apelo ao desenvolvimento econômico patrocinado pelo agronegócio?

Para investigar os níveis das variáveis na realidade uruçuiense em meio às mudanças ocorridas nas últimas décadas e no escopo das descrições registradas para o estudo, elencam-se alguns indicadores. Entre outros, arrolam-se: sentimento de pertencimento ao município; nível de confiança entre as pessoas e destas com as instituições; disposição para cooperar com vizinhos; ações coletivas mais frequentes; respeito à cultura local; e participação em ações voluntárias. A este respeito, significativa parcela dos depoentes confirma que as variáveis de capital social confiança, coletividade e solidariedade têm melhorado entre a população uruçuiense. Para tanto, apresentam justificativas, relacionando cada variável, individualmente, a fatores diversificados, desde a melhoria dos valores econômicos aos valores culturais locais.

A confiança, coletividade e solidariedade melhoraram um pouco. Todo mundo hoje vende para pagar no final do mês porque sabe que vai ter o salário para pagar depois. Então as pessoas confiam mais por causa disso (AS – TF).

A confiança, a coletividade e a solidariedade, acho que melhoraram. A solidariedade, eu diria que existe, tanto na nossa classe quanto na cidade toda também. Essa solidariedade, eu acho que é do piauiense, do brasileiro

mesmo [...] Isso existe. Eu não sei se a confiança é aquele coração do brasileiro que está sempre com a porta aberta, entendeu? [...] Isto inclusive as pessoas hoje são taxadas, os “gaúchos” no caso, eles até admiram isso aí [...] O piauiense é muito mais receptivo coletivamente do que individualmente (AS – E).

Assim, a solidariedade no município, as pessoas, a sociedade como um todo sempre foi muito solidária [...] Sempre foram solidárias, muito boas, de bom coração e sempre cooperaram em todo sentido. Mas a cooperação entre elas, no sentido de formar uma associação de produtores rurais, familiares, tudo isso, ela é precária. As pessoas não acreditam muito na cooperação, no associativismo. Elas gostam mais de pedir mais para si próprios, mas não pensam na comunidade dela. A confiança, podemos dizer que, entre as pessoas e as empresas privadas aumentou muito, porque as empresas que vieram são sérias. A confiança no poder público, talvez estadual, tenha aumentado muito, mas no municipal existem dois lados: o lado da oposição e o lado da direita. Então essa posição, ela varia de um para o outro, de uma casa para outra (AS – G).

Sob a visão de parte significativa dos agentes sociais entrevistados, a solidariedade constitui atributo vinculado à esfera subjetiva, como reflexo de sentimentos, comportamentos e parâmetros culturais historicamente construídos. Em sua ótica, nem está associada às mudanças advindas da expansão do agronegócio no município nem à ação social protagonizada pelos agentes, na atualidade.

No último depoimento, o gestor municipal refere-se à confiança interpessoal existente cotidianamente entre as pessoas dos coletivos de referência, como família, amigos e vizinhos. Também faz alusão à confiança institucional relacionada à credibilidade nas instituições sociais. As duas vertentes perfazem a confiança social, que gera cooperação e promove o espírito de coletividade. Sobre este tema, Krishna (2000) acredita que a ação coletiva considera o capital social relacional, que favorece cooperação e capital social institucional. Este, por sua vez, facilita mutuamente o benefício da ação coletiva, a exemplo do que ocorre com os membros de associações, gerando laços de confiança e de solidariedade.

Quanto à confiança dos trabalhadores nas pessoas e nas instituições uruçuienses, é oportuno rever o sentimento de pertença dos agentes ao território, indagando-se como eles se sentem vinculados ao município e qual o seu tempo de moradia, haja vista que, teoricamente, como posto por Putnam (1996), leva-se algum tempo para construir confiança. Lembrando que, necessariamente, o *corpus* da pesquisa integra tão somente residentes do município como condição *sine qua non* para participação na pesquisa, a maioria (67,6%) mora em Uruçuí há mais de 10 anos, incluindo os ali nascidos (51,8%) e os não nascidos (48,2%), com o adendo de que o expressivo e surpreendente percentual (94,4%) revela sentir-se parte da comunidade uruçuiense. É a confirmação de que a natureza e o nível de pertencimento do indivíduo a uma

determinada localidade sofre interferência do tempo de envolvimento e de permanência no lugar, fatores estes que também influenciam o grau de confiança ou, ao contrário, a desconfiança interpessoal.

Na mesma trilha de pensamento, Fukuyama (1995, 2000) assevera que o sentimento de pertencimento a um território ou a um grupo leva à identificação social do indivíduo com eles, permitindo-lhe interagir a partir de valores e comportamentos partilhados e sedimentados pela confiança. Assim, quando indagados sobre o alcance de confiança nos outros residentes que, hoje, vivem em território uruçuiense como empresários, funcionários públicos, gerentes de bancos, fazendeiros e outras ocupações, 66 (39,1%) dos pesquisados admitem que sempre mantêm confiança nos demais e somente 15 (8,9%) respondem nunca confiar (**Tabela 15**).

Tabela 15 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – confiança e respeito à cultura local, trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, 2017

Variáveis: confiança e respeito à cultura local	N	%
Em Uruçuí, confia-se nas pessoas que vêm de outras regiões do país?		
Sim, sempre.	66	39,1
Frequentemente.	53	31,4
Raramente.	35	20,7
Não, nunca.	15	8,9
De modo geral, as pessoas que vêm de outras regiões e passam a viver em Uruçuí, respeitam a cultura local?		
Sim, sempre.	73	43,2
Frequentemente.	38	22,5
Raramente.	45	26,6
Não, nunca.	13	7,7
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: N = 169 (que informaram); quantitativo apresentado para a categoria sim: N = 111.

Esta constatação reforça a tese de identidade social dos outros residentes com a realidade local, mencionada por alguns entrevistados. Segundo seu relato, possivelmente em função da identidade assumida, eles tendem a respeitar a cultura nativa, não sobrepondo seus próprios valores, e até adotam padrões locais de comportamento. Consiste em premissa confirmada por 65,7% dos pesquisados, os quais respondem que, sempre / frequentemente, os que vêm de fora e passam a viver em Uruçuí respeitam a cultura local, o que também alguns depoimentos das unidades amostrais ressaltam. Por exemplo: “[...] a valorização da cultura local melhorou [...] Já tem até “gaúcho” banhando de rio [...]” (AS – EC).

Eu tenho observado que o povo de Uruçuí tem valorizado mais sua cultura. Temos o canto do violão [...] Observa-se que isto aqui, na escola, é bem

valorizado. Os sulistas não mexeram com a cultura local, até porque eles ficam mais concentrados no mundo deles (AS – I).

Por meio da observação durante a pesquisa, vê-se que, na convivência de culturas diferentes no município, emerge um *mix* de cadeias de relações sociais: entre os nativos; entre locais e outros residentes; e entre os outros residentes. As conexões, com frequência, dão-se de forma horizontal no convívio comunitário em que confiança, respeito e cooperação acentuam-se. Entretanto, no que diz respeito às relações na esfera trabalho / emprego no agronegócio, apesar de parecerem guiadas por regras de reciprocidade e de respeito ao convívio social, há fortes normas hierárquicas e apreensão dos trabalhadores quanto ao cumprimento de rotinas de trabalho, o que caracteriza certo choque cultural.

Nesse sentido, alude-se que a troca cultural ocorre na realidade, não sem conflitos ou livre de tensões, mas permeada pela reciprocidade e relações amistosas, convivendo-se de forma plural, estabelecendo-se relações de amizade, de convivência matrimonial, ajuda mútua e relações comerciais entre locais e outros residentes. Inclusive, durante a coleta de dados, a pesquisadora participou de uma ação coletiva de saúde pública (mutirão da dengue), oportunidade em que presenciou a participação com-junta dos dois grupos de residentes, motivados por espírito de cooperação e solidariedade, muito embora não se possa perder de vista que em relação a outras questões, os interesses possam não ser sempre comuns.

Para Abranches e Rodrigues (2009), estudiosas do capital social dos agricultores em Minas Gerais, também na dimensão confiança, cooperação e solidariedade, as relações somente fazem parte do escopo do CS quando fixados sob vínculos de confiança mútua, entre pessoas e instituições, agindo de forma cooperada e sem lesar umas às outras. É esta a construção teórica de Putnam (1996), para quem o convívio mútuo entre os cidadãos é, irreversivelmente, regulado por parâmetros de reciprocidade responsáveis pela confiança e a cooperação entre eles, sob forte contribuição da circulação de informações. Quando a colaboração não é voluntária ou o benefício é objetivado isoladamente, ao contrário da reciprocidade, tem-se a desconfiança que se fundamenta em relações pessoais verticais e transforma a confiança em ativo negativo, como ocorre na máfia e em outras facções criminosas, em que as ações se concretizam com base na confiança entre os membros, mas sem regras de harmonia.

Considerando-se que a cultura também diz respeito aos modos de vida de um povo, incluindo os vários aspectos de seu capital humano e social, e não apenas fatores relacionados a costumes, folclore, esporte e lazer, corrobora-se o pensamento de Macke (2005, p. 106) de que “[...] as diferenças culturais se avultarão daqui para frente e todas as sociedades terão de

dar mais atenção à cultura ao lidar com seus problemas internos e com o mundo exterior.” Entre outras estratégias, tal panorama supõe a necessidade de mobilização dos cidadãos em torno da valorização de sua cultura, o que implica cultivar tradições passadas de geração a geração; angariar apoio incontestado dos Governos às diversas manifestações culturais expressas e latentes; estimular práticas cidadãs na escola; promover a celebração de datas festivas; e a divulgação de novos conhecimentos em massa. Mas isto não significa fechar-se à troca com outros povos e outras culturas para o enriquecimento do capital humano e social.

Dentre as expressões da cultura local, um dos secretários estaduais entrevistados destaca as manifestações folclóricas: “[...] as quermesses, os festejos ao padroeiro São Sebastião, o reisado, as festas juninas e o Sete de Setembro. São muitos eventos que aqui existem como tradição e as escolas apoiam tudo.” Logo, estes devem ser cultivados como expressões tradicionais, incorporadas a programas e projetos de integração social que visem ao fortalecimento das identidades regional e territorial, e do capital social dos uruçuienses. Decerto, tudo se constrói em bases sedimentadas pela confiança, a qual estimula o auxílio mútuo entre os indivíduos da coletividade.

Para apurar os níveis de confiança interpessoal dos trabalhadores, questiona-se se eles possuem amigos de confiança com quem possam conversar livremente ou pedir ajuda e se contam com pessoas fora do circuito familiar para auxiliá-los financeiramente, caso necessitem. A maioria (103 = 83,7%) admite ter pessoas em quem pode confiar para conversar sobre assuntos particulares ou solicitar algum tipo de assistência financeira. Dentre os sujeitos, 88 (68,2%) afirmam contar com vizinhos, no caso de empréstimos eventuais de pequena quantia em dinheiro. São manifestações claras de confiança complementadas por outras em escala pessoal e institucional.

Em se tratando, ainda, da dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – a **Tabela 16**, cujos dados provêm do **Apêndice C**, avalia a confiança dos trabalhadores do agronegócio em relação a determinados grupos, quais sejam: Governo Federal; Governo Estadual; Governo Municipal; Câmara dos Vereadores; partidos políticos; Poder Judiciário; organizações da sociedade civil; Igreja; polícia; lideranças comunitárias locais e outros grupos. Consulta à referida **Tabela** permite avaliar, com certa precisão, o nível e a variação do sentimento de confiança destinado a cada um dos elementos, até porque há três opções: não confia; confia pouco; confia muito.

**Tabela 16 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade –
confiança dos trabalhadores do agronegócio em relação a instituições / grupos,
Uruçuí – Piauí, 2017**

Variáveis: confiança em relação a instituições / grupos						N	%
Fator	Não confia		Confia pouco		Confia muito		
	N	%	N	%	N	%	
Câmara dos Vereadores. *	85	50,6	60	35,7	23	13,7	
Governo Municipal (Prefeitura e secretarias / instituições). *	62	36,9	74	44,1	32	19,0	
Governo Estadual. †	47	28,3	83	50,0	36	21,7	
Governo Federal. *	69	41,1	69	41,1	30	17,8	
Partidos políticos. *	88	52,4	50	29,8	30	17,8	
Poder Judiciário. ‡	44	26,3	81	48,6	42	25,1	
Organizações da sociedade civil. ‡	28	16,7	114	68,3	25	15,0	
Moradores que nasceram em Uruçuí. §	19	11,6	93	57,1	51	31,3	
Moradores estabelecidos em Uruçuí, mas que vieram de outras regiões do país. ‡	25	15,0	107	64,1	35	21,0	
Membros da família. ‡	29	17,4	46	27,5	92	55,1	
Lideranças comunitárias locais. ‡	42	25,1	105	62,9	20	12,0	
Patrões e empresários (iniciativa privada). *	24	14,3	89	53,0	55	32,7	
Vizinhos e pessoas com quem mantêm laços de amizade. *	27	16,1	86	51,2	55	32,7	
Igreja. *	29	17,3	55	32,7	84	50,0	
Polícia. §	50	30,3	73	44,2	42	25,5	
TOTAL (170)		---		---		---	

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=168; †: N=166; ‡: N=167; §: N=165 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Esses indicadores revelam a presença de confiança pessoal e institucional na realidade de Uruçuí, demonstrando, contudo, maior nível em termos pessoais. Exemplificando: um dos grupos de referência de maior confiabilidade – membros da família – é citado por 82,6%, alguém da posição muito próxima alcançada pela confiança em vizinhos e amigos, o que é citado por 83,9% dos agentes, **Tabela 16**. Ainda com relação à confiança pessoal, os trabalhadores confiam tanto nos residentes nativos quanto nos outros residentes, apesar de confiarem mais nos locais. Também depositam confiança nos empresários / patrões, majoritariamente sulistas, numa demonstração de que estes, certamente, portam-se de forma satisfatória no âmbito da sociedade local.

Ainda se vê, na **Tabela 16**, no que tange à confiança institucional, Igreja (82,7%), Poder Judiciário (73,7%) e Governo Estadual (71,7%) como itens que inspiram confiabilidade. Partidos políticos (52,4%), Câmara dos Vereadores (50,6%) e Governo Federal (41,1%) são os menos confiáveis.

A não credibilidade no Governo Municipal é arrolada por 36,9% dos trabalhadores, o que dificulta, com certeza, a articulação de forças dinâmicas locais para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o município. Na verdade, as prefeituras municipais, em geral, não constituem unidade administrativa mais adequada para

arregimentar a rede de relações necessárias ao desenvolvimento local, devido ao risco de reprodução do poder político dos prefeitos. Estes, salvo raras exceções, apoiam-se em bases clientelistas e de favorecimento em troca de voto, conforme Abramovay (2000) alerta.

Apesar do alto nível de desconfiança dos trabalhadores frente aos vereadores e aos partidos políticos, a confiança pessoal e institucional é registrada como positiva. Conseqüentemente, pode agir como potencial capaz de estimular práticas de cooperação e de solidariedade na realidade local, o que facilita o espírito de coletividade entre os cidadãos com vistas a reivindicar soluções para problemas de interesse comum, o que favorece melhores condições de vida para as coletividades. De fato, constitui pressuposto enunciado por 62,9% dos trabalhadores, quando citam que as principais demandas solicitadas a organizações, grupos e redes locais pelos associados estão relacionadas à comunidade e à melhoria das condições de vida da população.

Quanto às ações coletivas e cooperadas mais frequentes em Uruçuí, os trabalhadores mencionam, sobretudo, festas religiosas, encontros políticos, greves e campanhas. As menos frequentes são: abaixo assinados; fóruns de discussão, de planejamento, de desenvolvimento; assembleias; reuniões; movimentos sociais específicos, como a **Tabela 17** sintetiza.

Tabela 17 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – ações coletivas na realidade local, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Frequência das ações coletivas	Pouco frequente		Frequência média		Muito frequente	
	N	%	N	%	N	%
Reuniões. *	87	52,1	58	34,7	22	13,2
Assembleias. †	91	55,2	50	30,3	24	14,5
Festas religiosas. ‡	30	18,1	68	41,0	68	41,0
Encontros políticos. †	58	35,2	55	33,3	52	31,5
Fóruns de discussão, de planejamento, de desenvolvimento e outros. §	90	55,6	48	29,6	24	14,8
Campanhas.	50	30,5	77	47,0	37	22,6
Ações sociais. §	64	39,5	73	45,1	25	15,4
Mutirões.	79	48,2	58	35,4	27	16,5
Marcha. ¶	87	53,4	51	31,3	25	15,3
Abaixo assinado. †	105	63,6	38	23,0	22	13,3
Greves.	71	43,3	48	29,3	45	27,4
Movimentos sociais específicos. ¶	80	49,1	61	37,4	22	13,5
TOTAL (170)	---		---		---	

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

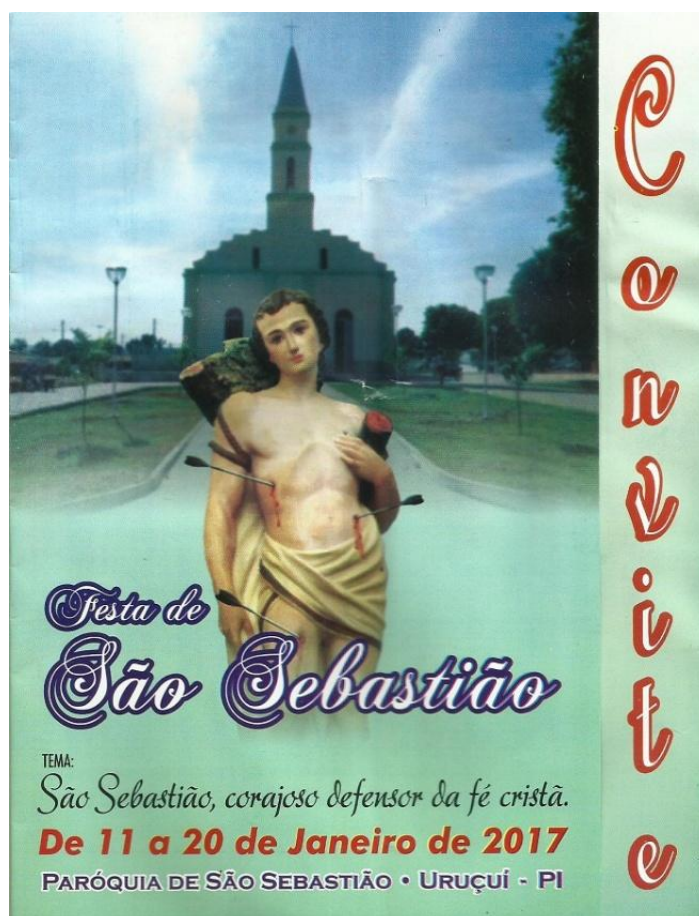
Legenda: *: N=168; †: N=167; ‡: N=165; §: N=164 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

As festas religiosas aparecem em primeiro lugar (82,0%, **Tabela 17**) dentre as ações coletivas e cooperadas citadas pelos agentes sociais, reforçando a expressão religiosa como tradição cultural local, conforme destacado bem antes, na **Tabela 10**. As festividades são de

iniciativa popular, porém congregam as diversas redes de relacionamentos locais, até mesmo as de natureza política formal, produzindo interação dinâmica entre elas. Conforme a pesquisa de campo atesta, grupos religiosos e as pastorais são atuantes no município piauiense e contam com o engajamento de homens “comuns” da coletividade, a exemplo do Grupo Católico do Terço do Homem. As relações firmadas entre comunidade e tais estruturas ultrapassam a devoção religiosa. Avançam em direção ao bem coletivo, ao apoio às famílias, e aos grupos intergeracionais. Estes se incubem de promover novenas, ações beneficentes e principalmente, de articular os cidadãos e as famílias em torno de missões comunitárias, estreitando os laços de convívio comunitário.

A principal festividade religiosa uruçuiense é o festejo de São Sebastião, realizado anualmente, durante uma semana de janeiro, **Figura 5**. Os paroquianos responsáveis organizam-se a partir das comunidades, dos grupos e das pastorais. A programação percorre os bairros com atividades integrativas diversas. Junta-se à festa outra expressão cultural local: as bandas sertanejas e de forró, contratadas pela Prefeitura para o festejo.

Figura 5 – Cartaz de divulgação do festejo de São Sebastião, Uruçuí – Piauí, 2017



Fonte: Portal Cidade de Luz, portalcidadeluz.com.br/urucui, 2017.

Quanto aos encontros políticos, estes figuram na segunda posição, com 64,8% (**Tabela 17**) entre as ações mais referidas pelos trabalhadores, talvez, face à proximidade do período eleitoral (2016) quando da coleta de dados. De qualquer forma, se não ocorrem no cotidiano da população, este fato pode ser indício do pouco protagonismo social e político dos agentes sociais locais e de suas instituições, situação compatível com o baixo nível de participação social e política configurado na dimensão anteriormente analisada.

Sobre as ações cooperadas entre os diferentes agentes sociais, instituições e forças sociais locais, há certa articulação entre sociedade-Governo-mercado, na medida em que os dados sugerem a presença de trabalho em parceria e não de forma isolada, cenário fértil à produção de capital social, desde que esta conjunção se dê apoiada por relações de confiança. Todavia, face às formas de cooperação reveladas na **Tabela 18**, que podem e devem ser analisadas à exaustão, a conexão existente parece ser frágil, sem muita interlocução entre os agentes sociais, conforme Abranches e Rodrigues (2009) também verificam. Em Minas Gerais, os autores dão conta da existência de parceria entre Prefeitura Municipal e comunidade, mas efetivada informalmente.

Outro dado que chama atenção é a constatação de que as entidades patronais / privadas influenciam a cooperação a favor de soluções para as questões comunitárias no que diz respeito às opções citadas: pouco frequente; frequência média e muito frequente, somando 100%. No entanto, quando se avalia como estimulam o voluntariado e o associativismo dos trabalhadores (frequência média e muito frequente), o índice desce para 57,9%, **Tabela 18**. Pode-se deduzir que a primeira constatação está associada ao sentimento de pertencimento dos empresários à realidade local, ao passo que, para a segunda, parece predominar o instinto capitalista do patronato, ou seja, soa bem mais alto o poder do capital sobre o elemento social, conforme referência de Mészáros (2011) à lógica autorreprodutiva do capital, que organiza tanto a produção quanto a distribuição da riqueza social, sob garantia política do Estado, no modo da produção capitalista.

Tabela 18 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – ações coletivas e cooperadas na realidade local, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Frequência de ações coletivas e cooperadas	Pouco frequente		Frequência média		Muito frequente	
	N	%	N	%	N	%
A comunidade conhece o trabalho das organizações / grupos / redes e coopera. *	79	47,0	74	44,0	15	8,9
A comunidade não se interessa pelas ações das organizações / grupos / redes. *	65	38,7	74	44,0	29	17,3
Há cooperação entre as organizações/grupos/ redes	68	41,0	75	45,2	23	13,9

locais e / ou externas em defesa do bem comum. ‡						
Organizações / grupos / redes cooperam com o governo e suas instituições. *	62	36,9	90	53,6	16	9,5
As instituições governamentais cooperam com organizações/grupos/redes. ‡	66	39,5	82	49,1	19	11,4
Organizações / grupos / redes trabalham isoladas. ‡	68	40,7	69	41,3	30	18,0
Organizações / grupos / redes estabelecem parceria com o setor patronal. ‡	52	31,1	85	50,9	30	18,0
As entidades patronais influenciam a cooperação a favor de soluções para as questões comunitárias. §	49	29,9	85	51,8	30	18,3
As entidades patronais estimulam o voluntariado e o associativismo de seus trabalhadores. §	69	42,1	63	38,4	32	19,5
TOTAL (170)			---	---		---

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=168; †: N=167; ‡: N=165; §: N=164 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Também impossível não registrar a informação de que a comunidade pouco conhece o trabalho das organizações, dos grupos e das redes locais e, como consequência, pouco coopera. Isto coloca em xeque o nível de cooperação das coletividades com as entidades representativas das organizações sociais locais, o que, por seu turno, enfraquece o sistema social e fragiliza as relações internas de colaboração e solidariedade, bem como as normas ou regras, como as de reciprocidade.

Ainda segundo Abranches e Rodrigues (2009), somente constituem redes com base na cooperação, que sinaliza a presença de capital social na realidade local, se houver conexão interna entre os moradores, conexão horizontal e relações de parceria entre as entidades parceiras.

Em nova consulta ao **Apêndice C**, “Questionário para medida do capital social”, verifica-se a relação instituições da sociedade e instituições estatais, articulando ação cooperada em busca de soluções para problemas coletivos (**Tabela 19**). Isto é, ao identificar como a comunidade costuma buscar soluções para os problemas coletivos, o Governo e representantes legais, como prefeito e vereadores, integram a posição com maior incidência, 43,9% em contraposição à alternativa menos procurada – reivindicação individual e / ou coletiva, com meros 0,6%.

Tabela 19 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – solução para problemas coletivos, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: solução para problemas coletivos	N	%
Como a comunidade costuma buscar soluções para os problemas coletivos. *		
Reivindica coletivamente e recorre a organizações / grupos / redes / lideranças locais.	39	23,8
Recorre ao Governo (vereadores, prefeito e outros).	72	43,9
Reivindica individualmente e busca ajuda de quem pode ajudar.	52	31,7
Reivindica individualmente e coletivamente.	1	0,6
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=164 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

A segunda posição fica para a alternativa – reivindica individualmente e busca ajuda de várias fontes (31,7%) – seguida do item – reivindica coletivamente e recorre a organizações / grupos / redes / lideranças locais, com 23,8%. Importa saber, contudo, se tais articulações ocorrem em consonância com as regras de solidariedade horizontal, em que um coopera com o outro sem intenções de benefícios ou recompensas. Isto porque, tais parcerias podem estar alicerçadas numa dependência vertical, sob desvantagem para o dependente, o que não integra os objetivos definidos da pesquisa, mas que merece estudo posterior.

Sobre a solidariedade, para Coleman (2000); e Putnam (1996), seu *feedback* reside na prestação, no respeito e na confiança entre as pessoas imbuídas de espírito público, mesmo quando há divergência de opiniões sobre questões importantes para a comunidade. Por conseguinte, a solidariedade está cada vez mais escassa nas sociedades modernas racionalistas, tecnologicamente aparelhadas, individualistas e desumanizadas. Contudo, é preciso prosseguir a acreditar que o espírito de civilidade e as regras de reciprocidade, estimuladas pela participação social podem desenvolver confiança social, que, por sua vez, conduz ao espírito coletivo de solidariedade, mesmo na sociedade contemporânea.

Assim sendo, para mensurar o nível de solidariedade local e verificar seu impacto no índice do capital social dos trabalhadores uruçuienses, a tese investiga o nível de participação em ações voluntárias para ajudar pessoas ou grupos, **Tabela 20**. Majoritariamente e surpreendentemente, o percentual mais elevado refere-se ao pensamento dos trabalhadores que classificam como rara (38,6%) a participação em ações solidárias para ajudar pessoas ou grupos locais, contrariando a pressuposição levantada anteriormente por um gestor e por um empresário do grupo de entrevistados de que a solidariedade é uma virtude nata do uruçuiense. Ademais, também denota baixo nível de cooperação.

Tabela 20 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – frequência de solução para problemas coletivos, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: frequência de solução para problemas coletivos	N	%
Sim, sempre.	29	17,5
Frequentemente.	28	16,9
Raramente.	64	38,6
Não, nunca.	45	27,1
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=166 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Ainda para Putnam (1996), referindo-se à realidade italiana (mas inferência facilmente generalizável), comunidades ou regiões, onde reciprocidade e solidariedade são pouco praticadas, tendem a ser menos cívicas, ou seja, pobres de virtudes, como confiança, honestidade e respeito às leis. Quando isto ocorre com muita frequência, emerge na população o sentimento de exploração e de impotência, típico de comunidades menos coesas e menos desenvolvidas, com poucos interesses coletivos. E, de fato, quando perguntados sobre sua reação diante de decisões tomadas pelas autoridades locais e que afetam sua vida, a de sua família e a da comunidade, alguns pesquisados uruçuienses (o índice mais elevado = 40,6%) confessam se sentir indignados e vivenciarem a sensação de que nada podem fazer frente às decisões políticas empreendidas, registrando-se quem aceite sem contestar, 8,5%, **Tabela 21**.

Tabela 21 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – reação da comunidade frente a decisões de autoridades locais, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: reação da comunidade frente a decisões de autoridades locais†	N	%
Leva o assunto para discussão coletiva e busca solução.	40	24,2
Contesta sozinho e tenta mudar.	16	9,7
Não reclama, pois acredita que nada vai mudar.	28	17,0
Fica indignado(a) mas nada pode fazer.	67	40,6
Aceita sem contestar.	14	8,5
TOTAL	170	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: †: N=168 Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

A baixa predisposição verificada para cooperação e solidariedade em Uruçuí sinaliza para a ocorrência frequente de lutas solitárias no seio da sociedade sob a égide de atitudes individualistas em que cada um se preocupa somente consigo (48,2% = frequência média ou frequentemente e 20,5% = frequência alta ou muito frequente), resultando, muito frequentemente, em conflitos de interesses (43,5% = frequência alta) e disputa de poder (61,6% = frequência alta), entre outros fatores possíveis de ocorrer, sempre que inexistente sentimento coletivo expressivo (**Tabela 22**).

Tabela 22 – Índice de capital social: dimensão – confiança, coletividade e solidariedade – confiança, cooperação e solidariedade, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Predisposição para confiança, cooperação e solidariedade	Frequência baixa		Frequência média		Frequência alta	
	N	%	N	%	N	%
Cada um se importa somente consigo. *	52	31,3	80	48,2	34	20,5
Respeito mútuo entre as pessoas. †	37	22,0	99	58,9	32	19,0
Disputa de poder. ‡	29	17,7	34	20,7	101	61,6
Honestidade. †	17	10,3	108	65,5	40	24,2
Pessoas se relacionam com reciprocidade e ajudam umas às outras. §	28	17,1	100	61,0	36	22,0
Respeito às normas e leis. *	56	34,8	71	44,1	34	21,1
Conflito de interesses. †	37	22,0	58	34,5	73	43,5
Trabalho voluntário. ¶	69	41,3	62	37,1	36	21,6
TOTAL (170)	---		---		---	

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=166; †: N=168; ‡: N=165; §: N=164; ¶: N=167 Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Sabe-se que o grau de confiança entre pessoas e organizações incrementa a qualidade das interações estabelecidas, gerando a reciprocidade que conduz às ações cooperadas e solidárias. Este clima, por sua vez, acentua a participação em associações, e, no plano do espaço público, fortalece a coesão social, as atitudes virtuosas, os padrões valorados e éticos (PUTNAM,1996). Portanto, aposta-se no capital social como fator alavancador de desenvolvimento, o que significa investir na capacidade cooperativa dos agentes sociais para enfrentar os processos de mudança, de construção de novas sociabilidades, sem perder de vista, porém, os dilemas da ação coletiva, o que permite enxergar limitações a esta percepção no contexto pesquisado.

Paradoxalmente, apesar do nível muito baixo de confiança, coletividade e solidariedade constatados na sociedade pesquisada, há com frequência respeito mútuo entre as pessoas (58,9% = frequência média; 19% = frequência alta); Honestidade (65,5% = frequência média; 24,2% = frequência alta); e Respeito às normas e leis (44,1% = frequência média; 21,1% = frequência alta), **Tabela 22**. Esses atributos influenciam a avaliação da dimensão supracitada para o cálculo geral do ICS dos trabalhadores do agronegócio em

Uruçuí, tendo sido a dimensão com maior média, 0,453 ($\pm 0,2$), e também a mais bem avaliada pelos empregados do comércio, com média 0,465, **Tabela 9**. Porém, apesar de ter sido a melhor dimensão avaliada, a média conferida para contribuir com a construção do capital social ainda é baixa, pois a maioria (70) alcança baixo ICS; 34 contabilizam nível médio e nenhum trabalhador chega ao nível alto. Quer dizer, estes dados denunciam baixo potencial também para o agir do capital social relacional dos trabalhadores, constituindo sério desafio para o desenvolvimento.

6.5.3 Dimensão: ação social

Prosseguindo a discussão em torno dos dois objetivos iniciais, quais sejam, aferir o índice de capital social dos trabalhadores de Uruçuí, considerando três dimensões fundamentais, no caso, a última delas – ação social – e avaliar as dimensões de CS pesquisadas e seu potencial para influenciar o desenvolvimento no município, convém reforçar, mais uma vez, que o protagonismo se traduz em diferentes expressões de força política dos agentes no agir coletivo em âmbito social. É a estratégia principal para influenciar as decisões que afetam a coletividade. Refere-se à capacidade mobilizadora para o engajamento político por meio de adesão a organizações, grupos e redes e ao comprometimento com questões públicas de natureza política, econômica, social e cultural, fortalecido por laços de confiança, espírito de coletividade e de solidariedade cultivados não somente entre os trabalhadores, como entre estes e os demais agentes sociais locais.

Nesta perspectiva, compreende-se o capital social como força motriz da ação social dos agentes, com potencial de desenvolver estratégias de desenvolvimento social, humano e, conseqüentemente, econômico, em bases sustentáveis. Isto porque, criar condições para o processo de desenvolvimento de uma sociedade não é tarefa apenas do Estado. Em qualquer instância, o engajamento da comunidade cívica, como nominado por Putnam (1996), constitui tática essencial para o desenvolvimento com equilíbrio integral. Nas novas democracias, a ação social cidadã consiste em mecanismo complementar à ação estatal em busca de soluções para os sérios problemas da precarização das condições de vida da população, da fragilidade das instituições representativas e da ineficácia das políticas públicas.

No contexto brasileiro, em que paira um regime democrático pouco representativo dos interesses genuínos das coletividades, com uma cultura política híbrida, produtora de práticas políticas arcaicas, mesmo existindo instituições ditas democráticas e modernas, reclama-se, cada vez mais, um modelo mais democrático com valorização das diversas formas de

organização e de participação dos cidadãos, incorporando as dimensões subjetivas e, então, valorizando elementos, como cultura e capital social.

Para Baquero e Baquero (2011), tal requisito coloca, na agenda da democracia brasileira, a necessidade de promover esforços que gerem o apoio dos cidadãos aos princípios democráticos e à reforma estrutural e permanente, como em democracias fortemente consolidadas. Afinal, é preciso levar em conta que o CS beneficia-se do ambiente democrático, ao tempo em que fortalece o tecido social, que consagra a democracia como valor universal. Em oposição, em ambientes mais competitivos, de maior controle institucional e pouco democráticos, forma-se um baixo estoque de capital social.

Segundo Putnam (1996), a relação capital social e democracia se efetiva por meio da comunidade cívica, categoria central de sua teoria, caracterizada pelo compromisso dos cidadãos com a comunidade em prol de bens e conquistas públicas. Expressa-se, pois, sob a forma de participação, confiança, solidariedade, tolerância e densas redes de associações, o que corresponde a afirmar que a ação social coletiva (elemento também da cultura) induz a redes de engajamento cívico, à prosperidade econômica e à estabilidade política, favorecendo mudanças sociais. No extremo oposto, a inexistência da participação popular nos mecanismos institucionais governamentais e não governamentais, e as formas variadas de repressão e de entraves estatais bloqueiam a conversão do CS em participação política, fomentando a permanência de estruturas políticas tradicionais.

Sob o prisma de Schmidt (2001), a participação política vincula-se à existência de laços sociais intensos entre os elementos de uma comunidade e à atitude participativa. Há estreita relação com o papel dos indivíduos na tessitura social, determinado, dentre outros fatores, pela cultura política, que orienta a adoção de postura mais ativista (favorável) ou menos ativa (desfavorável). Logo, participar politicamente da vida em sociedade engloba o engajamento dos agentes sociais de uma localidade em atividades relacionadas com o processo político, como votar e ser votado, integrar estruturas e instituições governamentais, não governamentais e, também, conselhos, fóruns e similares da sociedade civil. É essencial, ainda, participar de órgãos de representação, a exemplo de partidos políticos, associações, grupos de pressão e movimentos, além de exercer o poder de influência sobre a implantação e implementação de políticas públicas acerca da tomada de decisão dos representantes políticos para a melhoria da cultura relacional e da interação social no contexto local.

Todas as formas de participação política geram obrigações dos cidadãos com a comunidade e com os organismos sociais e políticos, além de criarem vínculos e estabelecerem sentimentos de confiança, solidariedade e tolerância, o que propicia um tecido

social com densas redes de relações que suscitam nos indivíduos forte empenho a favor de bens públicos, de uma governança mais democrática, incluindo-se o potencial do capital social dos agentes sociais para apoiar uma cultura política mais participativa.

Em consonância com tais premissas, as variáveis pesquisadas para a dimensão ação social investigam questões relacionadas à participação política dos trabalhadores, tanto na forma tradicional (participação no último processo eleitoral via voto) quanto de participação reivindicatória. Esta última incorpora compromisso em ações políticas, e ainda, em reivindicações mais comuns na localidade, por meio das quais se discute o engajamento e o empoderamento dos agentes sociais e a relação dialética com o capital social acumulada a partir das dinâmicas sociais.

Ainda a respeito da categoria empoderamento, já discutida em momentos anteriores, Gohn (2008) acrescenta que, na literatura contemporânea, não obstante o termo ter assumido sentido polissêmico, exige, sempre, delineamento conceitual mais aprofundado, quer se refira ao empoderamento de sujeitos individuais, quer se refira às coletividades. Na década de 90 do século XX, reflexões sobre o tema lhe atribuem sentido de reafirmação do direito da cidadania sobre diferentes esferas da vida social, embora a tradução não assuma caráter consensual e / ou universal. No Brasil, remete à aplicabilidade do termo em contexto de mudanças sociais em níveis individual, organizacional e comunitário. Adquire sentido relacional de comprometimento produtivo e de conquista dos direitos de cidadania e de autonomia para influenciar a tomada de decisão.

No âmbito do comprometimento dos cidadãos com as questões políticas de uma localidade, seu interesse atrela-se a tópicos de natureza política e importantes para o desenvolvimento local e para o provimento adequado das condições de vida. Então, é possível analisar o nível de participação dos agentes sociais locais em eleições para a escolha de dirigentes, lideranças e representantes, referendos e outras formas de consultas públicas. Entretanto, a este respeito, como Silva e Nazzari e Pontes Filho (2006) salientam, há, no Brasil, visível descrença dos cidadãos frente às instituições políticas.

Isto repercute diretamente na falta de empolgação em participarem de processo eleitoral, o que justifica expressivo número de votos nulos e em branco nos pleitos eleitorais e até mesmo o não comparecimento às urnas, contrariando a obrigatoriedade do voto. E é na trilha da constatação do estudo dos autores ora referendados que se pesquisa, aqui, a participação dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, nas últimas eleições. A surpresa fica por conta do índice obtido: apenas oito (4,8%) indivíduos se abstêm nas eleições de 2014 e 2016 (**Apêndice C, Tabela 23**), em contraposição a 158 ou 95,2%, que vão às urnas.

Tabela 23 – Índice de capital social: ação social – participação eleitoral nas últimas eleições (2014 e 2016), trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: participação eleitoral		N	%
Votou nas últimas eleições? †			
Sim.		158	95,2
Não.		8	4,8
Tipo de eleições. ‡			
Municipais.		142	90,4
Estaduais.		119	75,8
Federais.		120	76,4
TOTAL	(170)	---	---

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: †: N=168; ‡:N=157 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Significativa parcela de cidadãos compareceu às urnas nas eleições de 2014 (gestão 2014-2018) para a escolha do Presidente da República (120 ou 76,4%) e do Governador do Estado (119 ou 75,8%). Em 2016, número ainda maior de indivíduos, ou seja, 142 (90,4%) integram o grupo de eleitores que escolhe o prefeito de Uruçuí e 11 vereadores destinados a ocuparem a Câmara Municipal para a gestão 2016-2020, **Tabela 23**.

Ainda com base no estudo de Silva e Nazzari e Pontes Filho (2006), o entusiasmo para a participação eleitoral tem relação com a confiança institucional. Porém, como visto no item anterior, em termos genéricos, os agentes sociais não acreditam em partidos políticos e na Câmara de Vereadores de Uruçuí, e pouco confiam nos Governos Estadual, Municipal e, menos ainda, no Governo Federal. Trata-se de fato comprovado teoricamente por Baquero (2003), para quem o cidadão que vai às urnas exercita cooperação, solidariedade e respeito às leis. Contudo, esclarece que estudos no campo da ciência política evidenciam a baixa participação política dos cidadãos brasileiros, devido ao descrédito que ronda as instituições políticas, posicionando o Poder Legislativo nos últimos postos em termos de confiabilidade. É o que a fala de uma trabalhadora de rede de distribuição de combustível no município demonstra:

O Governo não faz mais do que cumprir com sua obrigação enquanto Governo [...] Muita coisa, então, ele não faz. O que realmente tem que ser feito não acontece, porque a gente vota neles para eles fazerem [algo] pela gente. Eles fazem só o básico. Nós precisamos de mais, todo o Estado [...] É preciso parar de pensar somente nos seus, e pensar na melhoria do povo, trabalhar pelo povo, trabalhar com entendimento para alcançar metas, vamos dizer, com satisfação das pessoas que fazem e acreditam nele. Então nós precisamos de mais saúde, educação [...] Mais empregos. E nós temos possibilidades. O Governo, a Prefeitura de Uruçuí tem a capacidade de gerar mais empregos, de estar diminuindo nossa pobreza [...] Aqui existe ainda muita gente passando fome, que não tem emprego, que de manhã não tem o

que comer, que talvez só almoce e de noite já não jante, porque tem que guardar para amanhã. Se a gente for olhar, aqui, em Uruçuí falta muito do Governo [...] (AS – EC).

Apesar de se constatar maior participação nas eleições municipais, coerente com os achados da pesquisa e com as premissas de Baquero (2003), não se pode afirmar que a participação eleitoral por parte da maioria dos agentes sociais do agronegócio em Uruçuí está vinculada à espectro de virtude cívica ou à iniciativa política latente de exercício de cidadania, tampouco à esquemas eleitoreiros convencionais de favorecimento e retribuição por meio de votos.

A mesma entrevistada prossegue seu desabafo, registrando que as promessas feitas por candidatos em época de campanha não se concretizam após eles serem eleitos. De novo, ela chama atenção para os descasos do Governo com as políticas públicas, penalizando a população, sobretudo os segmentos mais desfavorecidos, o que contribui para desencanto e menor entusiasmo dos cidadãos eleitores:

Esses que estão aí hoje prometeram muito e fizeram pouco. Acredito que o que está acontecendo é somente por ser um ano político, porque se não fosse ia continuar da mesma forma. Eu tenho 28 anos. Desde que me entendi por gente, Uruçuí tem o mesmo hospital. Eram as mesmas coisas. Era a mesma história pelo fato de já ter se agravado, de ter morrido gente, de não ter mais nada e por ser ano político e a pressão se elevar, o pessoal sai correndo, as emissoras [...] Este ano, acredito que saia por conta disso, não por uma coisa que realmente é digno do povo de Uruçuí. Lá tem que haver um hospital para todos. Nós precisamos ter saúde. Nós somos todos encaminhados para Teresina. A gente não tem ambulância, não tem soro, porque já aconteceu de Uruçuí não ter soro. O paciente teve que comprar [...] Imagina aquele paciente que não tem como comprar esse soro e depender de uma injeção. Então, é muito difícil. O Governo precisa olhar para isso. Hoje, na prática, no Brasil, tudo é a saúde e a educação, porque com a educação conseguimos formar pessoas e para isso elas têm que estar saudáveis (AS – EC).

Convém ressaltar que o efetivo comparecimento dos eleitores às urnas não representa condição efetiva de participação política, sobretudo, em realidades onde o voto não é facultativo.

No viés da participação reivindicatória efetivada por meio de ações políticas, os participantes são indagados sobre seu engajamento nos últimos 12 meses (**Tabela 24**). Observa-se parca participação dos trabalhadores em ações políticas locais (reuniões e assembleias comunitárias, encontros políticos, abaixo assinados, mutirões, fóruns, campanhas, marchas, greves e movimentos sociais específicos): mais da metade (61,7%) aparece sem qualquer participação no último ano. Tão somente 14 (8,4%) afirmam ter participado mais de

cinco vezes. O baixo protagonismo político dos agentes sociais, na verdade, já fora explicitado ao se observar o rol de atividades coletivas mais frequentes em Uruçuí, com o registro anterior de que as menos frequentes relacionam-se à participação reivindicatória.

Convém registrar que o engajamento político dos cidadãos com as questões públicas não pode ser visto como projeto pessoal ou dos indivíduos de certa localidade isoladamente. Envolver-se com a realidade econômica, social, cultural e política do lugar onde se vive é função essencial a ser assumida pela sociedade civil e política, cidadãos e governantes, numa dinâmica em que todos são idealizadores e partícipes ao mesmo tempo para liderar e conduzir os rumos da sociedade.

Tabela 24 – Índice de capital social: ação social – participação política, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: participação política nos últimos 12 meses†	N	%
Muitas vezes (mais de cinco vezes).	14	8,4
Algumas vezes (até cinco vezes).	28	16,8
Uma vez.	22	13,2
Nunca.	103	61,7
TOTAL (170)		---

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: †: N=167 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

Isto requer qualificação e fortalecimento das estruturas internas, a fim de garantir condições econômicas, sociais e políticas adequadas e inovadoras ao desenvolvimento. Para que isto se concretize, Verschoore Filho (2001) alerta ser essencial a manutenção de políticas voltadas à ampliação da cultura da ação conjunta, focadas em mudanças culturais que permitam fundar mentalidade democrática e colaborativa de forma sustentada, num projeto que requer sociedade civil coesa e engajada em seu desenvolvimento e Estado eficiente, ambos atuantes e em constante diálogo com as forças vivas da realidade. Isto garante a geração de oportunidades para participação mais ativa da sociedade na gestão pública, o que pressupõe capacidade para dirimir conflitos advindos da articulação, traduzida, sempre, em ação com-junta.

Segundo Evans (1996), uma gestão mais democrática, ao promover práticas participativas, estimula relações sociais fomentadoras dos componentes que formam o capital social, a exemplo de integração social, normas de confiança, participação, cooperação, solidariedade e outros elementos úteis ao desenvolvimento. O autor, porém, ressalta as

dificuldades do processo. Impossível alimentar a visão ingênua de que ampliar a eficiência das políticas, fortalecer a gestão democrática com transparência e menor corrupção nos atos governamentais e promover participação cívica, além de integrar diferentes segmentos com vistas à geração de capital social, consiste fenômeno fácil de manter em caráter permanente.

Indo além, o autor supra discorre sobre sua teoria no contexto do desenvolvimento regional, perspectiva esta que, apesar de planejada pelo Governo do Estado para as regiões ou os territórios de desenvolvimento no Piauí, até a coleta de dados desta pesquisa pouco tem avançado. Isto no que concerne à adoção de políticas de melhoria do processo produtivo para a região de soja no sul do Estado e de ações públicas direcionadas ao desenvolvimento social e humano para os municípios produtores de soja no cerrado piauiense, beneficiando Uruçuí, onde prevalecem projetos de iniciativas globais, com limitações para empreender seu desenvolvimento sustentável, confirmando a linha de pensamento de Evans (1996).

Sob esta perspectiva, o desenvolvimento sustentável em Uruçuí demanda qualificar a relação Estado-sociedade-mercado. Como visto no decorrer deste estudo, tal relação já existe, porém, pouco sedimentada na participação, confiança, coletividade e solidariedade. Sobre este tema específico, Verschoore Filho (2001) valoriza a prática habitual de interação social e de busca de decisões conjuntas, à semelhança de consultas populares e audiências públicas que figurem como ações estimuladoras de capital social. E, de fato, ainda que o estudo constate pouca contribuição de ações desta natureza na realidade investigada, um dos gestores entrevistados reporta-se à prática de ações participativas e de integração por parte da Prefeitura de Uruçuí, mais precisamente, da Secretaria Municipal de Planejamento e diz:

[...] o planejamento é um trabalho onde levamos para a população audiências públicas participativas. O que a população está achando que deve melhorar naquele bairro? Vamos ouvir a população, tanto na zona urbana quanto na zona rural, transformar aquela audiência em projetos [...] Por exemplo, eu estive na comunidade Porto Velho. Lá o pessoal pediu um laboratório, a implantação de consultório odontológico, quadra, escola ampliada [...] Essas propostas, a gente coloca em pauta. Trazemos [...] ao prefeito e é injetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com as reivindicações da população (AS – G).

Quando questionado se o tipo de ação ora citado é suficiente para selar articulação mais consolidada com a sociedade a favor do desenvolvimento, o próprio gestor reconhece limites governamentais para ação integrada e articulação não somente com a sociedade, mas, também, com as demais forças existentes.

Olha, suficientes, acho que não. O brasileiro sempre quer mais. Ele sempre quer que melhore. É preciso uma parceria com os demais órgãos para tentar atender. Eu acredito que o município tem uma extensão muito grande. Nós temos comunidades em até 260km e só o Governo Municipal não vai dar conta de atender, no caso, uma população flutuante. A base que nós temos é de 21 mil habitantes, mas a quantidade de pessoas que visitam Uruçuí, que investem em Uruçuí, chega a quase 29 mil. Eu acredito que não é suficiente trabalhar sozinho, mas organizando, buscando se aproximar das pessoas para ver a questão no coletivo [...] É importante [...] Nós precisamos efetivar as propostas de trabalhar em parceria para melhorar a qualidade de vida das pessoas (AS – G).

A articulação sociedade-Governo-mercado em Uruçuí também é investigada por meio da entrevista semiestruturada (**Apêndice D**) com agentes dos quatro segmentos. Apesar dos resultados não terem composto o cálculo ICS, apontam, de forma positiva, para a análise da questão. Como tal, o contexto demarca um potencial latente de governança mais democrática que pode ser reforçada e transformada em possibilidade a favor da ação social dos agentes sociais, promovendo mais e melhor ação em parceria, além de estimular a confiança social que beneficia o compartilhamento de normas e de sanções aos infratores.

Ainda é viável e recomendável exercitar a fiscalização em torno dos gestores políticos, mediante reivindicação de transparência, dispositivos que fortalecem os valores democráticos, estimulam o envolvimento mais atuante dos agentes e consolidam a conquista de benefícios coletivos para o alcance de bem-estar, de qualidade de vida e de respeito ao meio ambiente. São itens que carecem de mecanismos de empoderamento dos atores sociais para torná-los mais engajados socialmente e politicamente.

Para Rute V. A. Baquero (2012), o empoderamento emerge de um processo de ação social, em que os indivíduos apropriam-se de suas próprias vidas graças à interação com outros, desenvolvem consciência crítica em relação à realidade, constroem capacidade pessoal e social, e possibilitam a transformação de relações sociais e de poder. A este respeito, Horochovski e Meirelles (2007) acrescentam que, na interação com a teoria do capital social, o empoderamento constitui perspectiva emancipatória através da qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitem ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação.

Na perspectiva adotada para esta tese, o empoderamento dos trabalhadores do agronegócio de Uruçuí pode se efetivar graças ao capital social acumulado sob a forma de participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade, que resultam na dimensão em discussão, qual seja, a própria ação social. Esta pode intervir em decisões políticas governamentais e da esfera privada quanto aos recursos e às estratégias de

desenvolvimento sustentável. Por meio do empoderamento, os cidadãos imputam função basilar ao projeto de mudanças da realidade; reivindicam soluções de relevância coletiva; solidificam a participação política; e se capacitam para a ação social consciente e autônoma.

Com base nos fundamentos elencados e para analisar o nível de ação social dos trabalhadores uruçuienses, considerando-se o contexto socioeconômico e político em que vivem, sob a lógica dominante do agronegócio e efeitos diversos de sua dinâmica, investigam-se suas reivindicações mais frequentes e, também, das organizações locais relacionadas à melhoria das condições de vida para a população. Os resultados demonstram que as questões mais reivindicadas são: trabalho no agronegócio, referida por 95 (56,2%) trabalhadores; seguido de linha de crédito para o pequeno agricultor (72 = 43,1%) e mais emprego público (63 = 37,3%). Entre as menos reivindicadas, estão: ampliação e fortalecimento da participação das pessoas em organizações, grupos e redes sociais, com 91 ou 55,2%; ampliação da filiação da população aos partidos políticos existentes (80 ou 47,3%); capacitação profissional, com 88 (52,4%); e fiscalização e cumprimento de leis, 71 (42,5%). Entre as não reivindicadas, destacam-se: combate à corrupção, ao clientelismo e ao favoritismo (86 ou 51,2%); e criação de novos partidos políticos, 64 (38,1%) (**Tabela 25**).

Nota-se que, no bloco das ações importantes à melhoria da qualidade de vida, as que mais mobilizam o engajamento dos trabalhadores estão vinculadas ao provimento de necessidades básicas – emprego e renda. Ademais, se os agentes sociais canalizam energia à reivindicação de tais tópicos, em meio a tantos elementos do contexto local, certamente, a dinâmica econômica do agronegócio em Uruçuí parece não ter gerado prosperidade econômica suficiente para o conjunto da população. Ao reivindicarem medidas associadas a emprego e renda, os depoentes revelam que os investimentos do capital externo que financiam a modernização da agricultura poucas reações provocam na economia local. O pequeno agricultor persiste enfrentando dificuldades de acesso às políticas de crédito por falta de garantias, conforme já discutido. O certo é que a sociedade local nem atingiu autonomia econômica no passado com a agricultura tradicional tampouco, no presente, com o agronegócio. E mais grave, o município pouco investe o excedente financeiro (ICMS e outros) em políticas públicas, por conseguinte, não consegue romper a dependência econômica de transferência de renda dos Governos Federal e Estadual.

Tabela 25 – Índice de capital social: ação social – oportunidades de melhoria das condições de vida, trabalhadores do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

Variável: ações para oportunidades de melhoria das condições de vida	N		%			
	Não reivindicada		Pouco reivindicada		Muito reivindicada	
	N	%	N	%	N	%
Linha de crédito para o pequeno produtor. *	34	20,4	61	36,5	72	43,1
Mais emprego público. †	37	21,9	69	40,8	63	37,3
Trabalho no agronegócio da soja. †	20	11,8	54	32,0	95	56,2
Linha de crédito empresarial. ‡	36	21,4	76	45,2	56	33,3
Capacitação profissional. ‡	36	21,4	88	52,4	44	26,2
Fiscalização e cumprimento de leis. †	60	35,9	71	42,5	36	21,6
Ampliação e fortalecimento da participação das pessoas em organizações / grupos e redes sociais. §	59	35,8	91	55,2	15	9,1
Criação de novos partidos políticos. ‡	64	38,1	62	36,9	42	25,0
Ampliação da filiação da população aos partidos políticos existentes. †	61	36,1	80	47,3	28	16,6
Combate à corrupção/ clientelismo / favoritismo. ‡	86	51,2	60	35,7	22	13,1
TOTAL (170)		---		---		---

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Legenda: *: N=167; †: N=169; ‡: N=168; §: N=165 (Pergunta de múltipla escolha – % calculados com base no total de respostas e não de respondentes totais).

No rol das ações que menos atraem os agentes sociais estão aquelas que mais contribuem para o estoque de capital social, como participação, normas e sistemas que corroboram a eficiência da sociedade e facilitam as medidas cooperadas e coordenadas (PUTNAM, 1996), reforçando ainda mais os resultados aferidos para as duas dimensões anteriores. Destaca-se a relevância da capacitação profissional para gerar não somente capital social, mas também, capital humano, riqueza vital para gerar possibilidades e assegurar o aproveitamento de oportunidades. Todavia, as ações constantes da **Tabela 25 (Apêndice C)** e que não chamam atenção dos pesquisados, podem, sim, existir no município e assumirem alguma importância. Em suma, na análise, é perceptível o precário protagonismo político dos agentes sociais locais, pauperizado pela fragilidade de laços de confiança, cooperação, coletividade e solidariedade.

Os resultados do estudo ora relatados aproximam-se dos elementos da concepção cultural de capital social de Putnam (1996), referente à fragilidade das redes de engajamento cívico dos indivíduos, comprovado tanto pelo autor na Itália quanto em Uruçuí, Piauí. É a prova inconteste do baixo poder de intervenção dos trabalhadores para alavancarem mudanças sociais. Por conseguinte, os trabalhos conjuntos com o Estado e as demais forças existentes ganham potencial no empreendimento de distintas formas de interação social na dinâmica local. Isto significa que a ação social referente à ingerência dos agentes na sociedade consiste em ferramenta fundamental para influenciar a adoção de políticas públicas e de decisões dos representantes políticos por meio do agir coletivo de organizações, grupos e redes.

Na concepção de Baquero (2003), a ação social faz emergir o empoderamento dos sujeitos sociais, suscitando pensamento crítico, patrocinando a capacidade pessoal e social e, por fim, permitindo a mutação das relações sociais de poder. Reitera-se que a tese guarda aproximação com a categoria compromisso cívico apregoado por Putnam (1996), e, ainda, a mesma relação de indicador de capital social, ou seja, quanto mais efetivo, acomoda maior estoque de capital acumulado.

Na medida do ICS dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, a dimensão ação social obtém média 0,421 ($\pm 0,2$), a segunda maior conferida pelas três dimensões, embora o suficiente apenas para se classificar como pouco colaboradora para a geração do CS dos trabalhadores de Uruçuí. Na análise do ICS por segmento da amostra, a ação social consta como a mais bem avaliada pelos empregados do comércio, com média 0,386, com pequena vantagem 0,027 sobre a média dos trabalhadores das fazendas (**Tabela 9**).

Embora o capital social constitua-se em meio para atingir o empoderamento dos agentes sociais no município estudado, o *empowerment* somente pode se concretizar com o aprofundamento democrático resultante da ampliação da cultura política e da participação cidadã protagonizados em sintonia com os demais agentes: representantes institucionais governamentais e não governamentais; empresários – produtores e proprietários das fazendas de soja; donos de estabelecimentos comerciais ligados ao agronegócio; lideranças relacionadas com a atividade exploradora de grãos no município. Acrescenta-se, por fim, que desde antes da expansão do agronegócio, o município não possui estabilidade política. Além do mais, não vivenciou e não vivencia a ampliação da participação democrática. Sob esta ótica, organizações, grupos e redes locais pouco contribuem com a geração de capital social em Uruçuí.

Na base desse relacionamento, faz-se presente a híbrida conjunção do consenso e do conflito, que embora não se configurem como extremos de uma escala se alternam em reação aos acontecimentos e às decisões tomadas sobre a vida dos agentes sociais, como expressão de poder de mobilização social que torna mais autônoma a relação sociedade civil e Estado, com realce, nem sempre, do conflito de interesses, mas também do adensamento de algumas poucas instâncias participativas presentes na sociedade local e que tornam possível que necessidades e preocupações dos trabalhadores tornem-se visíveis e sejam levadas em consideração, influenciando não somente o debate sobre o desenvolvimento no município, mas também as deliberações por recursos, as agendas de decisões e de políticas públicas.

7 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM URUCUÍ – PIAUÍ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

O foco deste capítulo é responder aos objetivos específicos três e quatro, respectivamente, discutir questões da realidade uruçuiense relacionadas ao desenvolvimento sustentável no município, no entendimento dos agentes sociais locais e, ainda, inferir sobre desafios e potencialidades do capital social dos agentes para impulsionar tal desenvolvimento, no contexto do agronegócio. Como decorrência, a princípio, apresenta-se como se estrutura a dinâmica econômica e social em Uruçuí no contexto das mudanças provocadas pelo agronegócio e a visão de desenvolvimento dos agentes sociais participantes da pesquisa.

Na sequência, discute-se as evidências de desenvolvimento no município relatadas pelos agentes sociais. O tópico final debate as possibilidades e os limites do capital social dos agentes sociais para influenciar o desenvolvimento sustentável no município no contexto do agronegócio. A narrativa se faz sem a tônica de realçar tão somente os resultados adversos da moderna agricultura do *agrobusiness* no cerrado do Piauí e, em especial, no município em destaque. Quer dizer, após exaustiva coleta de dados, apontam-se tanto os efeitos positivos quanto os negativos de todo o processo que se dá no município, a partir de mudanças e continuidades (altos e baixos) pontuadas pelos agentes sociais. É o momento de revelar, com mais detalhes, o entendimento dos trabalhadores do agronegócio sobre as questões investigadas, estabelecendo-se diálogo entre os depoimentos dos trabalhadores, os dados aferidos e o referencial teórico contemplado, o que comporta análise crítica dos fatos.

7.1 Dinâmica da organização produtiva e social em Uruçuí – Piauí: contexto das mudanças provocadas pelo agronegócio

A conformação do agronegócio da soja em Uruçuí acontece com a reestruturação da produção no setor agrícola que se dá em todo o território do cerrado piauiense, nos anos 80 e 90, século XX, como exaustivamente discutido até então. Sua dinâmica provoca, como inevitável, alterações na base produtiva dos municípios do sudoeste do Estado e consolida a modernização da atividade agropecuária, “[...] mudando a base produtiva e alterando relações de trabalho e formas de produção, bem como a estrutura agrária, e, conseqüentemente, gerando uma produção espacial diferenciada” (LEAL; FRANÇA, 2010, p.14).

A substituição da agricultura tradicional do campo pela industrialização e a consolidação dos citados CAIs sob o ponto de vista da reprodução ampliada do capital, conforme o capítulo quatro enfatiza, ao discutir as políticas públicas de apoio e ocupação do

cerrado piauiense (**item 4.1**), constituem o fundamento máximo da dinâmica de reestruturação da produção. A tônica é lucrar mais com menos gastos / produzir mais em menor tempo.

Tal cenário de mudança é confirmado pelos pesquisados em diferentes momentos. Por exemplo, um representante das lideranças locais, ao reportar-se à desestabilização da agricultura familiar, afirma com veemência: “a gente vê que desestabilizou a agricultura familiar, porque ela já não é mais vista como forma de sustentabilidade” (AS – LL). Outro respondente, empregado do comércio, discorre sobre as transformações, a partir da instalação do agronegócio em Uruçuí:

Sobre essas mudanças, eu posso falar porque tenho 25 anos de conhecimento de causa no Piauí: a região começou com arroz e, à época, não tinha estrada, não tinha energia, não tinha (*sic*) investidores, as terras muito baratas e de uma qualidade muito boa e topografia convidativa para a mecanização agrícola. Isso começou a atrair a primeira leva de produtores que vieram com o interesse de produzir lavouras temporárias [...] Nos anos 80, o Banco do Nordeste e Banco do Brasil financiaram produtores e expandiram o crédito [...] Na década de 90, plantou-se arroz [...], mas entrou a crise [...] Passado algum tempo [...], começou-se a pensar na soja [...] Começaram a vir algumas empresas e algumas pessoas físicas de grande porte que começaram a investir pesado na lavoura de soja [...] Provou-se que a lavoura era viável, [...] Em 2000, começaram efetivamente os grandes plantios e o agronegócio [...] (AS – EC).

No contexto das mudanças, o agricultor assalariado vinculado às fazendas de soja passa a conviver com o camponês atrelado à agricultura familiar. Porém, não lado a lado, mas sob perspectiva funcional ao sistema do capital. Isto é, sobrepõe o primeiro sobre o segundo, perfazendo contradições e assimetrias próprias da nova reestruturação da produção. E, de fato, depoimento como o que segue reforça a ocorrência da sobreposição do agronegócio em relação à agricultura familiar como efeito da reestruturação produtiva no território, além de validar o adequado título de cidade do agronegócio, conferido a Uruçuí. A este respeito, Elias (2006, p. 63) diz que tal título corresponde aos municípios “[...] cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.”

A agricultura familiar está esquecida [...] O agricultor familiar, com a chegada das empresas, viu que é melhor trabalhar numa fazenda sem gastar nada do que plantar [...] Hoje, a agricultura familiar se dissolveu, salvo em alguns casos isolados no município e em comunidades organizadas, como assentamentos [...] Então, a agricultura familiar, hoje, está bastante deficiente [...] A Emater / PI [...], órgão que existe justamente para dar esse apoio, não dá. Ela não tem condições de dar esse apoio hoje à agricultura em geral no município [...] O agricultor familiar, por ser pequeno, precisa de apoio, principalmente do Governo, como, por exemplo, a questão da semente. A semente chegou semana passada, dia 20 de fevereiro, e,

simplesmente, eles vão ter que aguardar para plantar no próximo ano, porque já passou a estação chuvosa. E o milho, por exemplo, já não dá mais para plantar. Eu acho que o Estado deveria olhar mais próximo as condições locais, a região bioma cerrado [...] (AS – G).

Com apoio do Estado, o processo chega ao Piauí, com destaque para Uruçuí, no mercado de *commodity* soja e materializa a cadeia produtiva necessária à produção, comercialização e distribuição para o mercado interno e externo. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), a evolução na produção da oleaginosa no Estado, antes de 0,2 mil toneladas (1993-1994) foi estimada para um volume de dois milhões de toneladas na safra 2015-2016, correspondente a 2% da sojicultura do país, ocupando 2% das terras reservadas às lavouras do grão em território nacional.

Com tal elevação na produção de soja no Estado, Uruçuí sobe ao pódio de polos brasileiros dedicados à sojicultura, ocupando a décima posição, conforme trecho literal de reportagem da Revista Exame, intitulada “Os 10 novos polos do agronegócio”, ano 2011:

[...] no Estado do Piauí, está a cidade de Uruçuí, de desenvolvimento ainda recente – começou a despontar no agronegócio há pouco mais de um ano. Forte em soja e milho, é citada como a região de maior potencial agrícola no Piauí – possui quatro milhões de hectares cultiváveis, área semelhante à da Suíça. Uruçuí despertou o interesse da maior empresa de alimentos do mundo, a Bunge, que inaugurou há dois anos, no local, uma unidade de processamento de soja. “Instalamos a planta mais moderna do mundo no Piauí, porque acreditamos no potencial desse polo”, diz Adalgiso Telles, Diretor de Comunicação Corporativa da Bunge. “Fica numa posição estratégica, mais próxima de portos da Europa e dos Estados Unidos [da América], além de ter como vizinhos mercados consumidores muito atraentes, como Fortaleza e Recife (SALOMÃO; SEIBEL, 2011, não paginado).

Segundo dados do Departamento de Arrecadação e Tributos de Uruçuí, o agronegócio de soja no município, em 2010, abrange uma rede de 114 empreendimentos agrícolas e não agrícolas registrados. Em 2013, o total sobe para 177; em 2016, são quase 150 propriedades rurais, incluindo empresas graníferas ou fazendas em atividades de agronegócio, aliadas à Bunge Alimentos S.A. e diversos outros empreendimentos comerciais. Assim, subjacente à dinâmica econômica instalada no município, registram-se complexas modificações, que impactam de forma positiva e negativa a política, a cultura, o ambiente e as relações entre agentes sociais.

No decorrer da pesquisa de campo, que vai de 2016 até 2017, é possível identificar transformações vivenciadas pela população local e confirmadas pelos agentes sociais ouvidos. Em sua visão, elas são responsáveis por estabelecer uma nova ordem estruturante de

organização da sociedade uruçuiense. Para alguns, as mudanças advindas do agronegócio merecem declarações apologéticas, e, portanto, permeadas por um tom de exaltação, louvor e elogio. Para outros, as tais mudanças são motivo de denúncia. Exemplificando: na opinião de um agricultor familiar do Assentamento Flores, atualmente assalariado numa das fazendas de soja, vários aspectos da dinâmica social local mostram-se alterados. Imprimem alterações significativas referentes à melhoria do poder aquisitivo da população, da infraestrutura de educação, entre outros benefícios:

Mudou muita coisa aqui. Primeiro, você para ir na (*sic*) cidade ou ia de jéque ou ia de bicicleta, nem uma moto você tinha. Hoje em dia, todo pobre se não tem uma moto, mesmo assim vai de carro. Por isso eu digo que mudou muita coisa, não é?! [...] Antigamente tinha (*sic*) poucas escolas, e, às vezes, para você chegar ao colégio, caminhava de três a cinco quilômetros a pé porque não tinha transporte coletivo para levar. Não tinha carro, moto [...] Não tinha nada. Antigamente, o filho saía da escola para ajudar o pai na roça. Hoje em dia, o pai fica e o filho vai estudar [...] A vida do povo aqui era mexer com lavoura, roça de arroz, feijão, milho [...] Agora, a gente deixa a agricultura familiar porque o agronegócio é melhor. Dá para você trabalhar e ter uma renda, um capital [...] Ainda tem muita coisa a se fazer para desenvolver, mas à vista do que era antigamente, melhorou muito. Agora temos colégio, trabalho [...] Antes não tinha renda. A gente trabalhava mesmo só para se manter, não sobrava nada. Hoje não, você trabalha fichado e tem uma renda, ajuda o filho, ajuda sua família [...] O agronegócio trouxe tudo isso (AS – TF).

No entanto, as transformações registradas também são percebidas por não beneficiarem de forma equânime todos os segmentos da população do município, como uma das entrevistadas afirma, ao realçar aspectos da dinâmica econômica e política local:

[...] A qualidade de vida da população até melhorou para algumas pessoas de Uruçuí que fazem “panelinha” [...] O dinheiro gira em torno das “panelinhas” [...] Não pode ser assim. Nós temos que ser iguais. O dinheiro tem que girar em torno de toda a sociedade [...] Vamos dizer que melhorou a situação do agricultor que está plantando mais e vendendo mais. A exportação aqui está muito grande, mas para Uruçuí mesmo não [...] Uruçuí é uma cidade rica de povo pobre [...] Acredito que a gente podia estar bem melhor, mas cadê a riqueza da cidade? [...] Está na mão de poucos [...] Acho no meu ponto de vista que o Governo tem que impor leis. Nossa terra é rica, mas a riqueza está ficando com os de fora e o Governo não faz nada para mudar isso [...] Por isso digo que Uruçuí é uma cidade rica de povo pobre (AS – EC).

Araújo (2016) corrobora o pensamento da depoente. Atesta que as mudanças ocorridas no campo da economia não caminham em sintonia com o amplo espectro da vida social local. Itens básicos, como renda, moradia, saúde, educação e emprego têm ficado aquém do que se

espera do município mais rico do Estado do Piauí, considerando-se o PIB. Isto é, revendo-se indicadores econômicos padrão, como o PIB *per capita*, que corresponde à divisão do PIB pela população, constata-se avanço na economia do Estado graças à contribuição dos municípios produtores de soja, com repercussão no crescimento do PIB estadual, que sobe 6,1% de 2010 a 2011. O aumento de 44,2% no setor do agronegócio provoca visível acréscimo, a preço de mercado corrente, no ano de 2011, de aproximadamente, R\$ 24 bilhões, por conta da agricultura praticada no cerrado. Trata-se da melhor marca registrada, correspondente a 0,62% do PIB brasileiro, enquanto a população do Estado representa 1,63% da nacional como um todo, segundo informações da Fundação Cepro (2014).

Ainda segundo a mesma fonte bibliográfica, o aumento do PIB estadual revela a contribuição de municípios da área nuclear do domínio do cerrado na elevação da soma das riquezas produzidas no Piauí. Destacam-se seis, onde há maior crescimento econômico, em 2011: Uruçuí – PIB: R\$ 602 milhões; Floriano – PIB: R\$ 594 milhões; Bom Jesus – PIB: R\$ 274 milhões; Guadalupe – PIB: R\$ 207 milhões; Baixa Grande do Ribeiro – PIB: R\$ 172 milhões; e Corrente – PIB: R\$ 144 milhões.

Sob o impacto do crescimento de geração de riquezas observado no Estado, nos últimos anos, observa-se que a renda média dos uruçuienses, mensurada pelo PIB *per capita*, também vem crescendo. Salta de R\$ 31.120 mil (2013) para mais de R\$ 45 mil, ano 2014, alcançando índice quatro vezes maior do que a média estadual. Consta como o maior do Piauí, ultrapassando o da capital Teresina, que, em 2014, soma R\$ 21.130,46 mil, e também o de municípios consagrados por sua importância no âmbito do Estado, como Parnaíba, Picos e Floriano, com populações maiores e localizados mais próximos da capital. Aliás, o dinamismo econômico de Uruçuí é tema de longo testemunho de um dos empresários da soja:

[...] O município de Uruçuí, Estado do Piauí, tem a maior renda *per capita* do Estado. Uruçuí hoje tem uma população em torno de 22 mil habitantes, e é tida como a maior arrecadadora de ICMS [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação] do Estado, perdendo só para a capital e, eventualmente, em eixos específicos, como Parnaíba, que é um município de 150 mil habitantes, a segunda maior cidade do Estado. Então, veja, que por si só os números falam [...] Graças à agricultura e ao agronegócio que não é só soja, é também milho, algodão [...] Ele [o agronegócio] é muito dinâmico e quando se movimentam os valores para implantar uma cultura, uma agricultura de alta tecnologia, porque o agricultor busca a alta tecnologia, ele cria ao redor dele uma cadeia que passa a fazer parte de uma fazenda. Por exemplo, a minha fazenda depende, primeiro, de calcário. Eu não produzo calcário. Vou buscar em Antônio Almeida. Segundo, eu preciso de fertilizante. Hoje, ele é industrializado em Uruçuí, quer dizer, já se criou uma indústria de fertilizantes em Uruçuí e é

uma das maiores arrecadadoras de ICMS do Estado; sementes [...], transporte de calcário, de adubo, transporte de todos os insumos que vou usar na minha agricultura. Para isso, movimento uma cadeia de transportes [...] Então, a dinâmica movimenta tudo isso. Um número consolidado pelos institutos brasileiros é a de que, a cada dólar que você investe em seu negócio, ele gera quatro dólares para circular. Então, Uruçuí é um município que está sendo evidenciado no Estado e com números sólidos. Isto não é ficção [...] Então, eu diria o seguinte Uruçuí, e não só Uruçuí, eu diria que todo o cerrado piauiense está sendo alavancado pelo agronegócio (AS – E).

A tendência de crescimento econômico data de alguns anos, impactando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Uruçuí: de 0,631, em 2010, contra 0,294, em 1990, ano em que a sojicultura desponta no município (**Tabela 26**).

TABELA 26 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Brasil, Uruçuí e outros municípios do Estado do Piauí

País / Estado	Municípios	1991	2000	2010
Brasil	----	0,493	0,612	0,727
Piauí	----	0,362	0,484	0,646
	Uruçuí	0,294	0,432	0,631
	Teresina	0,509	0,62	0,751
	Parnaíba	0,414	0,546	0,687
	Picos	0,427	0,545	0,698
	Floriano	0,436	0,558	0,7

Adaptado de PNUD / Ipea / FJP, 2013.

Todavia, o capital financeiro não é suficiente para sustentar a elevação do padrão de vida de uma coletividade e proporcionar qualidade de sobrevivência e bem-estar. Afinal, não assegura incremento correspondente na distribuição de renda com conseqüente inclusão social da população. Tal equação pode ser discutida, visualizando-se o comportamento do Índice de Gini, instrumento que mede o nível de concentração de renda em determinada coletividade, e, a partir daí, é capaz de apontar a diferença entre o rendimento dos mais carentes *versus* o dos mais ricos: equação observada em Uruçuí apesar do incremento alcançado entre 1991 (0,57) e 2010 (0,53) (IBGE, 2010).

Apesar da pujança econômica proporcionada pelo setor industrial, estudos focados em municípios que, no passado, apontam crescimento econômico, trazem à tona especificidades do processo no território, ratificando a premência de construção de condições indutoras do desenvolvimento sustentável, embora pesquisas recentes confirmem a mesma perspectiva.

A análise dos indicadores econômicos sinaliza incontestável dinamismo econômico em Uruçuí, seguramente incrementado com base nas divisas geradas pelo agronegócio. Exemplo disso é que a renda *per capita* média no município passa de R\$ 124,67, ano 1991,

para R\$ 177,16, ano 2000, e para R\$ 364,39, em 2010, o que corresponde ao crescimento de taxa anual média de 5,81% nas últimas duas décadas. Paradoxalmente, a elevação de renda não favorece uma equivalente redução da desigualdade social e da pobreza. Logo, reitera-se que a elevação constatada dos indicadores econômicos analisados, relacionados à produção e à reprodução do capital financeiro, não consiste parâmetro suficiente para assegurar a melhoria das condições de vida da população residente, em sua totalidade, sobretudo, porque o desenvolvimento experienciado não demonstra alinhamento entre os interesses econômicos e os sociais.

Com insuficiente suporte institucional do Estado e frente às dificuldades observadas do Governo Municipal para implementar uma gestão mais eficiente e participativa, avolumam-se problemas em áreas básicas, como saúde, educação, violência, segurança, assistência, etc., sem que políticas e propostas governamentais atendam satisfatoriamente às necessidades da população. Alguns desses problemas são mencionados pelos pesquisados em seus depoimentos, quando esboçam preocupação de ordem social relacionada a fatores de vulnerabilidade humana em meio à dinâmica estruturante da sociedade local:

Tem também uma questão que, antigamente, a gente não via aqui. Diz respeito ao crescimento do uso de drogas dentro da cidade de Uruçuí [...] A gente vê também que muitas crianças já estão entrando nesse mundo bem cedo aqui em Uruçuí que, antigamente, a gente não via aqui. Tem um acesso de caminhoneiros [...] Todo esse desenvolvimento trouxe esses fatores negativos aqui para dentro de Uruçuí (AS – G).

A segurança é péssima [...] Começou a aparecer uns ladrõezinhos de celular [...] O problema da droga está sendo um problema muito sério na cidade, se não tiver cuidado [...] (AS – EC).

Eu percebo que a população nativa, em sua vida em família, não sofreu uma mudança direta. Ao contrário, dificultou, porque o custo de vida em função do agronegócio e em função dessa imagem de que todos têm dinheiro, fez com que o custo de vida evoluísse muito, dificultando ainda mais a vida do pessoal nativo de baixa renda (AS – G).

Infere-se, todavia, que tais expressões de vulnerabilidade social no município não resultam unicamente da ordem produtiva instalada. Decorrem, ainda, da dinâmica política local e até estadual e nacional. No âmbito do Governo Municipal, as iniciativas de políticas públicas, programas sociais e serviços são insuficientes para proporcionar proteção social e bem-estar à população, apesar do sucesso do agronegócio para atender aos mais diversos mercados e consumidores, o que respalda seu potencial para gerar riquezas econômicas onde quer que atue.

Se o dinamismo econômico propiciado pelo agronegócio instalado em Uruçuí, no entanto, tem sido suficiente / insuficiente para assegurar o desenvolvimento social no território, é o que se discute no tópico seguinte. Substanciando-se tal proposição, destaca-se, mais uma vez, que cada localidade possui identidade própria e forma específica de conduzir seu desenvolvimento nas várias dimensões, apesar de o processo de desenvolvimento de uma região ou uma localidade não ocorrer de forma atomizada.

7.2 Perspectivas de desenvolvimento em Uruçuí – Piauí: entendimento dos agentes sociais

Conforme explicitado no item anterior, a expansão das atividades do agronegócio e a exploração da soja em Uruçuí constituem fatores ativos não somente da economia local como também estadual. Impactam positivamente o acúmulo de riquezas econômicas e tornam o Estado e o município mais competitivos no cenário nacional. Neste contexto, diante das perspectivas de desenvolvimento em Uruçuí, o roteiro de entrevista semiestruturada, constante do **Apêndice D**, pergunta aos agentes sociais:

1. A exploração da soja no cerrado piauiense e a modernização da agricultura proporcionaram crescimento econômico no território, com aumento do PIB de alguns municípios e conseqüentemente do Estado. Você reconhece o crescimento / desenvolvimento econômico do município de Uruçuí?
2. Em sua opinião, quais são as evidências do desenvolvimento na realidade local?
3. A dinâmica econômica provocada pelo agronegócio da soja no município de Uruçuí trouxe também outras atividades comerciais, emprego e renda para o município. Em sua opinião, esses fatores são suficientes para proporcionar o desenvolvimento com melhoria das condições de vida da população?

7.2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico em Uruçuí – Piauí: algumas evidências

Teóricos do crescimento econômico geralmente o relacionam ao aumento da renda *per capita* da população de um país ou região. A partir de meados do século XX, incorporam ao debate econômico, fundamentos sociais condicionantes. Dentre eles, citam-se: quantidade de trabalho *versus* capital disponível (SOLOW, 1956); capacitação individual ou capital humano, que propicia ampliação do nível educacional e das condições de saúde dos cidadãos (BECKER, 1999, 2001; SCHULTZ, 1961); especialização do trabalho via qualificação e

treinamento do trabalhador (ARROW, 1962); e avanço tecnológico (ROMER, 1986). Além destes, Stern (2002) destaca: infraestrutura física (transportes, meios de comunicação, serviços básicos) e infraestrutura social, que envolve ambientes políticos, institucionais e comportamentais, referindo-se à governança, política e confiança.

A partir do relacionamento de tais elementos, as considerações mais contemporâneas do crescimento econômico agregam à definição clássica do termo, sentido social, político e cultural, como Pavarina (2003, p. 16) resume: “[...] existem elementos que podem caracterizar ou condicionar o processo de crescimento de uma região ou país, decorrente da interação e da inserção da vida social na economia.” Ou seja, conquanto o desenvolvimento econômico, segundo os conceitos clássicos, esteja vinculado ao incremento das capacidades produtivas da economia e ao acúmulo de capital financeiro e de riquezas, restrito, portanto, à esfera econômica e à posse de bens físicos, sendo tratado, às vezes, como sinônimo de crescimento econômico, desde os anos 80 do século XX, outros elementos vêm sendo incorporados ao debate que vincula desenvolvimento econômico à qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, quando questionados (**Apêndice D**) se reconhecem a exploração da soja e a modernização da agricultura como itens de crescimento econômico no território (**pergunta um – item 7.2**), sem vacilar, parcela significativa das unidades amostrais afirma reconhecer a olho nu o crescimento econômico proporcionado pela modernização da agricultura e a sojicultura em Uruçuí. Mencionam, então, elementos comprobatórios do processo, incluindo itens econômicos e sociais pautados em geração de emprego, melhoria de renda e de condições de moradia, por exemplo.

Reconheço o crescimento econômico que foi bastante potencializado com a questão da soja e com a chegada dos produtores rurais a Uruçuí, o que proporcionou a geração de emprego e de renda. Com isto, o município tornou-se um dos maiores arrecadadores de ICMS do Estado (AS – LL).

Eu vejo o seguinte: hoje em dia, todo mundo tem seu carro, tem sua moto, sua casa. Todo mundo tem seu emprego e seu salário no final do mês para poder pagar suas contas de água, luz, aluguel. O agronegócio veio em boa hora para a gente. Aprendemos mais coisas, mais funções. Hoje, sabemos trabalhar com máquinas. Melhorou com toda certeza (AS – TF).

Tem (*sic*) vários aspectos que evidenciam este crescimento econômico trazido pela soja, no município [...] Eu cheguei a Uruçuí há 13 anos e você via muitas casas cobertas de palha, feitas de adobe. Hoje você já vê que não existe mais dentro da cidade esse tipo de situação. Nós vimos também a questão do comércio. O comércio aumentou bastante. Temos, hoje, várias empresas e empresas bem-sucedidas e que estão vindo se instalar aqui e gerar emprego (AS – EC).

Eu acredito que se não fosse o agronegócio, Uruçuí iria crescer na frequência de cidades normais do interior do Estado, como por exemplo, nossas cidades vizinhas: Jerumenha e Bertolândia, onde o agronegócio é fraco. Sem isso, acredito que o município iria crescer num ritmo bem lento. Aqui, o salto foi muito grande (AS – G).

Também Barbosa e Monteiro (2008), ao analisarem o processo de territorialização dos espaços rural e urbano do cerrado do Piauí motivado pelo novo modo de organização da produção, com foco em Uruçuí, constataam seu crescimento econômico e destacam evidências similares às apresentadas pelos agentes sociais entrevistados:

A pesquisa mostra que para 27,31% dos entrevistados a mudança mais significativa na cidade foi o crescimento econômico, pois na medida em que muitos moradores começaram a desenvolver atividades nos projetos agrícolas, ocorreu a melhoria das condições de vida da população em geral. Enquanto para 22,69% o adensamento urbano consistiu na transformação mais expressiva, ao incentivar o surgimento de bairros distantes do centro da cidade, crescendo, dessa forma, o raio horizontal [...] Todavia, esta conformação aumentou os problemas de infraestrutura, como distribuição de água, energia elétrica, calçamento, etc., e somente 11,29% não perceberam nenhuma vantagem no município, relacionada à produção de grãos (BARBOSA; MONTEIRO, 2008, p.5).

Ao visualizar o crescimento e o desenvolvimento econômico como – acúmulo material de riquezas, nível crescente de consumo, maior capacidade produtiva da economia voltada à produção de capital, bens e serviços e progresso tecnológico – guarda-se estreita relação com as concepções economicistas. Como decorrência, confirma-se a compreensão dos pesquisados quanto ao processo deslanchado na realidade local sob os princípios da moderna agricultura granífera. E é óbvio que as perguntas direcionadas aos agentes sociais (**Apêndice D**) entrelaçam-se, de tal forma que as respostas referentes à **pergunta um** induzem seu posicionamento ante a **pergunta dois (item 7.2)**.

Ao admitirem que a nova ordem econômica e de organização da sociedade provocara crescimento e desenvolvimento econômico em Uruçuí, quase a totalidade dos sujeitos entrevistados faz referência a evidências do crescimento / desenvolvimento econômico no município. Em sua percepção alguns fatores ou setores da sociedade mostram melhoria. Outros, não. Entre os que conseguem avanço, citam: dinâmica urbana; crescimento do comércio; maior oportunidade de emprego e de renda; benefícios e melhorias em geral; condições de trabalho; infraestrutura física e social; valorização da cultura local; e preocupação com o meio ambiente. Enquanto isto, os setores sem prosperidade são relacionados, majoritariamente, à articulação política e à política fundiária.

É surpreendente e, por sua vez, uma constatação clara de quão complexo é estudar o capital social e desenvolvimento no agronegócio em meio ao cerrado do Piauí, uma vez que nem se pode sublimar nem repudiar o agronegócio. Por conseguinte, as evidências constantes das falas coletadas, relacionam elementos associados à perspectiva de desenvolvimento mais ampla do que a econômica, contemplando variáveis do desenvolvimento sustentável em diversas dimensões.

Na sequência, os temas enfatizados são abordados na **pergunta três (item 7.2)** que indaga os agentes sociais se, em consonância com as mudanças desencadeadas na realidade local, os fatores intervenientes são suficientes para proporcionar o desenvolvimento com melhoria das condições de vida da população e seu bem-estar, **Apêndice D**.

As respostas concedidas são bem distintas. No caso, advertem sobre aspectos relativos à dimensão político-institucional.

Olha com relação se é suficiente, eu acredito que não. Numa sociedade, para que acabe a desigualdade social, é preciso aplicar políticas públicas para melhorar a qualidade de vida do cidadão. A gente tem que ficar consciente disso (AS – G).

Acho que não. Os candidatos que entraram e ganharam não fizeram nada. Só em benefício deles. Era para a cidade estar mais desenvolvida. Teve crescimento, mas ainda tem muita gente que precisa (AS – TF).

De forma alguma. Na verdade, para que a gente tenha um desenvolvimento social coletivo, é preciso vários outros fatores, principalmente, a infraestrutura da cidade que precisa ser melhorada bastante [...] [Ela] não acompanhou o desenvolvimento estrutural da cidade com o *boom* que teve aí com a alavancada da soja (AS – G).

Não, com certeza não [...] Cresce o setor ligado à agricultura, e o restante? A população nativa que não foi capacitada, que não evoluiu nesse processo, ela recebe de alguma forma essa evolução, porque tem as melhorias do município. Mas, por exemplo, nós temos um seríssimo problema fundiário, onde nem os próprios empresários conseguem regularizar a situação das terras (AS – G).

Outros se reportam a aspectos da dimensão social e institucional associados à desigualdade social e à falta de articulação política:

Eu não sei nem te dizer ao certo com palavras, mas a qualidade de vida aqui é para poucos. As chances para os pequenos aqui não são as mesmas (AS – EC).

Para o desenvolvimento integral, talvez não seja suficiente. Mas o que a gente vê é que não existe preocupação em relacionar esse evidente crescimento com o que se tem para promover esse desenvolvimento, porque

a gente sabe que para que [ele aconteça], a sociedade tem que se envolver com a política da cidade para que as coisas sejam direcionadas para onde realmente precisam ir. As pessoas daqui são politicamente desinformadas. Elas só se envolvem com o trabalho e o dinheiro, mas ficam politicamente soltas. Acho que através dos grupos, pode ser que a cidade venha a alavancar outro tipo de crescimento (AS – I).

Eu acredito que não. Acho que as pessoas devem se envolver com outros ramos, participar de associações e reivindicar seus direitos [...] Ainda não vão atrás. Contentam-se com pouca coisa (AS – EC).

[...] o povo, aqui, ainda precisa de muitas coisas. Tem muita gente que depende dos políticos, mas se acomodam e não reivindicam deles as melhorias [...] As que trabalham no agronegócio, estão bem [...], mas grande parte da população não está [...] (AS – I).

Quer dizer, os pesquisados identificam necessidades não sanadas pelo desenvolvimento econômico no município. Isto parece decisivo para que afirmem que o dinamismo econômico em curso mostra-se insuficiente para o avanço social, apesar das melhorias constatadas. Ainda falta investir bastante em condições de vida para o conjunto da população. Logo, é viável prognosticamente relacionar os efeitos do agronegócio uruçuiense à perspectiva de crescimento e de desenvolvimento econômico, pouco avançando, contudo, na perspectiva mais abrangente do que a econômica. Por fim, face às rupturas e continuidades verificadas, sistematicamente, esse processo não significa a superação do velho pelo novo, ou melhor, do atraso pelo avanço.

Apreende-se, pois, que o desenvolvimento de determinado território deve conjugar fatores relacionados à economia, à cultura, à política e à vida em sociedade, como insistentemente discutido ao longo do texto em pauta, desde seu capítulo introdutório. É a ruptura com percepções limitadas e de foco restrito aos determinantes econômicos e aos seus efeitos em direção à organização produtiva e social das municipalidades. O desenvolvimento deve reunir, pois, elementos tanto da dinâmica econômica quanto das interações humanas e institucionais, acrescidas de outras modalidades de sociabilidade contempladas pelo capital econômico, humano e social.

7.2.2 Agronegócio e desenvolvimento em Uruçuí – Piauí: nuances das múltiplas dimensões de sustentabilidade

Como dito anteriormente, os fatores citados pelos agentes sociais como evidências do desenvolvimento no município são de natureza não apenas econômica. Nessa lógica, e classificados como categorias de análise, são associadas às dimensões de desenvolvimento

sustentável: econômica, social, cultural e político-institucional (**Quadro 1**). Trata-se de medida meramente didática, que pode facilitar a identificação de possibilidades e limites, haja vista a capilaridade inerente às dimensões, que terminam por permear umas às outras.

Quadro 1 – Fatores de desenvolvimento no município segundo os agentes sociais do agronegócio, Uruçuí – Piauí, 2017

DIMENSÃO IMPACTADA PELO AGRONEGÓCIO	INDICADOR EVIDENCIADO (pelos agentes sociais)
Econômica	Crescimento do comércio.
	Oportunidade de emprego e de renda; condições de trabalho.
	Infraestrutura física: estrada, energia, pavimentação, etc.
	Infraestrutura social: serviços básicos de educação, saúde, saneamento; equipamentos sociais de apoio (creches, praças, mercados, etc.); meios de comunicação.
Ambiental	Degradação ambiental e uso de agrotóxicos - Questão ambiental.
Social	Benefícios e melhorias.
	Dinâmica urbana.
Cultural	Valorização da cultura local.
Político-institucional	Concentração, titularidade e valor da terra - Questão fundiária.
	Articulação política: Governo-sociedade; sociedade-Governo-mercado; Governo local-setor empresarial; Governo local-Governo Estadual-Governo Federal.

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Para a devida análise, recorre-se ao referencial teórico pertinente, lembrando que autores já citados, como Sachs (1993); Sen (1999); e Veiga (2001) consideram o desenvolvimento como fenômeno de satisfação das necessidades em nível individual e coletivo, aliado à melhoria das condições de vida e ao meio ambiente saudável. Vê-se que os teóricos adeptos de tal corrente, relacionam o desenvolvimento além do aspecto econômico, incorporando as dinâmicas sociais, políticas, culturais e institucionais das sociedades, as quais, decerto, influenciam, igualmente, a qualidade de vida das populações.

Na direção conceitual contrária ao crescimento e ao desenvolvimento unicamente econômico, apesar de guardar relação com os elementos dessa natureza, porém, não de forma exclusiva, o desenvolvimento social significa mais do que progresso, avanço tecnológico e produção acentuada. Incorpora outras dimensões ou sentidos, além dos citados, todos eles

relacionados à qualidade de vida, como relações sociais de qualidade entre pessoas, instituições e com o meio ambiente (VEIGA, 2005), e, também, atrelados à ampliação dos direitos básicos e das liberdades substantivas (SEN, 1999) e à ética da solidariedade (SACHS, 1993, 1997). É nesse sentido mais integral, que se formula o conceito de desenvolvimento sustentável. Este reúne várias dimensões e inter-relaciona intrinsecamente a qualidade do ambiente à qualidade de vida, como Sachs (2004) acrescenta.

Para esse autor, o desenvolvimento requer o equilíbrio integrado de pressupostos básicos que lhe conferem sustentabilidade nas dimensões econômica, social, cultural, espacial ou geográfica, ecológica e tecnológica de forma interdependente, assegurando relação mútua. Aqui, reitera-se que ao longo deste estudo, no exercício de manter aproximação com as construções teóricas que o fundamentam, consideram-se as dimensões econômica, ambiental, social, cultural e político-institucional.

Dimensão econômica e ambiental

A dimensão econômica e a dimensão ambiental guardam intensa vinculação na medida em que grande parte da degradação ambiental observada ao redor do mundo resulta da má utilização dos recursos naturais em processos produtivos gerados pela economia, como Sachs (1993) disserta. Porém, os padrões de crescimento econômico concentradores e excludentes com tendência à concentração de riqueza e de renda degradam, ainda mais, segundo complementação de Seiffert (2014). Em geral, sociedades que perfazem tal caminho fazem alocação e gestão menos eficientes de recursos, sem manutenção de fluxo regular de investimentos públicos e privados, e, por conseguinte, negligenciam políticas e responsabilidade ambiental.

Na mesma linha de pensamento, Guimarães (2010), em seu estudo, considera o agronegócio o elemento mor, isto é, o alicerce do crescimento econômico da região do cerrado goiano. Ao mesmo tempo, porém, ressalta o desempenho distinto em termos de desenvolvimento, considerando o ônus ambiental a que o *agribusiness* submete os territórios e a má apropriação e distribuição injusta dos lucros gerados pela moderna produção.

Analogamente, no cerrado do Piauí, o município de Uruçuí constitui parque de expansão do agronegócio da soja, cujas mudanças inseridas pelo processo produtivo do *agrobusiness* assumem caráter, sobretudo, econômico. Por conseguinte, o processo provoca sérios impactos ambientais, com ênfase para a prática de desmatamento em vastas extensões de terra com graves repercussões sobre as reservas hídricas, a fauna e a flora. Diante do

cenário exposto, a discussão em torno das perspectivas de desenvolvimento no município nas duas dimensões – econômica e ambiental – se dá a partir dos elementos evidenciados pelos agentes sociais pesquisados. Dentre eles, citam-se: crescimento do comércio; oportunidade de emprego e de renda no agronegócio; infraestrutura física e social; e degradação ambiental e uso de agrotóxico.

a) Crescimento do comércio

O impacto mais enfático da agricultura moderna em relação ao comércio uruçuiense é representado pela expansão do número de empreendimentos instalados no município e do volume de negócios concretizados em âmbito regional, estadual, local e até internacional. Segundo a linguagem de mercado, abre-se espaço a esse movimento de crescimento do comércio com a integração acentuada entre produção e comercialização, a qual oportuniza a instalação de empresas, indústrias, instituições, prestadoras de serviços e agências de crédito, gerando uma dinâmica de criação de empregos diretos e indiretos e de circulação de capital.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Fazenda / Departamento de Arrecadação e Tributos de Uruçuí (2015), no município, o *boom* do comércio associado à produção de grãos ocorrem entre 2000-2010, com o incremento da oferta de produtos e de serviços, que cresce num percentual incrível – 375% – em comparação à década anterior. O aumento se faz acompanhar do incremento na criação de empresas, de modo geral, mormente, do ramo agrícola. Araújo (2016) enfatiza o início da atividade industrial ligada à agricultura, em 1998, e na década seguinte, ainda no século XX, quando se dá a instalação de empreendimentos comerciais da cadeia produtiva do agronegócio. Entre eles, estão Caixa Econômica Federal; Bunge Alimentos S.A.; Risa Fertilizantes S.A. (fabricação de adubos e fertilizantes); e Risa Agricultura S.A., voltada ao cultivo de soja, milho e arroz, além do comércio atacadista de soja, emissão de *warrant* e armazenagem em geral. Seguindo o recorte temporal de crescimento do comércio no município, vê-se que,

[...] as atividades econômicas registradas no município obtiveram um salto quantitativo de 55,26%, totalizando 177 empresas. Em relação ao período de 2011 a 2013 e ao total dos estabelecimentos, as atividades industriais ligadas ao setor agrícola totalizaram 1,12%; as atividades comerciais agrícolas totalizaram 4,51%; e as atividades ligadas ao setor de serviços agrícolas constituíram 9,03%. Essas últimas ganham destaque pela necessidade de escoamento da produção, reparação e manutenção de máquinas agrícolas e veículos automotores e locação de máquinas agrícolas. Em se tratando das atividades comerciais agrícolas, destacam-se a comercialização de peças e acessórios para máquinas agrícolas, comercialização de agrotóxicos,

adubos, fertilizantes e corretivos do solo, comércio de produtos veterinários e comércio atacadista de soja. Importa registrar a instalação do Banco Bradesco S.A., no ano de 2011 (ARAÚJO, 2016, p. 161).

As atividades comerciais seguem crescendo e se diversificando. Uruçuí passa de polo consumidor para fornecedor de mercadorias e serviços, não só para a demanda de consumo interno, mas também em esfera regional, conforme relato de um dos agentes sociais entrevistados, empresário do agronegócio:

Por exemplo, [como eu disse antes], eu movimento uma cadeia de transportes. Na sequência, o transportador tem um caminhão, que tem um pneu, que fura um pneu, que quebra uma mola [...] Então o movimento em cadeia é isso (AS – E).

E mais, o comércio local expande-se conforme avança a urbanização carreada pela difusão do agronegócio na região e no município, suprindo a demanda da produção agrícola voltada para exportação, com vários ramos de atividade comercial articulada ao agronegócio. Também prossegue em ritmo de crescimento em função das exigências do mercado consumidor nacional e internacional, cada vez mais rigorosos quanto à qualidade, às características dos produtos e ao processo de produção. No âmbito do agronegócio em Uruçuí, conforme Guimarães (2010, p. 89), “[...] tais exigências dizem respeito às relações sociais, aos impactos no ambiente natural e à salubridade dos produtos.”

De fato, os respondentes ratificam a expansão da cadeia comercial associada ao agronegócio no município, favorecendo a dinâmica econômica na região:

Hoje nós temos venda de tratores, assim como venda de agrotóxicos, que são dois ramos do agronegócio envolvendo bastante dinheiro. Outra questão é que, através da vinda da soja, foram surgindo vários outros negócios paralelos, como no caso da pessoa que comercializa soja: ela precisa de outra pessoa para transportar o produto. Nesse caso específico, tem-se o caminhoneiro, que, por sua vez, trouxe vários outros negócios, como mecânica, além de casas de peças e, indiretamente, várias fontes trabalhistas [...] (AS – G).

Acresce-se que os dados ora relatados resultam de atualização por meio de entrevista com o empresário do município e Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Piauí (APROSOJA – PI), com base em registros da Associação. Isto porque a obtenção de dados seguros e atuais, quando da pesquisa de campo, enfrenta certa dificuldade tanto pela abrangência do próprio objeto de estudo quanto pelo fato de que o registro de empresas comerciais e de serviços junto à Secretaria Municipal de Fazenda de Uruçuí /

Departamento de Arrecadação e Tributos e, ainda, à unidade local da CDL, é feito tão somente pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), na maioria das vezes, em nome de pessoas físicas e sem especificar a natureza do comércio.

Em 2016, a rede comercial soma cerca de 130 propriedades rurais, entre empreendimentos graníferos e fazendas em atividades de agronegócio. Excluem-se os empreendimentos destinados ao cultivo da agricultura familiar, as chamadas comunidades rurais, ou, popularmente, roças. Registra-se a presença da mencionada Bunge Alimentos S.A., ao lado de mais de uma centena de outras empresas comerciais nacionais e internacionais, além de prestadoras de serviços diversos; redes bancárias e de crédito; consultorias; imobiliárias e unidades comerciais diretamente relacionadas ao *agrobusiness*; comércios dos setores de máquinas e de combustível, além de peças e tornearias; pneus e recapagem; sementes, fertilizantes e insumos em geral; laboratórios de pesquisa; transportadoras; oficinas e outros empreendimentos.

Mesmo assim, as atividades econômicas do *agrobusiness* no município ainda não suprem as expectativas do Estado. Este mantém pacto com algumas empresas não só em termos de produção como também de industrialização (beneficiamento) e de comercialização, visando acelerar a oferta de empregos. A este respeito, um dos sete representantes governamentais (AS – G), componentes da amostra da pesquisa, no caso, o titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, menciona o descumprimento da referido parceria por parte de uma empresa instalada em Uruçuí, ao tempo em que expressa novas expectativas quanto a empreendimentos vindouros:

Está chegando a hora das indústrias chegarem a Uruçuí. Aí isso vai alavancar mais ainda a cidade. Por exemplo, a Bunge veio para cá com incentivo fiscal e, hoje, ela era para já ser indústria. Só que hoje ela não é indústria. Hoje, ela teria que fazer a manteiga, o óleo [...], tudo aqui. Mas está vindo outra empresa grande. Já tem (*sic*) áreas que vão ser desapropriadas, que vão ser feitas granjas, parque industrial [...] e nós iremos aproveitar muito mais a mão de obra local e qualificar esse pessoal para trabalhar nesta cidade, porque, por enquanto, está só explorando o recurso da soja e mandando para fora. Nós só somos os produtores. O benefício não está ficando aqui em Uruçuí. Aqui nós temos grandes áreas e poucos produtores (AS – G).

A ausência do acompanhamento do Estado no que se refere ao descumprimento por parte de uma empresa do acordado também está em outro depoimento:

A Bunge veio para o Estado do Piauí [...] Foi o “guerreiro” Mão Santa que deu não sei quantos anos de isenção de ICMS para a empresa, mas com a

seguinte condição: a Bunge iria primeiro instalar o pátio de armazenamento e depois de oito a 10 anos seria obrigada a instalar o parque industrial, o que não aconteceu. E se não aconteceu, foi porque o Governo do Estado não acompanhou e não cobrou essa demanda que a Bunge ainda hoje deve à nossa cidade a instalação do parque industrial (AS – LL).

Sem o controle do Estado sobre os acordos firmados, o ônus do não implemento de normas e regras tem sido debitado na conta da sociedade que ainda espera por inclusão mais substancial em ações do agronegócio. Quer dizer, é vital maior protagonismo no sentido de fazer acontecer as mudanças pactuadas e almejadas.

b) Oportunidade de emprego e de renda

Como resultado da urbanização crescente de Uruçuí motivada pela dinâmica do agronegócio que provoca um recuo da agricultura familiar, conforme explicitado durante todo o estudo, as oportunidades de emprego no agronegócio, com conseqüente melhoria de renda dos trabalhadores, passam a ser interpretadas pelos locais como sonho de consumo, ou seja, como espécie de “passaporte” para a almejada ascensão financeira no próspero território da soja. Por exemplo, um trabalhador confirma como principal repercussão da dinâmica econômica do comércio do agronegócio o incremento da oferta de emprego e de renda.

A olho nu, a gente pode observar o seguinte: na época em que o agronegócio começou, por volta da década de 90, apesar de ser alavancado nos anos 2000 [...], a maioria das pessoas que vivia no município, ou trabalhava na Prefeitura ou não tinha emprego ou, então, possuía um pequeno comércio. A maioria das pessoas não tinha carteira assinada. A saúde pública era ruim. Não havia carros e motos na cidade e, sim, muitas bicicletas [...] Realmente a renda das pessoas era mais baixa. À medida que as primeiras fazendas foram chegando e que estas começaram o desbravamento e a produzirem, criou-se todo um mercado, um círculo do agronegócio no município e na região, onde [...] surgiram lojas de peças para máquinas, empregos, bancos, cartório [...] Antigamente, se tinha uma mercearia, uma loja de roupas. Hoje em dia, você vê vários comércios, restaurantes diferentes, lojas de químicos, lojas de máquinas importadas. O comércio evoluiu muito no município, e com ele veio mais emprego (AS – G).

Contudo, os vários estudos produzidos pondo em discussão o tema da geração de emprego pelo agronegócio em Uruçuí tendem a destacar a baixa contratação, a má remuneração e a não valorização da mão de obra local, além de condições precárias de trabalho regidas por grandes empresas instaladas no município (ALVES, 2006; LEAL; FRANÇA, 2010; RODRIGUES, 2015; SILVA, 2016). A despeito do debatido até então sobre a temática, a premissa de que o agronegócio incrementa a oferta de emprego em Uruçuí é

confirmada por parte expressiva dos respondentes. Percebe-se que, apesar de a pesquisa manter como público trabalhadores vinculados ao agronegócio, 112 (65,9%) dos 170 depoentes mencionam a “[...] dificuldade de inclusão da mão de obra local no agronegócio da soja.”

Sob o jargão “o agronegócio é tudo”, ou sob o discurso político afinado com abordagens desenvolvimentistas para o cerrado piauiense e para o município, veiculam-se na mídia global e estadual notícias de que a expansão da moderna agricultura granífera representa a solução para o problema do desemprego, sem questionar o número irrisório de postos de trabalho gerados se comparado à rentabilidade dos empreendimentos. Como visto em outros itens da tese, em Uruçuí, o emprego no agronegócio não inclui parcela da população como cidadãos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, os quais, segundo o IBGE (2010), giram em torno de 30%.

Em estudo anterior, Romina J. S. P. Oliveira sanciona, mais uma vez, o número insignificante de empregos gerados pelas 16 maiores fazendas de soja ou propriedades rurais instaladas em Uruçuí, lembrando que a autora identifica as propriedades rurais com base na metodologia de propriedade rural do próprio IBGE (2016), que classifica os estabelecimentos agropecuários de 10 a 100 hectares como pequenos; de 100 a 1.000, como médios; e como grandes os com mais de 1.000 hectares. Em 2015, em média, as 16 fazendas empregam 32 trabalhadores, “embora esse número aumentasse em períodos de plantio e colheita, devido à necessidade de contratar trabalhadores temporários”, afirma Oliveira (2015, p. 85).

A tese ora relatada atualiza os dados referentes ao total de empregos gerados por 10 das 16 grandes fazendas, tomando como referências os contatos realizados com as unidades amostrais, sobretudo, entrevistas com os proprietários e / ou administradores (**Apêndice D**). Constata-se uma média de 39 empregos, em 2016, o que também caracteriza baixa oferta, apesar do parco incremento anual. Esclarece-se, ainda, que os dados aludem aos contratos formais com registro em carteira de trabalho, uma vez que persiste como flutuante a cifra de empregos temporários que ocorrem de acordo com a produção, ou seja, a cada safra.

Utilizando-se outra fonte de dados, por meio de entrevista com o produtor e Presidente da APROSOJA – PI, este garante que o agronegócio é responsável por gerar em torno de 950 empregos diretos no município e centenas de outros indiretos, ampliando as oportunidade para os dois grupos de empregados – empregados do comércio (AS – EC) e trabalhadores das fazendas de soja (AS – TF), segundo estimativa para a safra 2016 / 2017.

[...] Apesar de ser mais complicado calcular-se o número de empregos indiretos (Bunge, mineradoras, borracheiros, transportadoras, oficinas, etc.), a conta que se faz para o cálculo de empregos diretos é: Uruçuí tem uma área total plantada de 845 mil hectares, assim distribuídos: 135.000 hectares (soja); 45.000 hectares (milho); 3.000 hectares (arroz); 3.000 hectares (algodão) e 800 hectares (feijão): para cada 200 hectares plantados, equivale um emprego direto [...] Esse número é sazonal, aumenta em épocas de plantio e colheita. Diminui na entressafra (AS – E).

Na mesma trilha de discussão, segundo reportagem intitulada “Piauí espera boa colheita em 2017: mesmo com a insatisfação no clima, produtores fazem apostas altas para a produção”, em revista editada no Piauí, Arlinda Monteiro assegura, desde o próprio título da matéria, que os produtores agrícolas piauienses estimam boa produção para a safra 2017 em comparação à de 2016 e dos anos anteriores, quando a produção agrícola é castigada com a estiagem que assola o território desde 2010, **Quadro 2**. Nesse intervalo, registra-se perda de 56,5% entre 2015 e 2016, com redução de 8,6% da área plantada, que passa de 1.329.619 hectares para 1.214.875, conforme comprovam dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo IBGE (2017).

Quadro 2 – Estimativa de produção agrícola, Estado do Piauí, 2017

Produto	Colheita 2016 Tonelada	Colheita 2017 Tonelada	Variação % 2017/2016
Algodão	7.147	12.718	77,9
Arroz	43.488	105.917	143,6
Feijão	20.188	104.086	415,6
Milho	559.502	1.393.303	149,0
Soja	644.263	2.106.032	226,9

Fonte: Monteiro, 2017.

Apesar do excelente prognóstico da produção granífera para 2017, favorecido pelo bem-sucedido longo período chuvoso, acentuar a inclusão da população na participação nos lucros contabilizados nas três últimas décadas de instalação do agronegócio em território uruçuiense ainda soa como grande desafio, embora se trate de um futuro desejado.

Contrariamente à reflexão aludida, os empregados ou beneficiários, de alguma forma, pelo agronegócio, consideram o incremento de oportunidades de emprego gerado pelo *agrobusiness* no município como repercussão positiva. Afinal, o negócio patrocina melhor renda para o agricultor assalariado uruçuiense, sobretudo, no cenário atual de crise econômica

nacional e estadual, conforme relato de representantes dos quatro segmentos de agentes sociais que integram o *corpus* e a amostra da pesquisa:

Essas empresas do agronegócio engajadas deram uma melhorada aqui, para valer. Hoje em dia, o padrão de vida está bem melhor, as pessoas também têm outras rendas e não dependem somente do Governo. Antes, a população dependia muito da ajuda financeira do setor público (AS – G).

[...] A cadeia do agronegócio tem várias pontas, tanto direta (*sic*) quanto indiretamente. O que tem surgido é um mercado formal e um mercado informal. Então, aqui está tendo espaço para o borracheiro, para o caminhoneiro, para o lavador de carro, para o mecânico, para as empresas, para o comércio que vende peças [...] Tudo aqui começou a melhorar à medida que se produz mais no campo porque aí cabem mais dois, três, quatro empregos na cidade, e por aí vai. Essa produção de grãos, aqui, principalmente, a produção de soja, tem configurado como fonte de oportunidade, e a maior prova é que pouca gente sai daqui à procura de emprego (AS – TF).

Melhorar? Melhorou muito [...] Se lembrarmos do que é a cidade hoje, e o que era no passado [...] Hoje, só existe desemprego em Uruçuí se não chover ou se a crise for “braba” [...] Antes, o povo não era qualificado. As máquinas chegavam e não tinha gente com qualificação. As próprias fazendas ensinam [...] (AS – G).

Se não tivesse (*sic*) essas empresas, acho que não teria emprego [...] Hoje, numa família tem (*sic*) duas, três pessoas trabalhando numa fazenda [...] E aqui só tem isso para dar emprego [...] e a sociedade tem que aproveitar [...] (AS – LL).

Difícil identificar os não beneficiários do agronegócio em Uruçuí ou aqueles que não tenham sido impactados por seus efeitos, quer positivos ou negativos, devido à relevância da atividade para o desenvolvimento local, em torno da qual giram todas as demais. Em outras palavras, na atualidade, o emprego no agronegócio consiste em alternativa de ascensão econômica viável e promissora, como também atesta o estudo de Silva (2016, p. 262), ao obter dos agricultores familiares locais depoimentos ressaltando a importância do emprego nas fazendas de soja como meio de subvenção à ascensão social: “[...] a chegada dos graníferos simbolizava a abertura de novos horizontes para suas sobrevivências [...]” Para o autor, tudo isto se dá em função do imobilismo das políticas públicas para a agricultura familiar, da precária condição socioeconômica das comunidades que persiste, essencialmente, nas roças, entre outros fatores.

[...] o perfil social da agricultura familiar de Uruçuí revelou um quadro de incertezas quanto à qualidade de vida nas localidades, posto marcar-se essencialmente por irregularidades quanto à posse e ao uso da terra, por

fluxos migratórios nas comunidades (devido ao avanço do agronegócio nas chapadas), por reduzido grau de escolaridade, por maior presença dos mais idosos nas terras de trabalho (indicando o envelhecimento do pequeno produtor), e por insatisfatórias condições de moradia e saneamento básico (SILVA, 2015, p. 280).

Com base nesse panorama, infere-se que a intervenção do Estado ao viabilizar a expansão do agronegócio no território como projeto político e ideológico de desenvolvimento, e nos moldes discutidos ao longo da tese, impõe limites à insistência ou ao surgimento de projetos concorrentes, apesar de também enfrentar desafios para manter seu projeto hegemônico, na medida em que privilegia um padrão elevado de acumulação. O depoimento do gestor da Secretaria Municipal de Cultura evidencia a direção política do Estado de apoio ao agronegócio e de não suporte à agricultura familiar, o que inibe a sobrevivência do último projeto em Uruçuí e das pequenas propriedades, ao tempo em que potencializa a organização da sociedade local sob a égide de uma única ordem – a da agricultura empresarial.

[...] o agronegócio da agricultura modernizada prosperou, mas a outra [agricultura familiar] não se desenvolveu. Só esse é que foi lá para frente. Esse se desenvolveu e a outra não [...] Você vê o Banco do Nordeste, a Emater / PI, os técnicos [...] Mas eles só ajudam a agricultura da soja [...] Não tem nada para gente pequena, só para o agronegócio [...] E a gente sabe que a função desses órgãos não é essa, e, sim, a de cuidar do pequeno [...] O que a gente vê, são eles sentados olhando um para o outro ou, então, fazendo negócios para o agronegócio (AS – G).

Por conseguinte, a organização da economia agrícola sob as bases do agronegócio estimula as pluriatividades rurais. Trata-se de categoria entendida por Kageyama (1998), como solução funcional de inserção da população no desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas, de elevação da renda familiar e de viabilização de permanência no campo. Dizendo de outra forma, a pluriatividade caracteriza-se por sua existência em espaços periurbanos. Fomenta nova estrutura socioeconômica, permitindo ao pequeno produtor rural sobreviver em seu meio tradicional e exercer, paralelamente, outra atividade, quer seja nas propriedades rurais ou no perímetro urbano, mas sempre com a meta definida de geração de rendas. Além da mão de obra urbana em atividades não agrícolas, a instalação das IES e de institutos / programas formadores, a exemplo do PRONATEC, faz surgir novas profissões de nível técnico e superior no município.

A pluralidade de ocupações, no entanto, não significa que o município tenha alcançado nível de qualificação profissional e / ou formação de especialistas, beneficiando satisfatoriamente a população residente. De forma similar, também não corresponde à

decantada afirmação de que tenha superado a crise do desemprego subjacente ao mundo do trabalho de finais do século XX.

A este respeito, os sujeitos da pesquisa, ao responderem sobre a ocupação desempenhada na esfera do agronegócio nas várias fazendas (**Apêndice B, Tabela 4**), citam diferentes ocupações, tais como: soldador, mecânico, operador de máquinas, vigilante, embarcador de grãos, engenheiro agrônomo, técnico auxiliar, cozinheira, operador de serviços gerais, gerente de recursos humanos, administrador, classificador de grãos, técnico em segurança do trabalho, assistente de controle e analista de rede. No comércio, mencionam: auxiliar administrativo, gerente, frentista, vendedor, representante comercial, agente de viagem, recepcionista, secretária, embarcador de grãos, caixa, estoquista, zelador, etc.

No contexto da dinâmica do agronegócio, na contemporaneidade, a prática da pluriatividade decorre da busca crescente de melhores rendas, sobrecarregando o agricultor assalariado, mantendo-o conectado ao trabalho por mais tempo, subtraindo, inclusive, tempo que ele poderia dedicar à sua emancipação como ser humano e protagonista de sua própria história, sem contar algum tempo que seria voltado ao lazer. Retoma-se, assim, a discussão sobre o fato de alguns trabalhadores das fazendas permanecerem durante toda a semana no ambiente de trabalho, como também Alves (2006, p.17) prova em seu estudo: “[...] os poucos selecionados permanecem durante dias longe da família [...]” Depois de uma década, ao que parece, esta prática indesejada ainda persiste no município.

Aqui, comportam questionamentos em busca de entender se as razões para o afastamento dos indivíduos do convívio familiar e comunitário, durante a semana, não podem ser creditadas, também, ao Governo local. Este não assume a responsabilidade de adotar políticas públicas para o enfrentamento da dificuldade de acesso dos trabalhadores às fazendas situadas na zona rural, providenciando a construção e / ou a reparação das vias de acesso aos empreendimentos agrícolas, além de disponibilizar condições satisfatórias para o deslocamento dos trabalhadores via sistema de transporte coletivo eficiente e não oneroso.

Apesar de ser impossível dissociar o fato em discussão às consequências da formação de um mercado de trabalho que dificulte aos indivíduos sua reprodução, a não ser pela venda de sua mão de obra em condições adversas, ratifica-se que tudo se dá sob anuência do Estado. As empresas não equacionam as condições para favorecer o ir e vir diário dos trabalhadores por meio de contratação de transportes e repasse de vales-transportes, por exemplo, porque estão amparadas numa racionalidade econômica de maximização de lucros.

Em que pese a relevância do registro de Alves (2006), quando alerta para as condições de trabalho no agronegócio, àquela época, constata-se por meio da pesquisa que alguns

empreendimentos (fazendas e comércios) já dispõem de transporte para os empregados. O problema é que a maioria providencia apenas a ida dos trabalhadores às segundas-feiras e o retorno às sextas-feiras, mantendo o cidadão fisicamente e psicologicamente ligado ao trabalho, antes, durante e depois da jornada.

Representando raras exceções, há empresas que concedem transporte diário, enquanto outras sequer cogitam oferecer tal serviço. Pode-se argumentar que o deslocamento diário não está vetado. Porém, é de total responsabilidade do empregado, o que significa arcar com o ônus e cumprir com rigor o horário de trabalho fixado. Logo, a inserção do trabalhador rural ao moderno mercado do agronegócio impõe seu preço contabilizado em várias moedas, algumas contábeis e percebidas sob a forma de salário; outras intangíveis, ou seja, nem sempre perceptíveis e apropriadas sob diversas formas de percepção. Aliás, o testemunho de um dos trabalhadores entrevistados mostra uma das formas de perceber a questão:

Eu passo a semana aqui na fazenda, mas não é que a gente passe a semana preso. Com o passar do tempo, a gente se acostuma e vai aproveitando a oportunidade não só na área que exerce, mas em outras. Com isso, a gente aprende cada vez mais. Eu, particularmente, já trabalho há um bom tempo na área administrativa de fazendas e já aprendi muita coisa. Para quem tem interesse e quer, é uma boa oportunidade. Eu acho positivo passar a semana toda aqui para aprender mais. Claro que se fosse mais perto de onde a gente reside, seria mais fácil [...] (AS – TF).

Ainda quanto às condições de trabalho dos AS – TF e AS – EC, os entrevistados, em geral, julgam que alguns itens, como vínculo empregatício e salário têm melhorado em relação aos registrados nos anos 70 e 80 (século XX), tempo de ocupação e exploração dessa última fronteira agrícola.

Sem dúvida, o setor de trabalho e renda melhoraram muito. Os salários melhoraram bastante. Às vezes, os salários nas fazendas são maiores até mesmo dos que são pagos em Teresina para a mesma função. Um operador chega a ganhar até R\$ 1.800 reais na carteira (AS – E).

O trabalho e, conseqüentemente, a renda não ficaram de fora das melhorias ocorridas [...] Várias empresas se instalaram aqui [...] e, embora não estejamos com os salários sonhados e que poderiam ser de acordo com a quantidade de capital e lucratividade que elas têm, mas não se pode dizer que deixou de melhorar (AS – I).

Na parte de trabalho e renda, foi o que mais melhorou aqui para nós. Temos nosso emprego e nosso salário ao final do mês. A gente sempre quer ganhar mais. Mas com o salário que recebemos, podemos pagar nossas contas no fim do mês e ainda podemos ajudar um filho, um parente [...] O agronegócio veio em boa hora para a gente. Melhorou com toda certeza (AS – TF).

Citam ainda, outros itens melhorados, como instalações de alojamento para trabalhadores e visitantes, áreas de uso coletivo para descanso e lazer, alimentação e refeitórios. Algumas destas melhorias foram registradas pela pesquisadora (bloco de **Fotos 4**).

Fotos 4 – Registro de instalações físicas em fazendas visitadas



Refeitórios em fazendas visitadas



Área de lazer



A totalidade dos trabalhadores (170) confirma receber mais de um SM, em função de acordos e negociações trabalhistas. Significativa parcela está na faixa de renda familiar de mais de um até dois salários mínimos – 40,3% de AS – TF e 36,3% de AS – EC, conforme perfil dos participantes da pesquisa (**Tabela 3**). Revendo o vínculo empregatício, **Tabela 5**, vê-se que 71,4% dos trabalhadores das fazendas mantêm vínculo formal permanente, aquém todavia, dos empregados do comércio, cujo índice chega a 94,9%. Há outras melhorias no ambiente de trabalho nas fazendas, conforme relatos variados.

Há 10, 12 anos eu já fui gerente de um banco e ao ser desligado, eu vim morar na minha cidade – Uruçuí. Como aqui o forte é o agronegócio, pensei: vou comprar um caminhão e vou transportar soja ou calcário. Aí um dia, ao levar uma carga de calcário para uma fazenda que fica distante da sede do município, cerca de 80 km, eu me deparei com uma cena incrível. Ao chegar

ao barracão, me deparei com um trabalhador rural responsável por receber a carga e perguntei: “tem comida aí?” Aí ele disse: “Tem! Arroz branco.” Aí eu perguntei: “Só arroz? Tu almoçou (*sic*) só isso?” Aí ele disse “É que acabou o chumbo da espingarda e não fui caçar.” Gente, hoje, ao andar numa sede de qualquer fazenda da região, dá gosto entrar num restaurante: comida balanceada, acompanhada por nutricionistas. A ação do Ministério do Trabalho fiscalizando todas as fazendas (AS – LL).

Quando eu cheguei aqui, há um ano e dois meses, eu tive uma rotatividade de 600 funcionários. Eles não tinham costume de trabalhar com carteira assinada e a gente vinha fazendo movimentos, reuniões e explicando para eles qual era o valor que tinha um registro, de trabalhar de carteira assinada e quais eram as obrigações deles. Hoje, graças a Deus, eu digo que foi através do agronegócio. Porque foi a partir daí, que começou a ter mais fiscalização do Ministério do Trabalho. E também foi revista a parte do funcionário em relação às responsabilidades que ele deve ter em relação ao trabalho [...] Hoje, eu tenho funcionários com 10 anos de trabalho, oito anos, sete anos. O que menos tem tempo é de um ano e é porque abriu a vaga que a Bunge pegou meu funcionário para ela (AS – EC).

A vida do povo aqui era mexer com lavoura, roça de arroz, feijão, milho [...] Eu cheguei aqui em 2010 e mexi ainda durante dois anos e depois saí. Larguei a agricultura familiar e vim trabalhar no agronegócio porque é melhor. Dá para você trabalhar e ter uma renda, um capital e não ficar desempregado (AS – TF).

Os direitos trabalhistas foram o que mais se desenvolveram após a chegada do agronegócio [...] Os empresários foram obrigados a tratar melhor seus funcionários (AS – LL).

As melhorias verificadas nas condições de trabalho configuram um cenário bem diferente de 10 anos antes, em que a contratação era apenas para funções pouco qualificadas e sob vínculo e condições precárias de contratação.

[...] Agora, estes trabalhadores costumam deixar suas roças para empregar-se em serviços temporários cujas tarefas são, prioritariamente, limpar manualmente as áreas recém-desmatadas que serão semeadas com arroz, milho e, principalmente, soja [...] Para lograr uma ocupação que lhes renda de 10 a 15 reais diários, esses trabalhadores postam-se numa situação de quase mendicância por uma vaga nas fazendas de produção de grãos. Os poucos selecionados permanecem durante dias longe da família, exercendo tarefas extenuantes, e vivem em condições mais degradantes do que em momentos à chegada da modernização agrícola contemporânea (ALVES, 2006, p. 170).

Infere-se, pois, que apesar da relevância dos depoimentos, para compreender a dinamicidade de todos os fatores que envolvem a complexidade do capital social em meio ao desenvolvimento do agronegócio no cerrado do Piauí, é essencial confirmar a melhoria das oportunidades de emprego e das condições de trabalho como externalidades positivas da

ordem econômica vigente. Portanto, não obstante os limites intransponíveis de qualquer pesquisa, no caso, exame mais aprofundado da questão aponta em direção de duas reflexões sustentadoras da interpretação dos agentes sociais entrevistados.

Primeiramente, a que credita ao agronegócio maiores facilidades, face à observância do empresariado às demandas do próprio processo produtivo que passa a exigir trabalhadores especializados e habilitados para a pluriatividade. Desta forma, abre um leque maior de oportunidades de emprego, embora ainda limitado e com chances desiguais de acesso à população, seguida de maior rigor no cumprimento à legislação trabalhista vigente, sob o apelo da fiscalização e do controle. As condições mais adequadas são visualizadas como solução funcional à hegemonia do modelo econômico produtivista do *agrobusiness*. A viabilidade da primeira hipótese recai sobre o fato de que, no presente, Uruçuí dispõe de melhor infraestrutura de educação e de acesso à qualificação profissional por meio de iniciativas do Estado, apesar da oferta à formação, a treinamentos técnicos e à qualificação profissional contínua ainda não absorver a demanda global, tampouco atender adequadamente ao perfil técnico requerido pela moderna agricultura granífera local.

A outra linha de reflexão ancora-se na teoria econômica de necessidade de reprodução de mão de obra ao custo da manutenção do sistema. Para tanto, é imprescindível conceder melhores salários e condições dignas de trabalho, reconhecer direitos e praticar medidas protetivas, mesmo que isto não signifique exercício pleno de cidadania do trabalhador ou melhor distribuição dos lucros.

Apoiada numa ou noutra reflexão, não se deve simplificar a problemática das possibilidades de emprego com melhoria de renda em Uruçuí à sua conotação econômica. Ela é bem mais ampla. Relaciona-se, como reiterado em outros momentos, às perspectivas sociais, políticas e culturais da realidade local, temática não problematizada nas falas pouco politizadas dos nativos e de outros residentes.

c) Infraestrutura física e social

Segundo Elias (2006), as mudanças no âmbito do agronegócio em meio ao cenário campo-cidade, repercutem, também, na estrutura hierárquica entre os municípios das regiões agrícolas, conferindo-lhes nova funcionalidade com ampliação do comércio, instalação de agroindústria e oferta de equipamentos e serviços, tal como se registra em Uruçuí, segundo conteúdos anteriores, que o mostram como polo produtor regional.

Como decorrência, passa a contar com infraestrutura que lhe fortalece demograficamente e economicamente, a qual incorpora construção de novas escolas e / ou reforma de algumas já existentes; reestruturação e ampliação do hospital estadual; instalação de clínicas e laboratórios; criação do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST); melhoria do prédio da Regional de Saúde; coleta de lixo; agências bancárias; Junta Comercial; CDL; além de espaços de convívio coletivo, como praças e parques. Não obstante tais melhorias, a quase totalidade dos pesquisados destaca como principais demandas locais de infraestrutura estradas e energia. São pleitos reivindicados por vários segmentos populacionais, não somente pela necessidade de escoamento da produção agrícola como para facilitar a mobilidade dos indivíduos internamente e na região, muito embora a segunda proposição seja menos prioritária para impulsionar esforços e investimentos públicos e privados no setor.

Olha eu vou citar aqui um amigo meu empresário que é agricultor, que na época era interlocutor das reuniões que a gente fazia com o Governo e bancos. Uma vez, ele disse o seguinte para o Governo: “nós precisamos de três coisas: estradas, estradas, estradas. As estradas chegando, o resto a iniciativa privada está fazendo, que é produzir” (AS – EC).

Melhorou (*sic*) algumas coisas, mas não foi também tanto em relação ao tamanho de Uruçuí. A questão de infraestrutura, principalmente, em relação às estradas, nós temos algumas [...] Mas quando se fala em meio rural, principalmente, o pessoal mais carente, a gente não tem infraestrutura para entrar e sair [...] (AS – LL).

A energia para eles é tão importante quanto as estradas. Aliás, os depoimentos reafirmam sua importância para a vida produtiva do município:

Até que a luz deu uma melhorada, porque os produtores rurais conseguiram trazer uma linha nova e melhorou um pouco com a chegada da linha 69. A gente tinha uma energia precária antes aqui, então realmente [...] Faltava muita energia. Falta menos do que antes. Estradas também. Isso, sim, avançou bastante com a chegada da soja. Antes, a gente não tinha estrada. Agora, a gente tem para todas as saídas. Nós temos estradas de qualidade, principalmente com o Governo atual que priorizou bastante a questão das estradas. Tem também a Transcarrados [rodovia Transcarrados PI-392 para escoamento de grãos, iniciada há quase duas décadas, mas sem prazo para terminar], que é importantíssima para o escoamento da soja (AS – LL).

Os agentes sociais também fazem referência a outras iniciativas de investimento do empresariado no provimento de infraestrutura. Nesses momentos, costumam deixar claro, como visto, a supremacia do interesse econômico sobre tais provimentos.

[...] Vimos o surgimento quanto à energia: a eletrificação rural aconteceu através do projeto Luz Para Todos que não ocorreu só aqui, mas a (*sic*) nível de Brasil. Também houve a melhoria dessa energia. Antes ela era mais precária e a eletrificação de algumas propriedades rurais melhorou [...] Estradas começaram a ser construídas até pelos próprios agricultores. Eles mesmos com suas máquinas a fim de promoverem o escoamento da produção, pois se não houvesse essas estradas, eles não teriam como escoar a produção, ninguém iria comprar. Devido a isso, houve a necessidade de se falar com os governantes para que melhorassem as estradas e daí surgiram asfaltos, estradas construídas pelo Governo [...] Então, neste sentido, também melhorou (AS – G).

Quanto ao setor saúde, as opiniões divergem bastante entre os depoentes do cerrado piauiense. Há quem reconheça como positivos os esforços empreendidos; outros, como negativos. Os dois grupos enfatizam, sempre, o equipamento de assistência hospitalar.

A saúde avançou muito pouco. Os hospitais não têm estrutura para atender à população, principalmente, porque Uruçuí é um polo que atende a muitas cidades vizinhas [...] Não tem médico de qualidade. A gente vê os profissionais atendendo à população com desrespeito; aparelhos insuficientes; e só agora, no atual Governo, que veio avançar um pouco. Eles estão querendo priorizar o hospital estadual, e, no município, não tem avanço nenhum, não há contribuição (AS – G).

Eu acho que não melhorou. Não vejo muita diferença, como eu disse, observando as pessoas que trabalham comigo, na fazenda. Quando lá acontece uma coisa mais séria, a gente leva para Teresina. Isto não é só em Uruçuí, mas em todos os municípios do Piauí, lamentavelmente (AS – E).

Em se tratando do saneamento, a infraestrutura é considerada a mais precária em Uruçuí por quase todos os indivíduos contatados:

A coleta de lixo acontece [...], mas em relação ao abastecimento de água. Eles não pararam para ver que a cidade cresceu, e com mais gente, o abastecimento precisava ser ampliado [...] A gente, às vezes, passa alguns dias sem água [...] (AS – EC).

Eu acho que esta é a grande vergonha do município. A cidade foi toda costurada, toda aberta por tubos de saneamento de polegada bem pequena, inferior do que era desejado, mas como está dentro das valas, ninguém vê. Depois de seis, sete ou oito anos, nunca foi ligado a nenhuma linha de esgoto, e sabe por quê? Porque não fazem as coisas do jeito que é para fazer. Depois acaba o dinheiro. Aí fica o prefeito, os ex-prefeitos tentando justificar os gastos e vira e mexe, a justiça começa a cobrar de um ou do outro e, no final das contas, fisicamente, a gente não vê nada (AS – EC).

Infelizmente, o saneamento não melhorou. Só temos desgosto quanto a isso. Teve o Governo da Presidente Dilma com a questão do PAC [Programa de

Aceleração do Crescimento], mas, infelizmente, as obras não foram concluídas. Temos esgoto a céu aberto e nenhuma luz de quando isso será concluído [...] Coleta de lixo, então [...], essa que não avançou. Não tem nem uma coleta sustentável, que seja transformada, que tenha o lixo reciclável. O lixo é colocado a céu aberto, inclusive tem até processo jurídico quanto a isso aí (AS – I).

Em relação à infraestrutura social ou a recursos voltados à vida coletiva, à semelhança de praças, quadras de esporte, academias e outros itens de apoio social, como agências bancárias e de correios, registra-se baixo investimento do Governo Municipal.

[...] apesar de não se ver a criação de praças novas, as antigas foram remodeladas e colocados aparelhos de ginásticas. Já em relação à quadra de esportes, isso deixa a desejar, porque esta precisa de reforma. Agências bancárias, nós temos quatro: Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste e o Bradesco. Em relação aos correios, nós temos apenas uma agência, mas acho que é suficiente (AS – G).

Praças, a gente tem algumas que foram reformadas [...] Se foram construídas algumas novas, eu desconheço [...] Sei que foram feitas nos municípios vizinhos [...] Quadras de esporte, só foram feitas nas escolas do município. Não tenho conhecimento de outras que tenham sido construídas para a população em geral. A gente só tem um ginásio e um campo de futebol. Em relação às agências bancárias [...], dão para suportar, mas precisam de mais funcionários. A gente espera muito na fila, porque vem gente dos outros municípios vizinhos para Uruçuí e até do Maranhão. Os correios são muito pequenos, deixam a desejar (AS – I).

O último depoimento transcrito mostra que um contingente extra de população busca Uruçuí, na medida em que residentes de cidades vizinhas da região e até de outros Estados buscam atendimento nos serviços públicos locais, sobrecarregando a infraestrutura instalada.

Em relação aos meios de comunicação, também inexistiu consenso. Para alguns participantes da pesquisa, há melhorias. Para outros, nada a exaltar. Os depoimentos sinalizam o descompasso entre crescimento do agronegócio no município *versus* propaganda em torno da infraestrutura. Com frequência, ratificam o fato de as mudanças não terem sido suficientes para amenizar ou solucionar a antiga precariedade da mídia na realidade local:

[...] A gente não tinha rádio e hoje está sendo cogitada a implantação de um canal de TV. Nós temos sinal de internet e é razoavelmente bom. Não temos jornais físicos, mas temos *on-line* (AS – G).

Os meios de comunicação ainda precisam melhorar[...] Não temos TV local, a internet é fraca [...] aqui na Universidade Aberta que é a distância, não se consegue conexão [...] Rádio também deixa a desejar [...] (AS – I).

Os meios de comunicação ainda são precários aqui em Uruçuí [...] Ainda não tem nenhum meio regularizado. Agora nós temos as rádios comunitárias [...] Há uma TV, que também não é regularizada [...] Teve um avanço, sim, mas não é suficiente. Quando estiver tudo legalizado, aí sim (AS – LL).

Sobre as mudanças favoráveis registradas no setor de comunicação, além dos avanços tecnológicos, um representante governamental reforça a função controle / denúncia facilitada pelos modernos meios de comunicação viabilizados nos dias de hoje.

Todos sabemos que os meios de comunicação vêm melhorando de acordo com a tecnologia. Hoje todo mundo pode registrar um acontecimento, filmar, gravar e enviar para uma emissora de TV ou rádio. Mas com o crescimento econômico também surgiram muitos *sites* no município, televisões e tudo acabou influenciando de forma positiva (AS – G).

Ainda em relação à infraestrutura instalada no município, em termos gerais, apesar da melhoria observada, os respondentes da pesquisa, residentes do cerrado, ou melhor, em território uruçuiense, afirmam que o setor poderia estar melhor: “[...] a gente ainda não tem uma tevê ou rádio local [...] Ainda é muito restrito. Aí, a gente se vira para se comunicar, mas já melhorou muito (AS – LL).”

d) Degradação ambiental e uso de agrotóxico

Uruçuí reúne condições ambientais propícias à expansão do agronegócio da soja, conforme explicitado: clima e localização geográfica favoráveis, água em abundância, topografia plana e grandes extensões de terra para produção em larga escala, como explanado no **item 4.3**, que trata da *commodity* soja em seu território. As boas condições dos recursos naturais, todavia, vêm sofrendo os efeitos da ação antrópica motivada pela economia produtivista e os imperativos da moderna agricultura do *agrobusiness* que degrada o meio ambiente e agride os recursos naturais com desmatamento, emprego de agrotóxicos e de fertilizantes químicos, entre outras ações de efeitos perversos sobre o meio.

Reverendo-se a importância da dimensão ambiental junto aos pesquisados mediante pergunta constante do **Apêndice C**, quando eles são instigados a assinalar situações sobre o desenvolvimento sustentável no município relacionadas ao agronegócio da soja, os itens com maior incidência são exatamente: degradação ambiental e não conservação dos recursos naturais, apontada por 87,1% dos trabalhadores e uso de agrotóxico, com o índice de 89,4%. Apesar de a temática ter sido amplamente discutida em investigações anteriores associadas aos efeitos negativos do processo de ocupação dos cerrados do Piauí e da modernização da

agricultura, nesta pesquisa, ela vem acompanhada por uma visão controversa. Isto porque, de forma inesperada, para os uruçuienses, a questão ambiental não constituía preocupação local. Passa a ser percebida e debatida tão somente com o agronegócio, e, por conseguinte, daí em diante é incorporada à agenda do Governo e da sociedade.

Logo, os depoentes avaliam a questão ambiental como positiva no âmbito das mudanças ocorridas em seu dia a dia, sendo classificada como setor que apresenta significativo progresso. As justificativas diversificam-se. Examina-se o tema não sob o ponto de vista do inexorável desgaste ambiental ocasionado pelo desmatamento com graves impactos, mas ressaltando-se processos, condutas e comportamentos suscitados na realidade local nos dias de hoje, todos direcionados à conscientização da população, como afirma um representante do Governo: “Melhorou, porque hoje existe mais conscientização do produtor e do trabalhador” (AS – G).

A institucionalização de uma base legal com criação de leis municipais e observância às existentes em âmbito estadual e nacional também é lembrado por um empregado de comércio: “A meu ver melhorou, porque apesar de desmatarem [...] na região da soja, já há leis que obrigam a pessoa a plantar uma árvore, deixar uma reserva [...]” (AS – EC). Ademais, maior exigência e fiscalização do poder público também é um ponto destacado por trabalhadores das fazendas de soja, a exemplo de quem diz: “Melhorou porque o povo sempre cobra. “Estiveram, aqui, na semana passada, para fiscalizarem” (AS – TF).

Dentre os que não veem qualquer progresso, há quem reforce o uso de agrotóxicos e o desmatamento sem limites praticado pelo agronegócio: “Em relação ao desenvolvimento que foi perguntado, hoje, em Uruçuí, o que está faltando, é porque a área desmatada de que eu estava falando já está quase esgotada, ou seja, a área de produção derrubou tudo” (AS – G).

Sem embargo, pelo fato de a agricultura de grãos se moldar pela produção em larga escala para exportação e atender ao exigente mercado internacional, pressiona o setor do agronegócio a obedecer a uma regulação supranacional nas relações comerciais com o mercado consumidor. Isto conduz à observância, com maior rigor, das políticas ambientais nacionais e dos países importadores. A adesão aos padrões de sustentabilidade agrega valor aos itens comercializados e gera um diferencial competitivo no mercado, o qual, por sua vez, patrocina a responsabilidade ambiental na produção da região dos cerrados. Trata-se de debate insuflado por um dos entrevistados que, também, reforça a tese de avanço no setor em função da iniciativa de ações de recuperação dos agravos ao meio ambiente e outras de prevenção:

Vejam os que nas décadas de 80 / 90 [século XX], o cerrado era coberto por matas, mas não existiam políticas de conservação de recursos naturais vigentes no município. Existia por parte do Estado, que cobrava reservas legais [...], mas, hoje, já vemos até por conta da Secretaria de Meio Ambiente do município, das empresas privadas e dos próprios agricultores maior preocupação com o meio ambiente, porque o município depende, praticamente, do agro e o agro depende do meio ambiente. Então, todos os produtores têm uma preocupação muito grande com o maior bem que eles possuem que é o solo. Se ele não conservar o solo, se ele não promover essa conservação, ele vai acabar perdendo o maior bem que ele tem: o local onde planta. Vimos surgir diversas políticas ou efetivação dessas políticas de proteção ao meio ambiente. Um exemplo delas é a de “Combate ao Fogo”, parceria entre o município e a SEMAR [Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí], onde eles levam uma brigada de combate a incêndio no município e vai fazendo a conscientização dos caçadores e das pessoas que incendiavam as pastagens para que rebrotem. Vai existir educação e conscientização nesse sentido [...] (AS – G).

Uma vez que para que eu possa plantar, eu tenho que desmatar, o que eu posso fazer para atenuar esse problema do desmatamento, eu tenho que fazer. É uma consciência corrente, com técnicas específicas que a gente já usava lá no Sul, e de uma maneira mais forte, agora, como plantio direto, técnicas de plantar na palha, técnica de não revolver o solo, e, sim, o quanto menos você mexer no solo, melhor. Então, são técnicas que a gente usa para atenuar naquele lugar que a gente desmatou, porque é inegável que quando a gente matou, nós agredimos o meio ambiente. Eu seria hipócrita se eu disser que não. Mas como para produzir alimento, eu preciso desmatar e o desmatar é uma agressão ao meio ambiente. Tenho, de uma forma ou de outra, que atenuar isso (AS – E).

A obediência ora apregoada à ordem econômica estabelecida, no presente, contrasta com o desrespeito, praticado por décadas, à legislação brasileira de proteção a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.931 / 81) e o Artigo n. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) defendem a qualidade ambiental em função da qualidade de vida, na perspectiva do direito e da ética humana. Agir em observância às leis, normas e condutas a favor da vida não pode ser mera questão econômica de mercado e / ou de comércio. A sociedade, incluindo setores e sistemas econômicos de produção, precisa cultivar a consciência ambiental como valor que agrega vida às pessoas e aos ambientes, de modo que passe a ser o diferencial nas tomadas de decisão sobre a produção e a economia de determinada coletividade, o que requer esforço com-junto da sociedade-Governo-mercado para se manterem no controle da produção.

Na atualidade, as determinações do agronegócio por uma produção mais limpa, apesar de sinalizar o prenúncio de uma sustentabilidade no âmbito da produção, precisa avançar no sentido não só de reparar danos, mas de tornar tal atividade econômica viável diante do ônus ambiental que causou e parece continuar causando. Isto pode ocorrer, se prosseguir atuar tão

somente em defesa do progresso, das inovações tecnológicas, da manutenção de paradigmas vigentes e do crescimento econômico em detrimento de um modelo de desenvolvimento econômico e socialmente sustentável.

Quanto aos danos causados ao meio ambiente pelo uso de agrotóxicos e de fertilizantes na produção, um dos depoentes nomina de um mal necessário. Menciona medidas de proteção colocadas em prática na produção local:

O uso de agrotóxico, hoje, no agronegócio é um mal necessário [...] Ele vem reduzindo seu grau de toxicidade para o ser humano e para a natureza. Em 1960, o agrotóxico era totalmente nocivo a qualquer ser vivo que atingisse, mas com os estudos, a tecnologia e a preocupação com a saúde mundial, as multinacionais que produzem os agrotóxicos melhoraram o produto. Também as leis trabalhistas e a exigência de EPI [Equipamento de Proteção Individual], faz com que haja uma preocupação maior. Hoje, em Uruçuí, temos uma unidade de recebimento de embalagens que não podem ser reaproveitadas. As fazendas são obrigadas a entregar nessa unidade e se elas não apresentarem a nota que comprove a entrega, são multadas. Então existem diversas políticas de proteção ao meio ambiente que surgem com a demanda (AS – G).

Apesar de constatadas iniciativas mais racionalizadas e menos impactantes no contexto do agronegócio, o foco da análise dos agentes sociais sobre a dimensão ambiental privilegia as medidas mitigadoras adotadas frente aos efeitos do modelo de desenvolvimento adotado para Uruçuí. Este traz consequentes processos de degradação, agravados pelo comportamento do *agrobusiness* e de sua forma de apropriação dos recursos naturais. Na avaliação dos entrevistados, os envolvidos parecem não atentar para a complexidade da problemática, estruturada mediante sentidos culturais e projetos políticos diversos. Afinal, para a vigência de nova racionalidade ambiental, é essencial a desconstrução do modo por eles relatado de interpretar a questão e o fim do paradigma mecanicista do processo econômico, explorador, por excelência, dos recursos naturais.

Dimensão social e cultural

Na percepção de Sachs (2001), a dimensão social do desenvolvimento sustenta-se no alcance de maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a amenizar a disparidade social. Isto significa satisfazer as necessidades básicas das pessoas e investir em melhores condições de vida e de bem-estar, o que implica atingir nível razoável de homogeneidade e, sobretudo, de igualdade de acesso a serviços e bens. Para o autor, tal homogeneidade é vista como contraponto à desigualdade e às condições básicas à democracia.

Alves (2006); e Elias (2006) afirmam que o agronegócio constitui atividade de produção concentradora de riquezas e favorecedora do desequilíbrio ambiental na medida em que ameaça a sustentabilidade da agricultura tradicional e os recursos naturais. No entanto, admitem que, por outro lado, consiste em linha de produção eficiente na indução de crescimento e deslançar econômico, como recurso necessário ao provimento de necessidades. Assim, para realçar o cenário relativo ao desenvolvimento no município de Uruçuí, no caso da dimensão social, há questionamentos cabíveis neste momento:

1. É o *agrobusiness* de todo maléfico ou danoso ao desenvolvimento social em Uruçuí?
2. O *agrobusiness* tem acarretado benefícios a Uruçuí, além do econômico?
3. O *agrobusiness* traz benefícios em função da exploração da soja?
4. Para quem o *agrobusiness* vem trazendo benefícios?
5. No que resulta a convivência da população nativa com os outros residentes instalados em Uruçuí?

a) Benefícios e melhorias

Tanto nas discussões suscitadas pela pesquisa quanto em dados gerados a partir dos instrumentos aplicados para a coleta de dados, observa-se que, não obstante as externalidades negativas geradas pela moderna agricultura de grãos, os agentes sociais confirmam as vantagens do agronegócio para Uruçuí e para sua gente, como aqui explanado:

Acredito que melhorou muito com o surgimento desses empregos. Melhorou muito a região, principalmente do ponto de vista econômico para as pessoas, para seu ganha-pão. Esse movimento traz aspectos positivos e negativos. Acredito que os positivos são bem maiores do que os negativos. Junto com o desenvolvimento, sempre vem um pouco de violência, mas os aspectos positivos observados são muito maiores, também no campo social (AS – G).

Sob o entendimento dos respondentes da pesquisa, os benefícios trazidos pelo agronegócio são múltiplos e variados, indo além de oportunidades econômicas para a população local e para os investidores que chegam ao município:

O agronegócio ajudou porque aprendemos a produzir com as pessoas que vieram de fora [...] Com a chegada deles aqui, melhorou muito, tanto para eles quanto para nós. É por isso que eu falo que o incentivo foi a chegada deles. A gente colhe mais do que anteriormente (AS – TF).

O agronegócio trouxe a necessidade de buscar conhecer seus direitos. Nisso, melhorou muito. Fortaleceu os sindicatos. Trouxe a Junta Comercial para cá [...], concursos, etc. A cidade era muito atrasada. Não tinha nada disso [...] (AS – I).

Os trabalhadores ainda citam o uso dos artefatos tecnológicos e ressaltam a formação e a qualificação da mão de obra local com vistas a aproveitar as oportunidades de emprego no agronegócio. O foco recai, portanto, na ampliação da educação profissional, na qualificação laboral, atendendo à demanda por novas dimensões de trabalho técnico exigido pela moderna matriz produtiva de *commodities*.

Acredito que a educação melhorou devido às exigências de profissionalismo nas instituições em que a gente trabalha. Exigências perante uma multinacional, uma grande empresa que exige boa qualificação profissional. Tudo é oferta e demanda. Se tem demanda tem oferta. Educação teve que melhorar por conta da demanda de profissionalismo (AS – G).

Na mesma linha, outros depoimentos, no caso, de representantes institucionais, destacam a sintonia entre formação e inserção dos profissionais no *agrobusiness*:

A questão da educação nem se fala porque as universidades têm trazido cursos direcionados ao agronegócio, tanto de nível superior quanto de nível técnico, no Instituto Federal [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí]. Então, aqui na cidade, hoje, nós temos uma universidade estadual e uma universidade federal, além do IFPI [...] Nós contamos com cursos para acolher todos esses alunos e direcioná-los para o mercado do agronegócio, pois a maioria sai com emprego, o que é bom, aqui, para a gente (AS – I).

Com certeza melhorou [...] a exemplo do IFPI, que está aqui desde 2010. A gente sabe que, de acordo com as leis do MEC [Ministério da Educação], quando se implantam instituições dessa natureza é porque ele se dá de acordo com o tamanho da população ou do arranjo produtivo local. Esse Instituto Federal veio para cá em função do agronegócio. Mesmo que não haja o desenvolvimento como a gente sonha é fato que a gente já galgou alguns degraus, pois, só pelo fato de já existir a instituição federal assim como outras aqui, eu acredito que a educação melhorou, sim (AS – I).

Há, ainda, quem se reporte a outros aspectos relacionados com o aperfeiçoamento da educação no município como perspectiva de direito supremo à formação integral da população nativa:

A educação melhorou por uma necessidade básica. Precisa-se de escola para as pessoas e a cidade começou a crescer, além de ter muita gente vindo de fora. Tem também os nascidos aqui [...] À época de ir à escola [...] Então

temos que dar um ponto positivo para a educação. Por isso, eu acho que melhorou (AS – EC).

Prevalece, pois, dentre os pesquisados o julgamento de que as condições de vida dos trabalhadores têm melhorado com a chegada da sojicultura no município. Porém, mais uma vez, é importante registrar que os avanços dizem respeito aos contemplados com chance de emprego no contexto do agronegócio, o que se impõe como limite para não generalizar os resultados favoráveis sobre as condições econômicas da população em sua totalidade.

b) Dinâmica urbana no município

O crescimento demográfico no município acusa um acelerado processo de urbanização que emerge sob influência da produção moderna do campo, dando origem a um novo urbano sul piauiense, nas palavras de Barbosa (2009), e produzindo novas dinâmicas urbanas nas velhas cidades do cerrado, a exemplo de Uruçuí. Esta firma-se como cidade do agronegócio no sudoeste do Piauí, na acepção de Elias (2008), antes referida, para designar as cidades emergentes como expressão de movimento globalizado no país, cuja vida de relações e demandas principais vinculam-se ao agronegócio e à organização socioespacial, suprimindo, pois, as imposições de natureza ideológica e de mercado.

Dados do último censo sobre a população (IBGE, 2010) revelam que Uruçuí mantém crescimento populacional superior ao que se refere à média da maioria dos municípios do cerrado piauiense nas últimas três décadas e maior do que a média nacional. Em 2016, a população uruçuiense soma 21.105 habitantes, número constante do **item 4.3**, que trata de Uruçuí em sua condição de município. Com taxa de crescimento na ordem de 8,6% no período de 1991-2000, chega a 17.011 habitantes em 2000, e prossegue com taxa média anual de 1,71% entre 2000 e 2010, quando totaliza a população de 20.149, enquanto no Brasil como um todo, a média é de 1,17%, no mesmo período. A taxa de urbanização do município, ano 1999, é de 57,17%; 65,32% em 2000. Em 2010, passa para 76,95, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro, 2013).

A este respeito, o **Quadro 3** demonstra o crescimento populacional e o movimento demográfico de Uruçuí, segundo Araújo (2016), motivados por mudanças na composição econômica e tecnológica da produção. O incremento populacional acende farol de alerta a respeito da sobrecarga em todos os aspectos, agravando as dificuldades de desenvolvimento econômico e social dos territórios pelos impactos gerados sobre o sistema de abastecimento e

de consumo, mercado de trabalho, meio ambiente e demais tópicos, trazendo à tona questões sociais e ambientais. No caso em estudo, os problemas advindos do exposto no referido **Quadro**, com visível ampliação do número de habitantes, sobretudo, no núcleo urbano, encontra forte motivação no êxodo rural. As pessoas migram do campo para a cidade em busca de trabalho, moradia, escola e serviços atrelados à cadeia produtiva. Prova disso é que a maioria dos pesquisados residem na zona urbana de Uruçuí, 65,3%, como há pouco descrito.

Quadro 3 – Resumo da série histórica da população rural e urbana em Uruçuí – Piauí, 1991-2010

Ano	Rural	Urbana	Total
1991	6.960	8.953	15.813
2000	5.899	11.112	17.011
2010	4.644	15.505	20.149

Adaptado de IBGE (2010).

O fluxo habitacional acentua novas demandas por educação, saúde, saneamento, moradia, trabalho e lazer, o que corresponde à pressão demográfica perceptível e que clama por investimentos maciços em políticas públicas, serviços e infraestrutura. Por conseguinte, quando os investimentos do poder público não ocorrem, se dá a periferização, isto é, com o passar do tempo, as cidades tendem a se afastar da zona urbana propriamente dita e tendem a crescer em redor de sua circunferência, nos contornos, nos arredores, nas circunvizinhanças, isto é, nas proximidades da área urbana genuína ou inicial. De fato, uma trabalhadora entrevistada assim se pronuncia:

[...] quando eles assumem essas áreas, a população nativa [...] sai de lá e vai para comunidades mais próximas. Como não tem meio de vida nenhum, vem para a periferia do município. Então está sendo criado um bolsão de pobreza ao redor do município que não está sendo observado. Por que eu digo que não está sendo observado? Porque, para mim, o Estado tem a responsabilidade de organizar a vida dessas pessoas [...] (AS – EC).

A situação requer planejamento para evitar a segregação social da gente uruçuiense e a consequente diferenciação de espaços, processos característicos de externalidades comumente oriundas de dinâmicas de urbanização, que geram desigualdade e concentração nas cidades. Um dos entrevistados reconhece tal situação na localidade em pauta e destacou a carência de políticas públicas para o enfrentamento da questão, conforme referido no início deste item.

[...] Então é preciso que a gente tenha primeiro um plano gestor, um plano que você chegue em uma cidade e saiba o que fazer. Na verdade, se você olhar a cidade de Uruçuí, você vai ver um inchaço, e para mim o crescimento é algo que deve ser planejado, é algo que você sabe o que vai fazer (AS – G).

Em Uruçuí, a expansão urbana dá origem a novos bairros residenciais, a tal ponto que, ano 2016, já são bairros urbanos: Centro; Aeroporto; Bela Vista; Tibaji; Malvinas; Areias; Novo Horizonte; Alto Bonito; Zona Rural; Bacelar; Vaquejada; Nossa Senhora de Fátima; Portal dos Cerrados; Água Branca; Novo Uruguai; e Nova Canaã. Cada um deles é caracterizado e identificado não apenas em função do espaço ocupado, mas, sim, muito mais face ao padrão socioeconômico de seus moradores, parâmetro, também, definidor da infraestrutura destinada pelo poder público aos diferentes bairros.

No reordenamento socioespacial resultante do fatiamento de áreas, as espacialidades não mais se organizam sob a fragmentação urbano / rural (haja vista que os segmentos tornam-se interdependentes), mas em função das novas funcionalidades atribuídas aos diferentes espaços físicos: área de moradia para os mais e / ou menos afortunados; para os despossuídos; para os comércios e assim por diante.

Os comércios relacionados com o agronegócio concentram-se mais no Portal dos Cerrados, a 10km do núcleo urbano. Esse bairro, simbolicamente, representa a dinâmica do *agrobusiness* devido ao intenso movimento comercial, ao grande fluxo de veículos transportadores de grãos e, também, aos loteamentos e condomínios em expansão em seu entorno, para residência de empresários, funcionários das empresas multinacionais e outros segmentos da população economicamente bem-sucedida. Algumas fotografias (bloco de **Fotos 5**) registradas durante a pesquisa são ilustrativas dos vários comércios instalados no bairro Portal do Cerrado.

Fotos 5 – Registro de comércios no bairro Portal do Cerrado

Empreendimento do ramo de combustível



Comércio de pneus e recapagem



Comércio de peças automotivas



Empresa de venda de máquinas e insumos agrícolas



Como inevitável, os reflexos da urbanização decorrente da mobilidade da população rural para a zona urbana associada à modernização da agricultura mantêm impactos não somente na dinâmica produtiva uruçuiense, como também nos aspectos sociais e culturais. A urbanização acontece diferentemente nos bairros, nas comunidades e nos assentamentos. Além disto, convivem, no mesmo espaço, estruturas socioeconômicas que produzem na sociedade um *mix* de relações reveladoras tanto da identidade rural quanto urbana.

c) Valorização da cultura local

A dimensão cultural analisada por meio da categoria valorização da cultura local é relatada pelos pesquisados como um dos setores melhorados em meio às mudanças. Os depoimentos dos entrevistados revelam aspectos consensuais quando do debate sobre o tema, à semelhança de possível desvalorização da cultura nativa pelos chamados outros residentes. No entanto, alguns entrevistados admitem que o próprio uruçuiense pouco conhece seus traços culturais, o que, decerto, constitui uma forma de não valorização e, portanto, permite eventual desrespeito por outros residentes.

A cultura local? A cultura daqui a gente sente que nós somos uma cidade quase sem cultura. A gente não defende muito o que é nosso, nossa cultura é muito fraca [...] Principalmente, com essas pessoas de fora, as pessoas daqui esquecem toda sua cultura (AS – LL).

O que temos de cultura? Nossa cultura está sendo jogada fora. As pessoas que vêm de fora não respeitam. A gente mesmo não respeita nossa própria cultura. A gente até imita a deles (AS – EC).

No cerne da questão, há outros elementos importantes e que devem ser avaliados, os quais, com frequência, são oriundos da transformação da base de produção agrícola local, culminando na substituição da agricultura tradicional pela agricultura moderna. O fenômeno não privilegia mutações no seio da continuidade cultural. Provoca mais rupturas do que continuidades. Tampouco respeita as singularidades dos sistemas cultural e local, dando lugar a conflitos em torno das perspectivas de modernização e dos sistemas rurais de produção com tendência à desintegração. Quer dizer, no cerrado uruçuiense, na base do conflito desta natureza, se dá o encontro da cultura local com a dos novos residentes, ocasionando alterações, como esperado.

Assim sendo, noutro patamar, estão aqueles agentes sociais que, apesar de reconhecerem diferenças de linguagem, ritmo e estilo de vida, vocação, comportamento,

culinária, expressão cultural e de lazer, nem falam de segregação, substituição de uma cultura por outra, imposição de expressões socioculturais e políticas de um segmento (nativo) sobre o outro (os que chegam para viver em Uruçuí). Ao contrário, valorizam e enaltecem o intercâmbio cultural, como presente nos testemunhos que seguem:

O que acontece é porque a cultura deles é diferente de nossa cultura. Como existe essa diferença de hábitos, existe esse isolamento. Mas eu não noto uma separação [...] (AS – G).

Eu acho que eles não impõem sua cultura [...] Lógico que há algumas coisas que são deles, como as tradições, o hábito de tomar um chimarrão, as danças deles lá, escutar algumas músicas, mas isso faz parte de seus costumes. Culturalmente, eles não estão trazendo nem colocando a cultura deles para a gente. Pelo contrário, alguns deles estão é (*sic*) se adaptando à nossa cultura nordestina, ao nosso modo de viver, de falar [...] Boa parte deles já está habituado com nosso jeito de falar, dançar [...] Alguns são mais fechados. Mas isso é normal de cada sociedade. Se eles vêm para cá, não vão querer perder suas características [...], mas eles não impõem. A maioria dos professores deles é daqui e ensina nossa cultura [...] A cultura para eles é muito forte e para nós não [...] Quando eles chegaram e perguntaram qual era nossa cultura, a gente não sabia dizer a dança típica, o prato da região [...] Agora que eles estão aqui, vão aprender nossa cultura, vão comer nossa Maria Izabel, nosso peixe frito tradicional da cidade, galinha caipira, etc. Vão conhecer o que é nosso [...] Eles não impõem. Essa troca serviu para as pessoas daqui acordarem e valorizarem a cultura local (AS – EC).

No que diz respeito às relações estabelecidas entre as duas populações, parcela majoritária dos depoentes atesta haver cordialidade com vínculo de amizade e respeito. Como relatado no capítulo anterior, o convívio comunitário entre locais e os que chegam de outros recantos é, quase sempre, mediado por regras de reciprocidade, com base em confiança, respeito e cooperação. Porém, alguns depoimentos se referem a posicionamentos preconceituosos dos nativos em relação aos outros residentes e vice-versa. Algumas posições estão revestidas de sentimento de estigmatização e subestimação, interpretando as reações de resistência como choque de interesses ou de disputa de poder.

A integração com o povo de maneira geral é boa [...], mas não existe um elo, um clube para fazer a ligação, a associação, porque as pessoas vivem de forma diferente [...] Agora, quando começa a busca por serviços, o que acontece começa a ter certo bairrismo. Na minha região de São Paulo, o nordestino é bem recebido e aqui o “sulista” continua sendo um “forasteiro”, mesmo depois de 10, 15 ou 20 anos, porque tem conhecimento um pouquinho maior em algumas áreas. O pessoal daqui é muito bom em política e muito bom em comércio. E o pessoal que vem de fora, o “sulista”, principalmente o “gaúcho”, tem uma tradição com a cultura de produzir. Ele sabe produzir, então, é um pessoal que está acostumado com máquinas. Então, a partir daí tem um problema muito sério [...]: o receio do de fora

entrar na política, dos agricultores e tomarem conta da Prefeitura. Os nordestinos são altamente politizados, por mais incrível que pareça, mas é uma grande verdade, altamente politizados. As famílias que mandam na política olham com maus olhos os “forasteiros”, porque quando tem dinheiro e política, a pessoa conversa bonito, mas o dinheiro compra o voto, e, infelizmente, esse é o modo que enxergo a união entre esses poderes, que, na verdade, para mim são antagônicos (AS – EC).

Quanto aos contrastes sociais desse intercâmbio cultural, eles estão mais atrelados à espacialidade vista na clara diferenciação dos locais de moradia. Os outros residentes, em geral, possuem maior poder aquisitivo para adquirir residências em bairros mais valorizados e dotados de melhor infraestrutura. Este é um aspecto mais político e econômico do que cultural sobre o qual o Estado pouco ou nada interfere no sentido de praticar políticas de infraestrutura visando assegurar maior equidade das populações no que diz respeito ao acesso à infraestrutura social e a equipamentos. Eis a confirmação do que Elias (2006) diz: onde o agronegócio impera, reproduzem-se problemas urbanos similares aos das cidades maiores ou das metrópoles. Quer dizer, registra-se acessibilidade desigual das populações urbanas e rurais quanto aos recursos sociais e às redes de infraestrutura.

Esses elementos reproduzem-se no município de Uruçuí, e alguns podem ser visualizados nas fotos do citado bairro Portal do Cerrado, mais estruturado e melhor equipado com infraestrutura urbana. Em contraste, nas fotos do bairro São Francisco, também conhecido como Bacelar, apesar de ser um dos mais recentes, mantém infraestrutura urbana precária (Bloco de **Fotos 6**).

Se há harmonia no dia a dia entre nativos e “sulistas”, como visto até então, no ambiente de trabalho, as narrativas diferem. Há certa resistência do camponês uruçuiense à agricultura industrial no que diz respeito ao cumprimento dos regramentos do trabalho, ou melhor, certo choque cultural ou algum tipo de manifestação étnico-cultural, como percebem os defensores da corrente antropológica do etnodesenvolvimento. Para Little (2002), os ditames do trabalho na agricultura empresarial (jornada de trabalho, cumprimento de horários e metas de produtividade, entre outros) variam em confronto com a agricultura familiar, onde o indivíduo desenvolve seu labor sob relações de base rural comunitária e familiar, ao tempo em que reafirma valores locais e preserva sua cultura.

Sem atentar para os modos de vida do agricultor, materializado no existir cotidiano e na transmissão transgeracional socializada no território, segundo formulação de Silva (2016), o estranhamento do camponês aos novos costumes e às rotinas estabelecidas, por vezes, é interpretado pelos “outros residentes” como preguiça, carência de qualificação ou pouca disposição do nordestino ou do piauiense para o trabalho. Em consequência, emerge o

sentimento de não confiança na competência do poder de trabalho do nativo, atribuindo-lhe pouca valorização.

Fotos 6 – Registro dos bairros Portal do Cerrado e São Francisco

Bairro Portal do Cerrado



Bairro São Francisco



Também, não raramente, tende-se a confrontar o comportamento e as atitudes rudes dos agricultores locais diante do cumprimento das novas normas e regras trabalhistas à ideologia da posituação do trabalho, marca identitária dos “sulistas” capitalistas do agronegócio herdada de sua descendência europeia.

A este respeito, a fala de um representante das lideranças locais, uruçuiense e atuante no agronegócio, reconhece a manifestação preconceituosa do empresariado. No entanto, interpreta que o preconceito resulta da falta de preparo dos locais para o trabalho, em termos genéricos. E completa seu pensamento de forma longa e prolixa:

Teve sim essa dificuldade do preconceito do empresariado com a mão de obra local, quando começou o desenvolvimento do agronegócio aqui. Realmente, não tínhamos essa questão da qualificação da mão de obra no município, mas agora tem. Está até vindo mais uma produção grande para cá, agora. Precisa de uma qualificação ainda maior e eu acho que Uruçuí ainda não tem isso. Pode ser que trazendo profissionais para qualificar eles, aí vai faltar pouco. Mas aquelas empresas precisam de uma qualificação melhor. Eu acho que Uruçuí está chegando perto, mas precisa de mais incentivos por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal. Qualificando o povo daqui, não há necessidade de vir gente de fora. Mas cabe ao Governo cobrar isso junto a essas empresas. A gente vê muitos sulistas dizendo que o povo de Uruçuí é preguiçoso. Eles, talvez, até tenham um pouco de razão. Alguns até começam a trabalhar e depois de dois meses saem só preocupados em receber seus direitos. O povo precisa se preparar culturalmente para agarrar essas oportunidades (AS – LL).

Outras formas de preconceito da classe empresarial quanto à qualificação dos trabalhadores locais são ratificadas:

As pessoas daqui que trabalham nessas fazendas, a gente observa que são pegadas só para um certo tipo de emprego [...] Existe um preconceito, eu vejo isso. Isso tem que ser eliminado, tem que sentar todo mundo junto (Governo, empresas e o pessoal do agronegócio) e tentar minimizar esses preconceitos para que isso se torne uma potência, para que o crescimento ocorra de forma conjunta e haja mais crescimento no município (AS – G).

Apesar de parcela significativa dos entrevistados concordar que as mudanças ocorridas na educação são bastante positivas para o aproveitamento da mão de obra local no agronegócio, conforme já discutido, apreende-se, a partir de elementos destacados, que o fator articulador dos elementos trabalho / educação possui influência sobre a questão marginal, que relaciona oferta de emprego *versus* qualificação para a atuação no agronegócio. No entanto, a bem da verdade, não está claro se a marginalização em Uruçuí está mais associada à educação (qualificação profissional) do que vinculada à oferta de emprego, ou, talvez, decorra dos dois elementos.

O fato é que os dados provenientes dos instrumentos de coleta, sobretudo, questionário e entrevista, remetem invariavelmente à discussão ampla do confronto entre o agronegócio e a agricultura tradicional. Isto sinaliza que os conflitos existentes no âmbito das relações

presentes no município entre nativos e os outros residentes extrapolam o cultural, mesmo quando se percebe o preconceito como desrespeito às diferenças culturais ou como pretensão de um tipo de organização social que tenta homogeneizar a diversidade cultural de populações diversas em defesa de padrões de desenvolvimento econômico que desconsiderem a riqueza cultural dos povos nativos.

Porém, como visto no decorrer de toda a pesquisa, não há consenso em torno dos pontos que compõem a temática – capital social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado uruçuiense. Há, por exemplo, agentes sociais que enxergam na pluralidade a opção extremamente vantajosa de tornar a localidade mais rica do ponto de vista cultural: “com várias pessoas de diversos Estados vindo morar em Uruçuí, com certeza, isto veio enriquecer a cultura local, que já era uma cultura rica, mas, com certeza, com a miscigenação, há uma melhoria, sim” (AS – G); ou “melhorou bastante, porque foram misturadas várias culturas” (AS – EC).

Dimensão político-institucional

A dimensão política do desenvolvimento sustentável contempla a participação democrática na tomada de decisões que afetam a coletividade. Para tanto, é necessário ampliar os canais de acesso da população a informações, para que o povo possa compreender os problemas e as oportunidades, além de superar as práticas opressoras e as políticas excludentes, o que corresponde a buscar assertividade nas decisões coletivas, como Jacobi (2003) explicita. Isto porque, o exercício da sustentabilidade política exige articulação da sociedade como um todo, esforço conjunto dos Governos, das instituições, das empresas e da sociedade, o que finaliza por abranger a sustentabilidade institucional (SACHS, 1993).

O trabalho em parceria entre setores público, privado, voluntário e comunitário em prol do bem público excede os interesses particulares e exige do conjunto cooperação e solidariedade. De fato, no âmbito do desenvolvimento das localidades, compete ao poder público municipal fomentar práticas participativas, estimular a organização da sociedade em torno do envolvimento coletivo em projetos de desenvolvimento ou incentivar o engajamento cívico, como define Putnam (1996), no momento em que se refere à comunidade cívica.

a) Articulação política

Para avaliar o alcance da dimensão político-institucional em Uruçuí, a pesquisa constata, conforme explicitado no **item 6.5.2**, que as atitudes e estratégias mais frequentes, a

favor do bem comum, na opinião dos agentes sociais são as entidades patronais que costumam intervir a favor de soluções para questões comunitárias e, também, as organizações / os grupos / as redes que costumam manter parcerias com o setor empresarial. Por outro lado, há quem emita pronunciamentos em sentido contrário:

As organizações, os grupos e as redes costumam trabalhar isoladas.

As instituições governamentais pouco cooperam com as organizações, os grupos e as redes.

A comunidade pouco conhece o trabalho das organizações, dos grupos e das redes.

As entidades privadas não estimulam o voluntariado e o associativismo de seus trabalhadores.

Deduz-se, pois, que os agentes sociais percebem um cenário local pouco positivo à sustentabilidade político-institucional. Em relação ao trabalho em convênios ou parcerias, por meio da articulação sociedade-Governo-mercado, para o agir com-junto, nos depoimentos, é visível que é ela incipiente no município. Consequentemente, favorece de forma quase nula os vínculos de reciprocidade e a conexão social entre as forças sociais, o que fragiliza a coesão.

Em sua opinião, também, os agentes sociais argumentam que a articulação política e institucional não mostra grande avanço em território uruçuense. Justificam, então, com depoimentos diversificados e específicos:

Quanto à articulação **Governo Municipal-sociedade-setor empresarial:**

Esses segmentos não avançam porque o Governo Municipal não tem nenhuma ação quanto a essa articulação e no Governo Estadual é, como eu lhe disse, entrava por conta da questão do partidarismo (AS – LL).

Quanto à articulação **Governo-sociedade:**

Não melhorou. Ainda há um reforço de práticas autoritárias. Hoje, a gente vê que o Governo contempla um grupo... Eu acho que o Governo Estadual deveria estar mais presente nos municípios que mais contribuem (AS – I).

Quanto à articulação **Governo Municipal-setor empresarial:**

Não mudou nada, cada um desses continua pensando só em si mesmos (AS – EC).

Quanto à articulação **Governo Municipal-Governo Estadual-Governo Federal:**

Na minha opinião, isso aqui é muito difícil de se falar. O que seria essa articulação entre Estado e União? Você não vê articulação nem dentro do município. Não existe um trabalho nosso também de integração. Cada um quer uma coisa, cada um briga, um pede, um vai. Nós não temos um plano diretor. Essa articulação, eu acho baixa” (AS – E).

Os pesquisados ainda complementam sua análise, destacando o que cada um dos segmentos já fez e falta fazer pelo desenvolvimento em Uruçuí. Em sua visão, o Governo fez tão somente o básico. Isto é, melhoria das estradas e da energia. Porém, precisa assumir a solução da questão fundiária que é gritante no município, e, ainda, fiscalizar e acompanhar os pactos de isenção junto às empresas. E o que dizer de sua missão mor de estar mais presente junto à sociedade e investir pesadamente em infraestrutura em termos genéricos?

Prosseguindo, os agentes sociais criticam a própria sociedade local. Segundo eles, fez e faz pouco pelo município, envolvendo-se o mínimo possível e reivindicando menos ainda. É essencial que se prepare de forma adequada para aproveitar as oportunidades do agronegócio no município, o que pressupõe engajar-se em ações coletivas e acompanhar as decisões governamentais. Só assim, é possível afirmar que a coletividade e o povo reforcem sua participação social e põem em prática o compromisso com questões e bens públicos.

A empresa privada, segundo sua visão, vem atuando a contento. Isto porque, investe na infraestrutura física, paga impostos e gera empregos. Sua falha maior, porém, é não confiar na mão de obra nativa, sendo também premente investimento mais representativos e diversificados no parque industrial de Uruçuí.

Em resumo, de acordo com os dados coletados, analisados e discutidos, na realidade pesquisada, em função do baixo protagonismo da participação dos agentes sociais, é difícil a construção e a solidificação de uma gestão satisfatória no que concerne às políticas públicas e à geração de condições favoráveis à crescente inclusão social, com melhor qualidade de vida sustentável dos estratos sociais. Neste sentido, em meio à nova ordem estabelecida no município, é oportuno reivindicar um arranjo político que inclua sociedade-Governo-mercado, aliado à articulação dos três níveis de Governo, em prol da construção de novos caminhos para o desenvolvimento, em sintonia com a dinamicidade subjacente ao agronegócio.

b) Concentração, titularidade e valor da terra - Questão fundiária

Integra as determinações da lógica da agricultura granífera o financiamento facilitado pelas políticas de apoio ao agronegócio. É ele que propicia a ampliação do latifúndio, fenômeno altamente concentrador de renda e de terras. De fato, a realidade estudada atende ao

apelo da monocultura de *commodities*, viabilizando a sojicultura em vastas extensões. Como decorrência inevitável, dá origem a uma nova categoria de empresários, quais sejam, os proprietários de gigantescas fazendas de soja, compostas quase em sua totalidade, por outros residentes, conforme destacado.

A concentração de terras é apenas um fragmento da complexa problemática fundiária no território do cerrado piauiense, em especial, em Uruçuí. As expressões da questão na realidade local assumem várias feições: falta de titularidade dos imóveis rurais; precariedade de cadastro dos proprietários nos órgãos competentes; falta de exatidão quanto a extensão das propriedades e dados complementares sobre a incorporação de terras; monopolização do território; valorização fundiária crescente, etc. Aqui, esclarece-se que, segundo Araújo e Moraes (2006), o monopólio do território se expressa no município estudado pelo fato de número elevado de títulos de terras estar em nome de cidadãos uruçuienses. Paradoxalmente, eles não são os detentores das maiores extensões, porquanto esta é uma condição liderada pelos outros residentes. E mais sério, o fenômeno está presente no cerrado piauiense e em Uruçuí, em particular, desde o início da exploração do território para o capital monopolista.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em suas diferentes publicações, destaca, entre as expressões da estrutura fundiária em Uruçuí, a tendência à concentração, com numerosos estabelecimentos com áreas reduzidas, enquanto no estrato de grandes áreas (mais de 1.000 hectares), um pequeno número de estabelecimentos lideram as maiores extensões. Por isto, não é à toa que a questão fundiária é apontada pela maioria dos participantes da pesquisa como um problema sem qualquer avanço. Alguns depoimentos chamam atenção para a necessidade de maior vigor da política fundiária não só no sentido de fazer respeitar as leis federais, estaduais e municipais como também denunciam a omissão governamental. Os relatos ainda expõem outras facetas. No cenário local, estas remontam a formas variadas de violência, configurando-se não como uma questão política, mas, essencialmente, de polícia.

A questão é muito precária [...] O Governo do Estado não ajuda, não coloca uma política que resolva a questão fundiária. Aqui, estamos em ponto de guerra com muitos grileiros [...] A polícia intervém, mas nosso município está prestes a ter uma guerra fundiária. O Governo passado fez foi piorar. A gente vê aí em nossas terras jagunços armados e a qualquer hora pode acontecer uma tragédia (AS – LL).

A política fundiária eu não sei se existe aqui em Uruçuí [...] O que eu vejo é muita gente chegando aqui na agência e reclamando que alguém tomou um pedacinho de terra e aquilo outro, me parece que falta (AS – G).

Há conflitos com a questão das terras. O Governo do Estado já fez até outra lei para que quem esteja sobre essa terra pague novamente (*sic*) [...] Mas acredito que é (*sic*) preciso audiências, sentar com essas pessoas até para evitar um derramamento de sangue (AS – G).

Um dos gestores municipais entrevistados acredita que o ciclo do agronegócio no município depende da regularização fundiária, haja vista que está presente desde os primeiros movimentos de expansão do agronegócio no território. Hoje, mais e mais, torna-se uma pedra angular para a expansão dos negócios na cadeia comercial. O entrevistado vê no agronegócio uma pressão positiva à melhoria da legislação fundiária. Seria algo similar com as condições que impuseram o avanço do setor ambiental. Sob este prisma, a problemática é visualizada na perspectiva de política fundiária.

A política fundiária sempre foi um tema muito polêmico, tanto no município quanto no sul do Estado. Existem diversas invasões de propriedades. Existem muitos problemas fundiários no município; problemas com documentação, enfim... Com o crescimento de técnicas agricultáveis e tecnológicas, o descobrimento do calcário e a técnica da calagem para diminuir a acidez do solo foi que se tornou viável a produção de alimentos no cerrado [...] Somente da década de 80 [século XX] para cá que começou a ter essa viabilidade tanto econômica quanto logística e a partir daí começou a se ter a valorização do cerrado. A partir daí, que começou a ter interesse nas terras do cerrado, que eram baratas. As pessoas queriam crescer, adquirir terras. Então, o problema fundiário começou por aí [...] Hoje, se você não tiver a documentação correta da sua terra, você não consegue financiamento em banco. Ninguém aceita você fazer, se a documentação não tiver correta, porque sem a regularização dessa terra, você não consegue produzir. Por isso, eu acho que a política avançou, melhorou um pouco (AS – G).

Sob o mesmo prisma, entretanto, o depoimento de um dos trabalhadores do comércio expressa um olhar bem diferente sobre a problemática. No sentido analisado até culpa a fragilidade da política fundiária local pelo agronegócio não prosperar mais ainda no município, além de implicar fortemente o Estado no enfrentamento ilegal da questão.

Em relação à política fundiária, hoje, eu vejo a maior polêmica por parte do Governo em querer cobrar da iniciativa privada a venda de terras que já foram vendidas antes pela Prefeitura. Antigamente, consideravam que as terras devolutas eram municipais, porque a Constituição de 1947 dizia isso. Depois com a Constituição de 1988 muita coisa mudou, mas as terras continuaram sendo vendidas até essa época. Hoje, o Governo Estadual simplesmente cria um Decreto e se diz o dono [...] Bom, não tem mais terras da Prefeitura. Então, o apuramento se dá de forma errada e isso a meu ver. Eu não sou autoridade para isso, mas eu sinto na pele que muita gente se afasta de Uruçuí e do Piauí por conta disso. Não existe uma política fundiária decente. Um exemplo que a gente tem é o que aconteceu em Tocantins, onde foi cobrado um real por hectare para ser regularizado e aí

muita gente se interessou. Uruçuí, hoje em dia, está nesse marasmo. São 850 mil hectares dos quais pelo menos 500 mil poderiam ser estritamente para produzir serviço [...] Por conta dessa bagunça fundiária, aqui não se produz nem em 100 mil hectares direito. Falta conversa. Não estou culpando o Governo. Estou culpando a política fundiária, porque se ela reunisse Governo e iniciativa privada de forma justa, aí, sim, daria certo (AS – EC).

À luz de estudos dedicados à questão fundiária em Uruçuí, autores relacionam-na com aspectos da história nacional e, em particular, com a ocupação e o uso dos cerrados. Para Reydon e Monteiro (2006), a temática está associada ao caráter patrimonialista da ocupação do município, dinamizador do mercado de terras sob a anuência institucional governamental. Na visão de Rodrigues (2015), por sua vez, está relacionada com os programas inacabados de reforma agrária e ainda a muitos outros. Depreende-se daí, serem variadas e intrincadas as consequências que emanam do encadeamento de fatores na localidade pesquisada:

[...] a concentrada estrutura fundiária, não somente consiste na herança mais perversa do modelo econômico e de dominação que as atuais gerações herdaram do passado, mas sobretudo, constitui-se no reconhecimento de que as instituições, com o transcurso do tempo, não mudaram: o ambiente institucional continua favorecendo os interesses de quem detém o poder, fortalecendo, ainda mais, os históricos problemas fundiários do Estado do Piauí (REYDON; MONTEIRO, 2006, p. 118).

Passada mais de uma década dos escritos dos autores supra, depoimentos de alguns agentes sociais entrevistados reiteram o caráter hodierno da expressão em epígrafe:

Quando há o desenvolvimento, há o outro lado, a política fundiária precisa melhorar, ela está muito enrolada e o Governo coloca muitos obstáculos para o pequeno produtor. Eles têm muita dificuldade porque não conseguem legalizar suas propriedades. É muita burocracia [...] As propriedades deles estão no nome de outras pessoas, como bisavô, tataravô, porque eles não conseguem legalizar e passar para o seu nome. O Governo fecha os olhos, porque é por isso que acontecem as grilagens de terra aqui (AS – G).

Nunca saiu terra aqui para nós. Tem terra por aí, mas você não pode fazer nada, porque não é seu [...] Isso acontece com os grandes empresários da soja? Não. Eles mexem com o que é deles, e tudo é muito preparado [...] Cada um sabe de seu limite. Eles são os donos (AS – TF).

[...] Acho que precisa de uma relação com o Governo voltada, aliás, não só o Governo Estadual, mas todos os Governos em relação à política fundiária articulada com a sociedade, porque a gente tem problemas demais. Quando chegou o agronegócio para cá, as pessoas não estavam muito preparadas para conviver nesse meio [...] A gente não vê uma articulação nesse sentido, e se tem é articulação para os grandes, porque isso, sim, a gente vê. Mas para dividir a terra, dar para quem precisa, porque a gente tem que concordar que todo mundo quer trabalhar quer ter seu espaço. Mas quando se fala em

agricultura familiar, esta precisa de um espaço e é muito difícil isso, porque as terras são todas ilegais [...] Os que vêm de fora, grilam tudo aqui [...] A gente não sente que há um compromisso do Governo em resolver esse problema da terra (AS – LL).

Os depoimentos alertam para a omissão do Estado em ações para dirimir os problemas associados à questão fundiária no município sob o impacto do agronegócio, problemática estudada por Andrade e Viana (2015), no âmbito do cerrado do Piauí. À época, as teóricas comprovam a permanência no território de antigas questões: avanço da propriedade ilegal da terra por grandes produtores, sob forte omissão da institucionalidade pública, dando lugar ao açambarcamento pelas forças produtivas do agronegócio por meio da grilagem. São pressupostos que explicitam, mais uma vez, a questão fundiária em Uruçuí.

7.2.3 Possibilidades e limites do capital social no agronegócio em Uruçuí – Piauí

Pensar o desenvolvimento em Uruçuí no bojo do debate que reúne capital social e desenvolvimento sustentável significa colocar em evidência os ambientes físico e social impactados pelo agronegócio e o fenômeno experienciado por pessoas e instituições no município nas últimas três décadas, quando um dos principais marcos é a modernização da agricultura, base da sustentação econômica da sociedade local.

Nesta perspectiva, discute-se a vulnerabilidade da economia para resolver / amenizar os problemas de desemprego, exclusão, alteração da educação e da cultura, degradação ambiental, fragmentação do tecido social e desigualdade na partilha das riquezas geradas pela moderna economia da *commodity* soja. São expressões da questão social local a que não se pode atribuir serem impactos unicamente do agronegócio como projeto de desenvolvimento hegemônico arquitetado para o município pelo Estado e pelas forças dominantes do capital empresarial global. De fato, são situações que emperram qualquer projeto de desenvolvimento e que demandam referencial não apenas econômico ao se cogitar alternativas de superação, mesmo em cenários pouco favoráveis como em contextos dominados pelo agronegócio.

Os estudos de Foladori (2002); Leff (2001); e Seiffert (2014) questionam a função máxima do desenvolvimento, os custos sociais, econômicos e ambientais, e a consequente degradação ambiental, os intoleráveis níveis de exclusão e produção de iniquidades sociais. Portanto, os autores reivindicam caráter mais social para o desenvolvimento, em que o ser humano seja, ao mesmo tempo, promotor e beneficiário. Novas formulações, tanto no meio acadêmico quanto no universo essencialmente teórico, esforçam-se por diferenciar os vários processos, como descrito exaustivamente no **item 2.1**, sob o título “Crescimento e desenvolvimento econômico: duas faces da mesma moeda?” É a persistente busca de

distinção entre as expressões – crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, este último cunhado inicialmente pelo Relatório da *Brundtland Commission* (1987).

Tais indagações deslocam o foco do debate sobre o desenvolvimento para outro campo de preocupação. Reafirmam que, para garantir a sobrevivência das gerações futuras, é preciso engendrar novos padrões de desenvolvimento, menos degradantes e mais sustentáveis (MEADOWS *et al.*, 1973). Em outras palavras, o propósito e a vocação do desenvolvimento assentam-se no enfrentamento da degradação contínua dos territórios, no vencimento da privação de liberdade das populações, na redução da pobreza urbana e rural, no aumento da equidade e da inclusão social, no fortalecimento da democracia e da cidadania, como Sen (1999, p. 17) argumenta. Em sua concepção, o desenvolvimento é, em sua essência, a “[...] expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.” Liberdades que não se restringem à acumulação de riqueza, mas que também se relacionam aos direitos e às capacidades elementares de evitar privações e dominação. Perspectiva em que as políticas públicas assumem a função de preencher as lacunas criadas pela política econômica em determinada modalidade de desenvolvimento.

Sobre a sustentabilidade, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico para o desenvolvimento, o autor considera igualmente importantes as dimensões humanas e assevera que os investimentos devem ocorrer tanto em infraestrutura, quanto em informação, sensibilização e conscientização, mobilizando recursos e forças, conhecimentos e potencialidades das pessoas. O real desenvolvimento ocorrerá quando significar expansão das potencialidades do lugar e da sociedade com valorização dos capitais humano e social responsáveis pela melhoria de vida das pessoas.

Logo, como Baquero e Cremonese (2006) registram, a sustentabilidade não se limita à proteção ambiental. Incorpora, em especial, os indivíduos e seu bem-estar econômico e social, com inclusão e satisfação de suas demandas, o que requer muito além do capital financeiro. E mais, demanda, essencialmente, capital social. Os autores acrescentam que quanto maior o estoque de capital social numa dada localidade, maiores serão as chances de desenvolvimento sustentável.

Todavia, considerar o potencial representado pela teoria do CS para alcançar um referencial de desenvolvimento em Uruçuí, para além do econômico, considerando-se os novos arranjos delineados para o cerrado piauiense e para Uruçuí constitui sério desafio. Está posto nesta tese como alternativa a ser pensada e amadurecida por governantes, instituições e sociedade, com foco em processos de produção e reprodução de riquezas sociais egressas do

próprio município para fomentar procedimentos endógenos de mudança e gerar condições para o desenvolvimento sustentável articulado com a dinâmica global do agronegócio. Não obstante, levando-se em conta o baixo índice de capital social (ICS) dos trabalhadores do agronegócio, indaga-se:

1. Como fazer do capital social dos agentes locais alicerce para a transformação das assimetrias geradas pelo agronegócio em Uruçuí?
2. Como recuperar ou fortalecer a estrutura excessivamente frágil do sistema social local para gerar capital social e transformar a dinâmica econômica de Uruçuí em probabilidades de desenvolvimento social, mais humano e sustentável?

Diante dos questionamentos anteriores e os referenciados neste momento, e, sobretudo, diante dos limites intrínsecos ao próprio objeto de estudo – capital social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado de Uruçuí – é difícil responder satisfatoriamente às questões formuladas, mormente, com a completude necessária. No entanto, os próprios questionamentos podem servir como reflexão para novas perspectivas de estudo e até novas indagações. Afinal, insistentes depoimentos coletados junto aos trabalhadores ao longo da pesquisa de campo evidenciam que o agronegócio não tem sido de todo maléfico a Uruçuí, haja vista que benefícios do crescimento e desenvolvimento econômico são mensuráveis no município.

Reitera-se que, dentre as mudanças apontadas como possibilidade de desenvolvimento social, os sujeitos da pesquisa destacam os setores com melhor desempenho, tal como educação, trabalho, renda e meios de comunicação, todos eles atrelados às dimensões econômica e social do desenvolvimento sustentável.

Na educação, registra-se investimento significativo em sua infraestrutura física, mencionada, inclusive, como fruto dos lucros provenientes da moderna economia local e da capacitação profissional. No setor trabalho e renda, os agentes sociais ressaltam como benefício, o emprego em condições formais e a fiscalização do trabalho que passa a existir desde a expansão do *agrobusiness*. Sobre as mudanças favoráveis no campo da comunicação social, além dos avanços tecnológicos registrados, também destaca-se a função controle / denúncia, hoje em dia, facilitada pelos modernos meios de comunicação e das TIC, ênfase na internet, viabilizados na realidade local.

Os elementos ora arrolados, coincidem com os valorizados pelo paradigma industrial-tecnológico pós-fordista. Segundo Mota (2015), fundamenta-se na integração sistêmica, flexibilidade e inovação da moderna tecnologia, dependente não de um maquinário

eletromecânico, mas, sobretudo, de mão de obra qualificada e motivada para o alcance de altos níveis de eficiência e competitividade. Amparado nesse fundamento, o trinômio comunicação-trabalho-escola ganha especial relevância para alimentar o ciclo contínuo de informações essenciais até a geração do produto final no novo modelo de produção.

Notadamente, o agronegócio é, ao mesmo tempo, produto e processo do novo modelo em sua complexidade e multidimensionalidade. Ao pautar-se no uso de inovações tecnológicas, mobilidade do capital e internacionalização da produção do novo arranjo econômico-produtivo, da mesma forma que o novo modelo produtivo, o agronegócio pode gerar insegurança e instabilidade para os trabalhadores que precisam manter-se continuamente qualificados para o trabalho. E, na verdade, as falas emitidas pelos respondentes da pesquisa, com frequência, ao se referirem ao trabalho, lembram sua funcionalidade instrumental de assegurar renda.

No caso da educação, por seu turno, aludem à função de valorizar conhecimentos recém-adquiridos, capacidade técnica aprimorada continuamente e habilidades dos profissionais, a partir das orientações adotadas no ensino formal. Em sentido contrário a tais ideias, Abramovay (2000, p. 10), no âmbito do desenvolvimento territorial, afiança que um desafio importante a ser enfrentado consiste em mudanças do ambiente educacional existente no meio rural: “Se a formação for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne uma exportadora de mão-de obra com formação um pouco melhor que a média.” Apesar de não se referir *ipsis litteris* ao contexto estudado e à análise formulada nesta pesquisa, as duas leituras acordam com a ideia de que a educação aprimorada não se limita ao simples fato de melhorar escolas ou ampliar a oferta de cursos profissionalizantes, mas de modificar seu cerne, no sentido aqui empregado de aquisição e aplicação dos conhecimentos apreendidos.

De qualquer forma, uma política de educação para atender às demandas de Uruçuí, no atual contexto, deve estruturar-se numa racionalidade social diferente, sedimentada em padrões de organização e de administração diversa da postulada pela racionalidade econômica desenvolvimentista. Portanto, deve-se perceber as categorias educação e trabalho em sentido contrário às teses de recursos humanos para o desenvolvimento e / ou de economia da educação, conforme Rattner (1999, p. 30) assevera:

[...] a educação é concebida como o processo de formação de atitudes, a internalização de normas de comportamento e de valores fundamentais para a auto-realização do indivíduo, não somente em sua carreira profissional,

mas também para encontrar sentido e significado em sua vida. Esses só podem ser alcançados pelo trabalho, distinto do “labor” ou a atividade meramente física.

Neste caso, apesar da avaliação do avanço dos três setores na realidade local, é preciso reforçar que nem todos têm acesso, apesar da parcela da população beneficiada, em geral, lograr sucesso e prosperidade. Isto porque, em geral, iniciativas de educação, comunicação e trabalho, agregam capital humano, incrementam a qualidade de vida dos indivíduos, favorecem contextos de desenvolvimento, e, assim, fortalecem o capital social.

Frente à questão central deste estudo, é importante rever Coleman (1990). Ao teorizar sobre um vínculo causal entre capital social e acesso a recursos diversos, como emprego, renda, *status* social, etc., reconhece a função produtiva do CS, com o qual é possível alcançar metas impossíveis em sua ausência. Por conseguinte, os investimentos que se fazem em infraestrutura de educação, cultura e lazer elevam o potencial e o desenvolvimento intelectual das pessoas, estabilizam o êxodo rural e urbano, além de agregar capital social. Neste quesito, os indicadores de sustentabilidade mostram-se benéficos ao desenvolvimento.

Ainda na dimensão econômica, o melhoramento de infraestrutura é avaliado pelos trabalhadores quase sempre em referência às estruturas físicas construídas por meio de medidas governamentais. São recursos relevantes ao bem-estar da população e demarcam investimento do poder público em estruturas que favorecem o desenvolvimento. Mesmo assim, a população ainda carece de esforços governamentais e da iniciativa privada com vistas ao provimento de serviços diversos e de redes inovadoras de formação e de informação.

Outros campos também citados como melhores em função das mudanças referem-se à dimensão confiança, coletividade e solidariedade, uma das três consideradas como essenciais à avaliação do índice geral do capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí – Piauí, no decorrer desta pesquisa. Além da dimensão em voga, os pesquisados mencionam a valorização da cultura local, que, tal como confiança, coletividade e solidariedade, diz respeito ao sistema social, cujos indicadores de mensuração residem no âmbito das relações que se estabelecem entre pessoas e instituições. São fatores decisivos para o desenvolvimento de uma localidade, tanto do ponto de vista social quanto econômico. Ao gerarem capital social transformam-se em recursos, ativo de capital, podendo ser dispostos pelos indivíduos como “moeda de troca” tanto para se beneficiarem pelo desenvolvimento quanto pelo atraso, situação que revela os dois lados do capital social anteriormente mencionados – *bridging social capital* e *bonding social capital*.

Da mesma forma que Coleman (1990) privilegia o sentido produtivo do capital social, ao reiterar a relação capital social / capital humano, como antes citado, Abramovay (2000), corrobora esse entendimento ao frisar duas características do CS: a de consistir, em algum aspecto, uma estrutura social; e a de facilitar ações coordenadas dos indivíduos em tais estruturas. Sobre a última, o referido autor assim exemplifica: “quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permitem acesso a recursos bancários que, individualmente, lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser considerados como um ativo social capaz de propiciar geração de renda” (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

Os setores participação social e proteção ambiental tratam das dimensões social e ambiental, fundamentais para beneficiar as gerações presente e futura. Apesar de as práticas em vigor na realidade local ainda se mostrem frágeis e incipientes, o fato é que existem e podem ser potencializadas. Seu reforço pode fazer com que se tornem, pouco a pouco, em expressão de maior consciência da sociedade civil e política, fundamento para o efetivo desenvolvimento sustentável e para geração e acúmulo de capital social, uma vez que somente a ação consciente demonstra interesse e comprometimento, atitudes que fortalecem a presença de capital social.

Quanto à participação das pessoas contemplada na dimensão participação em organizações, grupos e redes (**Apêndice C**), os dados revelam baixo envolvimento dos pesquisados em ações voltadas à promoção do desenvolvimento local. Além de tal atitude comportamental favorecer muito pouco a sustentabilidade social, a participação ínfima indica, quase sempre, pouca disponibilidade de CS dos agentes na busca de integração visando ao agir organizado e coletivo. Em se tratando da questão ambiental, praticada no município, mormente por conta da legislação imposta, o avanço observado não assegura condições à sustentabilidade, tampouco gera capital social. Segundo Baquero (2007), a mudança de hábitos e de costumes nasce muito mais de interações cotidianas do que de uma legislação impositiva.

Com respeito à dimensão político-institucional, mensurada por meio das expressões articulação política e política fundiária, na realidade uruçuiense, ambas são consideradas quase estanques no contexto da nova ordem local. Porquanto, para se testar tal alternativa ao desenvolvimento sustentável em Uruçuí, apostando-se na teoria do CS, depende-se muito da ação dos diferentes segmentos locais, movidos por espírito coletivo, participação e comprometimento, com o intuito de provocar mudanças diferentes das que são até então verificadas. Isto exige o enfrentamento dos problemas advindos da nova ordem econômica e

social, haja vista que, embora os entraves existam há décadas, até então pouco têm sido desafiados pelos agentes sociais.

Nesse ponto da análise dos horizontes do capital social, enxergando-se mais desafios e limites do que possibilidades, tornam-se oportunas as colocações de D'Araújo (2010, p. 53), quando diz: o “[...] capital social tem a ver com tudo isso, mas, na medida em que faz do cidadão engajado o cerne da política democrática, é preciso, segundo alguns, tomar cuidado para não esquecer que o Governo também precisa ser responsável”; e de Baquero (2007, p. 110), para encerrar o tópico, “a potencialidade da mobilização autêntica dos cidadãos tem se materializado em épocas de crise.”

Logo, qualquer pesquisa sobre capital social deve levar em conta o contexto que abrange. No caso, é chegada a hora de, coletivamente, transmutar as oportunidades geradas pelo agronegócio em Uruçuí, em possibilidades de um desenvolvimento sob perspectiva bem mais ampla indo além do elemento econômico. Talvez também seja o momento de apostar na geração de uma nova cultura relacional, gerencial e institucional para o município no novo tempo político (2017-2020) já em curso, a fim de que este confirme esperanças e expectativas dos que apostam no binômio capital social e desenvolvimento para o agronegócio no cerrado do Piauí / no município de Uruçuí, em seus desafios e em suas potencialidades.

8 CONCLUSÃO

Pesquisar o capital social no cerrado do Piauí constitui item tão desafiante quanto a história de ocupação e de uso desse território que alcança o município de Uruçuí e a moderna produção industrial empresarial de *commodities*, com destaque para a soja, sobrepondo-se à agricultura tradicional familiar e produzindo mudanças positivas e negativas nas perspectivas de desenvolvimento na realidade local.

Complexidades e contrastes do contexto estudado permeiam o processo da pesquisa, uma vez que a realidade investigada caracteriza-se por limites e possibilidades de desenvolvimento, situações de avanços, rupturas e continuidades. Este é o cenário a ser considerado ao se responder as questões norteadoras do estudo, aqui contempladas, uma a uma, embora, como inevitável, entrelacem-se, como comentado no capítulo introdutório.

Continuando, confere-se que ante a hipótese central deste trabalho na qual se acredita que o crescimento econômico propiciado pelo agronegócio no município, desencadeou mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na realidade local, sem contudo favorecer o acúmulo de capital social na sociedade e, também, as práticas coletivas dos agentes sociais, o entendimento dos agentes sociais locais incorporados à amostra estudada confere que o *agrobusiness* produz uma nova ordem econômica e social da sociedade uruçuiense, cujas evidências revelam o avanço em / de algumas questões, como: incremento do comércio; mais oportunidades de emprego e de renda; condições mais favoráveis de trabalho; melhor infraestrutura física e social; dinamismo urbano acentuado; valorização da cultura local e maior advertência à questão ambiental. Em oposição, há problemas que parecem estagnados, como os que dizem respeito à política fundiária e à articulação política no que concerne ao trinômio sociedade-Governo-mercado.

Em meio de tudo isto, pontos e contrapontos, a maioria dos pesquisados admite que o dinamismo econômico advindo ao município não se dá de forma proporcional ao desenvolvimento social. Ainda perduram sérias desigualdades e inclusão deficitária dos diferentes estratos sociais frente às oportunidades geradas pelo agronegócio. Isto significa afirmar ser imprescindível aperfeiçoar a qualidade de vida da população como um todo, fazendo com que o acesso aos benefícios conquistados alcance maior número de cidadãos.

Em meio às incertezas do desenvolvimento em perspectiva mais ampla do que a econômica, a tese “Capital social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado do Piauí: desafios e potencialidades no município de Uruçuí” questiona o potencial do capital social dos agentes sociais do agronegócio. Como descrito no capítulo destinado à metodologia, busca-se

a abrangência necessária, incluindo-se uma população de 170 trabalhadores (104 trabalhadores das fazendas de soja, AS – TF e 66 empregados do comércio, AS – EC), além de sete representantes governamentais (AS – G); dois representantes institucionais (AS – I); quatro lideranças locais (AS – LL); e, por fim, quatro empresários do agronegócio (AS-E)

Neste contexto, testa-se a teoria do capital social, que integra os novos paradigmas de enfrentamento dos problemas das sociedades contemporâneas. No âmago da análise, destaca-se o papel das instituições e das interações sociais em articulação com os agentes econômicos, o contexto histórico e o entorno (em termos genéricos), reunindo numa só abordagem o pensamento econômico e social. A partir de tal premissa, é possível aferir o índice geral do capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí, em termos quantitativos e qualitativos, o que requer levar em conta a ação coletiva e participativa, alicerçada em três dimensões essenciais. A primeira, participação em organizações, grupos e redes. A segunda, alicerçada em confiança, coletividade e solidariedade. A terceira referente à ação social em sua complexidade.

Assim, tomando como referência máxima o objetivo geral enunciado *a priori*, qual seja, analisar o capital social dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí e seu potencial para influenciar o desenvolvimento sustentável, em especial, no cenário da dinâmica do agronegócio e seus dois primeiros objetivos operacionais – aferir o índice geral de capital social dos trabalhadores, considerando as dimensões ora mencionadas para mensurar sua força quanto ao fomento do desenvolvimento em Uruçuí numa dimensão além da meramente econômica, conclui-se, que o ICS dos trabalhadores, em geral, corresponde a 0,378, considerando-se os três domínios avaliados. No caso dos trabalhadores do comércio, o ICS (0,386) registrado é um pouco mais favorável do que o dos trabalhadores das fazendas (0,373) e até do ICS geral citado, contribuindo, portanto, um pouco mais com a medida global.

A medida do ICS obtém maior média para a dimensão confiança, coletividade e solidariedade 0,453 ($\pm 0,2$), seguida da dimensão ação social 0,421 ($\pm 0,1$) e da dimensão participação em organizações, grupos e redes 0,260 ($\pm 0,1$). Os índices verificados enquadram-se no baixo nível de acumulação de capital social ($0 < \text{ICS} \leq 0,5$).

Com base nos dados pesquisados, conclui-se que os fatores ou as variáveis indicativas de capital social na perspectiva dos trabalhadores do agronegócio em Uruçuí demonstraram baixa manifestação. Isto expõe limites ao capital social dos agentes sociais para modificarem os níveis de participação, cooperação, espírito coletivo, solidariedade e de engajamento com as questões e bens públicos, e transformá-los em possibilidades de políticas públicas e outros mecanismos voltados ao desenvolvimento social no município.

Ainda no que se refere ao índice de capital social (ICS) dos trabalhadores e sua avaliação segundo as dimensões exploradas, reitera-se que, em muito contribui para o baixo índice, no caso específico da dimensão participação em organizações, grupos e redes, o fato de o engajamento dos cidadãos estar restrito a um número reduzido de trabalhadores, aliado também ao total limitado de organizações, grupos e redes e à precariedade das próprias instituições em termos de recursos humanos, financeiros, materiais e infraestruturais. São elementos que põem em risco a autonomia das entidades e, mais grave do que tudo isto, fragilizam o vínculo dos associados com os objetivos das instituições e destas com as diversas expressões de questões sociais locais aliadas à falta de informação dos trabalhadores, culminando com baixo senso de responsabilidade comum ou de consciência social coletiva dos trabalhadores, nos dois segmentos investigados.

Em suma, a fragilidade participativa pouco desperta trabalhadores e empresários uruçuienses para o associativismo. Exemplo é a constatação do total irrisório de associações de moradores. E o que dizer da ausência de entidade representativa dos comerciários? Como explicar a não instalação do sindicato dos agricultores assalariados até 2016, após três décadas de agronegócio? Por conseguinte, a quase desprezível motivação coletiva não favorece a comunicação nem a articulação das associações e do único sindicato identificado (STRU) com grupos assistenciais, religiosos, de dança, etc.

E são os dados, coletados e interpretados, que permitem deduzir, em termos genéricos, que organizações, grupos e redes uruçuienses atuam como se não fizessem parte de um mesmo movimento de estruturação da sociedade local. Na verdade, desempenham no dia a dia função mais burocrática do que social e política, além de não estabelecerem, de forma sistemática e contínua, parcerias. “Porta de entrada” para comportamentos individualistas e oportunistas, os quais estimulam o chamado capital social negativo distante de configurar uma rede de interação entre organizações e agentes sociais, o que dificulta a implantação de mecanismos de enfrentamento da fragmentação e da desigualdade social.

No entanto, como ocorre ao longo de toda a pesquisa, as perguntas não comportam respostas únicas. Paralelamente, por exemplo, mesmo este incipiente e visível nível de participação e de organização social dos agentes ora constatado traz subjacente um evidente potencial participativo pouco explorado e valorizado. É paradoxal ou soa paradoxal, mas mesmo o incipiente nível de participação e organização social dos trabalhadores revela a existência de um potencial participativo, pouco explorado ou valorizado, talvez porque organizações e associados se sintam impotentes para fazer emergir novas forças sociais,

sentimento que geralmente aflora em contextos onde os cidadãos se sentem explorados, alienados, dependentes e alijados do processo de desenvolvimento.

Quanto à dimensão confiança, coletividade e solidariedade relacionada ao capital social cognitivo, esta foi avaliada como a melhor a colaborar para o estoque de capital social dos trabalhadores, além de assegurar o realce de algumas características da sociedade uruçuiense descritas tanto pelos locais como pelos outros residentes como atributos da cultura local e que não sucumbiram, apesar de impactadas pela nova ordem local. Permanecem formatando a tessitura do sistema social, muito embora de forma mais latente do que ativa, no que se infere ser um estoque de capital social a ser mais bem explorado nas relações interpessoais e institucionais, além de utilizado, gasto e estimulado nos relacionamentos comunitários com os grupos de referência (parentes, amigos, vizinhos) na vida pública institucional e nas transações mercantis de forma a alicerçar condições ao desenvolvimento social e econômico.

Ademais, constata-se que as relações entre os uruçuienses e os outros residentes ocorrem mediadas por reciprocidade e respeito mútuo. Porém, quando o tema é a divisão de trabalho há expressões preconceituosas em ambas as direções, sobretudo, porque há uma velada projeção de que o trabalhador local é mais acomodado e menos proativo. De qualquer forma, é evidente que o nível pouco significativo de CS para a dimensão em discussão pode ser incrementado mediante esforço conjunto Governo / sociedade / empresas, esforço este que pode se configurar como ativo de capital social. Como tal, cresce e se acumula com o uso, diferentemente do que se dá na linha do capital financeiro. Assim, a dimensão confiança, coletividade e solidariedade propicia menor incidência de conflitos nas redes relacionais, conduzindo a uma coesão social mais intensa no território, graças à valorização de manifestações populares, como quermesses, festejos religiosos, reisado, festas juninas e muitas outras.

A avaliação da dimensão ação social, segunda melhor classificada pelos trabalhadores, mostra que os agentes sociais estudados pouco se engajam no desenvolvimento do município. Quase nunca contestam a ordem de produção local e a estrutura vigente da sociedade que giram em torno do sistema econômico em detrimento do social. Também raramente mobilizam-se frente às alternativas de ampliação das oportunidades geradas pelo agronegócio com vistas à maior inclusão da população. O frágil movimento protagônico dos coletivos locais do passado parece se reproduzir em pleno século XXI, quando cresce a necessidade de melhorar o empoderamento dos indivíduos para engajamento em lutas mais amplas.

Por exemplo, apesar de melhorias alcançadas em decorrência do agronegócio, como os objetivos específicos três e quatro exploram em trajetos não lineares ao longo da tese – discutir questões da realidade local relacionadas às dimensões do desenvolvimento sustentável no município, na visão dos sujeitos da pesquisa; e inferir sobre desafios e potencialidades de desenvolvimento na perspectiva do CS – é incontestável que, ao lado de avanços, há retrocessos no município. Quer dizer, novas necessidades têm sido geradas; outras, não atendidas.

Diante do agravamento de demandas não supridas no curso da dinâmica local, fortalecer organizações, grupos e redes existentes e consolidar outros movimentos parecem alternativas possíveis para atender às referidas demandas. Da mesma forma, constitui também alternativa válida incrementar a participação ativa dos agentes sociais em questões públicas locais, estaduais e nacionais. Um exemplo significativo é o engajamento nas eleições para escolha de seus representantes por meio da avaliação dos projetos por eles defendidos ao invés de simplesmente comparecerem às urnas para votar.

É, ainda, essencial tornar os partidos políticos e os segmentos governamentais mais confiáveis para favorecer a gestão pública participativa, transparente e democrática, promovendo a articulação entre os segmentos básicos sociedade-Governo-mercado para o agir com-junto, alterando o que ainda persiste a exigir sérias mudanças, a exemplo das políticas fundiária e ambiental.

Apenas cinco trabalhadores das fazendas e dois empregados do comércio apresentaram nível alto de capital social para a dimensão ação social. Porém, apesar do baixo protagonismo social e político dos agentes, há experiências de engajamento das organizações locais em mobilizações coletivas, com registro de conquista de benefícios e melhorias para a população, como mencionado em diferentes momentos. Fatores que foram fundamentais ao desenvolvimento econômico no município, à semelhança de estradas, fornecimento de água potável, energia, mais escolas, primeiros maquinários agrícolas, melhorias habitacionais, calçamento, meios de comunicação, infraestruturas imprescindíveis à modernização agrícola e à instalação e à expansão do agronegócio.

Todavia, os agentes sociais locais contam com insuficiente informação para a reflexão crítica sobre as problemáticas advindas do processo de modernização da agricultura, ainda não solucionadas pela dinâmica do agronegócio, e que segmentaram a população do município, economicamente e socialmente, criando os mais e os menos incluídos nas oportunidades do agronegócio, mesmo que dificilmente se identifique quem não tenha sido

beneficiado, dada à importância do *agrobusiness* e sua cadeia produtiva e comercial na realidade local.

Como discutido em diferentes itens, ao final, comprova-se, de forma irrefutável, quão complexo é estudar o capital social e desenvolvimento no agronegócio em meio ao cerrado do Piauí. Afinal, como expresso no item 7.2.1, impossível destacar tão somente os benefícios ou os malefícios do agronegócio. Os dados mostram, um a um, como a agricultura moderna vem alterando a realidade em Uruçuí. A segmentação da população em estratos economicamente e socialmente mais favorecidos (grupo restrito), em oposição a uma parcela significativa excluída das oportunidades do *agrobusiness* (em maior escala), é uma verdade social, econômica, política e cultural, pois apesar do agronegócio gerar empregos diretos e indiretos, a contratação da mão de obra local é modesta se comparada com a lucratividade assegurada às empresas. E mais, há manifesta preferência por profissionais mais qualificados advindos de outros municípios ou Estados para as funções mais bem remuneradas.

Isto é, mesmo quando a totalidade dos trabalhadores das fazendas de soja e dos empregados do comércio admite o desenvolvimento econômico advindo do *agrobusiness*, a maioria não confirma que isto ocorra de forma proporcional às melhorias sociais, com diminuição de pobreza e de disparidades socioeconômicas, e, por conseguinte, com maior inclusão da população. Ou seja, se, por um lado, o agronegócio moderniza a produção agrícola, gera riquezas e torna Uruçuí e o Piauí mais competitivos e em sintonia com o mercado global de *commodities*; por outro lado, pouco tem investido na acumulação de riquezas sociais. Reitera-se: este desencontro torna o tecido social uruçuiense extremamente frágil para gerar capital social e transformar a dinâmica econômica em curso no município em possibilidades de desenvolvimento além do econômico: mais social, mais humano e, especialmente, sustentável.

Aliás, esta percepção figura como uma tônica dos depoimentos dos pesquisados. Estes confirmam, reiteradamente, que o município não atingiu a autonomia econômica. Prosseguem afirmando que o quinhão da soja está concentrado em mãos de seletos grupos, o que não favorece prosperidade econômica ao conjunto da sociedade. Aos trabalhadores e aos cidadãos em geral, partilha-se “muito pouco” em comparação com os superávits contabilizados na balança comercial de *commodities*.

Registra-se, pois, que os excedentes gerados devem voltar ao município sob a forma de políticas públicas, infraestrutura e logística de apoio à população. Neste momento, isto significa afirmar que o capital social frente ao desenvolvimento no agronegócio no cerrado do Piauí e em Uruçuí, particularmente, corresponde a um objeto de estudo que requer

aprofundamento e, quiçá, novos estudos visando elucidar se a marginalização da questão ora posta e relacionada à educação *versus* trabalho no contexto do agronegócio local, justifica-se pela qualificação profissional melhor ou pior ou pela oferta de emprego (maior ou menor) ou por ambos os fatores involucrados e indissociáveis, para exemplificar.

Por conseguinte, para se implementar o desenvolvimento em Uruçuí, numa perspectiva mais ampla do que a econômica ou socialmente sustentável com melhoria das condições de vida da população, bem-estar e proteção ambiental, potencializado pelo capital social, o foco da ação social dos agentes sociais locais não pode / não deve ser a acumulação econômica. Ao contrário. Deve-se, sim, investir na produção e na reprodução de riquezas sociais egressas do próprio município de modo que fomentem um processo endógeno de mudanças e gerem condições diferentes ao desenvolvimento, de forma articulada com a dinâmica global do agronegócio, por mais desafiante que possa parecer.

Deste modo, a ação social coloca-se como contrapartida essencial à construção de ações e de projetos inovadores para o desenvolvimento de Uruçuí (2010), assegurando sintonia permanente com os projetos e planos que reafirmem a diversidade socioeconômica e cultural das identidades regionais e territoriais em direção contrária à tendência de formação de sistemas econômicos mundiais. Inútil negar: os pressupostos das teorias econômicas já se mostram insuficientes para explicar o crescimento desigual de nações, regiões e localidades.

Tarefa fácil? Como dito um pouco antes, nada é fácil em estudos que reúnem capital social e desenvolvimento, sobretudo, no contexto pesquisado em que há mais desafios do que possibilidades para transformar o capital social dos agentes sociais, considerando-se o baixo nível de seu CS, mormente, no caso dos trabalhadores do agronegócio aferido, discutido e analisado. Porém, esta não constitui constatação pontual. Não localiza-se restritamente ao contexto estudado, mas incorpora, em maior, ou menor grau, o limite da própria teoria do capital social para protagonizar *per se* o desenvolvimento sustentável de uma localidade sob forte influência do capital financeiro.

Sem polarizar os resultados da pesquisa numa escala de extremos representados pelas citadas mudanças positivas e / ou negativas, não se pode refutar os inúmeros depoimentos dos sujeitos da pesquisa e com os quais concordamos: o agronegócio tem alavancado a economia uruçuiense para patamar possivelmente pouco alcançável por outros municípios do cerrado piauiense, sob outras condicionalidades. Todavia, é premente avançar no fortalecimento do sistema social local, cujo tecido se encontra bastante esgarçado, sem recorrer a “remendos” com medidas de não enfrentamento das assimetrias advindas do *agrobusiness*.

Eis, então, resposta clara à hipótese enunciada na etapa introdutória, confirmando-a: sim, o agronegócio favoreceu / favorece o crescimento / desenvolvimento econômico em Uruçuí, cuja dinâmica vem desencadeando, na realidade local, mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. No entanto, não favoreceu / favorece o acúmulo de capital social na sociedade, tampouco as práticas coletivas dos agentes sociais.

Tal veredicto resulta da análise em curso, a qual lança mão, o tempo todo, de afirmações e de negações dos partícipes da pesquisa sobre possibilidades favorecedoras do desenvolvimento sustentável no município uruçuiense sem perder de vista o referencial teórico. É ele que permite a busca de sugestões para enfrentar desafios e potencialidades na realidade estudada, até porque o contínuo encadeamento afirmação-negação parece inerente ao binômio capital social e desenvolvimento.

Assim, sem qualquer intenção de apresentar “receita ao desenvolvimento sustentável em Uruçuí”, talvez se possa sugerir aos agentes sociais locais que, para um novo projeto a ser gestado e gerenciado por governantes, instituições e sociedade, considerem, também, a produção e a reprodução de riquezas sociais, ou seja, por que não apostar num projeto de desenvolvimento para o município de Uruçuí, que permita o aproveitamento de possibilidades já consolidadas, para, então, multiplicá-las e torná-las mais acessíveis à sociedade num conjunto de capital e social?

O capital social, ao assumir a função de instrumento para a recuperação das consequências positivas da sociabilidade e de suas relações não monetárias, impulsiona esforços coletivos voltados ao melhor desempenho das instituições públicas e não públicas, além de patrocinar a cultura política predisposta ao respeito, à dignidade e à cidadania. Eis constructos importantes ao desenvolvimento, valiosos à sustentabilidade social, cultural e política na sociedade uruçuiense, cuja ordem produtiva e de organização da sociedade segue a lógica do capital. Porém, pergunta-se: quem sabe, talvez se possa regar sementes que brotem e façam nascer novos grãos de esperança e de cidadania não apenas em Uruçuí, mas também nos cerrados do Piauí?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 379-397, abr. / jun. 2000.

ABRANCHES, S. M. S.; RODRIGUES, L. **Capital social e desenvolvimento**: o caso da comunidade Tapera – Riacho dos Machados. Montes Claros: Unimontes, 2009.

AB’SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Ed, 2003.

ABUL-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma visão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 47, p 65-79, jan. / jun. 1999.

AGUIAR, T. de J. A. de. **Ocupação do cerrado piauiense**: modelo agrícola e desenvolvimento sustentável em Uruçuí. 2005. f. Tese (Doutorado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

AGUIAR, T. de J. A. de; MONTEIRO, M. do S. L. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-19, jul. / dez. 2005.

ALHO, C. J.; MARTINS, E. S. **De grão em grão o cerrado perde espaço** (cerrado – impactos do processo de ocupação). Brasília: WWF, 1995.

ALMEIDA, M. das G. C. de. (Org.). **Sujeitos sociais e institucionalidades no processo de gestão social do desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2010. (Texto organizado para subsidiar discussões sobre gestão social de políticas públicas no Curso de Extensão sobre Gestão Social de Políticas Educacionais).

ALVES, F. J. C.; NOVAES, J. R. P. Dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado de Letras, 1996. p. 301-318.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Região centro-norte de Brasil: dinâmicas territoriais recentes em el campo y en la ciudad. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 1, p. 47-60, ene. / jun. 2014.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, p. 35- 71, dez. 1996.

ANDRADE, E. de O.; CÂNDIDO, G. A. A relação entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável: uma análise comparativa entre municípios. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 6-10 set. 2008, Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. A questão fundiária sob o impacto do agronegócio no cerrado piauiense. **Revista FSA**, Teresina, v.12, n.4, jul. / ago. 2015.

ARAÚJO, A. A. de. **Modernização na fronteira agrícola dos cerrados piauienses**: o caso de Bom Jesus. 2005. 164 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2005.

ARAÚJO, M. R. S. de. **Determinações territoriais da agricultura mundializada**: a soja nos espaços rurais e urbanos de Uruçuí – PI. 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP, 2016.

ARAÚJO, M. R. S. de; ARAÚJO, J. L. L. de. A instituição dos cerrados piauienses como fronteira agrícola: o estado e os capitais privados reorganizando espaços. In: LOPES, W. G. R. *et al.* **Cerrado piauiense**: uma visão multidisciplinar. Teresina: EDUFPI, 2007. p. 31-52.

ARAÚJO, M. R. S. de; MORAES, M. D. C. Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 3., 23-26 maio 2006, Brasília – DF. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.

ARENDT, H. **A condição humana**. 4. ed. Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

ARROW, K. J. The economic implications of learning by doing. **The Review of Economic Studies**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 155-173, jun. 1962.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.

_____. **Democracia e desigualdades na América Latina**: novas perspectivas. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 205 p

_____. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008a.

_____. A desigualdade política na América Latina. Bases para construção de uma cultura política participativa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: DEMOCRACIA EM DEBATE, 3-5 set. 2008b, Porto Alegre – RS. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008b.

_____. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A. Capital social e empoderamento como construtores de cidadania plena em sociedades em desenvolvimento. In: MARQUES, A.; MATOS, H. (Org.). **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011. p. 231-254.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. A. de. Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 9-11 set. 2015, Porto Alegre – RS. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan. / abr. 2012.

BARBOSA, A. M. F. **(Re)organização territorial no cerrado piauiense**. 2009. f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2009.

BARBOSA, A. M. F.; MONTEIRO, M. S. L. (Re)organização socioterritorial no cerrado piauiense. SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O EQUILÍBRIO ENTRE SOCIEDADE, AGRONEGÓCIO E RURAIS NATIVOS, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília – DF. **Anais...** Brasília: Parla Mundi, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARRETO, R. C. S. **Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará**: um estudo de caso. 2004. f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa Regional de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2004.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, [S. l.], n. 12, p. 135-159, set. 2001.

_____. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e / ou possibilidade? 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 27-94.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C. (Org.). **Localizando o desenvolvimento**: o local e a tradição na busca da sustentabilidade. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2003.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Acts de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.31, p.2-3, jan. 1980.

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Diretrizes estratégicas do fundo setorial de agronegócio**. Brasília, 2002.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Relatório da Brundtland Comission. Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável: metodologia e planejamento**. São Paulo: Garamond, 2008.

BUSSAB, O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAMINATI, J. G. de O. *et al.* Desenvolvimento sustentável e capital social: confiança, cooperação e participação política no Paraná. SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2004, São Paulo – SP. **Anais...** São Paulo: [s. n.], 2004.

COLEMAN, J. S. Social capital. In: _____. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990. p. 300-321.

_____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, Supplement: organizations and institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure, p. S95-S120, 1988.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Levantamento econômico da América Latina e do Caribe: relatórios anuais de 1990 a 1995**. Santiago do Chile: ONU, 1990.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **[Informações dispersas]**. Teresina, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2017.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS & ASSOCIADOS DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Assentamento Flores** [Associação Comunitária de Desenvolvimento do Assentamento Flores]. Teresina: COOTAPI & Associados, Incra – PI, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 175-213.

DANTAS, K. P. **Valoração econômica dos efeitos internos da erosão na produção de soja no cerrado piauiense**. 2009. f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2009.

D'ARAÚJO, M. C. **Capital social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2006.

DURSTON, J. **Construção do capital social em comunidades rurais: onde ele não existe**. Santiago, Chile: CEPAL, 1998.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOGRÁFICA. DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EM EL MUNDO, EN LA GEOGRAFÍA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES: 1999-2008, 10., 2008, Barcelona – España. **Anais eletrônicos...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.

FERNANDES, O. **A questão agrária no Brasil: ensaio sobre as lutas sociais no meio rural**. Belo Horizonte: Sinpro, 1997.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n.1, p.31-55, jan. / mar. 2011.

ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio / ago. 2005.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, [S. l.], v. 24, n. 6, p. 1119-1132, June 1996.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. **Intercambios**, n. 64, 2006. Disponível em: <<http://www.rimep.org/getdoc.php?docid+3736>>. Acesso em: 14 maio 2017.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan. / jun. 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **Social capital and civil society**. Fairfax: The Institute of Public Policy, 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (Fundação Cepro). **Cerrados piauienses: estudo e análise de suas potencialidades (impacto da exploração da riqueza sobre a população da região)**. Teresina, 2014.

FUNK, F.; ALVES, L. R. **Dissociação, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno: o papel do capital social**. 2010. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer1a=cache:-tpGvBDv844>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Nacional, 2007.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GROOTAERT, C. **Social capital initiative**. Washington, DC: The World Bank, 1998.

GROOTAERT, C. *et al.* **Measuring social capital: an integrated questionnaire**. Washington, DC: World Bank, 2004. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/515261468740392133/Measuring-social-capital-an-integrated-questionnaire>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T. (Ed.). **Understanding and measuring social capital**. Washington, DC: The World Bank, 2002.

GUATTARI, F. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIMARÃES, G. M. A. **Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade**: um estudo de caso em Rio Verde – GO. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) Programa Pós-Graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2010.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e “baianos” no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 367-415.

HANIFAN, J. L. The rural school community center. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], n. 67, p. 130-138, 1916.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, FLORIANÓPOLIS. **Anais...** Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em 15 jan. 2017.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD / Ipea / FJP, 2013. 96 p. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013)

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115-141, set. / out. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Caderno Cidades Piauí**: Uruçuí. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2211207s>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA**: área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes (produção agrícola municipal de soja em 2015, no sudoeste piauiense). 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. New York: Random House, 1961.

KAGEYAMA, A. Pluriatividades e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 3., 1998, Poços de Caldas – MG. **Anais...** 2002. Poços de Caldas: SOBER, 1998.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará**: estudo de caso. Fortaleza: UFC / CCA / DEA, 2002.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n. 4, p.733-743, 2009.

KRISHNA, A. Creating and harnessing social capital. In: SERAGELDIN, I.; DASGUPTA, P. (Ed.). **Social capital**: a multifaceted perspective. Washington: The World Bank, 2000. p. 71-93.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. Reestruturação da produção agrícola e organização do espaço agrário piauiense: o agronegócio da *commodity* soja. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 13-28, jul. / dez. 2010.

LEFF, E. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In: _____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. In: VIEIRA, P. F. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED / Secco, 2010.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LOURY, G. A dynamic theory of racial income differences. In: WALLACE, P. A.; LE MIND, A. **Women, minorities and employment discrimination**. Lexington: Lexington Books, 1977.

MACKE, J. **Programas de responsabilidade social corporativa e capital social: contribuição para o desenvolvimento local?** 2005 f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2005.

MARQUELLI, R. P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. 2003. f. Monografia (*Master in Business Administration* (MBA) em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) – Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas / *Ecobusiness School*, Brasília – DF, 2003.

MARQUES, C. H. S. *et al.* **Desenvolvimento territorial: estudo de caso do município de Uruçuí – PI**. 2006. f. Monografia (*Master in Business Administration* (MBA) em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), Brasília – DF, 2006.

MARTINS, C. B. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 2, set. 1987.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) dos Estados brasileiros e dos municípios da Paraíba**. João Pessoa: SEBRAE, 2008.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MASULO, P. M. do N.; MORAES, M. D. C de. Trabalho escravo no agronegócio, no Piauí. Desafio às políticas públicas de erradicação. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4-7 set. 2012, Teresina – PI. **Anais...** Teresina: [s. n.], 2012.

MATHIAS, J. F. C. M. Modernização e produtividade da agropecuária brasileira. In: EARP, F. S.; BASTIAN, E. F.; MODENESI, A. M. (Org.). **Como vai o Brasil?** A economia brasileira no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Imã Ed., 2014. p. 429-494.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 22, v. 2, p. 290-322, ago. / dez. 2011.

MEADOWS, D. H. *et al.* **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: CONFERÊNCIA REGIONAL. SAN JOSÉ ISTR-LAC, 4., 2003, San José – Costa Rica. **Anais...** San José: [s. n.], 2003.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. F. *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIYAZAKI, J. *et al.* Capital social na agricultura rural orgânica no oeste do Paraná. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 13-15 out. 2005, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2005.

MONTEIRO, A. Piauí espera boa colheita em 2017: mesmo com a insatisfação no clima, produtores fazem apostas altas para a produção. **Revista Cidade Verde**, Teresina, p. 34-37, 22 jan. 2017.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação imobiliária. 2002. 241 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2002.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 / 90. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTEIRO, M. do S. L.; AGUIAR, T. de J. A. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). **Difusão do**

agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 211-233.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado:** modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. 481 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.

MORANTA, T. V.; URRÚTIA, E. P. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, Barcelona, v. 36, n. 3, p. 281-297, 2005.

MULS, L. M. **O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí:** o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas. 2004. 427 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, 2004.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, New York, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NARAYAN, D. **Bonds and bridges:** social capital and poverty. Washington, DC: World Bank, 1999.

NARAYAN, D.; CASSIDY, M. A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory. **Current Sociology**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 59-102, 2001

NASCIMENTO, H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano:** a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. 2000. f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.

NAVAES, A. M.; ABREU, E. A. P.; SOARES, A. P. A. A relação entre o capital social e o desenvolvimento local: o caso das comunidades rurais de baixo rendimento em Pernambuco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 48., 25-28 jul. 2010, Campo Grande – MS. **Anais...** 2010. Campo Grande: SOBER, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. p. 465-534.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio / dez. 2003.

OLIVEIRA, R. J. S. P. **Inovação ambiental e o arranjo produtivo local de soja no cerrado piauiense**. 2015. f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2015.

PATTUSSI, M. P. *et al.* Capital social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1525-1546, ago. 2006.

PAVARINA, P. R. de J. P. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do Estado de São Paulo**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP, 2003.

PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Ed., 2009. p. 89-113.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 33, p.133-158, 2000.

PREBISCH, R. **Contra el monetarismo**. 2. ed. Buenos Aires: El Cid Ed., 1982.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiário**, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O265.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RODRIGUES, M. A. **Caracterização socioeconômica da produção primária da cadeia produtiva da soja no município de Uruçuí – PI**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional) – Programa de Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2015.

ROMANIELLO, M. M. **Capital social e *accountability* em organizações cafeeiras no sul do Estado de Minas Gerais**. 2009. 128 f. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 5, n. 94, p. 1002-1037, 1986.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa; Campina Grande: UFPB, 2002.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, set. / dez. 2001.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 30, p.213-242, ago. 1997.

_____. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n. 33, p.149-156, maio / ago. 1998.

_____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p.29-63, set. / dez. 1995.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALOMÃO, A; SEIBEL, F. Os 10 novos polos do agronegócio. **Revista Exame**. 8 ago. 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/849/noticias/os-10-novos-polos-do-agronegocio-m0080017>>. Acesso em: 5 maio 2017.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dimensão sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil**: a socialização dos jovens brasileiros na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 1-17, Mar. 1961).

SEIFFERT, M. E. B. Desenvolvimento sustentável. In: **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SICHE, R. *et al.* Índices *versus* indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, 137-148, jul. / dez. 2007.

SILVA, A. J. da. **Agricultura familiar e a territorialização / desterritorialização / reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense**: hibridismo sociocultural marginal em Uruçuí. 2016. 325 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2016.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; BARBOSA, E. L. Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 81-97, dez. 2016a.

_____. Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v.36, n. 21, p. 14, 2015.

_____. Revisão sobre a expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense: políticas públicas, modernização produtiva e questões socioambientais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 54., 14-17 ago. 2016b, Maceió – AL. **Anais...** Maceió: UFAL / SOBER, 2016b.

SILVA, J. O. da; NAZZARI, R. K.; PONTES FILHO, A. P. Capital social e comportamento eleitoral em Cascavel em 2004. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v.5, n. 9, p. 49-64, 2º sem. 2006.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, [S. l.], v. 70, n. 1, p. 65-94, Feb. 1956.

SOUSA, I. S. F. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Cadernos de Difusão Tecnológica**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio / ago. 1987.

SOUSA, M. J. L. de. O território: tudo sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

SOUZA, E. G. de; ANDRADE, E. de O.; CÂNDIDO, G. A. A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável: um estudo exploratório nos municípios produtores de leite bovino no Estado da Paraíba. In: CÂNDIDO, G. A. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores de sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas**. Campina Grande: UFCG, 2010.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

STERN, N. A. Strategy for development. In: PLESKOVIC, B.; STERN, N. **Annual World Bank Conference on Development Economics 2001 / 2002**. Washington, DC: World Bank, 2002.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Ed., 1988.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.

TONINI, H.; MACKE, J. Confiança e capital social para o desenvolvimento de comunidades rurais: o caso da Aprovale. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 99-111, 2007.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

URUCUI. Prefeitura Municipal. **Lei n. 592**, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre Plano Diretor Participativo do município de Urucuí, e dá outras providências. 2010. 26 p. Disponível em: <<http://urucui.pi.gov.br/uploads/leis/00001311.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VASCONCELOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: *empowerment***, sua história, teoria e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 101-119 set. / dez. 2001.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERSCHOORE FILHO, J. R. de S. Participação e cooperação: elementos para uma nova política de desenvolvimento regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 86-114, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DO PROJETO: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí
NOME DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL: WILZA GOMES REIS LOPES
INSTITUIÇÃO / DEPARTAMENTO: UFPI / Centro de Tecnologia
TELEFONE PARA CONTATO: (86) 99432 – 3428
PESQUISADORA PARTICIPANTE: LUCIA DA SILVA VILARINHO
TELEFONE PARA CONTATO: (86) 99452 – 1681
PESQUISADOR COPARTICIPANTE: MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO
TELEFONE PARA CONTATO: (86) 99452 - 0522

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí**”, que será realizada no município de Uruçuí. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, tome sua decisão livremente e sem pressão. Leia atentamente as instruções e esclareça todas as dúvidas com a responsável pela pesquisa – Wilza Gomes Reis Lopes, Professora da Universidade Federal do Piauí. Após todos os esclarecimentos e se aceitar fazer parte da pesquisa, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA, OBJETIVOS, DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS, FORMA DE ACOMPANHAMENTO: o objetivo da pesquisa é analisar as potencialidades do crescimento econômico em curso no cerrado piauiense, fomentar a construção e o fortalecimento do capital social e, a partir disso, empreender o desenvolvimento local sustentável. Trata-se de pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com o uso dos instrumentos: questionário e entrevista semiestruturada visando à produção dos dados primários. Os questionários e as entrevistas serão aplicadas com representantes dos agentes sociais do município de Uruçuí, lócus da pesquisa, em local e data que melhor convier aos respondentes. As entrevistas serão gravadas, mediante autorização, e depois analisadas a partir do método de análise de conteúdo. As respostas serão mantidas sob sigilo absoluto.

ESPECIFICAÇÕES DE RISCOS, PREJUÍZOS, DESCONFORTO, LESÕES QUE PODEM SER PROVOCADOS PELA PESQUISA: o preenchimento dos questionários e a participação nas entrevistas não poderão lhe representar qualquer prejuízo, lesão ou desconforto e, quanto aos riscos de ordem física ou psicológica, esses são praticamente inexistentes, haja vista não se tratar de experimentação (química, biológica)

com seres humanos, tampouco com animais e plantas. Trata-se de investigação interdisciplinar sobre o capital social e o desenvolvimento local de Uruçuí. Além do mais, na divulgação dos resultados, sobretudo daqueles relacionados às opiniões pessoais e ideológicas, sobre as questões pesquisadas, não serão reveladas as identidades dos sujeitos respondentes, isto é, a investigação priorizará o anonimato dos agentes sociais locais, utilizando-se, quando necessário, de nomes fictícios para retratar o problema estudado.

DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: sua participação tem o intuito de levantar informações sobre o capital social dos agentes sociais locais de Uruçuí diretamente relacionados / envolvidos com a agricultura da soja e sua relação com o desenvolvimento local sustentável. Quanto aos benefícios do estudo, pode-se citar a contribuição da análise do capital social no cerrado piauiense e a divulgação das lições aprendidas a partir da experiência de Uruçuí; fomentar o debate sobre o desenvolvimento sustentável do Estado a partir “do local”; e ainda colaborar com os estudos acadêmicos e outras produções de conhecimento nesse campo de investigação. Para a discussão do tema serão utilizados os instrumentos de coleta de dados: questionário e entrevista semiestruturada. Ambos serão detalhadamente explicados antes de sua aplicação e, ao final da pesquisa, deixaremos disponível uma versão do trabalho para o conhecimento de todos na organização social / no grupo de que você faz parte.

PROCEDIMENTOS, INTERVENÇÕES, TRATAMENTOS, MÉTODOS: caso concorde em fazer parte desta pesquisa, será convidado(a) a responder o questionário e / ou a entrevista, que abrangem informações sobre capital social (participação em organizações e grupos; confiança, solidariedade e coletividade; comunicação e informação; poder e ação social) e desenvolvimento local sustentável de Uruçuí, que terá duração (cada um) de 45 minutos a uma hora.

GARANTIA DE ACESSO: em qualquer momento da pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas, avisos e agenda de visitas, você poderá ter acesso à pesquisadora por meio do telefone antes citado.

GARANTIA DE SIGILO: se você concordar em participar da pesquisa, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente a pesquisadora, a equipe de pesquisa, representante do patrocinador (quando presente), Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do Governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

ESCLARECIMENTO DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO, TÉRMINO, DIREITO DE RETIRAR O CONSENTIMENTO: sua participação na pesquisa será de 45 minutos a uma hora. Reiteramos que você tem o direito de retirar o seu consentimento na pesquisa a qualquer momento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO / RESPONDENTE:

Eu, _____,
 RG _____, abaixo-assinado, concordo em participar da pesquisa “**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí**”, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Eu discuti com a Professora Wilza Gomes Reis Lopes sobre a minha decisão em participar nessa pesquisa. Ficaram claros para mim quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de quaisquer despesas e que tenho garantia de acesso aos pesquisadores e a atendimento médico durante a pesquisa, caso necessite. Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento.

Uruçuí, _____ / _____ / _____

 Nome e assinatura do sujeito respondente

 Impressão do dedo polegar (caso não saiba assinar)

Precisamos da solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar:

Testemunhas (não ligados à equipe de pesquisadores):

NOME: _____

RG: _____

ASSINATURA: _____

NOME: _____

RG: _____

ASSINATURA: _____

(Somente para o pesquisador responsável pelo contato e tomada do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, TCLE)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação nesta pesquisa.

Uruçuí, _____ / _____ / _____

Assinatura da pesquisadora responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa / UFPI
Pró-Reitoria de Pesquisa (PROSPEQ)
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela
Bairro Ininga.
CEP: 64.049-550 Teresina – PI

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

Associação Plena
em Rede



**TESE: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO
CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí
PESQUISADORA: Lucia da Silva Vilarinho**

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Dados de controle:

Ficha n.: _____

Data de preenchimento: ___ / ___ / _____

Segmento: (1) Institucional / governamental (2) Setor empresarial (3) Trabalhador (4) Liderança local

Dados de caracterização:

Idade (em anos completos): _____	Ocupação:
Gênero:	1. () Agricultor(a) familiar
1. () Masculino	2. () Agricultor(a) empresário(a)
2. () Feminino	3. () Comerciante
Estado civil:	4. () Funcionário(a) público(a)
1. () Casado(a) / união estável	5. () Estudante
2. () Solteiro(a)	6. () Do lar
3. () Separado(a), divorciado(a)	7. () Trabalhador(a) rural assalariado(a)
4. () Viúvo(a)	8. () Empresário(a)
Cidade (e Estado) onde nasceu:	9. () Professor(a)
_____ (_____)	10. () Profissional liberal
Tempo de moradia em Uruçuí (em anos): _____	11. () Outra: _____
1. () Menos de cinco anos	Natureza do vínculo empregatício (marque dois):
2. () Entre cinco e 10 anos	1. () Formal
3. () Mais de 10 anos	2. () Informal
Local de moradia:	1. () Permanente
1. () Zona urbana	2. () Temporário
2. () Zona rural	Renda familiar (em salários mínimos):
	1. () Até ½ salário mínimo (SM) (até R\$ 440,00)
	2. () Mais ½ até um SM (de 440,01 a R\$ 880,00)
	4. () Mais de dois e até três SM (de 1.760,01 a 2.640,00)
	5. () Mais de três SM e até quatro SM (2.640,01 a 3.520,00)
	6. () Mais de quatro SM e até cinco SM (de 3.520,01 a

	4.400,00) 7. () Mais de cinco SM (mais de R\$ 5.280,00)
Considerando o lugar onde você mora hoje:	
1. () Você e sua família sempre viveram neste lugar. 2. () Seus pais / avós / companheiro(a) vieram para este lugar e ficaram. 3. () Você veio em busca de melhoria de vida e ficou.	Tem filhos? 1. () Sim. Quantos? _____ 2. () Não
Você espera estar morando neste mesmo local daqui a cinco anos? 1. () Sim 2. () Não	
Escolaridade: 1. () Ensino fundamental completo 2. () Ensino fundamental incompleto 3. () Ensino médio completo 4. () Ensino médio incompleto 5. () Universitário completo 6. () Universitário incompleto 7. () Pós-graduado(a) 8. () Semialfabetizado(a) 9. () Técnico profissionalizante completo 10. () Técnico profissionalizante incompleto 11. () Não alfabetizado(a)	

Questões relacionadas à soja:

A chegada da cultura da soja em Uruçuí melhorou sua condição de vida? 1. () Sim 2. () Não Explique: _____ _____ _____	
No que você trabalhava antes da atividade da soja em Uruçuí? _____	
Você e / ou sua família consome(m) soja? 2. () Não	
1. () Sim:	() Óleo () Biscoito () Margarina () Outro: _____ () Grão () Farinha () Leite
Já consumia antes da chegada da soja em Uruçuí? 1. () Sim 2. () Não	
O consumo teve início com a chegada da soja em Uruçuí? 1. () Sim 2. () Não	

APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

Associação Plena
em Rede



**TESE: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO
CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí
PESQUISADORA: Lucia da Silva Vilarinho**

QUESTIONÁRIO PARA MEDIDA DO CAPITAL SOCIAL

Estamos realizando pesquisa junto ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste / Universidade Federal do Piauí (PRODEMA / TROPEN / UFPI), com o título: “**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí.**” Este questionário tem o objetivo de avaliar o capital social dos agentes sociais locais de Uruçuí relacionados diretamente com o agronegócio da soja, nas dimensões: participação em grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade; ação política. Para isso, sua opinião e participação são muito importantes. Por favor, reflita sobre sua participação para decidir o dia a dia da vida em comunidade e responda às questões a seguir. Não existem respostas certas ou erradas, o que vale é sua opinião. As respostas serão mantidas em sigilo.

Dados de controle:

Ficha n.: _____

Data de preenchimento: ___ / ___ / _____

Segmento: (1) Institucional / governamental (2) Setor empresarial (3) Trabalhador (4) Liderança local

Dimensão 1: Participação em organizações, grupos e redes

a) Em relação ao número de organizações / grupos existentes em Uruçuí, avalie:

1. () Atualmente há mais organizações em comparação a 10 anos.
2. () No passado havia mais.
3. () Igual a 10 anos antes.
4. () Não sei informar.

b) Você participa ativamente de alguma organização / grupo local?

1. Sim
2. Não

Se você não participa, por favor, responda às perguntas “c” e “d”, em seguida salte para a questão “p”. Se você participa, responda a partir da questão “e”.

c) Por que não participa?

1. Desinteresse.
2. Falta de informação.
3. Outro motivo: _____

d) Você gostaria de participar?

1. Sim
2. Não

e) De qual organização / grupo local você participa?

f) Há quanto tempo?

1. Mais de cinco anos.
2. Um pouco mais de um ano (entre um e cinco anos).
3. Menos de um ano (ou até um ano).

g) Classifique sua participação:

1. Líder.
2. Muito ativa.
3. Relativamente ativa.
4. Não participa das decisões.
5. Mais efetiva que há 10 anos.
6. Menos efetiva que há 10 anos.

h) Esta participação resulta em algum benefício?**1. Sim. Para:**

- Você. Qual? _____
- Sua família. Qual? _____
- Comunidade. Qual? _____

2. Não**i) Como uma pessoa passa a ser membro dessa organização / desse grupo?**

1. Escolha voluntária.
2. É indicada.
3. Outro: _____

j) Como são escolhidos os líderes nessa organização / nesse grupo?

1. Por decisão dos membros / eleição.
2. Por decisão de alguns membros ou pequeno grupo.
3. Cada líder escolhe seu sucessor.
4. Por pessoa ou entidade de fora.
5. Outro: _____

k) Qual é a fonte de financiamento mais importante dessa organização / desse grupo?

1. Os próprios membros financiam com taxa mensal de R\$ _____ e outras contribuições.
2. Os recursos provêm de fora da comunidade.
3. Governamental.

4. () Privada.
 5. () Outra(s) fonte(s): _____

l) Em relação aos membros da organização / do grupo de que você faz parte, escreva nos parênteses (S) para características mais semelhantes e (D) para características mais diferentes:

() Idade	() Renda
() Gênero	() Religião
() Etnia	() Filiação político-partidária
() Escolaridade	() Ideias
() Ocupação	() Interesses

m) Quais as questões mais relevantes que os associados costumam demandar para a organização / grupo? (Pode marcar mais de uma alternativa)

1. () Questões relacionadas à comunidade e à melhoria das condições de vida da população (reivindicação de infraestrutura, serviços sociais e políticas públicas (saúde, educação, cultura, lazer e outras).
2. () Questões trabalhistas referentes ao cumprimento do contrato de trabalho em vigor (salário, carga horária, cumprimento da função / do cargo, insalubridade, horas extras, uso de EPIs e outras).
3. () Questões trabalhistas referentes à rescisão do contrato de trabalho e defesa de direitos trabalhistas (multa, férias, 13º salário, salário desemprego e outros).
4. () Questões referentes ao associativismo, à liderança política / comunitária e outras relacionadas ao fortalecimento da participação social dos associados.
5. () Questões de articulação com o Governo, setor privado e outras organizações sociais / grupos.
6. () Outra _____

n) Como você avalia a efetividade de resposta da organização / do grupo de que você faz parte com relação às demandas dos associados?

1. () A organização / o grupo cumpre fielmente sua missão, responde positivamente às demandas dos associados, deixando-os muito satisfeitos.
2. () Cumpre parcialmente sua missão.
3. () Há certo distanciamento de sua missão deixando os associados pouco satisfeitos.
4. () A organização / o grupo se envolve com muitas questões fora da sua missão e dos interesses dos associados.
5. () Não cumpre com sua missão e os associados precisam procurar outras instâncias para defenderem seus direitos e suas demandas.
6. () Outro _____

o) Relacione três conquistas importantes para você e para a sua comunidade que foram alcançadas graças à ação da organização / do grupo de que você faz parte:

1. () _____
2. () _____
3. () _____
4. () Não recordo, não sei informar.

p) Quantos amigos próximos você tem hoje? (Pessoas para conversar sobre assuntos particulares ou pedir ajuda)? _____

q) Se você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro para pagar despesas durante uma semana, há pessoas fora do seu domicílio que estariam dispostas a lhe fornecer esse dinheiro, caso você pedisse?

1. () Com certeza.
2. () Provavelmente.
3. () Não tenho certeza.
4. () Ninguém.

Dimensão 2: Confiança, coletividade e solidariedade
--

a) Como a comunidade costuma buscar soluções para os problemas coletivos?

1. () Reivindica coletivamente e recorre a organizações / grupos / redes / lideranças locais.
2. () Recorre ao Governo (vereadores, prefeito e outros).
3. () Reivindica individualmente e busca ajuda de quem pode ajudar.
4. () Outro _____

b) Você participa de alguma ação voluntária para ajudar pessoas ou grupos locais?

1. () Sim, sempre.
2. () Frequentemente.
3. () Raramente.
4. () Não, nunca.

c) É comum vizinhos ajudarem uns aos outros independentemente da condição financeira?

1. () Sim, sempre.
2. () Frequentemente.
3. () Raramente.
4. () Não, nunca.

d) Em Uruçuí, confia-se nas pessoas que vêm de outras regiões do país e passam a atuar no território uruçuiense como empresários, funcionários públicos, gerentes de bancos, fazendeiros, etc.?

1. () Sim, sempre.
2. () Frequentemente.
3. () Raramente.
4. () Não, nunca.

e) De modo geral, as pessoas que vêm de outras regiões e passam a viver em Uruçuí respeitam a cultura local?

1. () Sim, sempre.
2. () Frequentemente.
3. () Raramente.
4. () Não, nunca.

f) A organização / o grupo de que você faz parte estabelece parceria para conseguir benefícios, serviços, programas e projetos para o desenvolvimento de Uruçuí, com:

1. () Outras organizações / outros grupos / outras redes locais.
2. () Organizações / grupos / redes externas.
3. () Governo (Municipal, Estadual, Federal).
4. () Empresas privadas / empresários.
5. () Não trabalha com parcerias.

g) Avalie a possibilidade desses fatores ocorrerem no lugar onde você vive, utilizando os números:**(1) Baixa possibilidade; (2) Média possibilidade; (3) Alta possibilidade**

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> () Cada um se importa somente consigo. () Respeito mútuo entre as pessoas. () Disputa de poder. () Honestidade. () As pessoas relacionam-se com reciprocidade e ajudam uns aos outros. () Respeito às normas e leis. | <ul style="list-style-type: none"> () Valorização da cultura local. () Integração entre ricos e pobres. () Transparência do poder público local. () Transparência das organizações sociais / dos grupos. () Conflito de interesses. () Trabalho voluntário. |
|---|---|

h) Assinale as ações coletivas mais frequentes na realidade local, utilizando os números:

(1) Pouco frequente; (2) Frequência média; (3) Muito frequente

<input type="checkbox"/> Reuniões.	<input type="checkbox"/> Ações sociais.
<input type="checkbox"/> Assembleias.	<input type="checkbox"/> Mutirões.
<input type="checkbox"/> Festas religiosas.	<input type="checkbox"/> Marcha.
<input type="checkbox"/> Encontros políticos.	<input type="checkbox"/> Abaixo-assinado.
<input type="checkbox"/> Fóruns de discussão, de planejamento, de desenvolvimento e outros.	<input type="checkbox"/> Greves.
<input type="checkbox"/> Campanhas.	<input type="checkbox"/> Movimentos sociais específicos.

i) Com relação às ações coletivas e cooperadas na realidade local, assinale a frequência com que essas ocorrem, utilizando os números:

(1) Pouco frequente; (2) Frequência média; (3) Muito frequente

<input type="checkbox"/> A comunidade conhece o trabalho de organizações / grupos / redes e coopera.	<input type="checkbox"/> Organizações / grupos / redes trabalham isoladas.
<input type="checkbox"/> A comunidade não se interessa pelas ações de organizações / grupos / redes.	<input type="checkbox"/> Organizações / grupos / redes estabelecem parceria com o setor patronal.
<input type="checkbox"/> Há cooperação entre organizações / grupos / redes locais e / ou externas em defesa do bem comum.	<input type="checkbox"/> As entidades patronais influenciam a cooperação a favor de soluções para as questões comunitárias.
<input type="checkbox"/> Organizações / grupos / redes cooperam com o Governo e suas instituições.	<input type="checkbox"/> As entidades patronais estimulam o voluntariado e o associativismo de seus trabalhadores.
<input type="checkbox"/> As instituições governamentais cooperam com organizações / grupos / redes.	

j) Avalie o seu nível de confiança em relação a (ao): (1) Não confio; (2) Confio pouco; (3) Confio muito:

<input type="checkbox"/> Câmara dos Vereadores.	<input type="checkbox"/> Moradores estabelecidos em Uruçuí, mas que vieram de outras regiões do país.
<input type="checkbox"/> Governo Municipal (Prefeitura e suas secretarias / instituições).	<input type="checkbox"/> Membros da família.
<input type="checkbox"/> Governo Estadual.	<input type="checkbox"/> Lideranças comunitárias locais.
<input type="checkbox"/> Governo Federal.	<input type="checkbox"/> Patrões e empresários (iniciativa privada).
<input type="checkbox"/> Partidos políticos.	<input type="checkbox"/> Vizinhos e pessoas com quem mantém laços de amizade.
<input type="checkbox"/> Poder Judiciário.	<input type="checkbox"/> Igreja.
<input type="checkbox"/> Organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, cooperativas, etc.).	<input type="checkbox"/> Polícia.
<input type="checkbox"/> Moradores que nasceram em Uruçuí.	

k) Dentre as ações geradoras de oportunidades de melhoria das condições de vida para a população local e reivindicadas coletivamente, tem-se:

(1) Não reivindicada; (2) Pouco reivindicada; (3) Muito reivindicada

<input type="checkbox"/> Linha de crédito para o pequeno produtor.	<input type="checkbox"/> Ampliação e fortalecimento da participação das pessoas em organizações / grupos e redes sociais.
<input type="checkbox"/> Mais emprego público.	<input type="checkbox"/> Criação de novos partidos políticos.
<input type="checkbox"/> Trabalho no agronegócio da soja.	<input type="checkbox"/> Ampliação da filiação da população aos partidos políticos existentes.
<input type="checkbox"/> Linha de crédito empresarial.	<input type="checkbox"/> Combate à corrupção, ao clientelismo e ao favoritismo.
<input type="checkbox"/> Capacitação profissional.	
<input type="checkbox"/> Fiscalização e cumprimento de leis.	

Dimensão 3: Ação social

a) Em relação ao seu nível de pertencimento a Uruçuí, você diz que:

1. Sente-se parte da comunidade uruçuiense e nasceu em Uruçuí.
2. Sente-se parte da comunidade uruçuiense, mas não nasceu em Uruçuí.
3. Não se sente parte da comunidade uruçuiense.

b) Você votou nas últimas eleições:

1. Sim.
 - Municipais.
 - Estaduais.
 - Federais.
2. Não.

c) Nos últimos 12 meses, você participou de alguma ação política reivindicando do Governo e líderes políticos benefícios / serviços para o lugar em que você vive (abaixo-assinado, movimento social, marcha, greve, campanha, mutirão, etc.)?

1. Muitas vezes (mais de cinco vezes).
2. Algumas vezes (até cinco vezes).
3. Uma vez.
4. Nunca.

d) Como você age quando está insatisfeito(a) com as decisões que são tomadas pelas autoridades locais e que afetam a sua vida e da sua família:

1. Leva o assunto para discussão coletiva e busca solução.
2. Contesta sozinho e tenta mudar.
3. Não reclama, pois acredita que nada vai mudar.
4. Fica indignado(a), mas nada pode fazer.
5. Aceita sem contestar.
6. Outro _____

e) Como você avalia o poder de influência da organização / do grupo de que você faz parte sobre as decisões importantes para a vida das pessoas em Uruçuí?

1. Forte, porque participamos das decisões políticas.
2. Fraco, porque pouco participamos das decisões políticas.
3. Muito fraco, porque quem toma as decisões políticas é (pode marcar mais de um):
 - Governo
 - Empresários
 - Outros segmentos

f) A organização / o grupo de que você participa, costuma cobrar transparência do poder público local e de suas instituições?

1. Sim, sempre.
2. Às vezes.
3. Cobra, mas não é transparente em suas ações.
4. Cobra, mas não tem poder de influência sobre o poder público e suas instituições.
5. Não, nunca.

g) Encontram-se relacionadas abaixo algumas situações preocupantes sobre desenvolvimento local sustentável, que podem estar relacionadas ao agronegócio da soja em Uruçuí. Analise e marque (X), na primeira coluna para aquelas situações preocupantes que você acredita estarem presentes (reconhecidas como expressão da questão social local).

Na segunda coluna, avalie o nível de reivindicação pela organização / pelo grupo de que você faz parte, utilizando os números: (1) Não reivindicada; (2) Pouco reivindicada; (3) Reivindicada; (4) Muito reivindicada.

- | | |
|--|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> Degradação ambiental e não conservação dos recursos naturais ----- | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Dificuldade de inclusão da mão de obra local no agronegócio da soja ----- | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Uso de agrotóxico ----- | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Vínculo e condições precárias de trabalho ----- | <input type="checkbox"/> |

- () Desigualdade na apropriação das riquezas e oportunidades gerada ----- ()
- () Desrespeito às normas e leis----- ()
- () Falta de fiscalização e punição aos infratores----- ()
- () Falta de identidade local com o agronegócio da soja (a população pouco conhece, pouco consome, e não está preparada para trabalhar nessa atividade----- ()
- () Insuficiente formação, capacitação e treinamento da mão de obra local para trabalhar com o agronegócio da soja ----- ()
- () Baixa iniciativa do Governo em melhoria da infraestrutura (rodovias, energia e outros) e ampliação das oportunidades de inclusão da população local (criar acordos com a iniciativa privada e garantir o cumprimento)----- ()
- () Baixo investimento do setor privado na melhoria das condições sociais locais ----- ()
- () Insuficiente preparação da população local para aproveitar as oportunidades geradas pelo agronegócio da soja ----- ()
- () Insegurança e criminalidade ----- ()
- () Desorganização e atraso ----- ()
- () Corrupção e exploração ----- ()
- () Outra ----- ()

APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

Associação Plena
em Rede



**TESE: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO AGRONEGÓCIO NO
CERRADO DO PIAUÍ: desafios e potencialidades no município de Uruçuí**
PESQUISADORA: Lucia da Silva Vilarinho

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados de controle:

Ficha n.: _____

Data de preenchimento: ___ / ___ / _____

Segmento: (1) Institucional / governamental (2) Setor empresarial (3) Trabalhador (4) Liderança local

PARTE I – Crescimento / desenvolvimento:

1. A exploração da soja no cerrado piauiense e a modernização da agricultura proporcionaram crescimento econômico no território, com aumento do PIB de alguns municípios e consequentemente do Estado. **Você reconhece esse crescimento no município de Uruçuí? Em sua opinião, quais são as evidências do crescimento / desenvolvimento (ou do não crescimento / desenvolvimento) na realidade local?**

2. A dinâmica econômica provocada pelo agronegócio da soja no município de Uruçuí trouxe também outras atividades comerciais, emprego e renda para o município. **Em sua opinião, esses fatores são suficientes para proporcionar o desenvolvimento com melhoria das condições de vida da população? Por quê?**

3. Relacionamos abaixo algumas situações ilustrativas de processos de crescimento / desenvolvimento que podem ocorrer em uma localidade. **Marque e comente aquela(s) que, em sua opinião corresponde(m) ao processo que vem ocorrendo no município de Uruçuí:**
 - a) () O dinamismo econômico verificado no município não é fruto somente do agronegócio, mas também de incentivos diversos do Governo e da iniciativa privada que, de forma articulada, melhoraram os vários setores da sociedade local, como: saúde, educação, infraestrutura e outros.

- b) () O desenvolvimento ocorrido diz respeito apenas ao crescimento da agricultura modernizada.
- c) () O crescimento econômico ocorre proporcional ao desenvolvimento social com diminuição da pobreza, das desigualdades sociais, maior inclusão e melhoria das condições de vida da população.
- d) () Nenhuma das situações se aplica à realidade local, o que ocorre é:
-
-

4. Em relação à melhoria dos vários setores que influenciam o desenvolvimento de uma localidade, você concorda que com o desenvolvimento que está ocorrendo em Uruçuí:

(1) MELHOROU, (2) NÃO MELHOROU

- | | |
|---|--|
| () Educação. | () A participação social (as pessoas participam mais do Governo, das associações, sindicatos, cooperativas, conselhos e outras formas de representação social). |
| () Saúde. | () Confiança, cooperação e solidariedade. |
| () Trabalho e renda. | () A articulação do Governo com a sociedade. |
| () A cultura local. | () A articulação do Governo local com a iniciativa privada. |
| () Saneamento básico (abastecimento de água, luz e coleta de lixo). | () A articulação Governo, sociedade e o setor empresarial. |
| () A proteção ao meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. | () Política fundiária. |
| () Infraestrutura local (energia, estradas, calçamento, asfalto, praças, quadras de esporte, agências bancárias, correios e outras). | () O respeito à dignidade humana e à cidadania. |
| () Meios de comunicação (rádio, TV, internet, jornais e outros). | |
| () O Governo Municipal e sua articulação com o Estado e a União. | |

Parte II: Capital social e desenvolvimento

- A participação social em associações, grupos e redes (associativismo) e outras formas de organização social são um dos pilares de sustentação do desenvolvimento de um município ou região. Com relação à capacidade organizativa e de articulação da população e dos trabalhadores de Uruçuí hoje, você acha que: Marque a alternativa mais adequada e explique:**
 - () Melhorou com as mudanças trazidas pelo agronegócio da soja no município.
 - () Continua igual a antes.
 - () É menos efetiva na atualidade.
- A produção granífera e em particular o cultivo da soja nas últimas três décadas em Uruçuí tem se configurado como oportunidade de desenvolvimento. Como os diversos segmentos ou agentes sociais locais (trabalhadores, empresários, comerciantes e técnicos) e as organizações locais (associações, sindicatos, cooperativas e outras) podem potencializar as oportunidades do processo e promover as mudanças necessárias para criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento sustentável no município, transformando oportunidades em possibilidades?**
- Em sua opinião, como cada setor da sociedade uruçuiense tem contribuído para o desenvolvimento no município, e o que falta fazer?**
 - Governo / Estado.
 - Sociedade civil.
 - Setor empresarial local.

OBRIGADA!